COLEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS — F. T. D.

CURSO
DE
INSTRUÇÃO RELIGIOSA

PARA USO
DOS CATECISMOS DE PERSEVERANÇA, DAS
CASAS DE EDUCAÇÃO E PESSOAS DO MUNDO

POR

Monsenhor CAULY
VIGÁRIO GERAL DE REIMS

Honrado com um breve de S. S. o Papa Leão XIII

TOMO III
QUAL É A VERDADEIRA RELIGIÃO?

Religião em geral. - Religião revelada.
Judaismo. - Christianismo. - Igreja catholica.

A obra completa, consta de 4 tomos, independentes um do outro

LIVRARIA FRANCISCO ALVES
PAULO de AZEVEDO & Cia., Ltda.

166, Rua do Ouvidor	292, Rua Libero Badaró	655, Rua Rio de Janeiro
Rio de Janeiro	**São Paulo**	**Belo Horizonte**

Preço dêste volume : Cr $ 30,00

CURSO

DE

INSTRUCÇÃO RELIGIOSA

PARA O USO

DOS CATECISMOS DE PERSEVERANÇA,
DAS CASAS DE EDUCAÇÃO E PESSOAS DO MUNDO

POR

Monsr. E. CAULY

PROTONOTARIO APOSTOLICO, VIGARIO GERAL DE REIMS,
Honrado com um breve de S. S. o Papa Leão XIII.

TOMO III

QUAL E' A VERDADEIRA RELIGIÃO ?

**Religião em geral. — Religião revelada.
Judaismo. — Christianismo.
Igreja catholica.**

LIVRARIA PAULO DE AZEVEDO & CIA.

Rio de Janeiro	São Paulo	Bello Horizonte
166, Rua do Ouvidor	*49-A, Rua Libero Badaró*	*1052, Rua da Bahia*

CURSO

DE

INSTRUCÇÃO RELIGIOSA

PARA O USO

DOS CATECISMOS DE PERSEVERANÇA,
DAS CASAS DE EDUCAÇÃO E PESSOAS DO MUNDO

POR

Monsr E. CAULY

PROTONOTARIO APOSTOLICO, VIGARIO GERAL DE REIMS,
Honrado com um breve de S. S. o Papa Leão XIII.

TOMO III

QUAL E' A VERDADEIRA RELIGIÃO ?

**Religião em geral. — Religião revelada.
Judaismo. — Christianismo.
Igreja catholica.**

LIVRARIA PAULO DE AZEVEDO & CIA.

Rio de Janeiro | **São Paulo** | **Bello Horizonte**
166, Rua do Ouvidor | *49-A, Rua Libero Badaró* | *1062, Rua da Bahia*

IMPRIMA-SE
S. Paulo, 19 de março de 1916.
† DUARTE, *Arceb. Metrop.*

IMPRIMATUR
† JOSÉ, *Bispo Auxiliar.*
11-IX-1935.

ENCONTRAM-SE NA MESMA COLLECÇÃO F.T.D.:

4 volumes de MONSR. CAULY, vigário geral de Reims, que mereceram um Breve de S. S. Leão XIII:

1.° **Curso de Instrucção religiosa, tomo I**; comprehende o Dogma, a Moral, os Sacramentos e o Culto; bello volume illustrado.

2.° **História da Rerigião e da Igreja, ou tomo II**, com numerosos pormenores interessantes, desde a criação até hoje.

3.° **Qual é a verdadeira Religião? ou tomo III.** Trata da Religião em geral, da Religião revelada, do Judaismo, do Christianismo e da Igreja Cathólica.

4.° **Apologética christã ou tomo IV.** Estuda os mystérios em face da razão, o accôrdo das sciências com a fé e numerosas questões históricas.

Estes 4 volumes são independentes um do outro para o estudo, embora sua reunião forme um curso completo.

Destinam-se aos catecismos de perseverança, ás casas de educação e ás pessôas que desejam conhecer a verdadeira Religião.

3 volumes do CÔNEGO BOULENGER sobre a **Doutrina Catholica**:

1.° **O Dogma**, ou *primeira parte;*

2.° **A Moral**, ou *segunda parte;*

3.° **Os Meios de Santificação e a Liturgia**, ou 3.ª *parte.*

Cada lição é precedida de um *quadro synóptico* para determinar as divisões e grandes linhas do assumpto, e de um *vocabulário* que fixa o sentido ou os varios sentidos dos vocábulos importantes, que o alumno poderia desconhecer; dêste modo, o leitor póde enfrentar a lição, sem receio de entender mal os vocábulos.

Segue uma refutação dos erros dos principais e mais recentes adversários da doutrina cathólica; afinal, vem a própria doutrina enunciada de modo substancial e exacto; por toda a parte, nota-se *concisão, clareza,* *ordem* e *rigorosa concatenação das idéias e das perguntas.*

Esses volumes distinguem-se pela clareza e a plenitude da doutrina, a fôrça da exposição e grande poder de penetração nas intelligências. E' difficil encontrar livros mais completos e mais claros; são preciosos instrumentos de trabalho para quem estuda ou ensina a Religião.

Porque viveu Guido de Fontgalland; biographia interessante e proveitosa de um menino de nossa época.

Guy, o vosso Amiguinho; vida do mesmo, escripta especialmente para crianças e jovens.

Anna de Guigné, pelo Revdmo. P. E. M. LAJEUNIE, biographia edificante de uma piedosa menina ha pouco fallecida (de 25-IV-1911 a 14-I-1922).

Manual de Espiritualidade, pelo Revd. P. A. SAUDRDAU; encerra as noções fundamentais da vida espiritual, postas ao alcance das pessoas piedosas, em epecial dos jovens aspirantes ao sacerdócio ou á vida religiosa.

A Alma do todo Apostolado, por D. CHAUTARD; precioso livro para os que se dedicam á vida activa.

CURSO DE RELIGIÃO

TERCEIRA PARTE

QUAL E' A VERDADEIRA RELIGIÃO?

RELIGIÃO NATURAL

RELIGIÃO REVELADA — JUDAISMO — CHRISTIANISMO

IGREJA CATHOLICA

DA RELIGIÃO EM GERAL

OU PRINCIPIOS DE RELIGIÃO NATURAL

NOÇÕES PRELIMINARES

I. Definição da Religião. — II. Religião philosophica ou natural. — III. Divisão das materias contidas neste Tratado.

1. — I. A Religião é o laço que une Deus e o homem. E' a significação, a etymologia da palavra *religião*, interpretada pelos melhores espiritos. Provém do verbo *religare*, que significa *prender, unir*. E' assim que o entenderam Tertuliano, Lactancio, santo Agostinho, são Jeronymo, e, nos tempos modernos, Bossuet, Fénelon, Pascal, Leibnitz. «Todos os actos religiosos, diz Bossuet, devem acabar em Deus, e o fim da Religião é juntar-nos com esse primeiro Ser. Santo Agostinho ensina que é dessa origem que a Religião tirou o seu nome: *Religio dicitur eo quod nos religet omnipotenti Deo.* Ella nos liga, prende, une a Deus, e é por esta união que é definida (1).»

(1) Bossuet, *Obras*, t. VI, p. 47.

A Religião consiste, portanto, nos laços que unem Deus e o homem; é, em outras palavras, um encontro, um commercio entre estes dois seres: Deus, espirito infinitamente perfeito, creador e senhor absoluto de todas as cousas; e o homem, creatura intelligente, racional e dependente.

«Antiga como Deus, universal como o homem, indestructivel como um e outro, a Religião atravessa todos os tempos, todos os lugares; zomba de todas as tormentas... A religião dominou o berço da humanidade e ha de cobrir-lhe ainda o tumulo; neste encontro de Deus e do homem em que o amor desempenha tão grande papel, é justo que Aquelle que mais ama, tenha a primeira e a ultima palavra (1).»

2. — II. Comtudo, de modo muito diverso foram entendidas e praticadas, por todos os povos e todos os seculos, as relações entre o homem e Deus. Sem duvida, no decorrer dos seculos, Deus permaneceu o mesmo; e, por seu lado, trouxe sempre, á Religião, as mesmas relações de condescendencia e de bondade. Mas o homem, sendo imperfeito e fraco, não concebeu sempre do mesmo modo os deveres e o culto que o deviam prender á Divindade.

Queremos fazer voltar o homem ao verdadeiro culto, aos verdadeiros deveres, á verdadeira Religião, e antes de dar a conhecer as intervenções misericordiosas de Deus para manifestar ao mundo a maneira como exige que a sua creatura intelligente o sirva e honre, vamos primeiro collocar as bases de uma *Religião em geral,* tal qual a concebe um espirito esclarecido. Neste estudo, dirigimos nosso appello á razão humana: perguntamos-lhe o que acredita como verdade, o que admitte como deveres, o que julga necessario em materia de culto.

E' sobre o conjuncto destes dados racionaes e philosophicos, como sobre uma base solida, que pretendemos

(1) Bougaud, *Le Christianisme et les temps présents,* t. I. p. 134.

assentar o edificio da Religião. Com effeito, não separamos estas duas cousas, a Philosophia e a Religião: «Duas irmãs que se amam e ajudam; uma filha do homem, apontando para Deus e alumiando-o com uma claridade que jorra do proprio genio humano; outra, filha do homem e filha de Deus, mostrando igualmente a divindade, fazendo-a resplandecer com uma luz dupla que baixa do céu e ascende da terra: ambas, nem rivaes nem ciumentas, ainda menos inimigas, mas irmãs, e contribuindo para tornar, entre o homem e Deus, a união honrosa e o commercio mais suave (1).»

Ora, pelas unicas luzes da razão, chegamos facilmente ao conhecimento destas duas verdades essenciaes: existe um espirito increado, Deus, que é a perfeição suprema, a primeira causa e o fim derradeiro; existe tambem um espirito creado: a alma humana, ser dependente, imperfeito, e aspirando ao infinito por todas as tendencias da sua natureza.

E' sobre este conhecimento de Deus e da alma, e tambem de certas verdades moraes, taes como a distincção do bem e do mal, a crença na recompensa do bem e no castigo do mal, que descansa a *religião natural.*

A Philosophia, na pessôa dos seus illustres representantes, Sócrates, Platão, Cícero, Séneca, poude, sobre essas bases, formular um corpo de doutrina religiosa e moral, sinão descoberta, pelo menos acceita e comprehendida pela razão.

Edificada sobre a razão humana, esta religião *natural* tem por dogmas: a existencia de Deus e suas perfeições; a alma, sua espiritualidade, sua liberdade e sua immortalidade; a vida futura, com seus premios e seus castigos.

Dessas verdades decorrem *deveres* naturaes: o primeiro é conhecer, amar e servir a Deus, pela adoração, pela gratidão e pelo amor, e tambem por demonstrações

(1) Bougaud, *Le Christianisme et les temps présents,* t. I. p. 135.

exteriores e publicas que constituem o culto; o segundo é respeitar-se o homem a si mesmo, nada dizer, nada fazer que não seja justo, honesto e de accordo com o amor que nos devemos; o terceiro, afinal, é amar o nosso proximo, não lhe fazer mal algum, tratal-o como desejamos que elle nos trate: tal seria a *religião natural.*

E', porém, uma questão saber si jamais ella existiu e até si póde existir neste estado puramente natural. Comtudo, theoricamente, é certo que a Religião póde ser encarada neste ponto de vista. Ora, são essas comprovações racionaes que devemos dar como bases ao nosso estudo.

3. — III. Todavia, antes de definir as relações que existem forçosamente entre o homem e Deus, convém estudar separadamente estes dois seres. Eis porque consagramos o primeiro capitulo a estudar *Deus,* em primeiro lugar sua existencia, depois suas perfeições. O segundo capitulo será consagrado ao estudo do *Homem,* e daremos a conhecer, de modo mais particular, a alma, sua espiritualidade, sua liberdade e sua immortalidade.

No terceiro capitulo, deduziremos dessas noções a *necessidade de uma religião,* reclamada pela natureza de Deus e pela natureza da alma, pelo interesse e pela felicidade do homem, considerado como individuo, ou como membro de uma sociedade.

Aqui, vem naturalmente a vontade de saber quais devem ser os elementos constituidos de qualquer religião.

No quarto capitulo, sob este titulo: *O fundo de todas as religiões,* respondemos que um dogma, uma moral, um culto são indispensaveis a qualquer relação, a qualquer commercio do homem com Deus.

Uma vez esses principios estabelecidos de modo especulativo, achamo-nos, praticamente, em presença de varias religiões, as quaes todas admittem essas bases, e, todavia, differem, realmente, no dogma, na moral e no

culto. Será possivel manter-se numa *indifferença systematica* a respeito das diversas religiões? Não admittimos tal e o nosso capitulo V° demonstra essa impossibilidade. Servirá de transição entre o estudo da *Religião em geral* e o que, em seguida, consagraremos á *Religião revelada.*

CAPITULO I

DEUS

Definição de Deus. — Divisão deste capitulo.

4. — Para estudar e definir Deus, collocamo-nos aquí unicamente no ponto de vista racional, sem levar em conta, por emquanto, a noção mais perfeita e mais sublime que de si mesmo elle nos deu. Ora, segundo a idéa que delle conceberam todos os povos, Deus é o Ser supremo, o senhor de todo o universo, de quem todas as cousas dependem. Na verdade, esta definição não revela a natureza nem a essencia de Deus; comtudo, dá a conhecer que Deus é o Ser absoluto, existindo por si mesmo, e communicando o ser a tudo quanto existe. E' pois o *Ser necessario* e *infinito.*

Sem pretendermos emprehender aqui um estudo completo e philosophico de Deus, ser-nos-á sufficiente lembrarmos resumidamente as verdades importantes e certas que têm relação com este Ser supremo. Havemos de referil-as em dois artigos em que provamos: 1.° a *existencia de Deus;* e 2.° *sua natureza e seus attributos* ou perfeições.

ARTIGO I

Provas da existencia de Deus. — I. Provas metaphysicas. — II. Provas physicas. — III. Provas moraes. — IV. Refutação summaria do *atheismo* e do *positivismo* atheistico.

5. — Póde-se provar a existência de Deus? Sim, todos os antigos philosophos assim julgaram, e o primeiro e o principal esforço de sua razão foi demonstrar victorio-

samente esta verdade essencial. O concilio ecumenico do Vaticano (1870) definiu esta possibilidade: «Si alguem disser que Deus, unico e verdadeiro, nosso Creador e nosso Mestre, não póde ser conhecido certamente por meio das cousas creadas, pela luz natural da razão humana, que seja anathema (1).»

6. — I. *Provas metaphysicas.* — 1.º Ao redor de nós existem diversos seres que são sujeitos a variações. Ora, a variação, isto é, a passagem do poder ao acto, é impossivel si não fôr causada por um ser que está elle mesmo em acto. Em outros termos, por mais que se afaste a causa da variação ou do *movimento* que está no mundo, esta variação é inexplicavel si não se admittir um *motor,* activo unicamente por si mesmo ou immovel como diz Aristoteles. Ora, este motor, chamamol-o *Deus.*

Chega-se á mesma conclusão pelo argumento tirado da *contingencia dos seres.* A percepção dos sentidos nos attesta a existencia, ao redor de nós, de numerosos seres, e sabemos, pelo testemunho da consciencia, que nós proprios existimos. Ora, todos esses seres podiam indifferentemente existir ou deixar de existir. Si existem, é porque uma causa determinou a existencia delles. Mas esta mesma causa, si não fôr mais que segunda, acha em outra sua razão de ser; e remontando indefinidamente a serie dos seres e de suas causas, chega-se necessariamente a uma *causa primeira,* que não é contingente, mas absolutamente necessaria, a um Ser, portanto, eterno, existindo por si mesmo, a quem chamamos *Deus.* E' esse raciocinio que Descartes resume de modo tão conciso nesta palavra: «Existo; logo, Deus existe.»

2.º O espirito humano conhece certo numero de idéas e de verdades que são a base de todos os conhecimentos e a regra de todos os juizos e de todas as acções. São os *principios,* as idéas geraes, universaes, immutaveis e

(1) De Revelatione, can. 1.

eternas. Ora, donde pódem provir estas idéas, sinão de uma realidade? «Em as conhecendo, diz Bossuet, nosso espirito acha que são verdades: não as faz taes, porque não é nosso conhecimento que faz os objectos: elle os suppõe. Assim, essas verdades subsistem antes de todos os seculos, e antes que houvesse um entendimento humano. Si eu procurar agora onde e em que ente ellas subsistem immutaveis e eternas como são, estou obrigado a reconhecer um ser em que a verdade é eternamente subsistente e em que é eternamente comprehendida. E' pois nelle, que de certo modo me é incomprehensivel, é nelle, digo eu, que vejo essas verdades eternas. Este objecto eterno é *Deus,* eternamente subsistente, eternamente verdadeiro, eternamente a mesma verdade (1).»

Para chegar á certeza da existencia de Deus, o homem precisa de raciocinio; porém, este trabalho se faz tão rapidamente no seu espirito, que certos philosophos e theologos pensaram que tal certeza era uma especie de intuição arrancando-lhe este grito, por assim dizer espontaneo: «Meu Deus!» testemunho de uma alma naturalmente crente.

7. — II. *Provas physicas.* — A ordem physica, isto é, a consideração do mundo e deste universo, fornece varias provas da existencia de Deus. Vamos expôr brevemente as duas mais importantes.

1.º *Prova tirada da existencia da materia.* — A materia existe: é um facto evidente. Ora, a existencia da materia é uma prova da existencia de Deus; de outro modo, seria preciso dizer ou que a materia se creou a si mesma, ou que a existencia lhe veiu do acaso, ou que os corpos a communicaram a si proprios por uma successão infinita, ou que a materia existe necessariamente e de toda a eternidade. Mas cada uma dessas supposições é absurda.

---

(1) *Conhecimentos de Deus,* IVª parte. — Fénélon, *Existencia de Deus,* Iª parte, cap. IV. — Descartes, *IIIª Medit.*

A materia não se creou a si mesma, porque é preciso existir para produzir um acto qualquer; não recebeu a existencia do acaso, porque o acaso nada é e não póde crear cousa alguma: si por esta palavra se entende uma *causa desconhecida,* a difficuldade fica afastada, mas não resolvida; nem tão pouco os corpos se produziram uns aos outros por uma successão infinita, porque uma série infinita de causas contingentes, sem causa primeira e necesaria, não se comprehende; afinal, a materia não é nem necessaria, nem eterna; não é necessaria, porque concebemos muito bem sua não existencia; não é tão pouco eterna, pois que é contingente, e aliás si fosse eterna, teria um attributo infinito e deveria, por isso mesmo, ser immutavel na sua essencia e perfeita nos seus attributos. Por conseguinte, acima da materia e deste mundo visivel, ha um Ser superior ao mundo, de quem a materia recebeu a existencia.

2.º *Prova tirada da ordem do mundo.* — Tudo quanto é feito com ordem e regularidade, sempre deixa suppôr uma causa intelligente; e quanto mais perfeita fôr a ordem, quanto mais admiravel fôr a regularidade, tanto mais intelligente e superior se deve reconhecer a causa. Ora, no universo inteiro, se descobre uma ordem maravilhosa. No espaço, os globos celestes se movem e executam suas revoluções periodicas com uma exactidão e uma perfeição que confundem a razão humana; na terra, as estações se succedem regularmente, os ventos a purificam, os rios e as chuvas a fecundam, o dia e a noite se revezam, o sol a illumina e aquece sem a consumir; nas aguas, quer estejam encerradas nas suas immensas bacias, onde se agitam milhares de seres, quer permaneçam suspensas em nuvens, quer se precipitem formando as chuvas; por toda a parte, emfim, reinam ordem e harmonia.

Desse espectaculo geral, si passarmos a examinar detalhadamente os seres que povôam o mundo, quantas maravilhas surgem diante de nossos olhos! As plantas têm suas bellezas diversas: cada uma se nutre com os succos que convêm á sua organização, á sua estructura, ás suas propriedades. O reino animal não é menos notavel. Cada um dos seres recebeu dons proprios á sua destinação: o cavallo tem força e docilidade; os animaes ferozes, agilidade, garras e dentes para pegarem a sua presa. Ás aves, esta sabia intelligencia deu azas; aos peixes, barbatanas; a todos, meios para cuidarem de sua defeza e de sua conservação: a estabilidade na especie, o equilibrio constante nas leis que os regem, uma proporção regulada sobre as necessidades do homem.

Finalmente, no cume da creação terrestre, o homem apparece como a obra prima da sabedoria e do poder creador. Que admiravel proporção nas partes de seu corpo! Que dignidade no seu porte! Quem não admiraria a estructura de seus membros, a disposição dos nervos e das articulações, a circulação do sangue nas veias, a respiração que mantém a vida, a assimilação da comida que a fortifica, o somno que a repara? Cada um dos sentidos, os olhos, os ouvidos, a lingua, concorrem a seu fim. Galliano acaábva de fazer a primeira autopsia de um cadaver humano. Arrebatado, exclama: «Que bello hymno acabo de cantar em honra do Creador (1).»

E', pois, verdadeiro que o mundo é uma maravilha de ordem e harmonia. Esta obra prima de intelligencia, saber e poder, é infinitamente acima do homem, e é preciso admittir a existencia de um Ser pessoal, superior, dotado de uma intelligencia e de uma vontade soberana: é Deus.

---

(1) Consultar Bossuet, *Connaissance de Dieu*, cap. IV. — Fénelon, *Traité de l'existence de Dieu*, 1.ª parte, cap. II.

8. — III. ***Provas morais.*** — As provas morais têm o seu ponto de partida na alma e na consciencia dos homens; isto é, nas crenças dos povos, e nas leis moraes que governam a vontade humana. As provas moraes da existencia de Deus são: 1.º *O consentimento de todos os povos,* 2.º *A lei natural* ou *a consciencia.*

1.º *O consentimento de todos os povos.* — A crença do mundo inteiro na existencia de Deus é um facto provado pelos annaes dos diversos paizes, pelos monumentos historicos e pelas relações dos viajantes. Ora, todos os povos, civilizados e barbaros, antigos e modernos, acreditaram na existencia de um Deus. Remontemos aos tempos mais afastados de nós: os Egypcios, Assyrios, Persas, Gregos, Romanos, sem falar dos Judeus cuja religião nos é mais conhecida, todos tinham altares, sacrificios, templos, sacerdotes, ceremonias sagradas, orações.

Plutarco, philosopho pagão do segundo seculo, escrevia: «Lançai os olhos sobre a terra podereis notar cidades sem fortificações, sem altares, sem magistratura regular, encontrareis povos sem habitações distinctas, sem casas, sem villas, sem moedas, sem theatros; porém, não achareis nenhum sem conhecimento da divindade e sem culto religioso.» (*Contra Colotes,* n.º 31.)

Cícero disse com tanta verdade: «Em parte alguma, vereis uma horda tão inculta, tão barbara que ignore a existencia de um Deus, que não saiba dizer qual é a natureza delle.» (*Tratado das leis,* I. II, C. VIII.)

E' um facto, igualmente, que entre todas as nações que acreditaram na pluralidade dos deuses, reconhecia-se todavia um Deus superior, pae das outras divindades assim como dos homens; é o Jupiter dos Gregos e dos Romanos que impera no Olympo:

Et totum nutu tremefecit Olympum (VIRGILIO).

Entre os povos modernos, o accordo não é menos universal. Não só os Judeus, os Christãos, os Mahome-

tanos, mas ainda os Chinezes, os Hindús, as tribus da America, da Africa e da Oceania, reconhecem a existencia de Deus. Com effeito, este testemunho é decisivo e dá a certeza. Reune todas as condições exigidas pela logica mais san: é universal; tem por objecto uma verdade facil de conhecer, de uma importancia extrema, contraria ás paixões... A crença em Deus é a voz da natureza, e, por conseguinte, da verdade. Para produzir este sentimento universal, é necessaria uma causa universal como elle, e capaz de subjugar constantemente as intelligencias. Ora, esta crença não póde vir nem das paixões que têm interesse em negar a Deus; nem dos preconceitos que variam segundo os tempos, os lugares, as nações e os temperamentos; nem da ignorancia, pois que a crença em Deus se desenvolveu com a civilização; nem da educação, que differe com os climas e os povos; nem da politica dos principes, demasiadamente impotente ou interessada para criar semelhante doutrina ou propagal-a; nem finalmente do medo, bem que Petronio tenha pretendido que o terror fez inventar os deuses: *Primus in orbe deos fecit timor*... porque é preciso acreditar em Deus para ter receio delle, e aliás a idéa de bondade e de misericordia se liga mais ao nome de Deus que as de justiça e de severidade.

Por conseguinte, o consentimento unanime de todos os povos baseia-se na verdade e prova a existencia de Deus.

2.º *Prova tirada da lei natural* ou *da consciencia*. — Existe uma lei natural, isto é, uma regra absoluta, universal, immutavel, que prescreve o bem, prohibe o mal, e se impõe á consciencia humana com uma autoridade irrecusavel. A existencia desta lei é provada: 1.º pelo testemunho da consciencia que nos prescreve certos deveres para com Deus, para com o proximo, para comnosco, approva o que é bem, condemna o que é mal,

infunde-nos alegria quando somos fieis, remorso quando somos culpados; 2.° pelo testemunho dos homens, os quaes todos e por toda a parte reconheceram, tanto na sua legislação publica como na sua conducta particular, uma differença essencial entre o vicio e a virtude, entre o bem e o mal. — Mas donde vem esta lei? Não póde vir sinão de Deus. Com effeito, não ha lei sem legislador, como não ha effeito sem causa. Ora, esta lei, absoluta em si mesma, immutavel nos seus principios, universal e referindo-se a todos, não póde vir nem da educação, que é longe de ser a mesma para todos os homens, nem dos preconceitos dominantes que não são nem constantes nem immutáveis, e só achariam vantagem na destruição desta lei; não vem tão pouco da autoridade humana que seria incapaz de impol-a; nem da razão individual que a póde perceber, mas não crear. E' pois necessario que seja imposta ao homem por um Ser superior, primeiro autor da lei. «Só um Ser infinito e perfeito póde legitimamente mandar ao homem... Deus, fonte universal do Ser e da vida, é tambem o autor eterno e o guarda infallivel da lei moral (1).»

Por conseguinte, Deus existe a titulo de legislador universal.

9. — IV. *Refutação summária do atheismo e do positivismo atheistico.* — Chama-se *atheismo* o erro ou a doutrina que tende a supprimir Deus, e *atheus* os que rejeitam a existencia do Ser divino. Poderiamos distinguir o atheismo pratico e o atheismo especulativo. O primeiro é o estado ou a conducta de um homem que age e procede como si Deus não existisse: é um estado infelizmente por demais commum, hoje em dia; e basta dizer que é uma inconsequencia lastimavel e culpada entre as convicções e a conducta. O atheismo especulativo tende a erigir em systema e doutrina a negação de

(1) A. de Margerie, *Théodicée*, t. I. p. 246.

Deus. Será este atheismo sincero? Poderá existir realmente?... E' permittido duvidar que haja verdadeiros atheus, sinceramente convencidos. A experiencia demonstra que os que fazem profissão de atheismo, se deixam levar mais por bravata do que por convicção, e desmentem muitas vezes, na pratica, sua theoria mentirosa. Gabando-se de suas negações systematicas, mentem á sua razão e á sua consciencia, ou são as suas paixões que os incitam a negar a Deus. «Eu quizéra ver, lhes diz La Bruyère, um homem sobrio, moderado, casto, equitativo, affirmar que não ha Deus ou alma immortal: então falaria sem interesse. Mas este homem não se encontra.» (*Caratères*, cap. x.)

Em todo o caso, em nossos dias, o atheismo procura transformar-se em doutrina, sob o nome de *positivismo*. A escola positivista reconhece como chefe Comte, professor de mathematica, e como mestres Littré, Renan, Robinet, etc... Ora, o positivismo tem por base este principio: só o finito tem existencia e realidade; o infinito, o absoluto não passa de uma abstracção, de um ideal. Portanto, não ha Deus. Deus é uma ficção, ou, quando muito, uma hypóthese, hoje perfeitamente inutil. «Aquillo que se conta ou imagina, diz Littré, da causa do universo, é idéa, conjectura, modo de ver... As idealizações theologicas sempre foram ficticias.» Segundo o positivismo, só são reaes a materia, as forças que lhe são inherentes e as leis que della decorrem. «O conjuncto das existencias, diz Comte, é constituido pela materia e pelas forças immanentes á materia.» O positivismo não passa pois de uma forma disfarçada do atheismo.

Ora, a refutação do atheismo ou do positivismo atheistico se acha nas diversas provas que demos da existencia de Deus; e nenhuma objecção se póde manter diante daquellas provas metaphysicas, physicas e moraes. Mas, para dar uma refutação directa, é preciso esperar

que o atheismo tenha formulado argumentos apoiando sua negação. Até o presente, limita-se a negar e não prova cousa alguma. Ora, uma simples negação não chega a destruir nossas provas; e para erigir o atheismo em doutrina, não basta dizer: «Deus, esta bôa e antiquada palavra, um pouco pesada talvez, mas que a philosophia interpretará em sentidos cada vez mais diluidos, Deus não é sinão a forma mais elevada da razão (isto é, uma abstracção), é a categoria do Ideal». (*Renan*). Não, negar a Deus não é supprimir a sua existencia, e a puras negações é sufficiente que a humanidade responda: «Ha seis mil annos que estou de posse da minha crença em Deus. Rio-me das vossas negações gratuitas e descanso tranquillamente na posse da verdade.»

ARTIGO II

Natureza de Deus; suas perfeições, e em particular sua Providencia.

I. Natureza de Deus. — **II. Principaes attributos ou perfeições de Deus: 1.º attributos absolutos; 2.º attributos relativos.** — III, A Providencia: **suas provas. — Refutação das objecções.**

10. — I. As provas pelas quais demonstramos a existência de Deus, já nos dão a conhecer, em parte, a sua natureza. Por ellas sabemos que Deus é o Ser necessario, causa primeira e soberana de todas as cousas, principio e autor da ordem physica e da ordem moral. Trata-se, todavia, de caracterizar melhor esta natureza divina, e de precisar, tanto quanto possivel, o que constitue sua essencia.

A esta pergunta: existe Deus? a humanidade em peso responde: Sim, a sua existencia é certa. Mas a esta outra pergunta: Que é Deus? a resposta não é mais uniforme, e, não poucas vezes, o erro confundiu suas theorias com a verdade. A verdadeira natureza de Deus parece sufficientemente indicada nesta definição:

«Deus é infinito e possue todas as perfeições.» Com effeito, a maior parte das propriedades divinas enunciadas pelas diversas respostas dos philosophos e dos theologos, são contidas na infinita perfeição de Deus; della decorrem como corollarios e devem ser collocadas entre os attributos divinos.

Dizemos portanto: 1.º Deus é o *Ser inifinito em si.* — Com effeito, existe por si mesmo, e, na qualidade de *ser necessario,* possue realmente todo o ser: não se póde, acima delle, conceber um ser maior ou melhor, isto é, « um ser que seja mais ser do que elle ». Por conseguinte, é sem limite na duração, eterno; sem restricção na sua soberania, independente; sem limites no exercicio de sua vontade: livre e omnipotente. Além disso, é a causa primeira, o principio de tudo quanto existe e póde existir; e, a este titulo, possue, de modo sobreeminente, tudo quanto encerram os seres contingentes, existentes ou possiveis: porque tudo quanto se acha no effeito, deve se achar de modo mais perfeito na causa. Deus é pois *infinito* em si mesmo.

Accrescentamos: 2.º *Possue todas as perfeições.* — Chama-se perfeição toda a qualidade que é melhor ter do que não ter. Os philosophos distinguem as perfeições *simples* e as perfeições *mixtas.* Chamam *simples* as perfeições cuja concepção por si mesma não offerece limite algum, como a intelligencia, a justiça; e *mixtas,* aquellas cuja concepção apresenta um limite determinado, o qual, portanto, é inconciliavel com uma realidade superior; como, por exemplo, a extensão physica, incompativel com a immaterialidade; a faculdade de raciocinar, incompativel com a vista por intuição. Ora; Deus possue formalmente todas as perfeições *simples,* visto que é o Ser infinito; e tem summamente, isto é, no gráu mais elevado, e virtualmente, isto é, em principio e poder, todas as perfeições mixtas.

Todas essas perfeições, levadas ao infinito, constituem a natureza propria de Deus. — Digamos agora os *attributos divinos* que são a sua consequencia.

11. — II. Designam-se por *attributos* as propriedades e perfeições diversas que a intelligencia humana distingue, de certo modo, na unidade infinita da essencia divina. Sem duvida, em Deus, as perfeições não são distinctas umas das outras; tudo dissemos, affirmando que é infinito, ou infinitamente perfeito. Todavia, nosso espirito limitado, incapaz de comprehender inteiramente a Deus, lhe attribue, por uma especie de analyse intellectual, perfeições multiplas.

Ora, os attributos divinos pódem ser repartidos em duas classes: os attributos *absolutos* e os attributos *relativos*. Os primeiros, chamados tambem attributos metaphysicos ou quiescentes, convêm a Deus em sua natureza intima e constituem, de algum modo, a essencia divina. São: 1.º a unidade, 2.º a simplicidade, 3.º a immutabilidade, 4.º a immensidade, 5.º a eternidade.

Os attributos relativos convêm a Deus considerado em suas relações com o mundo creado. Uns são chamados *operativos* porque são o principio dos seus actos; são: 1.º a intelligencia, 2.º a vontade, 3.º a omnipotencia. Delles deu ao homem alguma participação. — Os outros são chamados *moraes* e constituem, por assim dizer, as virtudes de Deus, que as creaturas racionaes se devem esforçar por imitar. São: 1.º a sabedória, 2.º a bondade, 3.º a santidade. Expliquemos um pouco cada um destes attributos.

I.º Attributos absolutos ou metaphysicos.

12. — 1.º *Unidade de Deus.* — Por estas palavras, queremos dizer que não somente a natureza divina fica acima dos generos e das categorias, mas ainda que é incommunicavel e não póde pertencer a mais de um ser:

Deus. E' *um* e *unico;* como tem a plenitude do ser, não póde encontrar fóra de si outra plenitude; sendo infinito, não póde ter nem um infinito igual, porque não seria mais o ser infinitamente perfeito; nem um infinito superior, porque deixaria então de ser infinito; nem um infinito inferior, porque este, por isso mesmo, seria finito. Portanto, o infinito é um e unico (1).

2.º *Simplicidade de Deus.* — Um ser absolutamente simples é aquelle que exclue o composto, quer physico, quer metaphysico, quer logico, isto é, que não é, physicamente, formado de partes distinctas; que, metaphysicamente, não póde passar da possibilidade á existencia, do poder de agir a successivos actos; que, logicamente, não póde ser classificado num genero, nem especificado por differenças. Ora, Deus é o Ser absolutamente simples; não admitte a composição propria do corpo e da materia; Ser necessario, existe e não admitte mudança; Ser por excellencia, é acima de todo o genero.

3.º *Immutabilidade de Deus.* — E' o attributo pelo qual Deus não está submettido a mudança alguma e não póde passar de um estado para outro. Não muda na sua natureza, porque, sendo o Ser infinito e absoluto, não póde adquirir nem perder cousa alguma. Não muda nem mesmo nos seus decretos, porque, sendo o ser infinitamente perfeito, não tem que modificar suas decisões em consequencia de conhecimentos ulteriormente alcançados, ou por causa de uma vontade inconstante que seria uma imperfeição. Os actos exteriores de Deus, a creação, o governo de sua Providencia, não prejudicam a immutabilidade de Deus: não são mais do que a execução de suas vontades eternas (2).

4.º *Immensidade de Deus.* — A immensidade divina consiste no facto de Deus estar presente em toda a parte,

(1) Fénelon, *Existence de Dieu*, IIª parte, cap. V.
(2) Fénelon, *Existence de Dieu*, IIª parte, cap. V.

sem ser limitado por espaço algum. Acha-se presente em toda a parte, não só por sua intelligencia, que tudo percebe; por seu poder, que tudo conserva; mas ainda por seu ser substancial, que se extende a tudo quanto existe, não á maneira dos corpos, porque Deus não tem corpo, nem extensão physica, mas neste sentido que sua substancia e seu ser estão em toda a parte, e contêm tudo de modo infinito e sobreeminente: é a consequencia de seu ser infinito.

5.º *Eternidade de Deus.* — A eternidade divina é uma duração sem principio nem fim. E' simultanea, isto é, sem successão de instantes. Deus, sendo o Ser necessario, é, por isso mesmo, eterno; sendo causa primeira não poude principiar; sendo infinito e perfeito, não póde acabar. — A eternidade de Deus não é successiva como os instantes de que se compõe, para nós, o tempo movel e mutavel. Deus é immutavel; portanto, sua existencia não admitte mudança alguma, e, por conseguinte, nenhuma successão. O tempo não é sinão uma imagem movel da immutavel eternidade. Platão disse: «O passado, o presente e o futuro são parcellas do tempo. Não devemos attribuil-os a uma natureza eterna. Só o presente lhe convêm. O passado e o futuro pertencem ás cousas caducas.»

II. Attributos relativos.

13. — Entre estes attributos que se referem á acção de Deus sobre as creaturas, distinguimos, em primeiro lugar, os attributos *operativos*. São:

1.º *A intelligencia.* — Por esta palavra, entende-se o conhecimento dos principios; e designa-se mais particularmente pela palavra *sciencia* o conhecimento das suas consequencias. Ora, Deus possúe, ao mesmo tempo, a *intelligencia* e a *sciencia*, porque são perfeições, e não pódem ser recusadas ao Ser infinitamente perfeito. Aliás,

o homem as possúe em certa medida, e, por conseguinte, acham-se de modo sobreeminente em Deus. Intelligencia infinita, Deus conhece-se e comprehende-se a si proprio. A mais, conhece, em si, todas as cousas possiveis: é o que se designa por *sciencia de simples intelligencia;* conhece, *por sciencia de visão,* tudo quanto foi, tudo quanto será; *por sciencia média,* os futuros puramente condicionaes. A respeito dos actos livres, produzidos pela vontade do homem, Deus os conhece taes quaes hão de ser, dependentes da nossa liberdade. Com effeito, porque a intelligencia infinita de Deus, que conhece todos os possiveis, não havia de ver os nossos actos livres, tão claramente no futuro como no presente, e isso sem estorvar de modo algum o exercicio de nossa vontade?

2.º *A vontade.* — Em Deus, a liberdade é uma faculdade livremente activa de fazer o que lhe apraz: a vontade humana é imagem della, porem, com esta differença que em Deus a infinita perfeição exige que Deus não opere sinão para o bem, e para um bem infinito. No exercicio da vontade, Deus não precisa como nós, de recorrer á deliberação: sua vontade perfeita é inteiramente espontanea, e o que ella quer absolutamente, se realiza necessariamente; mas ha vontades divinas que ficam subordinadas á vontade livre do homem, ou a condições que Deus acceita, como, por exemplo, a prece.

3.º *A omnipotencia.* — E' por virtude deste attributo que Deus póde realizar e produzir tudo quanto é possivel, isto é, tudo aquillo que, em si, não encerra uma contradicção absoluta, como seria um circulo quadrado. Deus, sendo a causa primeira, infinitamente perfeita, deve possuir um poder infinito; a mais, quiz conceder certo poder a suas creaturas; por conseguinte, tem a plenitude do poder; afinal, o mundo com todas as suas maravilhas, a immensidade do céu, da terra e do oceano, attestam o poder infinito de Deus. Não sómente Deus

poude fazer todos esses prodigios, mas o seu ser infinito lhe permitte produzir ainda tudo quanto quer.

14. — Temos que mencionar ainda outros attributos *relativos* de Deus, que são chamados mais especialmente *attributos moraes.* Certas virtudes, que residem na vontade, têm por objecto dirigir nossos actos e nosso procedimento moral; estas virtudes se acham em Deus de modo sobreeminente, sem limitação. São:

1.º *A sabedoria.* — Por este attributo, Deus, nos seus actos exteriores e livres, deve ter em vista um fim e um ideal dignos de si mesmo; deve escolher e dispôr os meios proprios para alcançal-os: é o que se chama a sabedoria.

2.º *A bondade.* — Por esta palavra não se deve entender a bondade intrinseca pela qual Deus é infinitamente perfeito, fonte e razão de tudo o que é bem; mas da bondade relativa de Deus, de sua beneficencia. Por este attributo especial, Deus é propenso a conceder espontanea e generosamente todas as qualidades de bens aos seres creados por seu poder, como tambem a desviar delles todas as especies de males. Si a bondade de Deus se manifesta a favor do peccador e tende a perdoar-lhe, chama-se *misericordia.*

3.º *A santidade.* — Por sua santidade intrinseca, Deus possúe essa rectidão e essa bondade moral que excluem delle, assim como de seus actos, qualquer vicio, qualquer defeito, a menor imperfeição. Por sua santidade relativa, Deus ama essencialmente a virtude e prescreve o exercicio della; por ella ainda, tem horror ao vicio e o prohibe. — A santidade tem por consequencia a *justiça*: por este attributo, Deus distribue a cada um o que merece ou o que lhe é necessario; aos bons, uma recompensa; aos máus, um castigo em proporção com os seus actos; a todos, os meios indispensaveis para alcançar o fim da sua existencia.

III. A Providencia.

15. — Por causa de sua importância, reservamos um estudo mais especial ao attributo divino chamado *Providencia*. Por esta palavra, entende-se o governo universal e permanente pelo qual Deus, occupando-se sempre das cousas creadas, as conduz e dirige, cada uma para o seu fim particular e todas para um fim geral e commum.

Certos philosophos *deistas*, com J. J. Rousseau, bem que reconhecendo um Ser supremo que creou tudo, pretendem que este Ser não se importa com suas creaturas e negam, por conseguinte, a *Providencia*.

Ora, 1.º *a razão* nos diz que Deus, summamente sabio, não poude crear e não póde conservar o mundo sinão para um fim digno de si, e é obrigado por sua honra propria a dirigil-o para este fim por meios efficazes. Deus que, por bondade, deu existencia ás suas creaturas, tem que se importar com ellas e cuidar dellas com amor, pois que é bom. Sendo infinito e todo-poderoso, não fica sobrecarregado com o governo do mundo, e portanto, cada creatura ha de ter uma parte na sua solicitude. Mas ter esta noção da divindade, é crer na Providencia e affirmar sua existencia.

2.º E' preciso admittir uma verdade quando se funda sobre a *crença universal* dos homens. Ora, um consentimento unanime do genero humano reconhece a Providencia tanto geral como particular. Todos os legisladores, todos os philosophos da antiguidade, entre outros, Pythágoras, Platão, Cícero, Séneca, e com elles todos os povos, professaram o dogma de um Deus moderador das cousas humanas. Com effeito por toda a parte, no mundo antigo e no mundo novo, encontram-se templos, altares, sacrificios, supplicações, hymnos de gratidão. Ora, Cícero, com o seu bom senso, disse: «Si os deuses não

pódem ajudar-nos, para que lhes prestar um culto, para que honral-os, para que especialmente dirigir-lhes supplicas (1)?»

3.º *A experiencia* nota que, na ordem physica e moral, se mantem maravilhosa harmonia. Ora, isto não póde ser sinão o resultado de uma Providencia. Sim, no mundo physico, os astros do firmamento percorrem sempre a mesma via, as estações, os dias e as noites se succedem; os elementos permanecem constantes no seu equilibrio; a organização das plantas e dos animaes, e de suas especies, fica encerrada numa ordem invariavel. No mundo moral, não menos inabalaveis são as bases e as leis: apesar das paixões humanas, sempre a consciencia nos prescreve certos deveres; a satisfacção ou o remorso são a consequencia da virtude ou do vicio. Afinal, o homem, particularmente, sente que acima de si ha uma poderosa mão que conduz tudo a seus designios, e esta mão providencial, Bossuet nol-a mostra, na sua *Historia universal*, dirigindo o destino dos povos. Portanto, assim como a vista de um Estado bem constituido nos impelle a proclamar a presença de um sabio governo, assim a contemplação da regularidade do mundo physico e moral nos constrange a concluir logicamente a existencia da Providencia.

16. — *Refutação das objecções.* — Comtudo, os sophistas oppõem a esta verdade algumas *objecções* tiradas da presença do mal physico e moral.

1.º «Ha no mundo desordens physicas, monstruosidades, animaes malfazejos, cataclysmos da natureza, etc. Ora, tudo isto não existiria si o universo fosse governado por uma Providencia infinitamente sabia.»

R. — A Providencia divina opera com o concurso efficaz e constante das causas segundas. Porque seria Deus obrigado a impedir-lhes os effeitos, particularmente

(1) *De Natura deorum*, lib. I, n.º 1.

si fôrem um castigo merecido? Por acaso, será Deus constrangido a produzir em tudo o mais perfeito? Afinal, conhecemos o plano geral dos seus designios, e quem nos assegura que aquellas desordens apparentes não contribuem á execução do plano providencial?

2.º «O homem é sujeito á dôr, ao trabalho, á doença e á morte. Soffre da ignorancia, da inclinação ao mal, etc. Como conciliar todas estas miserias com uma providencia justa e paterna?»

R. — Deus não está obrigado a impedir o que é uma consequencia natural da constituição dos seres: ora, todos esses males são inherentes a nossa natureza humana. Aliás, a bondade divina mitiga esses males por consolações e soccorros; ella os impõe como um castigo merecido, ou os permitte como um exercicio proposto á virtude, para augmentar os nossos meritos e as nossas recompensas. «A tribulação, diz Montaigne, é para a alma um como martello que nella malha e que, malhando, a lustra e desenferruja.» Portanto, tudo isso não é mais do que um mal relativo, e podemos transformal-o em um bem verdadeiro.

3.º «Comtudo, ha mais do que os males individuaes: notam-se as desordens sociaes, a desigualdade das condições, a partilha tão desproporcionada dos bens terrestres; como conciliar tudo isto com uma Providencia equitativa?»

R. — Deus, que nos tirou do nada, não deve a cada um sinão os meios necessarios para chegar a seu fim, e não está forçado a tornar suas liberalidades iguaes para todos. Aliás, a desigualdade das condições é, muitas vezes, consequencia da conducta do homem e resultado de sua negligencia ou de sua incapacidade, e não effeito da acção de Deus. Todavia, ella tem suas vantagens; concorre á harmonia do mundo, liga o pobre ao rico, o fraco ao poderoso, e contribue a estabelecer, na sociedade

humana, o laço da fraternidade. Afinal, temos que nos lembrar que a vida presente não é o fim definitivo, que somos devedores á justiça de Deus, sinão pessoalmente, pelo menos em virtude do grande principio da reversibilidade das culpas e dos merecimentos, dos soffrimentos e das expiações.

4.º «Emfim, por que meio, com uma Providencia justa e santa, explicar o mal moral? O peccado e os crimes commettidos pela humanidade poderão ser compativeis com o dogma da Providencia?

R. — Deus, depois de conceder a liberdade ao homem, deixa-lhe o poder de usar e abusar della. O abuso dessa liberdade tem que ser attribuido, por força, não a Deus, mas sim, ao homem. E' este o responsavel por sua perda, porque o Creador não lhe recusa os meios de alcançar seu fim, a felicidade; porém, acha bom que a mereça pela pratica de bôas obras e pelo bom uso da liberdade. — Além disso, nenhum attributo de Deus acha-se lesado pela existencia do mal moral. Sua justiça não soffre desse mal, porque concede ao homem o soccorro sufficiente, e lhe recompensará a fidelidade como ha de castigar-lhe a revolta; a sabedoria divina permanece intacta, porque sabe tirar o bem do mal; os crimes de uns pódem servir ao aperfeiçoamento dos outros, e, um dia, as razões da Providencia nos revelarão sua infinita sabedoria; a bondade de Deus não deve chegar ao ponto de nos tirar o grande dom da liberdade, mesmo quando delle abusamos; e emfim a santidade divina não é inconciliavel com o mal moral: permittindo-o, Deus não o approva, não o autoriza, nem mesmo se poderia dizer que o tolera ou a elle se mostra indifferente, porque sempre o prohibe, ás vezes o castiga neste mundo com penas exemplares, e resolveu castigal-o na outra vida com supplicios eternos.

Concluamos, pois: «A Providencia está sufficientemente vingada. Neste ponto, não ficam outras incertezas sinão as que são inseparaveis de todas as altas questões de que se póde occupar o espirito humano.» (*Conferencia* de Monsenhor Frayssinous, t. I, *A Providencia.*)

CAPITULO II

DO HOMEM

Noção do homem. — Divisão deste capitulo.

17. — O homem é uma criatura racional composta de uma alma e de um corpo. Chamamos *corpo* ou materia uma substancia extensa e inerte, composta de uma aggregação de partes, e não possuindo por si mesma nenhuma actividade espontanea. A *alma*, pelo contrario, é uma substancia immaterial e simples, intelligente e activa, e que, em certas operações, é independente dos orgams.

Entre os seres creados por Deus sobre esta terra e governados por sua Providencia, o homem occupa o primeiro lugar. A sua superioridade não provem delle ter o corpo mais perfeito que os animaes, conforme o que disse o poeta Ovidio:

Os homini sublime dedit, cœlumque tueri
Jussit et erectos ad sidera tollere vultus...

Si o homem lhes é superior, é porque é dotado de uma alma intelligente, creada á imagem de Deus: antes de tudo, é, segundo santo Agostinho, *anima terreno corpore utens,* ou como disse de Bonald: «uma intelligencia servida por orgams.»

Neste capitulo, consagrado ao estudo do homem, temos que nos occupar especialmente de sua alma, e,

depois de ter demonstrado sua *existencia*, diremos qual é sua *natureza* e quaes são suas propriedades essenciaes, provando: 1.º que é uma substancia immaterial e espiritual; 2.º que é livre; e 3.º que é immortal.

ARTIGO I

Existencia da alma.

I. Em principio, todos admittem sua existencia. — II. Diversas opiniões sobre a sua natureza: materialismo e positivismo. — Espiritualismo.

18. — I. O espírito humano, quando se concentra em si mesmo, nota factos, depara com phenomenos que não pódem ser attribuidos á materia inerte, e que, por conseguinte, deixam suppôr, em nós, uma causa differente de nosso corpo organico, visto que não ha effeito sem causa. Ora, os phenomenos verificados pela observação psychologica pódem se resumir em tres classes. A philosophia reconhece factos *sensiveis*, factos *intellectuaes*, factos *voluntarios*, e a cada uma dessas classes corresponde uma faculdade: a sensibilidade, a intelligencia, a vontade. Mas essas diversas faculdades não pódem subsistir em si mesmas; pertencem a um ser que nos é intrinseco, em que ellas têm o seu principio. E' este ente que chamamos *alma humana*.

19. — II. Toda a philosophia antiga e moderna achase de accordo neste primeiro ponto. Mas é quando se trata de definir a natureza dessa alma, que as divergencias se produzem. Sem duvida, certo numero dos melhores e mais autorizados philosophos, Sócrates, Platão, Aristóteles, Xenócrates, Pythágoras, Cícero, faziam da alma um ser immaterial e simples, distincto do corpo. Mas, em geral, os philosophos antigos não desprendem sufficientemente a alma da materia: consideram-na quer como um fogo subtil, quer como uma porção de éther, quer como uma

harmonia dos quatro elementos, uma especie de fluido espalhado por todo o corpo. Epicuro, Lucrecio e as escolas por elles fundadas, déram o ser ao *materialismo*, doutrina que, degradando a alma humana, quer confundil-a com a materia.

Desde um seculo, o materialismo reergue a cabeça e bem que Pascal qualifique os partidarios desta seita «não de philosophos, mas de mentirosos,» Helvecio (1715-1772), o barão de Holbach (1723-1789), Cabanis (1715-1808), Broussais (1772-1838), trabalharam por supprimir a alma. Para elles, «o homem é um ser moral, porque é sensivel, e é sensivel, porque tem nervos.»

Em nossos dias, o materialismo muda de nome: chama-se *positivismo*, mas a doutrina permanece a mesma sob esta designação que pretenderia dar-lhe um caracter mais scientifico. Partindo deste principio que não ha nada de real a não ser a materia e as forças que lhe são inherentes, o positivismo devia chegar a esta consequencia: Não ha alma, no sentido habitual da palavra, não ha ente espiritual; a idéa, o pensamento, não são mais que productos, secreções do cérebro.

Eis o que affirma o positivismo pela bocca dos seus partidarios mais celebres: Littré, Alfredo Maury, Taine, Renan. «A palavra alma, diz Littré, é um termo que, em biologia, considerado anatomicamente, exprime o conjuncto das funcções do cérebro e da medulla espinhal; e, considerado physiologicamente, o conjuncto da sensibilidade encephalica (1).» Mais adiante, definindo o homem, escreve: «E' um animal mammifero, da ordem dos primatas, familia dos bimanos, caracterizado por uma pelle com pellos raros.» Para Littré, «a alma é a resultante da materia, como um concerto que resulta dos instrumentos de musica (2).» Tal é, pois, o positivismo: a

(1) *Diction. des Sciences médicales.*
(2) *Revue des Deux-Mondes*, abril de 1858.

negação da alma humana, assim como a negação de Deus.

Mas contra essa escola materialista, é preciso lembrar aquella outra, muito mais numerosa e mais imponente pelo talento e pela autoridade, que é chamada *espiritualista.* Affirma e ensina que a alma é immaterial, *espirito,* simples, uma, distincta, por conseguinte, do corpo cuja essencia é ser materia. Esta doutrina, ao mesmo tempo mais racional e mais consoladora, tem a seu favor o bom senso do genero humano e o espirito esclarecido dos melhores philosophos, que sempre estabeleceram uma distincção essencial entre estas palavras: espirito e materia, alma e corpo.

Nos tempos antigos, o espiritualismo foi altamente professado por Sócrates, Platão, Cícero, Séneca; nos seculos christãos, por Orígenes, Tertuliano, santo Agostinho, e todos os Padres da Igreja; nos tempos modernos, por Descartes, Bossuet, Fénelon, Leibniz, Malebranche, Pascal, Newton, Kepler, Linneu, Buffon, Cuvier, etc. Em nossos dias, conta entre seus defensores os sabios mais illustres: Ampère, Cauchy, Récamier, Nélaton, Flourens, etc.

A certeza da existencia de uma alma immaterial e espiritual, distincta do corpo, apparecerá na these seguinte.

ARTIGO II

Simplicidade e espiritualidade da alma.

I. A alma, na sua natureza, é uma substancia simples e immaterial. — II. Em certas operações, é independente dos orgams, e, por conseguinte, espiritual. — III. **Refutação das objecções.**

20. — I. Por estas palavras: *simplicidade da alma,* entendemos que a alma não é um ser formado, como os corpos, por uma aggregação de partes juxtapostas, e occupando certa extensão no espaço. A alma, é, portanto, uma *substancia simples e immaterial.* E' uma substancia,

porque nem as operações interiores que se produzem em nós, como sentir, conhecer, querer; nem as faculdades que as produzem, a sensibilidade, a intelligencia, a vontade, subsistem em si mesmas: precisam de um ser que as leve e sustente, e este principio é uma substancia. Mas este ser, que é a nossa alma, é simples e immaterial.

E' um principio geral que todo o effeito é da mesma natureza que a causa que o produz, e que a causa contem eminentemente as qualidades do effeito. Ora, não ha nada tão simples e immaterial como estas tres operações da nossa alma: pensar, comparar, querer; portanto, a simplicidade ou immaterialidade da alma se prova facilmente por meio de cada uma destas tres faculdades.

1.º *Pela faculdade de pensar.* — Nossos pensamentos são absolutamente simples, immateriaes, indivisiveis, não têm nem peso, nem extensão, nem côr. Suas propriedades, em summa, estão em opposição manifesta com as do composto e da materia: por conseguinte, seu principio productor, ou a alma é igualmente simples e immaterial.

2.º *Pela faculdade de comparar.* — A alma faz a comparação entre varias idéas, dellas conhece as relações; une-as ou sepera-as no juizo. Ora, estas comparações exigem que o agente que compara, seja simples; de outro modo, não poderia perceber simultaneamente os elementos da comparação e depois tirar um juizo. O mesmo se dá com sensações. Ouço uma música, vejo homens, respiro um perfume: noto a differença que existe entre essas sensações, comparo-as, declaro qual é a mais agradavel. Contudo, essas sensações affectavam differentes partes de meu corpo. Quem as reuniu e comparou? Um agente unico; portanto, a alma é simples e immaterial. Bayle, sceptico famoso do seculo XVII, achava este raciocinio sem replica: «Póde-se dizer sem hyperbole, escreveu elle, que é uma demonstração tão certa como as da geometria.»

3.º *Pela faculdade de querer.* — Nossa vontade se determina segundo um conhecimento. Ora, o agente que conhece o que queremos, deve ser simples, porque, si fosse composto, o conhecimento estaria numa parte, a volição em outra, o que é impossivel e absurdo, a vontade não podendo exercitar-se sinão segundo o conhecimento. Logo, a alma, que é o principio que conhece e quer, é simples.

21. — II. Por estas palavras *espiritualidade da alma*, entendemos alguma cousa mais precisa que a simplicidade e a immaterialidade. A espiritualidade exige não só a ausencia de toda a composição e extensão, mas tambem a independencia intrinseca de toda a materia. Uma substancia espiritual é pois aquella que 1.º é simples; e 2.º na sua existencia ou nas suas operações não depende da materia, mas póde, pelo menos em certas circumstancias, operar sem o concurso de orgams materiaes. Ora, tal é a *alma humana*, nisto differente da *alma dos brutos*.

Com effeito: 1.º a intelligencia discerne e percebe objectos completamente inaccessiveis aos sentidos: por exemplo, Deus, o infinito, o verdadeiro, o bello, o bem, o dever... A alma os concebe como immateriaes, e lhes attribue propriedades inteiramente espirituaes. Ora, estas operações não pódem depender de um orgam material. Por conseguinte, a alma é de natureza espiritual, pois que a operação segue o ser.

2.º A alma conhece as proprias cousas sensiveis, mas de modo muito mais eminente que si as conhecesse só pelas impressões organicas: concebe as noções de ser, de finito, de substancia, de modo, de verdade, de belleza, etc. Ora, este modo de conhecer não pertence a uma faculdade organica, mas sim, espiritual.

3.º A vontade, por sua vez, procura bens inaccessiveis aos sentidos e a seus appetites. Precisa do bem infinito, do bem moral, da virtude, da ordem, da honra,

da sciencia, etc. Prefere estes bens aos bens sensiveis, os unicos que a poderiam commover si fosse uma faculdade organica. A mais, exerce pleno dominio sobre suas proprias operações: determina-se por si mesma a fazer ou não fazer qualquer cousa. Ora, si estivesse ligada aos orgams, para se resolver a um acto, precisaria da presença do objecto deste acto; pelo contrario, muitas vezes, a vontade se determina em detrimento dos orgams, e escolhe o que lhes é contrario: logo, é independente dos orgams, e, por conseguinte, immaterial e espiritual, e o agente em que reside é igualmente espiritual.

III. — Refutação das objecções.

22. — I. — *Contra a immaterialidade da alma.*

1.º «Nunca teremos uma noção completa e adequada dos corpos, nem mesmo dos phenomenos psychologicos; portanto, não podemos affirmar com certeza, que o pensamento e a materia sejam contradictorios.»

R. — Não é necessario que tenhamos a noção absolutamente completa dos corpos para pronunciar que ha incompatibilidade entre o pensamento e a materia; basta demonstrar que a materia e o pensamento têm propriedades contradictorias. O aperfeiçoamento dado á materia não lhe muda a natureza e nunca conseguirá tornal-a capaz de produzir effeitos immateriaes, como o pensamento.

2.º «Leibnitz ensina que os elementos da materia são simples: portanto, pelo menos neste systema, a materia póde ser dotada da faculdade de pensar.»

R. — Primeiro, não está provado que o systema de Leibnitz seja certo e admissivel; mas, ainda que o fosse, seria preciso admittir distincções. Uma cousa é a simplicidade, outra é a espiritualidade. Bem que simples no estado ideal, um elemento material, no estado de existen-

cia, fica sempre composto, incapaz de produzir o que é um e indivisivel como o pensamento; por conseguinte, é preciso que a alma seja espiritual.

23. — II. — *Contra a espiritualidade da alma.*

1.º Não se poderia dizer que é o cérebro que produz o pensamento? Recebendo as impressões feitas sobre os orgams, elabora-as e reenvia-as transformadas em idéas, do mesmo modo que o estomago elabora as substancias nutritivas e as transforma em nosso sangue.» /

R. — Esta comparação é muito imperfeita e não explica cousa alguma. Na digestão do estomago, os alimentos recebidos, são, na verdade, transformados: mas suas qualidades novas não são incompativeis com um ser material, e, assim modificadas, permanecem dentro da natureza das cousas materiaes: a chimica faz outro tanto. Ora, na pretensa digestão do cérebro, orgam material, as impressões seriam de tal modo transformadas que as novas qualidades adquiridas não teriam mais nenhuma propriedade da materia, nem extensão, nem forma, nem côr; essas impressões teriam mudado de natureza e se teriam tornado agentes de propriedades immateriaes. A hypothese materialista é pois inteiramente gratuita e desarrazoada.

2.º «A alma soffre todas as vicissitudes do corpo, envelhece com elle: até suas operações intellectuaes estão sujeitas ás influencias organicas. Logo, a alma não é outra cousa sinão o proprio organismo.»

R. — Sim, existe uma relação certa, incontestavel entre o corpo e a alma, especialmente entre o cérebro e o exercicio da intelligencia; isto prova a sua união, mas, de modo nenhum, a sua identidade. Esta relação não prova mais que uma cousa, é que a alma se serve do corpo, como de um instrumento muitas vezes necessario

na vida presente, para exercer suas funcções; por conseguinte, soffre as consequencias das suas vicissitudes, como um artista soffre as vicissitudes de seu instrumento; porém, a alma não fica menos distincta do corpo. Uma organização franzina e doentia encerra ás vezes grande alma; muitas vezes uma alma deprimida anima um corpo robusto. Em certos anciãos enfraquecidos, a alma nada perdeu da sua intelligencia e da sua energia. Emfim não se viu já, com a perturbação da saúde e lesões organicas até muito graves, subsistirem muito regulares, os actos da intelligencia e da vontade? Logo a dependencia da alma, a respeito do corpo, não impede a sua espiritualidade.

3.º «Ha, entre o homem e os animaes, grandes semelhanças; á vista disso, para ser logico, seria preciso dizer que os animaes, tanto como o homem, têm uma alma simples e espiritual.»

R. — Entre o homem e os animaes, notam-se, effectivamente, certas semelhanças physicas; mas ha entre elles, intellectual e moralmente, uma differença enorme. O animal possue um instincto natural, sente a dôr physica, e admittimos, com o senso commum, — contra Descartes e Malebranche, os quaes, no animal, não viam mais do que uma machina, — que os animaes receberam uma como alma sensitiva, dotada de percepções e conhecimentos sensiveis. Comtudo, o animal não tem alma espiritual; suas operações não passam além do instincto; é desprovido de intelligencia e de razão; é incapaz de formar idéas universaes, de julgar e raciocinar; nada aperfeiçôa; não inventa cousa alguma; não têm idéa alguma do bem, da justiça, da belleza; não se eleva até a idéa de Deus nem ao conhecimento de suas perfeições. «A reflexão é o limite que separa a intelligencia do homem da dos animaes (1).» Por conseguinte, o animal

(1) Flourens, *De l'instinct de l'intelligence des animaux.*

é simplesmente vivificado por um principio substancial, simples e indivisivel, dependente do corpo em todas as operações, e destinado a não lhe sobreviver (2). A alma humana, pelo contrario, é, ao mesmo tempo, simples e espiritual, dotada de intelligencia, de liberdade e de immortalidade.

ARTIGO III

Liberdade da alma.

I. Noção do livre arbitrio. — II. Provas da liberdade da alma. — III. Refutação do fatalismo. — IV. Solução das objecções. Conciliação da presciencia de Deus e da liberdade humana.

24. — I. O magnífico privilégio da natureza humana, é a *liberdade*. Ahi apparece toda a dignidade do ser intelligente; ahi é que mais brilha a sua superioridade sobre a natureza animal.

A liberdade de que aqui se trata, é o poder que nossa alma possue de dirigir suas determinações. E' o direito de querer e escolher uma cousa de preferencia a outra: chama-se igualmente *livre arbitrio*. O exercicio desta liberdade, dizem os philosophos, implica primeiro o conhecimento do fim que se quer alcançar, depois uma deliberação, acto mais ou menos rapido da intelligencia; em seguida, a eleição, ou escolha feita pela vontade; vem afinal a execução, que não é indispensavel ao acto livre da vontade.

O *fatalismo* nega a liberdade. Mas este erro grosseiro tem aspectos multiplos. Ás vezes, supprime completamente a liberdade: assim faziam os estoicos, que admittiam um destino, — *fatum*, — divindade tão cega quão inexoravel, a quem tudo era submisso entre os homens e entre os deuses; ainda são assim os discipulos de Mahomet que dizem: «Estava escripto!» Em virtude de principios diversos, os astrologos, os pantheistas, os

(2) Bossuet, *Connaissance de Dieu*, cap. v.

materialistas, os protestantes negam ou diminuem a liberdade humana. Em nossos dias, a escola positivista e physiologista chega ás mesmas conclusões, attribuindo todas as determinações ás influencias do meio, do clima, do temperamento, da época, etc.

25. — II. Contra todos esses erros, affirmamos que a *alma é livre* e o provamos: 1.º Pelo *senso intimo* e pela *consciencia;* 2.º pela *razão* e pelos argumentos que tira da mesma natureza da vontade; 3.º pela *fé universal do genero humano.* — Esta demonstração se completa pelas consequencias absurdas e monstruosas do *fatalismo.*

1.º *Prova tirada do senso intimo e da consciencia.* — «Escute-se e consulte-se cada um de nós, diz Bossuet, e conhecerá que é livre, como sentirá que é racional.» Quero uma cousa, porém, sinto que a quero livremente; antes de me determinar a andar ou a sentar, verifico minha liberdade; durante a escolha e a execução de meus actos, a consciencia me affirma que goso de minha liberdade; depois de feito o acto, approva-me ou censura-me: porque eu podia resolver-me ou não me resolver a isso.

«A verdade do livre arbitrio e seu exercicio diario é de uma evidencia tão intima, e, ao mesmo tempo, tão invencivel, que nenhum homem, a não ser que esteja sonhando, póde duvidar della na pratica.» (*Fénelon*). J. J. Rousseau é deste parecer: «Ouço muito raciocinar contra a liberdade do homem, diz elle, porém, desprezo todos esses sophismas, porque, por mais que um argumentador me prove que não sou livre, o sentimento interior, mais forte que todos os raciocinios, sempre os desmente.

2.º *Prova de razão,* tirada da propria natureza da vontade. — A vontade aspira ao bem; ella o quer sem limites. «O homem tem a intelligencia do bem, o sentimento do dever e o amor da virtude. Comprehender-se-ia então que não fosse livre? Comprehender-se-ia que

Deus tivesse dado á sua creatura o discernimento do bem e do mal, o gosto pelo primeiro e o odio do segundo, sem lhe conceder o poder de escolher e de seguir esta inclinação natural? Isto fôra o supplicio de Tantalo. Estariamos reduzidos a invejar a sorte dos animaes.» Si o homem não fosse livre, si não pudesse dirigir a vontade e as forças da alma para o objecto de suas operações, a intelligencia só serviria para tornar mais requintado o supplicio desse homem. «Diriamos ao autor do homem: Porque nos infligistes semelhante tortura? Porque nos mostrates a fonte divina si não quereis permittir que a ella cheguemos nossos labios sedentos. Vós que assim nos affligis e de nós zombais, não sois nem bom, nem justo, não sois Deus e de vós se desvia o nosso coração.) (*Aulard.*)

3.º *Prova tirada da fé do genero humano.* — Todos os homens e todos os povos, mesmo quando admittem o principio do fatalismo, procedem sempre como si tivessem uma fé invencivel na liberdade pessoal. Todos têm na sua lingua a palavra *liberdade,* todos deliberam tanto em publico como em particular, compromettem-se por contractos e juramentos, approvam as bôas acções, ferreteiam as más. Ora, isso tudo suppõe a liberdade humana, porque, de que serve deliberar, empenhar-se, approvar o bem, censurar o mal, si o homem não fôr livre em seus actos?... A mais, sempre e por toda a parte, em todas as sociedades, até nas mais barbaras, achamos leis sanccionadas por penas e por recompensas. Qual seria a sua utilidade si o homem não fosse livre de as observar ou desrespeitar? Por toda a parte tambem, encontramos templos, orações e expiações. Ora, tudo isto é inutil si o homem fôr arrebatado, sem liberdade, para onde o impelle a necessidade. Logo, o genero humano acredita na liberdade.

26. — III. A existência da liberdade da alma acha-se confirmada pelas *consequencias* absurdas ou impias do *fatalismo*. — Que o homem não seja mais livre, e logo qualquer auctoridade torna-se illogica; a obediencia não é mais do que uma fraqueza; as noções de vicio e de virtude acham-se desprovidas de sentido; toda a differença entre o bem e o mal desapparece; o assassino e o martyr não merecem nem censura, nem elogio: não ha mais distincção entre Caim e Abel, entre Nero e são Pedro; toda a legislação é tão desarrazoada quão inutil, toda a deliberação é absurda e ridicula; qualquer contracto, qualquer promessa, é cousa derisoria. De que servem as acções de graças á Divindade? para que expiar? para que, emfim, a vida futura?

Afinal, com a liberdade pessoal desapparecem juntamente as bases da moral, e as obrigações particulares que ella impõe para com Deus, para com os nossos semelhantes, para comnosco. Ora, a gravidade das consequencias nos mostra a falsidade do principio: portanto, a alma é livre.

27. — IV. — SOLUÇÃO DAS OBJECÇÕES.

1.º *Objecção tirada da physiologia.* — «O temperamento, as paixões, os habitos, em resumo, a acção do physico sobre o moral, são a causa e o principio das nossas determinações voluntarias: por conseguinte, não somos livres.»

R. — Sem duvida, todas essas cousas pódem influir sobre a vontade e inclinal-a mais para um lado do que para outro. Nenhuma, porém, por si mesma, impõe á vontade uma necessidade irresistivel, e mesmo quando as experimentamos, ainda nos sentimos livres; ou si, em certos casos, a liberdade falta, é que ella está suspensa por um instante, sem ser radicalmente destruida.

2.º *Objecção tirada da psychologia.* — «A vontade não se determina sem motivo, e este motivo não é outra cousa sinão o bem. Logo, a vontade é fatalmente levada a escolher o maior bem: é o *determinismo.*»

R. — E' grande engano considerar a vontade como os braços de uma balança em equilibrio, os quaes se inclinam segundo os pesos. Os motivos pódem pesar sobre a vontade, mas nunca a violentam: sollicitam-na, porém, deixam-lhe o poder de resistir. A experiencia o demonstra: a alma é capaz de seguir os motivos ou moveis inferiores, e a razão pagã o reconheceu pela bocca de Ovidio:

> ... *Video meliora, proboque,*
> *Deteriora sequor.*

3.º *Objecção tirada da theologia.* — «Ha contradicção formal entre a presciencia de Deus e a liberdade do homem. Com effeito, o que Deus previu, acontece infallivelmente: portanto, não somos livres.»

R. — Esta difficuldade appareceu como insoluvel a muitos philosophos, e, para salvaguadar a liberdade do homem, sacrificaram em parte a presciencia divina, dizendo que não passava de simples conjecturas. Pretendemos conciliar a presciencia divina com a liberdade humana; mas ainda que esta conciliação fosse impossivel, apegar-nos-iamos a este parecer de Bossuet: «A primeira regra da logica, diz elle, é que nunca se devem abandonar as verdades uma vez já conhecidas, por maior que seja a difficuldade que temos em concilial-as com outras; pelo contrario, devemos agarrar fortemente as duas extremidades da corrente, ainda que não percebamos a parte central que as une.»

Comtudo, a contradicção entre a presciencia e a liberdade é somente apparente. Para a intelligencia divina, não ha passado nem futuro; para ella tudo acontece numa duração indivisivel. Deus não prevê;

vê todas as cousas como presentes, e, por conseguinte, a sciencia que Deus tem dos acontecimentos futuros não muda a natureza delles; vê que cumprimos livremente o que devemos fazer livremente. A determinação que a este respeito tomamos, não foi o effeito da presciencia de Deus; só foi o objecto dessa presciencia. Sem duvida, o que Deus previu, acontece infallivelmente, porém, não fatalmente. A previsão de um eclipse feita por um astronomo, não é a causa desse eclipse e não obsta em cousa alguma ao curso dos astros; do mesmo modo, a presciencia divina deixa inteira a nossa liberdade.

ARTIGO IV

Immortalidade da alma.

I. Provas principaes da immortalidade da alma: 1.º sua natureza; 2.º exigencias da lei moral. — II. Provas secundarias: 1.º seus desejos e suas necessidades: 2.º consentimento de todos os povos. — III. Refutação das objecções.

28. — «A immortalidade da alma, escreveu Pascal, é uma cousa que nos interessa tão profundamente, que é preciso ter perdido todo o juizo para ficar indifferente a este respeito. Todas as nossas acções e todos os nossos pensamentos devem tomar rumos tão differentes, conforme tivermos que esperar ou não esperar por bens eternos, que é impossivel emprehender qualquer diligencia com bom senso e discernimento, sinão regulando-a em vista deste ponto, que tem de ser o nosso primeiro objecto.» (*Pensamentos.*)

Como provas principaes da immortalidade da alma, apresentaremos: 1.º *sua natureza;* 2.º *a lei moral* cujo auctor é Deus; e como provas complementares: 1.º *os desejos e as necessidades de nossa alma;* 2.º *o consentimento de todos os povos.*

29. — I. — Provas principaes.

1.º *A natureza da alma exige a immortalidade.* — A simplicidade da alma implica sua não-decomposição, e sua espiritualidade conduz logicamente á idéa da sua permanencia depois da morte natural. Com effeito, o que chamamos *morte,* não é o aniquilamento, é uma decomposição ou dissolução, palavras que indicam uma separação das partes. Ora, a alma não tem partes: é espiritual e simples: não póde, portanto, estar sujeita á morte.

A este respeito, ouçamos Cícero: «A não ser que ignoremos a primeira palavra das sciencias naturaes, não podemos duvidar de que a alma seja outra cousa que uma substancia muito simples, sem mistura, sem composição, sem elementos diversos. Segue-se daqui que não se póde nem dissolver, nem dividir, nem romper, nem quebrar. E' pois immortal, porque a morte não é mais do que a separação, a desunião, o rompimento das partes que antes estavam ligadas e como que soldadas.» (*Tusculanas,* liv. 1.º, n.º 29.)

Mas a alma, si não póde ser decomposta, não poderia ser *aniquilada?* — Para aniquilar a alma espiritual, seria necessario, como para creal-a, um acto positivo da divindade, visto que aniquilar e crear são dois actos iguaes. Ora, Deus faria este milagre do aniquilamento da alma? Uma razão para affirmar que não, é que não se acha, na natureza, exemplo algum do aniquilamento de um ser. E' a sciencia que isto ensina. Depois da morte, o corpo do homem, o dos animaes, mesmo a planta, não são aniquilados, mas dissolvidos. Porque, por conseguinte, a alma, que é muito mais nobre, voltaria para o nada? Porque, para essa alma, faria Deus uma excepção á lei geral? A semelhante aniquilamento se oppõem sua sabedoria, sua justiça e sua bondade.

2.º *A lei moral*, cujo autor é Deus, exige a immortalidade da alma.

Com effeito, esta immortalidade é a consequencia de duas verdades por nós precedentemente estabelecidas: a liberdade humana e a justiça de Deus.

O homem é livre: tem o poder de observar a lei como de a violar. Mas a coragem exigida pela lucta entre a paixão e o dever faz nascer em nós a idéa do merito, e a cobardia manifestada em nossa alma pela derrota, desperta a idéa do desmerecimento. Ora, qualquer acção meritoria exige uma recompensa proporcionada ao esforço e ao sacrificio que ella custou; por seu lado, qualquer acção desmerecedora reclama um castigo em relação com a culpa. Assim deve ser com um Deus santo e justo. Mas, na realidade, todas as bôas acções são premiadas neste mundo segundo o seu merecimento? E' nesta terra que todas as más acções são castigadas conforme o seu gráu de desmerecimento? Por certo que não! «Embora eu não tivesse outra prova da immortalidade da alma sinão o triumpho do máu e a oppressão do justo neste mundo, disse J.-J. Rousseau, isto só me impediria de a pôr em duvida. Contradicção tão manifesta constranger-me-ia a resolvel-a, e diria de mim para mim: Não, nem tudo acaba para mim com a vida: na morte, tudo entra para o dominio da ordem.» (*Pensamentos.*) Portanto, a lei moral exige a immortalidade.

30. — II. — Provas complementares.

1.º *Desejos e necessidades de nossa alma.* — Instinctivamente temos horror á morte: invencivelmente desejamos viver e viver sempre, e isto, no mesmo momento em que tudo morre ao redor de nós. Não será este sentimento uma prova de que Deus nos creou par a vida e não para a morte?

Com esta ancia de sobrevivermos, experimentamos igualmente uma sêde inextinguivel de felicidade. Ora, emquanto ao redor de nós todos os seres vêm os seus desejos satisfeitos, o homem só não é feliz: por toda a parte mostra o seu desgosto, soffre e se queixa. Por acaso, Deus nos teria ludibriado? Teria collocado em nossas almas o desejo de viver e o desejo de ser feliz sem nunca os saciar? Não, tal não póde ser, e devemos concluir que sua justiça e sua bondade, um dia, numa vida melhor, satisfarão nossas esperanças. E' o grito de um celebre poeta incredulo e sceptico:

Revolva-me embora,
Soffro... Tarde é, velho se fez nosso planeta:
Immensa esperança atravessou a terra.
Para o céu é preciso levantar a vista.
(Alfredo DE MUSSET.)

2.º *Consentimento unanime dos povos.* — Todos os povos, por toda a parte e sempre, acreditaram na immortalidade da alma. As honras prestadas aos restos mortaes, as preces e as ceremonias funebres communs a todos os cultos, os tumulos e os mausoleus, são outras tantas provas desta crença. Ora, este consentimento unanime não póde provir sinão da verdade. Eis porque Cícero dizia: «Cremos, baseados no consentimento unanime de todos os povos, que a alma sobrevive ao corpo.» (*Tusculanas*, liv. I.) E Séneca accrescentava: «Quando se trata da immortalidade da alma, não é uma pequena prova este accordo universal das nações aterrorizadas pelo inferno ou ajoelhadas perante os deuses.» (*Carta*, 117.) Platão, falando da immortalidade da alma, não receia concluir: «Eis ahi uma verdade que é preciso crer, a não ser que se tenha perdido o juizo.» (*De Leg.*, XII.)

As provas de razão que demos da immortalidade da alma, demonstram de modo rigoroso a sua *sobrevivencia;*

a mais, estabelecem que esta sobrevivencia deve ser *eterna*. Por isso, a fé do genero humano, como resulta de todas as tradições, é que as penas e as recompensas da vida futura durarão eternamente.

A bondade de Deus não o inclinará a conservar eternamente feliz a alma que lhe fez a vontade? Seria completa a felicidade, si a cada instante estivesse ameaçada de acabar? Assim não pensava Cicero: «Si a vida bemaventurada póde perder-se, diz elle, é impossivel que seja a verdadeira ventura.» (*De finibus*, liv. II.) E' tambem o parecer de santo Agostinho e de santo Thomaz. Por razões analogas, não exige a justiça divina que os que, por uma vontade culpada, se fixaram no mal, soffram eternamente o castigo de seu crime? E' só com esta condição que o temor das penas se torna um freio poderoso para deter as paixões, e é por causa de uma esperança de bens eternos que a crença na immortalidade consola a desventura, anima a virtude, justifica a Providencia e explica perfeitamente o homem e o mundo moral (1).

31. — III. — Refutação das objecções contra a immortalidade da alma.

1.º O destino da alma é ser unida a um corpo: por conseguinte, não póde existir nem viver sem elle.»

R. — Sem duvida, no estado actual das cousas, a alma acha-se ligada ao corpo. Esta união é seu destino neste mundo, sua condição necessaria para conquistar o destino futuro; mas não é sua condição absoluta. O corpo e a alma têm naturezas distinctas, existencias proprias, e, até durante esta vida mortal, a alma exerce tanto melhor suas funcções, quanto mais estiver subtrahida á influencia do corpo, como se nota no *somnambulismo*. A distracção da alma é um como preludio a uma separa-

(1) Monsenhor Frayssinous, *Défense du christianisme*, t. I.

ção mais completa que se realiza na morte. Então, o corpo se dissolve, a alma se desprende, se encontra mais perfeitamente a si mesma e sobrevive. — Além disso, si a objecção fosse seria, teria sua solução no dogma da resurreição dos corpos.

2.º «A prova tirada da lei moral não tem valor algum: com effeito, o vicio e a virtude acham uma sancção sufficiente neste mundo: 1.º no remorso ou na alegria da consciencia; 2.º no desprezo publico ou na estima dos homens. Por conseguinte, não é necessario recorrer a uma sancção na vida futura.»

R. — A sancção do vicio e da virtude é rara neste mundo, muitas vezes é incompleta, insufficiente. Em primeiro lugar, nem sempre o remorso é o castigo do vicio. O criminoso se acostuma a uma espantosa tranquillidade, e, ás vezes, por faltas leves, o remorso lança o desassocego em almas honestas. A alegria da consciencia é desconhecida das almas timoratas bem que fieis. A morte acaba com o remorso e priva das alegrias da consciencia aquelle que morre durante o acto mesmo da dedicação e do heroismo: logo, nem o remorso, nem a paz são uma sancção sufficiente. — Quanto ao desprezo publico, todos sabem que não alcança muitos culpados. Innumeros crimes disfarçados escapam ás vistas dos homens! E tambem, quantas virtudes escondidas, quantos actos meritorios não conseguem apparecer, ou perderiam o valor ao mostrar-se! Portanto, a opinião dos homens e a justiça humana não são uma sancção nem universal, nem sufficiente. A lei moral exige a vida futura e a immortalidade da alma.

CAPITULO III

NECESSIDADE DA RELIGIÃO

Idéa exacta da Religião. — Divisão deste capitulo.

32. — Entre estes dois seres já estudados, *Deus,* infinitamente perfeito, creador e soberano senhor de todas as cousas, e o *homem,* creatura feita á imagem de Deus, dotada de intelligencia, de liberdade e de immortalidade, poderão e deverão existir certas relações? Sim, por certo. A nossa razão o affirma e todos os povos assim o têm acreditado. Nesta convicção descansam todas as religiões que se encontram no mundo.

Ainda não dizemos em que consistirão estas relações, porém, concebemos que um vinculo deve ligar o creador e a creatura. Conhecemos sufficientemente a Deus para saber que o Ente soberano se inclina com bondade e amor para a sua creatura, afim de lhe prodigalizar todos os bens: não será tambem natural e justo que o homem, do seu lado, reconhecendo sua fraqueza e sua impotencia, procure a Deus? Ao espectaculo das infinitas perfeições de Deus, o homem se confessa tributario desta Majestade; offerece-lhe a homenagem de sua gratidão, invoca-a, esforça-se por lhe agradar com sua humildade, seu amor, sua submissão. Eis a parte do homem. Mas, Deus, por sua vez, inclina-se e desce, ou antes, sem esperar por nossos esforços, é o primeiro a approximar-se e dá, por assim dizer, o signal: vem a nós pelo soccorro, pelo perdão, pelo beneficio e, por conseguinte, tambem pelo amor.

Ora, isso tudo constitue a Religião, e sustentamos que este commercio é indispensavel, necessario do lado de Deus, necessario igualmente da parte do homem.

Vamos proval-o invocando como testemunho: 1.º *a natureza de Deus e a natureza do homem,* que reclamam

estas relações; 2.º *a necessidade* que o *homem* tem da Religião para ser feliz; 3.º afinal, a *necessidade* que as *sociedades* têm tambem da Religião para se manter na ordem e na estabilidade.

ARTIGO I

A natureza de Deus e a natureza do homem exigem uma Religião.

I. A natureza de Deus exige nossas homenagens e nossa dependencia. — II. A natureza do homem lhe impõe deveres que se resumem na Religião. — III. Solução das difficuldades.

33. — I. O Ente infinitamente grande, poderoso e santo, a quem chamamos Deus, não é um extranho para nós. E' nosso Creador; a elle somos devedores do ser e da vida. E' tambem a nossa Providencia; a cada instante conserva-nos por seu poder e por sua bondade. E' pois para nós um bemfeitor e um pae. Comtudo, ao mesmo tempo que tem por attributo a bondade e a misericordia, possue, no mesmo gráu, a ordem e a justiça; e, por conseguinte, deve necessariamente querer por toda a parte ordem e justiça perfeita.

Que cousa será reclamada pela ordem?... Em primeiro lugar, e antes de tudo, que a creatura fique, em relação com o seu autor, na subordinação e na dependencia. Sim, está na ordem que o Ser omnipotente, infinito seja honrado, respeitado por sua creatura intelligente. Que cousa será exigida pela justiça?... Que o homem, cumulado de beneficios por Deus, seja grato para com seu bemfeitor, e pois que sua bondade nos gratificou com estes dons incomparaveis, uma vontade livre, um coração capaz de amar, a justiça reclama que o homem conceda a seu soberano senhor inteira submissão, a seu Deus infinitamente amavel, a homenagem de um coração cheio de gratidão. Será Deus livre de supprimir essas relações de dependencia, de submissão e de amor?

Não, a sua natureza a isso se oppõe; e pois que Deus é a ordem infinitamente sabia, a justiça infinitamente perfeita, deve exigir de nós semelhantes homenagens, e dellas não póde dispensar ninguem sem derogar á sua natureza perfeita e divina.

34. — II. Por sua vez, a natureza do homem quer as mesmas homenagens de dependencia e de respeito. Com effeito, o homem foi creado em condições especiaes. Como o seu divino autor, é intelligente, livre, capaz de amar. Ainda mesmo que não tivesse esses gloriosos privilegios, deveria já tender para Deus, porque toda a creatura foi feita para Deus. Mas justamente porque é intelligente e conhece sua origem e seu fim, porque é livre e póde fazer nobre uso de sua liberdade, porque é capaz de amar e dispõe de seu coração, o homem não deve pensar, agir e trabalhar sinão para Deus: é este seu fim supremo, é este seu destino glorioso, e qualquer outro fim não só seria inferior a Deus, mas ainda seria indigno do homem. Por conseguinte, o homem se deve a Deus completamente, corpo e alma, coração e vontade: deve-lhe a homenagem da intelligencia, pela fé; a homenagem do coração, pelo amor; a homenagem da vontade livre, pela obediencia; a homenagem do corpo, pelos signaes exteriores da adoração e da dependencia: em resumo, deve a Deus uma *Religião.*

35. — III. *Solução das difficuldades.* — 1.° «Mas, dir-se-á que Deus não precisa de nossas homenagens: nossa fidelidade não o torna mais feliz, nem nossas revoltas o fazem mais infeliz.»

R. — E' verdade, nossa indifferença não é capaz de alterar a felicidade de Deus; nossas homenagens não pódem augmentar-lhe a gloria, nem nossas revoltas diminuil-a. Comtudo, como já dissemos sufficientemente, este culto de dependencia é conforme á ordem, é segundo a justiça, e Deus, que é a mesma ordem e justiça, não

póde eximir-se de exigil-o. Podia deixar de nos crear; mas, pois que somos obra de suas mãos, seu dominio sobre nós é inalienavel; nosso culto, em summa, não é util a Deus, mas além de ser do dominio da ordem, é salutar e vantajoso para nós.

2.º «Deus é infinitamente grande, e o homem infinitamente pequeno: então, julga-se que Deus se ha de dignar abaixar os olhares até nossa baixeza, ou que nossas homenagens possam chegar até seu throno?»

R. — Não se dá com Deus a mesma cousa que com os principes da terra, junto aos quaes nem todos pódem chegar. Deus, sem prejudicar á sua grandeza, póde receber as homenagens de suas mais infimas creaturas. Não achou indigno delle creal-as, e com bondade as conserva; porque, neste caso, desdenharia importar-se com ellas e receber suas homenagens? Demais, será o homem tão pouca cousa? Leva na intelligencia e no coração os traços da divina semelhança; não será isto sufficiente para que Deus goste particularmente do respeito e da submissão do homem?

3.º «Não será a divindade acabrunhada ou pelo menos importunada com a multidão e a variedade de nossas homenagens?»

R. — Não, porque Deus, por sua sciencia infinita e por sua omnipotencia, sem pena e sem esforço, abarca numa só vista e abrange num só acto o universo com a immensidade dos seus detalhes. Ora, creado á imagem de Deus, o homem occupa um lugar importante na creação universal, e não é possivel que Deus desconheça as homenagens deste ser intelligente ao qual deu uma razão para que conhecesse seu autor, e um coração para que lhe pagasse o tributo do amor.

Concluamos que todas as objecções que nos provêm de J.-J. Rousseau e dos *deistas,* seus adeptos, sob o pretexto de manter illesas a honra e a tranquillidade de Deus, não tendem a outra cousa sinão a favorecer o

orgulho ou a negligencia do homem: não pódem alcançar os grandes principios que logicamente deduzimos de um conhecimento mais serio e mais minucioso da natureza de Deus e da natureza do homem.

ARTIGO II

O interesse e a felicidade do homem exigem uma Religião.

I. Dois elementos de felicidade: 1.º a paz do espirito; 2.º a paz do coração. — II. E' somente na Religião que se acha a paz do espirito. — III. Só a Religião dá a paz do coração.

36. — I. O homem é criado para a felicidade: sente-o, e todas suas aspirações, todos seus esforços tendem á conquista da felicidade. Comtudo, sendo uma creatura intelligente, precisa de uma felicidade differente da dos gozos materiaes: nem as riquezas deste mundo, nem as alegrias da terra, nem a satisfação dos sentidos pódem matar esta sêde inextinguivel. De que necessita então o homem para ser feliz? Os verdadeiros sabios verificaram, e a experiencia lhes deu razão, que os dois elementos de felicidade mais certos são a tranquillidade do espirito e a paz do coração.

Ora, a Religião, e unicamente a Religião, póde dar esta tranquillidade do espirito e esta paz do coração; e neste duplo ponto de vista, podemos dizer que a Religião é necessaria ao homem.

37. — II. *A paz do espirito* não póde existir quando, na alma, ha incerteza e duvida sobre as verdades importantes, que devem dirigir nossa vida. «Como será possivel, diz Jouffroy, que o homem viva em paz quando sua razão, encarregada de lhe dirigir a vida, cahe na incerteza a respeito da propria vida, e não sabe cousa alguma do que precisaria saber? Como viver socegado quando se ignora donde se vem, para onde se vae e o que se tem de fazer neste mundo?... quando tudo é enigma, mysterio,

motivo de duvidas e alarmes? Viver em paz nesta ignorancia é cousa contradictoria, impossivel (1).»

Por mais que façamos, todos esses problemas se erguem diante de nós, e o espirito do homem, quando não é embrutecido, nem tão pouco corrompido, exige uma solução de todos esses pontos, e fica na anciedade e perturbação emquanto permanecem incertos. Ora, para dissipar essas duvidas, a razão e a philosophia são impotentes. Sim, a razão, abandonada a si mesma, sente-se muito fraca, até com a sabedoria e a experiencia dos seculos passados. A Philosophia hesita, e balbucia nas suas respostas. J.-J. Rousseau confessa-o: «Os philosophos seguem as falsas luzes de fogos fatuos que não nos guiam sinão para nos transviar.» Numa pagina celebre, Theodoro Jouffroy contou como, depois de ter consagrado sua vida a procurar a verdade philosophica, «mais nada permanecia em pé no seu pensamento devastado.» Parecia-lhe, diz elle, entrar numa existencia sombria e despovoada, e accrescenta: «Eu era incredulo; comtudo, aborrecia a incredulidade (1).» Confissão cheia de tristeza, logo seguida desta verificação que, privado de certeza, um philosopho póde morrer de pesar e desespero.

Pelo contrario, a todos os problemas que nos interessam, a verdadeira Religião dá soluções nitidas, precisas, positivas, indubitaveis: fixa nossa intelligencia por uma autoridade incontestavel, pois que é divina; e o menino que conhece os primeiros elementos desta Religião verdadeira, é mais instruido que todos os philosophos. Ouçamos ainda esta declaração de Jouffroy: «Ás questões que eram para mim as únicas que merecessem occupar o homem, a Religião de meus avós dava respostas, e nestas respostas eu acreditava; e graças a estas crenças, a vida presente era para mim muito clara, e além do tumulo,

---

(1) Theodoro Jouffroy, *Mélanges philosophiques*.

via sem nuvens a existencia futura. Tranquillo a respeito do caminho que devia seguir neste mundo, tranquillo a respeito do fim que devia alcançar no outro, comprehendendo a vida nas suas duas phases e a morte que as une, comprehendendo a mim mesmo, eu era feliz desta felicidade dada por uma fé viva e certa em uma doutrina que resolve todos os grandes problemas que pódem interessar o homem (1).»

Por conseguinte, a Religião responde á primeira necessidade da natureza humana; satisfaz ás exigencias de nosso espirito e lhe assegura um elemento de tranquillidade e de felicidade.

38. — III. *A paz da alma,* segundo elemento de felicidade, igualmente não se encontra sinão na Religião. Onde está a felicidade? Será nas honras, nas riquezas, nos prazeres da terra? Não será antes na paz de uma consciencia que não receia censura alguma da parte de seu Deus? Primeiro, ouçamos, sobre este ponto, as declarações da *autoridade;* em seguida, consultaremos *a experiencia.*

Que dizem os sabios?... A philosophia antiga, perplexa, não sabia onde collocar a felicidade, e Cícero, firmando-se no testemunho de Varrão, affirma que, no seu tempo, sobre esta questão, contavam-se 288 sentimentos diversos. Séneca affirma com razão que a felicidade vem, «não como recompensa, mas como accessorio da virtude.» Santo Agostinho, abalisado philosopho, ainda antes de ser crente, solta este grito da alma humana: «Senhor, vós nos fizestes para vós, e nosso coração fica inquieto, emquanto não descansa em vós!»

J.-J. Rousseau exprime o mesmo pensamento quando diz: «Quanto mais me concentro em mim mesmo, quanto mais me consulto, tanto mais leio dentro da minha alma estas palavras nella impressas: Sê justo, e serás feliz (2).»

---

(1) Theodoro Jouffroy, *Mélanges philosophiques.*
(2) *Pensamentos* de J.-J. Rousseau.

Mas esta felicidade, fructo da justiça absoluta, completa, quem nol-a dará, sinão a Religião? Montesquieu o reconhece, e exclama: «Cousa admiravel! a Religião christã, que parece não ter outro objecto que a felicidade da outra vida, torna-nos tambem felizes nesta.»

Com effeito, que nos ensina a experiencia? Ensina que nada, nas cousas deste mundo, póde captivar a alma humana e dar-lhe felicidade. Os reis da terra confessam-no tristemente. Salomão, no seio da riqueza e de todas as delicias, exclama que «tudo é vaidade e afflicção de espirito.» Tiberio se enfastia em Capri; Nero se distrahe dos desgostos do imperio com espectaculos sangrentos. O imperador Severo, das ultimas fileiras da milicia elevado ao fastigio do poder, solta este queixume: «Tudo fui e isto não me serviu de nada!»

O fastio, a saciedade, o desgosto: eis a partilha dos felizes do mundo. E' tambem o grito do seculo actual, farto de gozos de toda a especie, que escapa da bocca de um poeta, depois de libar a taça de todas as satisfacções:

Nos vãos prazeres que, em meu soccorro, convido,
Acho tanto desgosto que morrer me sinto.

(Alfredo DE MUSSET.)

E' que, na realidade, as alegrias deste mundo serão sempre perturbadas, ás vezes pelo remorso, muito mais pela anciedade, pelo receio de as ver dissipadas, pelas doenças, pelos achaques, accidentes, revezes, pelas apprehensões da morte.

A Religião pelo contrario, depois de trazer socego ao espírito, dá tranquillidade e paz ás almas. Exgotta a fonte de nossas inquietações e de nossos remorsos afastando-nos do vicio e do peccado; não nos livra, é verdade, das provações, mas suaviza os seus rigores; na oração dá-nos um consolo; na esperança, um remédio; na resignação, um soccorro e uma força. Depois da pena,

aponta-nos a recompensa. Por conseguinte, póde-se dizer, sem receio de engano, que o homem religioso é sempre o mais feliz ou o mais consolado.

Concluamos que a Religião é necessaria para a felicidade e corresponde a nossos mais caros interesses. Aquelles, portanto, que pretendem destruir no homem o sentimento religioso, combatem contra sua propria felicidade e são os inimigos da humanidade. E' o parecer do proprio J.-J. Rousseau: «Fugi, diz elle, dos que, sob o pretexto de explicar a natureza, semeiam doutrinas desoladoras no coração dos homens... Derrubando, destruindo calcando aos pés tudo o que os homens respeitam, tiram aos afflictos o ultimo recurso nas miserias; aos poderosos e ricos, o unico freio das paixões. Arrancam do fundo do coração o remorso do crime, a esperança da virtude, e ainda por cima gabam-se de ser os bemfeitores do genero humano. Nunca, dizem elles, a verdade é nociva aos homens. Nisto acredito tanto como elles, e é, no meu parecer, uma grande prova de que o seu ensino não é a verdade.» (*Emile.*)

ARTIGO III

A sociedade precisa de uma Religião para se manter na ordem e na estabilidade.

I. Testemunho da auctoridade: Philosophos e legisladores. — II. A razão e o bom senso provam que a Religião é necessaria: 1.º para regular e moderar o poder; 2.º para tornar os súbditos respeitosos e submissos; 3.º para dar ás leis uma auctoridade e uma sancção.

39. — O homem é feito para a sociedade: a sua própria natureza o indica. Não foi, como pretenderam certos philósophos, creado para viver no estado selvagem. Suas aspirações, suas necessidades, seu interesse, tudo o impelle para a vida social. Ora, o estado de sociedade, em que o homem ha de viver, suppõe certas bases e condições sem as quaes a ordem e a estabilidade seriam impossiveis.

Como congregar milhões de individuos, conciliar-lhes os interesses, acorrentar-lhes as paixões, sem um vinculo moral, sem uma autoridade respeitada e obedecida, sem leis fielmente observadas? Mas quem poderá dar ás sociedades esta base solida e estes meios de estabilidade? Só a Religião. Vamos proval-o 1.º pelo testemunho da *autoridade,* confirmado pela *experiencia;* e 2.º pelos ensinamentos da *razão.*

40. — I. *Testemunho da autoridade.* — Aquí, por autoridade, entendemos o testemunho dos philósophos e dos legisladores, dos que, por conseguinte, são mais aptos para nos traçar as regras de uma sociedade bem estabelecida.

Ouçamos primeiro os philosophos. «E' uma verdade certíssima, diz Platão, que si Deus não presidiu ao estabelecimento de uma cidade, e si ella teve um principio apenas humano, não lhe será possivel escapar aos maiores males... Devemos fundar as casas, assim como os Estados, consagrando como leis as proprias vontades da intelligencia suprema. Si um Estado é baseado no vicio e governado por pessôas que calcam a justiça aos pés, não ha nenhum meio de salvação (1).»

Compenetradas desta doutrina, as nações mais famosas da antiguidade applicavam-se a tornar suas constituições profundamente religiosas. Assim, no principio de seu livro das *Leis,* Platão julga necessario chamar em seu soccorro o poder bemfazejo da divindade. «As cidades e as nações mais dedicadas ao culto divino, dizia Xenophonte, foram sempre as mais duradouras e as mais sabias, assim como os seculos mais religiosos foram sempre os mais distinctos pelo genio (2).»

Roma tinha as mesmas idéas sobre este magno assumpto; sabe-se com que ritos religiosos fundava cidades ou colonias. Cícero ensinava que, sem a assistencia dos deuses,

(1) Platão, *De Legibus.*

um Estado não se podia manter em pé; Plutarco disse: «E' mais facil edificar uma cidade nos ares do que constituir um Estado sem crença e sem culto religioso.» Montesquieu nota: «Quando Roma chegou a desprezar os deuses, precipitou-se para a ruina.»

Os philosophos modernos são do mesmo parecer: «Nunca, diz J.-J. Rousseau, foi fundado um Estado, sem que a Religião lhe servisse de base.» Voltaire não é menos explicito: «Em toda a parte em que houver sociedade estabelecida, diz elle, a Religião será necessaria.»

Entre os *legisladores*, não achamos nenhum que deixe de fazer da Religião o ponto de apoio de toda a sociedade e de todas as leis. Solon, Lycurgo, na Grecia; Zoroastro, Confucio, entre os Persas e os Chinezes; Numa Pompilio em Roma, são uma prova disso entre os antigos. No VII° seculo, Mahomet baseou sobre a Religião toda a legislação do povo mussulmano. Os legisladores modernos não pensam de modo differente. Franklin, um dos illustres fundadores da republica dos Estados Unidos da America do Norte, proclama, no principio de sua constituição, que, «sem o soccorro de Deus e sem o culto religioso,» sua empreza não ha de vingar. Na França, Portalis, ao qual se deve grande parte do actual codigo francez, presta este testemunho que não é sem valor: «Quando não houver mais Religião, não haverá mais, para os homens, nem patria nem sociedade.»

Eis ahi ensinamentos verificados pela *experiencia*, e provados de modo eloquente pelos factos da historia: por toda a parte e sempre, para os povos, a época da prosperidade e da ventura é aquella em que são mais religiosos, e a época da decadencia coincidiu com o abandono das crenças e das praticas religiosas. Não sejamos pois surprehendidos por ouvirmos homens eminentes repetir estas verdades. «O paiz soffre, escrevia Jouffroy em 1834. Pois bem! esta necessidade não satisfeita da sociedade não é

uma necessidade material; segundo minha opinião, é uma necessidade moral. O christianismo lançára na sociedade uma ordem moral, isto é, um conjuncto de verdades sobre todos os pontos que têm mais interesse para o homem; e a sociedade vivia por meio destas verdades... Os seculos destruiram esta ordem, ou pelo menos a transtornaram. O vacuo deixado por essa immensa destruição, este vacuo está por toda a parte. Está nos corações, é confusamente sentido pelas multidões, assim como o é, de modo mais nitido, pelos espiritos distinctos. E' preciso, portanto, encher esse vacuo (1).»

Um celebre publicista contemporaneo, Le Play, escreveu: «Os povos felizes são devedores da ventura de que gozam, á pratica do bem prescripta pelo Decálogo... As raças simples que vivem num estado de paz completa, foram fundadas por uma familia submettida á lei moral e acreditando que esta lei foi revelada por Deus ao homem (2).»

41. — II. A *razão* confirma plenamente essas lições da auctoridade e da experiencia. Com effeito, diz-nos que três cousas são necessarias para que uma sociedade se mantenha na ordem e na paz: 1.º um poder sabio e moderado, isento de fraqueza e de tyrannia; 2.º um respeito profundo e uma verdadeira submissão para com a autoridade; 3.º emfim, a obediencia fiel ás leis civis e moraes. Ora, quem poderá manter essas tres condições essenciaes? A Religião e só a Religião. Com effeito:

1.º *Sómente a Religião póde tornar o poder sabio e moderado.* — «O principe que não tem Religião, disse Montesquieu, é um animal terrivel que apenas sente sua liberdade quando dilacera ou devora (3).» No mesmo

(1) *Discussion sur la loi d'association* (*Moniteur* de 19 de março de 1834).

(2) Le Play, *Les ouvriers européens*, t. I. — Consultar, do mesmo auctor: *Réforme sociale*.

(3) *Esprit des Lois*.

sentido, Voltaire escreveu «Si o mundo fosse governado por atheus, valeria tanto como estar sob o imperio immediato daquelles seres infernaes que os poetas antigos nos mostram sempre occupados em atormentar suas victimas (1).» A historia confirma essas maximas e os tyrannos de todos os seculos foram impios.

Pelo contrario, aos que têm o poder nas mãos, a Religião ensina que são ministros de Deus e não senhores dos homens; lembra-lhes que sua auctoridade não é um direito, mas um deposito de que deverão prestar conta. E' deste modo que modera o poder e dá ao mundo principes justos e dedicados aos interesses dos povos.

2.° *Só a Religião póde manter os subditos no respeito e na submissão.* — O orgulho humano revolta-se naturalmente em presença da autoridade, qualquer que seja a sua origem ou natureza. Em nossos dias especialmente, tanto se falou ao homem de sua dignidade e seus direitos, e tão pouco de sua consciencia e seus deveres, que está sempre disposto á insubordinação e á revolta. Um povo sem crença e sem Deus será necessariamente um povo insubmisso e rebelde, e, nos dias de cólera, tornar-se-á uma torrente devastadora que tudo arrebatará na sua passagem. Não temos debaixo dos olhos tristes exemplos desse facto? Desde um seculo, quantas constituições e quantos poderes foram derrubados pela revolução! Mas como se ha de pôr um dique a esta corrente de insubordinação e revolta? Só a Religião o póde fazer; só ella mostra, no poder, uma autoridade estabelecida por Deus; só ella ensina efficazmente ao homem a obediencia e a submissão; só ella, emfim, ennobrece a dependencia, pregando que obedecer vale mais do que mandar. Que paz e subordinação não se encontrariam, no povo, si essas maximas fossem mais conhecidas e praticadas!

(1) *Homilia sobre o atheismo.*

3.º *Afinal só a Religião póde garantir a observação das leis civis e moraes, bases das sociedades.* — Com effeito, donde as *leis civis* tiram o poder e a autoridade? Será da força brutal de que dispõe o poder? do receio do gladio e da justiça humana? Mas, neste caso, as leis tornam-se uma tyrannia. Ora, um povo que não obedece sinão á força brutal, é um povo infeliz. J.-J. Rousseau o disse: «A tranquillidade do Estado sob o despotismo é a tranquillidade da morte; é mais destructiva que a propria morte.» Já se sabe o que acontece quando um povo tyrannizado desperta. Portanto, as leis civis precisam de outra garantia, precisam de uma força moral. Mas nunca hão de possuir uma força moral sufficiente fóra da Religião; só esta dará ás leis um caracter sagrado, ensinando-nos que o legislador recebeu o poder de Deus e que os subditos são obrigados a obedecer ás leis como a Deus mesmo, quando essas leis são justas e honestas. Com essa noção da lei, e a sancção divina que as corôa, concebe-se que o povo julgue natural, justo e até glorioso submetter-se e obedecer.

Quanto ás *leis moraes*, cuja sancção escapa ao poder, e que não são menos indispensaveis para o sustento das sociedades, é ainda a Religião e ella só que póde assegurar-lhes a execução. Ella só previne o crime e o suffoca na sua fonte, porque attinge a consciencia e nos mostra, na lei moral, um Deus legislador, testemunha e vingador de tudo o que é máu. Ora, a razão e a philosophia não têm nada de parecido.

«Philosopho, disse J.-J. Rousseou, as tuas leis são muito bellas; porém, mostra-me, por favor, a sancção, e deixa de tresvariar.» Alhures, diz ainda: «Não comprehendo que alguem possa ser virtuoso sem Religião. Por muito tempo, acreditei o contrario; agora, estou muito desenganado (1).» Com effeito que se ha de substituir ao pen-

(1) *Rousseau apologista,* p. 61.

samento de Deus e do dever? O interesse? Mas ninguem ignora que o vicio se revestirá sempre deste pretexto. — A estima da virtude? Mas não sabemos, por experiencia, que toda a nossa admiração pela virtude cahe perante a lucta que a virtude nos impõe? — As recompensas humanas? As mais das vezes vão coroar a ambição e não o mérito. Por isso, o heroismo e a dedicação se acham só na Religião que inspira essas virtudes. «Sem a Religião, dizia Leibnitz, não se faz caso do amor da patria; ridicularizam-se os que cuidam do bem publico.» O philosopho de Genebra dizia: «Que todo o genero humano morra, si fôr preciso, de miseria e de fome! Tal é a linguagem interior de qualquer incredulo que raciocina.»

Por conseguinte, para resumir e concluir; fóra da Religião, nada de poder sabio e moderado, nada de subditos respeitando a autoridade, nada de leis civis obedecidas, nada de leis moraes observadas: portanto, não ha sociedade possivel! Prejudicar os principios religiosos é minar a sociedade na sua base; pelo contrario, proteger a Religião, é trabalhar para a manutenção e prosperidade das sociedades humanas. «O apêgo á Religião, diz Machiavel, é a garantia mais certa da grandeza de um Estado; o desprezo da Religião é a causa mais certa da sua decadencia.» (*Tratado do Principe.*)

Mas si a Religião é necessaria á sociedade, é preciso reconhecer que não é menos necessaria a cada individuo em particular, pois que a sociedade se compõe dos individuos, e, no seu conjuncto, não póde ser sinão o que são os individuos que a compõem.

CAPITULO IV

FUNDO DE TODAS AS RELIGIÕES

I. Elementos constitutivos de qualquer religião: 1.º o dogma; 2.º a moral; 3.º o culto. — II. Relação do que vem exigido pelo culto.

42. — O nosso estudo philosóphico sôbre Deus e sôbre o homem deu-nos a conhecer que, entre estes dois seres que se procuram e se chamam, são necessarios um encontro, relações, um commercio: Deus os quer, e delles o homem precisa. Dahi esta conclusão logica: *necessidade da Religião.*

Todos os povos de todos os tempos e de todos os paizes assim o entenderam; por isso, é em vão que se procuraria uma nação sem Religião, sem commercio com Deus. Comtudo, muitos povos deixaram de ter, nas suas relações com a divindade, os mesmos processos e as mesmas praticas. Muitos homens erraram no modo de se relacionar com esta divindade cujo soccorro invocaram. Todavia, examinando de perto as varias religiões, si é verdade que se verificam grandes diversidades nos pormenores, não é menos certo, por outra parte, que entre todas existem algumas semelhanças e caracteres essenciaes que constituem, por assim dizer, o fundo de todas as religiões. Importa conhecel-os e precisal-os.

Notemos, em primeiro lugar, que esses caracteres ou elementos constitutivos de qualquer religião são baseados, elles tambem, sobre a natureza de Deus e do homem. No seu commercio com a divindade, antes de mais nada, o homem traz o seu espirito, um espirito inquieto, que quer ver e conhecer; e Deus, em troca, traz o seu espirito, intelligencia infinita, para esclarecer o nosso espirito limitado, para confirmar e augmentar as nossas luzes. Em seguida, o homem traz o seu coração, feito para amar, e que soffre

de desfallecer tantas vezes no amor; e Deus approxima delle o seu coração para lhe dar a força de amar na unidade, na perpetuidade e na santidade. Emfim, o homem traz a sua vida, esta vida que pretende ser feliz, e que, tantas vezes, não passa de soffrimentos, por causa de nossas imperfeições e miserias; e Deus communica a sua vida infinita, cheia de força, de consolação, de alegria e de immortalidade. Eis toda a Religião, e só nos resta dizer como e por que meios se faz este commercio ou esta relação de espirito, de coração e de vida. Tres palavras lhe correspondem: o *dogma,* a *moral* e o *culto,* e são estas tres cousas que achamos no fundo de todas as religiões.

1.º *O dogma.* — Por esta palavra, entende-se um fundo de crença identica entre os partidarios da mesma religião. Sim, qualquer religião apresenta um conjuncto de crenças ou verdades reconhecidas. Na base, acham-se as verdades racionais e philosóphicas que enunciamos; a existencia de Deus e a existencia da alma, uma vida futura, recompensas para os bons e castigos para os máus. Mas, além dessas verdades geraes, accessiveis á razão humana, notam-se outras mais especiaes, consideradas como ensino divino. Cada religião possue uma especie de revelação, verdadeira ou falsa, feita ao homem por Deus mesmo. E' o resultado do que dizemos: o homem emprega, na busca de Deus, o seu espirito e a sua intelligencia, e Deus se approxima do homem e lhe communica verdades; não abafa a razão humana, mas dilata-a, fala ao homem porque o ama como um pae ama seu filho; e porque a felicidade desse Deus é entreter-se com o homem e elevaI-o acima da propria natureza por conhecimentos mais perfeitos e verdades mais luminosas. Notemos ainda que esta communicação, na convicção universal, seria feita por Deus mesmo, descendo sobre a terra e conversando com os homens. Uma especie de incarnação no seio da humanidade: eis o que encontramos na origem de qual-

quer religião, com uma crença ou um dogma, consequencia de um ensino divino, que é o primeiro elemento dessa religião.

2.º *A moral.* — Esta palavra designa o conjuncto das regras que devem dirigir o procedimento do homem nas suas relações com os semelhantes e, ao mesmo tempo, lhe indicam o que deve a si proprio. Em cada religião, os principios geraes da moral são tirados do razão e da philosophia, e se resumem nesta maxima: «Faze ao proximo o bem que desejas para ti mesmo; não faças a outro o mal que não quizéras que te fizessem.» Comtudo, a Religião exige mais alguma cousa: reclama para Deus a primeira homenagem da nossa fidelidade, segundo a palavra de Cícero: «Antes de tudo, a Religião é o exercicio da justiça para com Deus.» Em seguida, determina, de modo mais particular, os deveres do filho para com os paes, do servo para com o amo, do cidadão para com a patria; afinal, a esta moral natural e universal, accrescenta-se habitualmente uma moral especial, fructo de uma communicação divina.

O homem queria dar seu coração e sua vida a Deus: e Deus veiu aquecer este coração, dar uma regra a esta vida, dizendo ao homem quanto deve fazer para agradar a Deus, para fazer bem ao proximo, para se enaltecer a si proprio pela pratica de uma virtude mais elevada e de deveres mais perfeitos. Ora, esta regra moral acha-se em todas as religiões, embora só esboçada e, ás vezes, desfigurada por extranhas interpretações e por ridiculos erros; mas em parte alguma se encontra religião sem moral.

3.º *O culto.* — E' o terceiro elemento universal da religião, absorvendo, ás vezes, os outros dois, como si todas as relações do homem com Deus se devessem limitar a algumas praticas exteriores.

Na realidade, o culto é a homenagem prestada ao Creador pela creatura intelligente, e é uma parte essen-

cial da religião; é o meio indispensavel das relações cuja necessidade, provamos. O culto é baseado sobre a natureza: é a fraqueza humana chamando em seu auxilio o soccorro divino, e Deus, a esta invocação, baixando até o homem, lhe communica a sua propria força para o sustentar, os seus beneficios e o seu amor para supprir a fraqueza humana, e a sua mesma vida de ventura e santidade para remediar as tristezas e miserias da infeliz vida terrestre. O culto é universal; por toda a parte o homem reza; e, por toda a parte, tem certeza que Deus não fica indifferente ás suas homenagens, nem surdo á sua supplica. Quanto ás particularidades, o culto é differente segundo as religiões, porém, mesmo nisto, pódem-se reconhecer caracteres geraes que se acham em todos os cultos. A importancia desta questão exige que demos a conhecer esses caracteres geraes de qualquer culto.

43. — II. O culto essencial a qualquer religião deve reunir tres condições. Dellas os antigos povos puderam se afastar mais ou menos; mas a razão declara que o culto tem que ser: 1.º *interior;* 2.º *exterior;* e 3.º *publico.*

1.º *O culto deve ser interior.* — Com effeito, o homem é, antes de tudo, uma intelligencia: é por ella que se distingue dos animaes, por ella que se eleva até Deus e lhe presta a homenagem de todo o seu ser. Tudo quanto dissemos da necessidade da religião, em relação á natureza do homem, teria que ser repetido aqui, a respeito do culto interior. De que serviriam, com effeito, as demonstrações exteriores para com a divindade, si o coração e o espirito não as vivificassem? Não teriam mais valor, nem mais merito do que a homenagem inconsciente do sol, dos astros e da natureza, cegamente obedientes ás grandes leis que os regem: não é isto o culto espontaneo e livre do ser intelligente.

Antes de tudo, o verdadeiro culto interior consiste num sentimento de fé na palavra divina, de confiança na bondade de Deus, de amor cheio de gratidão para com os seus beneficios, de respeito e submissão ás suas vontades.

2.º *O culto deve ser exterior.* — Com effeito, a razão nos diz que o homem deve a Deus a homenagem do seu ser inteiro. Ora, o homem não é um puro espirito, tem tambem um corpo, e este corpo é obrigado, a seu modo, a glorificar o seu autor: faz isto pela oração vocal, pelo canto, pelas posições supplicantes e pelas ceremonias exteriores. Aliás, sentimos perfeitamente que este culto exterior é a expressão natural e necessaria do culto interior. Póde aquelle que crê e ama, calar sua fé e deixar de manifestar seu amor? «As ceremonias do culto exterior, diz Fénelon, são, para com Deus, o que as manifestações de respeito são para com um pae que seus filhos saudam, abraçam e a quem servem com solicitude.» (*Cartas.*)

Isto é tão natural e tão necessario, que o culto exterior é o unico sustento do culto interior e, ao mesmo tempo, o seu indispensavel alimento. Sem as exterioridades do culto e suas praticas, a fidelidade interior desapparece; sem ellas dissipam-se depressa o gosto, o espirito e a pratica da religião interior. E' sem razão pois que J.-J. Rousseau escreveu: «Adoro a Deus no meu coração; admiro-o nas suas obras; não lhe dirijo orações; não lhe peço nada!» Na realidade, quanto vale e em que se resume semelhante religião em espirito, sem praticas de piedade?

3.º *O culto exterior deve ser tambem publico;* isto é, ha de manifestar-se por meio de homenagens solemnes, prestadas em nome de todos. A experiencia e a historia demonstram que só o culto publico torna a religião sensivel e popular, e que só elle a mantem e anima. Assim

o entenderam todas as nações, e eis porque, em todas as religiões, vemos em uso a oração publica, o sacrificio offerecido nos templos de modo solemne, etc.

A mais, o homem não foi creado para viver sozinho: pertence a uma sociedade, a qual, — como sociedade, — tem tambem deveres a cumprir para com a divindade. Não é de Deus, como disse Bossuet, que dependem todos os imperios? Não é elle que levanta e abaixa os thronos? Deste modo, é claro que, como nação, devemos fazer subir o hymno de nossa gratidão até Deus quando nos enche dos seus beneficios, e o grito das nossas expiações, quando, infieis á sua lei, sentimos o peso de suas vinganças sobre nossas cabeças culpadas? Ora, tudo isto não póde existir sinão pelo culto exterior e publico.

Mas que cousas serão exigidas por este culto publico? — Exigem-se *templos, assembléas religiosas, ceremonias sacras,* um *sacerdocio,* e, afinal, *dias consagrados.* E' tambem, na realidade, o que se depara em todas as religiões.

São precisos *templos*, porque, bem que Deus seja presente em toda a parte, nossa fraqueza encontra um soccorro nos horizontes mais limitados de um lugar escolhido e sanctificado; o edificio nos incita ao recolhimento; suas imagens e seus emblemas elevam nossos pensamentos e nossas idéas até o Deus que nelle se manifesta.

São necessarias *assembléas religiosas;* é, com effeito, por este meio que a religião une todos os homens uns com outros pelo mesmo laço que os prende a Deus. «Para os homens, disse Montesquieu, nada é mais consolador do que um lugar onde acham a divindade mais presente, e onde todos juntos fazem sobresahir suas fraquezas e sua miseria (1).» E' nessas homenagens publicas que o menino vem haurir a fé e o respeito para com Deus; o

(1) *Esprit des Lois*, liv. XXV, 3.

operario, o espirito de obediencia e de trabalho; o pobre, a resignação; o rico, um nobre uso de sua opulencia; todos, a verdadeira noção da liberdade, da igualdade e da fraternidade humana.

Exigem-se *ceremonias sacras;* os sentidos são o caminho que leva ao coração; actuando sobre nossos olhares e sobre nossas imaginações, as ceremonias despertam em nós piedosos sentimentos; ao mesmo tempo, instruem o homem nas suas crenças e nos seus deveres, e lhe proporcionam o meio de pagar a Deus a divida total de sua adoração.

E' indispensavel um *sacerdocio,* isto é, não se póde prescindir de sacerdotes escolhidos entre os homens, para offerecer, em nome de todos, as homenagens, e principalmente o sacrificio, que é o acto religioso por excellencia. E' de toda a necessidade ter sacerdotes para cuidarem do exercicio do culto e cumprirem as suas ceremonias; porque, dá-se com o culto o que se dá com as leis; querendo assegurar a execução das leis civis, não se póde ficar sem magistrados; para vigiar a observancia do culto e das leis moraes, ha de haver sacerdotes.

Emfim, todos os povos comprehenderam que si o homem deve a Deus uma parte do tempo que elle proprio nos concede, é necessario ter *dias consagrados* especialmente a satisfazer esta divida. Dahi os dias de festa e de solennidade. Ora, por uma coincidência admirável, que não se póde explicar sinão por uma tradição primitiva e universal, nota-se que a divisão do tempo em semanas é conhecida de todos os povos, e que a sanctificação de um dia sobre sete é um uso geralmente adoptado. O setimo dia torna-se, deste modo, o dia de Deus e do homem, em que o encontro se faz ao pé dos altares, em que o commercio de um com outro se estabelece pela oração e pelo sacrificio, em que a sociedade faz acto publico de religião, pagando a Deus um justo tributo de

homenagens ao mesmo tempo interiores, exteriores e solennes.

Tal é, no seu conjunto, o fundo de todas as religiões; resta-nos agora examinar si o homem póde e deve ficar indifferente ás diversas formas que a Religião reveste na enunciação ou expressão do dogma, da moral e do culto.

CAPITULO V

DA INDIFFERENÇA EM MATERIA DE RELIGIÃO

I. Duas especies de indifferença: uma pratica outra systematica. — II. A indifferença pratica é uma inconsequencia ou uma cobardia. — III. A indifferença systematica é: 1.º injuriosa para com Deus; 2.º absurda em si mesma; 3.º perigosa para o homem. — IV. Refutação das objecções.

44. — I. Acabamos de expôr que no fundo de todas as religiões se notam certas crenças, certos deveres, certos ritos exteriores, que possuem uns com outros diversos pontos de semelhança. Desta conformidade apparente, alguns espiritos quereriam deduzir conclusões absolutamente falsas.

Deus, dizem alguns, importa-se muito pouco com tal ou tal fórma de religião, comtanto que se faça bem aos semelhantes. Todas as religiões são bôas, dizem outros; convém apenas seguir a religião de seus pais ou do paiz em que se vive. Outros quereriam contentar-se com uma religião feita a seu gosto; para elles é sufficiente tirar da religião natural alguns principios largos, e basta ser um homem honesto. Eis exactamente o que se póde chamar *indifferença*. Para uns é a *indifferença pratica;* admittem theoricamente todas as verdades que estabelecemos precedentemente e não vão além. Para outros é a *indifferença systematica*, e, de bôa vontade, erigiriam em doutrina certa theoria sobre a igualdade perfeita de

todas as religiões. Temos que refutar successivamente um e outro erro.

45. — II. A *indifferença prática* é a omissão dos actos e deveres religiosos, por aquelles que acreditam nas verdades fundamentaes da religião, e nisto se deixam ficar. E' preciso dizer que esta indifferença é uma *inconsequencia illogica*, e uma *cobardia culpada.*

E' uma *inconsequencia illogica.* — Com effeito, si são verdadeiros os principios que estabelecemos, e disso não se póde duvidar, si existe um Deus creador, justo e bom, si temos uma alma espiritual, immortal e livre, devemos admittir as consequencias que decorrem desses principios, e ter uma religião, uma moral, um culto; e si fugimos deste dever, somos illogicos e desarrazoados. Ouçamos um philosopho pagão, Platão, censurar um desses crentes illogicos: «Reprehendo-te porque não te poderás defender, quando fôres chamado a juizo; chegado que fôres em frente de teu juiz, ao pé do seu tribunal, ficarás boquiaberto e tonto (1).»

Esta inconsequencia não é só uma falta de logica, censuravel num espirito serio; é ainda cheia de perigo: porque um Deus justo não póde isentar de castigo um ser racional e livre que recusa cumprir os deveres mais rigorosos e mais sagrados.

A indifferença pratica é uma *cabardia culpada.* — Com effeito, de que procede? Ou do descuido ou do respeito humano, num como noutro caso, ha cobardia e culpa. Não será um absurdo e uma negligencia reprehensivel, deixar de fazer, para Deus e para a religião, um sacrificio que a consciencia reclama e que a justiça exige? Proceder assim é falta de caracter e de energia; é antepôr nossos gozos e nosso descanso ao serviço de Deus e ao cumprimento do dever, e semelhante incuria merece perfeitamente o nome de cobardia.

---

(1) *Das Leis*, liv. XII.

Que dizer da indifferença pratica que resulta do *respeito humano?* Ter medo dos homens ou da opinião, recear uma zombaria ou um sarcasmo quando se pratica o bem, não será, na realidade, grande fraqueza? E' mentir a si proprio, pois que se despreza na pratica o que se acredita de coração; é fazer abnegação da dignidade humana e desta liberdade de que se deve ser cioso e ufano, a liberdade de consciencia, que implica certamente o direito de crer na verdade e de cumprir o bem; é constituir-se escravo da opinião não das pessôas honestas, mas dos libertinos ou dos espiritos mesquinhos. Não será isto uma cobardia indigna de um ser intelligente e livre, indigna de um cidadão sem medo e sem macula?

Portanto, a indifferença pratica é, ao mesmo tempo, uma *inconsequencia* lastimosa e uma *fraqueza* sem desculpa.

46. — III. A *indifferença systemática,* de que devemos occupar-nos aquí de modo mais especial, é a theoria dos que pretendem que todas as religiões são igualmente bôas, quaesquer que sejam, aliás, as crenças, a moral e o culto que se possa adoptar. Para justificar-se, allegam que a *tolerancia* é o verdadeiro progresso, que é este o espirito hodierno, espirito de conciliação e de paz, e que pensar de outro modo, é recuar muitos seculos e voltar á tyrannia religiosa da idade media. Mais adiante responderemos a esta censura. Por emquanto, provemos que o systema da indifferença, em materia de religião, é absolutamente irracional, inadmissivel; porque, 1.º é *injurioso para com Deus;* 2.º *absurdo e contradictorio* em si mesmo; 3.º *perigoso* para o homem.

1.º *O systema da indifferença é injurioso para com Deus.* — Com effeito, a verdade é uma, e Deus, que é a verdade mesma, não póde ser igualmente honrado por religiões contradictorias. Suppondo que Deus mesmo tenha estabelecido uma crença e um culto religioso, não

deve ter deixado os homens livres de seguirem ou não esta forma de religião determinada por elle. Si isso não passasse de hypothese, já qualquer homem intelligente teria o dever de procurar a verdade e sahir da indifferença: porém, si fôr uma realidade, sí Deus revelou certamente a religião que prefere, deixar de seguil-a é violar o seu preceito, desprezar a sua auctoridade, injurial-o. Ora, é precisamente isto que fazem os indifferentes; não se importam em procurar si ha uma religião preferida por Deus, e, com J.-J. Rousseau, dizem temerariamente: «Sêde catholicos em Roma, anglicanos em Londres, calvinistas em Genébra, muçulmanos em Constantinopla, idólatras em Pekim.» Será isto serio? Será possivel que Deus acceite igualmente esses diversos cultos que estão em opposição, pois que o idólatra e o muçulmano insultam e blasphemam o Deus a quem o catholico e o protestante respeitam e adoram? Não, logo tal systema é injurioso para com Deus.

2.º E' *absurdo e contradictorio em si mesmo.* — Argumentamos aqui, não contra atheus negando a Deus e toda e qualquer religião, mas contra os que, acreditando em Deus, admittem que uma religião é necessaria, porém, que todas são bôas. Qual será pois a religião que deveremos seguir? A religião de nosso paiz, de nossos antepassados, ou então a religião puramente natural? Num como noutro caso, ha contradicção. Com effeito: 1.º Si cada um fica obrigado a seguir a religião em que nasceu, póde acontecer que esta religião seja evidentemente falsa e absurda: ora, deste principio resultaria que ficariamos obrigados a permanecer no erro e na mentira, com perigo dos interesses mais graves da alma e da eternidade. Não será isto uma injuria assacada contra o bom senso e uma contradicção manifesta?

2.º Si todas as formas de religião devem ser igualmente rejeitadas para conservar somente a religião na-

tural, esta maxima será a ruina de toda a religião, ao mesmo tempo em que proclama necessaria esta religião natural. Com effeito, qualquer religião precisa de dogmas, de principios de moral, de culto. Mas qual é o dogma que subsistirá e será universalmente admittido pela razão humana? Qual será a moral dos que não terão mais crença na vida futura, num Deus autor, juiz e vingador da lei? A que culto finalmente será necessario apegar-se?... Valeria tanto como dizer: «Queremos erguer e conservar o edificio da religião, porém, supprimimos a sua base, destruimos os seus alicerces.» Já se vê, é o aniquilamento da religião, mesmo natural, da qual se proclama a necessidade. Não nos deixemos, pois enganar: os que, em theoria, pregam a igualdade de todas as religiões, são os que, na pratica, não querem seguir nenhuma: respeitam-nas em geral para ficar dispensados de procurar e praticar particularmente a verdadeira: é uma contradicção absurda.

3.º *Emfim, o systema da indifferença é perigoso para o homem.* — Com effeito, expõe o homem a um perigo muito grave. Póde ser que, na realidade, Deus tenha dado a conhecer uma religião, e a tenha tornado obrigatoria, sob a sancção de um castigo eterno (1). Isto não é impossivel; portanto, antes de tudo, é necessario indagar si assim foi; de outro modo seria expôr-nos a um perigo; e, si Deus estabeleceu uma religião, não podemos ficar na indifferença sem grave perigo para nós, perigo que augmenta em proporção do conhecimento que temos desta religião e da temeridade com que ficamos na indifferença. E sobre que razões se poderá basear a nossa indifferença? Será sobre o exemplo dos outros? Mas quando se trata de um interesse tão consideravel e tão pessoal, ser a elle indifferente, não será proceder

(1) O autor fala aqui a respeito de um homem que só conhece a Religião de Christo por ouvir dizer.

antes com a temeridade de um louco do que como um homem sensato? E' preciso pois sahir da indifferença para escapar aos perigos e males que della são a consequencia.

Concluamos que o systema da indifferença é tão lamentavel quão desarrazoado. E' com razão pois que o papa Gregorio XVI assignalava, como uma fonte de males, «o *indifferentismo,* este systema perverso, que declara que a salvação eterna póde ser alcançada em todas as crenças religiosas, comtanto que os costumes sejam bons e a conducta honesta.» (ENCYCL. *Mirari vos,* 15 de agosto de 1832.)

«Não ha mais do que duas especies de homens racionaes, disse Pascal; os que amam a Deus de todo o coração, porque o conhecem, e os que o procuram com toda a vehemencia do coração, porque não o conhecem.» E com o mesmo autor, podemos julgar, do modo seguinte, o procedimento dos indifferentes: «Tamanha negligencia em um negocio em que se trata de nós proprios, da eternidade, de tudo o que nos diz respeito, me irrita mais do que me enternece; assusta-me e espanta-me: os indifferentes para mim são uns monstros.» (*Pensamentos.*)

47. — IV. Será preciso agora, refutar longamente as *objecções* levantadas contra a nossa these?

1.º «Todas as religiões são bôas, dizem alguns, e a doutrina de uma só religião bôa, é a *intolerancia* erigida em dogma.»

R. — Não, todas as religiões não são bôas: uma só o deve ser, porque as diversas religiões são contradictorias e a verdade é uma. Ora, Deus não póde acceitar do mesmo modo uma homenagem e um insulto, um culto que o honra e outro que o ultraja; não póde pôr no mesmo plano o erro e a verdade, a víctima e o algoz. — E não se diga: Esta doutrina é a *intolerancia,* e a perturbação lançada na sociedade, é a guerra civil ateada

no mundo. Não! porque nunca a verdade se impõe pela força e pelo gladio. Por demais Deus respeita a liberdade por elle concedida ao homem! Aliás, deve-se distinguir entre a intolerancia do *erro*, e a intolerancia das *pessôas*. A intolerancia do erro é uma necessidade que se impõe á razão e ao bom senso; a mentira não deve ser tratada do mesmo modo que a verdade. Mas, ao estigmatizar os falsos principios, a verdadeira Religião se mostrará tolerante para com as pessôas, victimas mais ou menos voluntarias do erro; esforçar-se-á por fazel-as voltar á verdade pela persuasão e não pela violencia; até admittirá a *tolerância civil* que os Estados julgariam dever conceder a religiões dissidentes, com a condição de que a verdade gose, pelo menos, dos mesmos direitos.

2.º «Basta ser homem honesto: é a melhor das religiões; e, além disso, um homem honesto não muda de religião.»

R. — Não negamos que ser homem honesto não seja um ponto importante em qualquer religião; porém, não é tudo. O primeiro dever do homem honesto, não será mostrar-se justo para com Deus e dar-lhe quanto lhe devemos? submetter-lhe, por conseguinte, o nosso espirito, o nosso coração e a nossa vida? em uma palavra, ser religioso? Aliás, é muito duvidoso que, sem religião, alguem possa ser absolutamente um homem honesto, no sentido absoluto da palavra, não só aos olhos do mundo, que não vê mais do que o exterior, mas perante a consciencia e Deus, que penetra os pensamentos mais intimos do coração. — *Um homem honesto não muda de religião;* a maxima é bôa si este homem honesto estiver na verdadeira Religião; então, não a deve desertar para seguir o erro e a mentira. Mas, pelo contrario, si reconhecer que está no erro, não será louvavel e glorioso para elle, sahir desse erro afim de abraçar a verdade que se manifesta á intelligencia e ao coração? Não é summamente

honesto abandonar a mentira por um partido que parece melhor, deixar as trevas do vicio ou de uma moral duvidosa, pelos encantos da virtude e de uma moral mais pura? — Accrescentemos que muitas pessôas honestas não teriam que effectuar esta mudança de religião si ellas mesmas ou seus antepassados não tivessem cahido na estultícia de largar a verdade para seguir o êrro. E' a resposta que pódem, muitas vezes, dar os que deixam uma religião menos bôa pela unica Religião verdadeira e necessaria.

DA REVELAÇÃO

NOÇÕES PRELIMINARES

I. A Religião revelada. — II. Noção precisa da Revelação. — III. Divisão das materias deste tratado da *Revelação em geral*.

48. — I. Só pelas luzes da razão, chegamos a estabelecer as bases da Religião em geral. O nosso espirito se elevou a certo conhecimento de Deus e de nós mesmos; da natureza de Deus, e da natureza do homem, deduzimos a necessidade de certas relações entre esses dois seres, ou de uma religião de que conhecemos os elementos essenciaes, que são: uma crença, uma moral, um culto. Tudo isto é a *religião natural,* necessariamente admittida por um espirito intelligente. Todavia, bem que se originando desses mesmos principios, estabeleceram-se varias religiões que differem umas das outras. Não é permittido, dizemos, a um homem ajuizado manter-se indifferente a respeito dellas; mas é dever e interesse seu procurar, entre as diversas religiões, a que apresenta caracteres de certeza e de verdade.

Ora, eis um facto que não se póde negar. Ao lado das verdades de ordem simplesmente natural e philo-

sophica, existem outras regras de conducta mais perfeitas; ao lado do culto exigido pela razão, ha outro culto constituido por praticas e ceremonias de uma ordem mais eminente. E todas as religiões que nos trazem esses dogmas, essa moral, esse culto, pretendem tel-os recebido de Deus mesmo, por manifestação directa da sua vontade, e chamam-se *religiões sobrenaturaes* ou *reveladas*, por opposição á religião puramente natural. A religião sobrenatural, ou, em outros termos, a *revelação*, não póde ser conhecida dos mortaes pelas proprias luzes humanas. Sem auxilio do alto, o homem não descobriria della nem todos os dogmas, nem toda a moral, nem todo o culto; e até, depois que lhe foi manifestada, nem sempre lhe comprehende todas as crenças, nem concebe facilmente todos os deveres que ella impõe. Quer isso dizer que se deva rejeitar a Revelação? — De certo que não, porque é manifesto que si é Deus mesmo que impõe essas crenças, essa moral e esse culto, o homem tem que acceital-os e submetter-se a elles. Ora, a revelação de uma religião sobrenatural é um facto que póde ser demonstrado como todos os outros factos da historia. Si chegarmos a provar isto, o resultado será que não devemos contentar-nos com a religião natural, aliás insufficiente, mas que é preciso, a mais, crermos na Revelação e acceitarmos os seus ensinos.

Este estudo e esta demonstração são muito interessantes. Mas antes de os encetarmos, demos, em primeiro lugar, uma idéa precisa da Revelação.

* **49.** — II. No sentido mais lato, a palavra *revelação* (do latim *revelare, retrorsum velum dare*), significa: descoberta de uma cousa escondida. Desta definição geral, resultaria que as verdades que nos são desvendadas e transmittidas pela razão, já são uma especie de revelação. Comtudo, no sentido preciso e theologico da palavra, a Revelação propriamente dita é «a manifestação exterior

e sobrenatural feita por Deus, de qualquer verdade religiosa, quer possamos ou não conhecel-a já pelas luzes da razão.» Donde se segue que: 1.º a Revelação propriamente dita se faz por meios differentes da razão; 2.º póde manifestar-se sobre verdades já conhecidas, que a razão conseguiu descobrir ou por ella entendidas: neste caso, ella aperfeiçôa, completa e firma contra todas as duvidas as verdades racionaes; 3.º emfim, a Revelação póde abranger verdades que estão acima da razão, isto é, mysterios incomprehensiveis, deveres e um culto de uma ordem sobreeminente, inaccessivel á razão humana.

Eis ahi, pois, em que consiste a Revelação. O racionalismo contemporaneo nega-lhe juntamente a possibilidade, a utilidade e o facto. Isto se concebe facilmente; o racionalismo, assim como vem indicado por seu nome, é a glorificação da razão humana que reivindica a omnipotencia; a Revelação é, não o aniquilamento, mas a submissão da razão humana perante a razão superior de Deus. Visto isso, não é para se admirar que o racionalismo se declare adversario da Revelação.

50. — III. Ora, são justamente as pretenções do racionalismo que vamos combater, levantando, contra cada uma das suas negações, as affirmações seguintes, objecto deste estudo: 1.º *Possibilidade da Revelação;* 2.º *Utilidade e necessidade moral da Revelação;* 3.º *Existencia certa da Revelação.*

Mas aqui, achamo-nos em presença de um facto: varias religiões pretendem ser reveladas; comtudo, todas não o pódem ser simultaneamente, pois se contradizem. Ha, por conseguinte, uma revelação verdadeira e revelações falsas. A que caracteres havemos de reconhecel-as, ou, em outros termos, quaes são os nossos *meios de demonstração?* Examinal-os-emos no quarto capitulo em que os resumiremos em dois: a *Prophecia* e o *Milagre.*

São esses principios geraes que precisamos estabelecer neste tratado da *Revelação:* em seguida, applical-os-emos á unica Religião verdadeira, aquella que reune os caracteres de uma revelação divina, isto é, á *Religião christã* preparada pela *revelação judaica* e levada á sua perfeição por Nosso Senhor Jesus Christo.

CAPITULO I

POSSIBILIDADE DA REVELAÇÃO

I. A Revelação é possivel: 1.º do lado de Deus; 2.º do lado do homem; 3.º do lado da verdade considerada em si mesma. — II. Refutação das objeções. — III. Ensino do concilio do Vaticano.

51. — I. Encarando successivamente a Revelação do lado de Deus que a dá, do lado do homem que a recebe, do lado da propria verdade que della é o objecto, si não se encontra, em parte alguma, impossibilidade, repugnancia, será preciso admittir que ella *é possivel.* Ora, sob nenhum desses tres aspectos a Revelação apresenta a menor impossibilidade, nem mesmo a minima difficuldade séria.

1.º *Do lado de Deus.* — A sciencia divina é incomparavelmente mais vasta do que a nossa, pois que é infinita, emquanto o nosso espirito é imperfeito e limitado. Não podemos suppôr que ella abrange, nos seus horizontes, muitas verdades que escapam á nossa vista e á nossa fraca razão?

A mais, Deus é omnipotente: si lhe apraz manifestar ao homem verdades ou vontades que deseja dar a conhecer, quem póde prohibir-lhe? Seriam os meios que faltariam a seu poder? Deu-nos uma vóz e orgams: acaso não nos póde falar usando dos mesmos meios? Concedeu-nos a razão, primeira fonte de luz; não lhe será possivel accrescentar a ella outra fonte de informação, a inspiração, ou uma assistencia divina communicada a um dos

seus interpretes? Certamente, Deus não fica embaraçado para descobrir o meio de falar ao homem por elle tirado do nada.

Mas será opportuno que o faça? Deus é a infinita sabedoria: sabe mais do que nós o que deve fazer para o homem. Si julgou bom eleval-o a um conhecimento mais alto, a deveres mais perfeitos, a uma felicidade maior, quem lhe negará o direito de fazel-o?

Assim, pois, logo que se admitte um Deus infinitamente perfeito, poderoso e sabio, a revelação é possivel da parte delle. Accrescentemos até que, por causa da bondade e do amor desse Deus, a Revelação é desejavel e como que natural.

2.º *Do lado do homem.* — Será verdade, como pretendem os racionalistas, que o homem tenha que alcançar por si mesmo, pelo trabalho do seu pensamento, o supremo gráu da sciencia de Deus e do dever, de modo tal que a natureza humana se opponha a uma revelação divina? Bem que admittindo o progresso do homem sob o ponto de vista religioso como em todos os mais, os racionalistas não querem o progresso sinão por meios humanos e não com a intervenção de Deus. Comtudo, é um facto que o homem, as mais das vezes, não conhece as verdades, até as mais elementares, sinão pela educação ou pelo ensino. Onde está o sabio que deva a sua sciencia somente a si mesmo? Ora, si o homem consegue apprender a sciencia ordinaria, unicamente por intervenção alheia, seria desarrazoado ou impossivel que viesse a conhecer a sciencia divina pela intervenção do proprio Deus? E si é susceptivel de perfeição em tantos pontos, pela influencia e acção dos seus semelhantes, porque então, em materia de religião, não seria igualmente perfectivel, por effeito da acção divina? Não, a nossa natureza não repugna a este

aperfeiçoamento: digamos antes que o chama por ardentes aspirações.

3.º *Do lado da verdade considerada em si mesma.* — Nem tão pouco se encontra impossibilidade alguma debaixo deste ponto. Com effeito, as verdades que Deus nos póde revelar são de duas especies; ou são de ordem natural e pódem ser comprehendidas; ou são de ordem sobrenatural e inaccessiveis á nossa intelligencia, incomprehensiveis, si fôr melhor usar desta expressão. Ora, mesmo neste caso, não ha impossibilidade alguma, nem tão pouco contradicção. Quantas cousas, na verdade, acceitamos sobre a fé de testemunhos, sem as comprehender! Quantos mysterios acreditamos firmemente, na ordem natural, sem poder, por nós mesmos, verificar-lhes a certeza, por exemplo: a redondeza da terra, a fixidez relativa do sol, o volume e a distância dos astros, as leis da gravidade, da electricidade, etc. Somos desarrazoados por admittirmos essas verdades? Por certo que não; é o contrario que seria uma falta de razão. Um cego de nascimento não é capaz de comprehender as côres; podemos, comtudo, fazer-lhe conceber e admittir que existem. Do mesmo modo, certas verdades não estão ao alcance da nossa razão; mas Deus, que conhece o infinito, póde fazer com que as concebamos e admittamos sem que todavia as entendamos. Por que motivo haveria a menor contradicção nessas verdades conhecidas, mas não comprehendidas?

Concluamos, portanto, que a Revelação é possivel, seja qual fôr o lado pelo qual a examinemos. Explica-se da parte de Deus; é admissivel do lado do homem; como verdade, é perfeitamente justa: por conseguinte, é possivel.

52. — II. Todas as *objecções* que se fazem contra a possibilidade da Revelação se reduzem a esta:

«Deus, depois de dar a razão ao homem, não póde mais, sem contradizer-se e desfazer suas primeiras decisões, revelar-lhe mystérios, porque o mystério ou a verdade sobrenatural *aniquila* o papel da razão ou *lhe é contraria.*»

R. — 1.º Admittindo mysterios ou verdades superiores á intelligencia humana, longe de renunciar á sua razão ou de a *destruir*, o homem faz della um uso muito mais digno, que é de submettel-a a Deus. Porque não comprehendemos nem Deus, nem a nossa alma, seremos desarrazoados de crer nelles, e será preciso, por isso, negal-os? «Quanto mais forcejo para contemplar a essencia infinita de Deus, diz o proprio J. J. Rousseau, tanto menos a concebo; mas ella existe, é quanto me basta. Quanto menos a conheço, tanto mais a reverenceio: humilho-me e digo-lhe: Ser dos seres, eu sou porque tu és. O uso mais digno da minha razão é aniquilar-se diante de ti.» (*Emile.*)

Aliás, antes de admittir a Revelação e os seus ensinos, a razão tem um papel muito importante a desempenhar. Quando a Religião se apresenta com as suas verdades sobrenaturaes e reveladas, ella traz suas credenciaes, os motivos de credibilidade e manda-nos examinar si as suas provas são authenticas e sufficientes. Nisto, a nossa razão póde exercitar-se; não abdica, tem direito e obrigação de sondar as provas. Mas quando o facto da Revelação é demonstrado, a razão deixará de ser logica porque acceita esse facto e suas consequencias? Por certo que não, e é o contrario que seria insensato.

Concluamos pois, com Locke e com Leibnitz: «Pretender limitar o que Deus póde fazer por aquillo que podemos entender, é dar uma extensão infinita ao nosso entendimento, ou fazer de Deus um ente finito (1).»

---

(1) Julio Simon, *Religion naturelle*, p. 37.

2.º E' falso que as verdades sobrenaturaes, e até os mysterios sejam *contrarios á razão.* «A fé, observa Pascal, diz muito bem o que os sentidos não dizem; porém, nunca o contrario: está acima, mas não contra.» (*Pensamentos.*) Desde que uma verdade excede a razão ou lhe fica inaccessivel, é impossivel a esta razão pronunciar e provar que ha contradicção no que reconhece simplesmente ser incomprehensivel.

A mais: a fé é auxiliar e complemento da razão humana. E' uma luz mais brilhante que vem se accrescentar a outra luz. A Revelação é para a nossa razão o que o telescopio é para a nossa vista: faz-nos enxergar melhor e mais longe; e do mesmo modo que o telescópio auxilia a nossa vista, sem nada aniquilar, nem contradizer nada do que ella via, assim a Revelação alarga o circulo das verdades conhecidas pela razão e accrescenta aos nossos conhecimentos naturaes outras verdades sobrenaturaes, sem nada supprimir ou impugnar das primeiras; accrescenta mais luz ás verdades naturaes e faz entrar a nossa razão, segundo a palavra de Fénelon, «no infinito de Deus.»

Com um philosopho contemporaneo, podemos, com muita razão, sorrir «da indulgencia daquelles doutores que se dignam permittir a Deus de existir, mas com a condição que fique calado;» com elle também, podemos reconhecer a possibilidade da Revelação e concluir: «Ha pois duas revelações: uma *natural,* outra *sobrenatural,* Philosophia e Religião, tendo cada uma o seu dominio proprio (1).»

53. — III. Acabemos esta demonstração da possibilidade da Revelação relatando os importantes decretos do concilio do Vaticano (1870) sobre esta materia:

«Si alguem disser que não é possivel ou não convem que o homem seja instruido pela Revelação divina a

(1) José Droz, *Da Philosophia moral.*

respeito de Deus e do culto que se lhe deve prestar, que seja anáthema!» (II *Cân. De Revelatione.*)

«Si alguem disser que o homem não póde ser divinamente elevado a um conhecimento e a uma perfeição que exceda sua natureza, mas que póde e deve chegar por si mesmo á posse de toda a verdade e de todo o bem por um progresso continuo, que seja anáthema!» (III *Cân. ib.*)

«Si alguem disser que na Revelação divina não ha nenhum mysterio verdadeiro e propriamente tal, mas que todos os dogmas da fé pódem ser comprehendidos e e demonstrados pela razão convenientemente cultivada, por meio dos principios naturaes, que seja anáthema!» (I *Cân. De Fide et Ratione.*)

Todas as proposições designadas por estes anáthemas do Concilio tornaram-se hoje heresias manifestas.

CAPITULO II

I. Reflexões importantes. — II. Insufficiencia da religião natural: Erros da razão humana a respeito de Deus, do culto, da alma, da moral. — III. Os philosophos antigos e modernos concluem pela necessidade de uma **revelação.**

UTILIDADE E NECESSIDADE MORAL DA REVELAÇÃO

54.—I. Em primeiro lugar, externemos algumas reflexões. 1.º Escrevendo no titulo deste capitulo as palavras: *Necessidade da Revelação,* não queremos dizer que a razão humana seja tão fraca, tão incapaz que não possa elevar-se, por si mesma, ao conhecimento de certas verdades de ordem natural e moral, nem tão pouco que não possa entender nenhuma dessas verdades, uma vez que lhe sejam transmittidas. No principio do seculo XIX, o papa Gregorio XVI condemnou como um erro a opinião de

Lamennais, que tendia a estabelecer a impotencia absoluta da razão humana abandonada ás proprias forças. O concilio do Vaticano (1870) lançou o anáthema contra a opinião que pretenderia que a razão não póde, por si só ou por meio das creaturas, elevar-se ao conhecimento do Deus creador. E' preciso, pois, reconhecer á razão humana certo poder no que é do seu dominio, e admittimos que esta razão, sinão individual, pelo menos collectiva e ajudada pelas luzes dos outros, podia chegar a constituir uma crença, uma moral, e certa religião natural.

2.° Por conseguinte, a Revelação não é necessaria de *necessidade absoluta*, sinão neste sentido relativo que Deus, si julgar bom, na sua sabedoria e bondade, elevar o homem a um fim sobrenatural, deve á sua creatura, para que ella possa alcançar este fim, meios, isto é, luzes, soccorros, obrigações de ordem sobrenatural. Mas não é ainda este o verdadeiro sentido de nossa these.

3.° O sentido exacto e preciso de nossa proposição é pois que o homem, no seu estado actual, para ser esclarecido sobre Deus, sobre as verdades como sobre os deveres da religião, mesmo natural, precisa ser ajudado, e a Revelação lhe é, pelo menos, muito util, e até *moralmente necessaria*. Como prova desta affirmação, estabeleceremos resumidamente que a religião natural se achou sempre insufficiente e, durante sessenta seculos, a razão humana, entregue a seus proprios recursos, precipitou-se constantemente nos erros mais deploraveis, a respeito até das verdades elementares da Religião. Partiremos deste ponto para concluir, com os melhores philosophos, pela *necessidade da Revelação*.

55. — II. A razão humana, dizemos nós, entregue a si propria, quasi sempre errou nas verdades capitaes, até nas mais elementares, como Deus, o culto, a alma, a moral individual e social.

1.º *A respeito de Deus.* — Exceptuando-se o povo judaico depositario da Revelação primitiva, entre todas as nações, mesmo as mais civilizadas, nos seculos antigos, o verdadeiro Deus, foi, por toda a parte, esquecido, desconhecido; os povos se prostraram aos pés dos idolos: divinizaram a pedra, a madeira, os astros, as plantas, os animaes, o homem. O crime e a volupia tiveram altares: «Tudo, disse Bossuet, era deus, menos o proprio Deus.» Sem duvida, alguns philosophos mais instruidos, taes como Platão, Sócrates, Cícero, Séneca, se tinham elevado até o conhecimento de um Deus immaterial; comtudo, tomavam parte nos actos de idolatria das multidões delirantes, ou, pelo menos, não se atreviam a levantar a vóz para condemnal-as.

2.º *A respeito do culto.* — Corresponde ao caracter dos deuses: a devassidão e a embriaguez fazem parte do culto de Vênus e de Baccho; os templos de Babylônia, de Mêmphis, de Corintho, da Grecia e de Roma são o theatro de homenagens inconcebiveis prestadas publicamente á divindade. Alhures, julga-se fazer um acto agradavel a Deus immolando victimas humanas, muitas vezes as mais innocentes e as mais puras. Esses sacrificios fazem parte do culto official: os imperadores, os philosophos, os sabios ahi se acham de envolta com a turba dos ignorantes, assim como os historiadores da antiguidade o contam sem pejo.

3.º *A respeito da alma.* — A propria existencia da alma é um facto muitas vezes esquecido do povo e da multidão. Si os philosophos della falam, é entremeando com idéas sublimes muitos erros sobre a sua natureza e destinos. Os sabios da Grecia como os de Roma, têm algumas duvidas sobre a immortalidade da alma; pelo menos, custa-lhes acreditar nos castigos eternos da outra vida e o ponderado Tácito não se atreve a certificar que a virtuosa alma de Agricola sobreviva em outra patria.

4.º *A respeito dos deveres da moral individual e social.* — A moral ligando-se intimamente ás crenças, não é de admirar que o paganismo, até nos seus mais bellos seculos, tenha resvalado em torpezas que a lingua simplesmente honesta se recusa nomear. Séneca e Cícero, Persio e Juvenal especialmente as contam em termos assustadores; não só não censuraram aquellas atrocidades, mas Cícero chama aquillo «philosophar.».

Na antiguidade pagã a familia offerece o espectaculo das mesmas vergonhas: o pae tinha sobre os filhos direito de vida e de morte, e delle usava. O Taygeto na Grecia, a ilha do Tibre em Roma, eram o lugar de abandono das crianças fracas ou aleijadas e dos velhos imprestaveis; a mulher era tratada como uma escrava que se abandonava segundo o capricho e, no imperio romano, foi preciso recorrer a leis especiais para constranger ao casamento os membros do patriciado.

A sociedade dividia-se em dois campos: os homens livres e os escravos. Estes eram os mais numerosos: em Athenas, em certa época, a proporção era de duzentos escravos por um homem livre: em Roma, a escravidão era a condição dos dois terços da população. Ahi, em um mez, nos combates de gladiadores, pereceram mais de trinta mil escravos. O virtuoso Trajano não recuava diante dessas atrocidades e disso Plinio o Joven o felicita (1).

Tal é, em resumo, o espectaculo do que póde a razão humana, guiada pela philosophia, fóra da Revelação. E não se diga: «São costumes antigos,» porque se encontram em toda a parte onde não penetrou a verdadeira Revelação. E vemos, no seio mesmo das nações civilizadas pelo christianismo, até onde chega a razão humana quando rejeita o ensino revelado: o atheismo, o pantheismo, o

(1) Sobre estes pontos, achar-se-ão numerosos pormenores em Nicolau; *Etudes philosophiques*, t. I, C. II; ainda mais em Dezobry; *Rome au siècle d'Auguste*.

materialismo, eis os seus dogmas: a immoralidade, o saque, o incendio, a anarchia, tudo isso encoberto pelo nome de socialismo, e emfim o livre-pensamento: eis a sua moral e o seu culto!

56. — III. Após esses testemunhos da história e da experiencia, será para admirar que os mais sabios philosophos, tanto antigos como modernos, tenham appellado para uma revelação e tenham proclamado a sua *necessidade?*

Na Grecia, Sócrates dizia, segundo o seu discipulo Platão: «Não espereis nunca realizar o designio de reformar os costumes dos homens, a não ser que praza a Deus mandar-nos alguem que nos instrua da sua parte (1).» — «E' claro, pensava Pythágoras, que o homem deve fazer o que é agradavel a Deus, mas não lhe é possivel conhecel-o sem que o tenha apprendido de Deus mesmo (2).».

Em Roma, o philosopho Séneca escrevia: «Longe de descobrir as verdades ignoradas dos antigos, todos os dias as antigas verdades perecem. Ah! quando mesmo a isso consagrariamos todos os nossos esforços, não chegariamos sinão á beira do abysmo em cujo fundo se esconde a verdade (3).» — «O único meio de reconstituir a verdade religiosa, dissera Cícero, é voltar ao ensino divino (4).»

A philosophia moderna não insistiu com menos força sobre a necessidade de uma revelação: «Era necessaria uma revelação, disse Bacon; a revelação é o porto, o lugar de descanso de todas as contemplações humanas: sem ella, o homem nem pudera inventar um culto que fosse digno da divindade (5).» — «Uma verdade que

(1) *Apolog. Socratis.*
(2) Jamblique, *Vie de Pythagore,* XXVIII.
(3) *Quæstio natural,* VII, 33.
(4) *Tusculanas,* t. XII.
(5) *De Augmentis scientiarum,* IX.

nunca devemos perder de vista, disse Bayle, philosopho protestante do seculo XVII, é que o homem precisava de uma religião revelada que supprisse a necessidade da luz philosophica. A razão, accrescenta o mesmo autor, não serve sinão para dar a conhecer ao homem quantas trevas o rodeiam, quanta impotencia o domina e quão necessaria é uma revelação (1).»

Entre os nossos contemporaneos, Emilio Saisset pergunta em que consiste pratica, historicamente, a religião natural: «Feriu-a, responde elle, uma infelicidade summa; ella não existe. E' um ser imaginario e phantastico... Quando um eloquente escriptor do seculo XVIII, J.-J. Rousseau, na sua *Profissão de fé do vigário saboiano*, pretendia escrever o symbolo da religião natural, só pela inspiração da consciencia, conseguiu escrevel-o, com effeito, mas dictado por uma philosophia preparada pelo christianismo (2).»

«E' necessario que o homem se esteie sobre uma revelação, diz Frederico Bastiat, para estar verdadeiramente em communicação com Deus (3).»

«Os philosophos, diz Tocqueville, estão quasi sempre cercados de incertezas; a cada passo a luz natural que os alumia se obscurece e ameaça de se apagar, e ainda não descobriram sinão um pequeno numero de verdades contradictorias, no meio das quaes o espirito humano fluctua continuamente desde milhares de annos. O primeiro objecto e uma das principaes vantagens da Religião é fornecer sobre cada uma destas questões primordiaes uma solução nitida, precisa, intelligivel para a multidão, e muito duradoura (4).»

---

(1) *Diction, crit.*, art. Manicheus.
(2) *Essai sur la Philosophie et la Religion*.
(3) *Etudes sur Bastiat*, por M. Baunard.
(4) *De la Démocratie en Amérique*, t. III, cap. VI.

«Desde a revelação do Decalogo, escreve por sua vez Le Play, o espirito humano não fez nenhuma descoberta donde tenha sahido uma consequência útil (1).»

Desses testemunhos, que se poderiam multiplicar de modo indefinido, concluamos que a Religião natural foi sempre insufficiente, e a philosophia séria, longe de proclamar a impossibilidade da Revelação, della reconheceu a utilidade: no passado, reclamava-a por ardentes votos; e agora que a Revelação foi dada ao mundo, sauda-a como o sol da verdade e o unico meio de salvação.

CAPITULO III

EXISTENCIA DA REVELAÇÃO

O facto da Revelação. — Divisão das materias deste capitulo.

57. — Estamos de posse de uma religião que nos ensina, além das verdades da ordem puramente natural, verdades de uma ordem superior que a razão não poderia descobrir. Aos deveres da moral natural, accrescenta outros preceitos de uma moralidade mais alta, e um culto mais excellente; é isto um facto. Ora, este facto não póde resultar sinão de uma manifestação da verdade religiosa por um meio superior á razão, isto é, pela *Revelação.*

Mas esta Revelação não se faz de modo repentino: os monumentos da historia e da tradição nos ensinam que ella começou na origem do homem, continuou com os seculos e foi completada pelo ensino divino trazido ao mundo por Jesus Christo e chamado *Revelação christã.*

O conjuncto desta Revelação abrange pois o periodo dos seculos decorridos desde Adão até Jesus Christo;

(1) *La Paix sociale.*

porém, tres épocas principaes foram testemunhas desta manifestação divina da verdade religiosa: a origem do mundo, o tempo de Moysés e o de Jesus Christo.

Na realidade, não houve tres revelações differentes: não, Deus não se contradiz nem modifica os seus ensinos. Na verdade, não é mais que uma só e mesma revelação, que se desenvolveu como uma planta; é, segundo a comparação de Bossuet, a mesma luz divina que se levantou sobre o mundo com lentidão e majestade, como o dia que passa pelos clarões cada vez mais fulgurantes da aurora antes de chegar ao resplendor do meio-dia.

Assim, a Revelação apresenta tres phases distinctas que vamos estudar successivamente e se chamam: 1.° A Revelação *primitiva* ou patriarcal; 2.° a Revelação *mosaica* ou judaica, communicada particularmente por Moysés; e 3.° a Revelação *christã* dada ao mundo por Jesus Christo, a qual ficará immutavel até o fim dos seculos.

ARTIGO I

Da Revelação primitiva.

I. Noções desta Revelação: quanto ella abrange. — Provas da sua existencia, tiradas: 1.° da razão; 2.° da historia.

58. — Entende-se por *Revelação primitiva* a que foi feita a nossos primeiros paes, em primeiro lugar, no paraiso terrestre, e, em seguida, aos patriarcas, a seus descendentes, até a época de Moysés.

As principaes verdades que foram objecto desta Revelação primitiva são: 1.° a existencia de Deus, ser eterno, espiritual e unico; 2.° a creação do mundo e do homem, que Deus conserva e governa por sua Providencia; 3.° a existencia da alma humana, substancia espiritual, livre, immortal, distincta do corpo, bem que

lhe seja unida; 4.º o culto de Deus, e, em particular, a sanctificação do setimo dia da semana pelo descanso; 5.º a existencia dos anjos e a distincção entre os bons anjos e os máus anjos ou demonios; 6.º a queda de nossos primeiros paes e o dogma da transmissão do peccado original; 7.º a promessa e a expectativa de um libertador que devia reparar a queda; 8.º emfim, a existencia de outra vida, feliz para os bons, infeliz para os máus.

59. — O facto desta Revelação primitiva é confirmado a nós christãos pelo primeiro dos nossos livros sagrados, o *Gênesis*, o livro mais antigo e mais authêntico que exista, como tambem o mais verdadeiro, mesmo prescindindo a inspiração divina. Provaremos mais adiante a autoridade e o valor historico deste livro. Mas, além da narração do Gênesis, podemos offerecer, como testemunho do facto da Revelação primitiva, duas provas tiradas, uma da *razão*, outra da *historia*.

1.º *Prova de razão.* — Achamos por toda a parte e sempre, em todas as religiões antigas e modernas, a crença nas verdades fundamentaes que lembramos mais acima. Esta crença poude mais ou menos ser alterada nos detalhes, mas fica identica quanto ao fundo. Ora, partindo deste facto, fazemos este raciocinio muito simples e concludente. Por entre essas verdades, si algumas pódem ser descobertas e demonstradas pela razão humana, como a existencia de Deus e da alma, ha outras que escapam aos sentidos, assim como ás investigações da razão, taes são a existencia dos anjos, bons e máus, a noção do descanso septenario, a promessa e a expectativa de um libertador, etc... Estas são de uma ordem suprasensivel ou sobrenatural. Que espirito podia por si mesmo elevar-se a esses conhecimentos? E' por tradição que os possuimos, mas como é que os primeiros homens que os transmittiram a nós, os puderam adquirir? «Estas cousas, diz Platão, se apprendem facil e perfeitamente si alguem

nol-as ensinar; comtudo, accrescenta elle, ninguem nol-as ensinará si Deus não indicar o caminho (1).» As verdades de que falamos não nos chegam sinão como sobrevieram áquelles que nos precederam, isto é, por um ensino divino ou uma Revelação primitiva.

Assim o acreditavam os antigos. «Quereis achar a verdade com certeza, dizia Aristóteles, apartai com cuidado aquillo que é primeiro, e apegai-vos a isto: eis ahi, com effeito, o dogma paternal que não procede sinão da palavra de Deus (2).» Sócrates ensinava igualmente que «os antigos, melhores do que nós e mais chegados aos deuses, nos tinham transmittido pela tradição o que delles tinham recebido.» E' tambem o ensino de Platão (3).

Os Athenienses tendo consultado Apollo Pythio para saber que religião deviam seguir, o oraculo respondeu: «A de vossos antepassados. — Mas, responderam elles, nossos avós mudaram muitas vezes de culto: qual delles será preferido? — O melhor,» respondeu o oraculo. E Cícero, que refere este facto, accrescenta: «O melhor não se póde entender sinão do mais antigo e do mais proximo de Deus (4).» E' igualmente o parecer de Séneca. (Ep. xc.)

Assim, segundo a opinião dos philosophos, como segundo a crença geral, a verdade religiosa acha-se no berço do mundo: é revelada por Deus. E não é neste mesmo sentimento e numa identica lembrança de uma Revelação primitiva que será preciso descobrir a explicação deste facto, que no principio de todas as religiões, a historia ou a fabula nos mostra a intervenção da divindade?

---

(1) Platão, *Epist.*, t. IX, das *Obras*.
(2) *Do Mundo*, liv. VI.
(3) *Philebo*.
(4) *De Legib.*, liv. II, 10.

2.º *Prova de historia.* — Um facto historico e universal, que confirma esta conclusão e prova a Revelação primitiva, é que o *monothesimo*, ou crença num só Deus, puro espírito e criador do mundo, foi a religião dos primeiros tempos, e a lei natural em toda a sua pureza precedeu a idolatria e a superstição. «Na origem, diz Luciano, os Egypcios não tinham estatuas nos templos.» Heródoto affirma outro tanto dos Carios, dos Arcadios, dos Lydios e dos Pelascos. Varão diz que os Romanos, durante mais de 170 annos, não tiveram nenhuma imagem dos deuses, e que os que introduziram a imagem dos ídolos, estabeleceram um êrro antes ignorado. Plutarco confirma esses testemunhos. Os historiadores, dizem a mesma cousa dos Celtas e Germanos. Emfim, a crermos nos melhores documentos, os Chinezes, desde a sua origem, até os tempos de Confúcio (VIº século antes de Christo) não foram idolatras.

Que se deve concluir deste facto historico? «Parece-nos a prova manifesta de que a verdade religiosa foi originariamente revelada ao homem, diz um philosopho; porque, visto como de todas as cousas é a mais fóra do seu alcance, teria sido descoberta a última se fosse o fructo das suas invenções e pesquizas; pelo menos teria augmentado com o desenvolvimento do espirito humano. Mas, tal não se deu e foi precisamente o contrario que aconteceu. Foi no berço do mundo que a verdade brilhou no maximo resplendor e, em seguida, os erros mais grosseiros e mais insensatos vieram encobril-a, exactamente á medida que o genero humano descobria as artes, as letras e as sciencias e se enriquecia com as proprias invenções (1).»

E' assim que os testemunhos da historia se juntam aos ensinos dos philosophos e confirmam a narrativa sagrada do Genesis sobre o facto da Revelação primitiva.

---

(1) Nicolas, *Etudes philosophiques*, t. I, p. 236.

ARTIGO II

Da Revelação mosaica ou judaica.

Noção geral. — Subdivisão deste artigo.

60. — As luzes da Revelação primitiva iam-se escurecendo cada vez mais no espirito humano. O proprio povo judaico, depositario da verdade religiosa, ao contacto com as nações infieis, perdia as puras noções que recebera de Deus. Interveiu então a Providencia do modo mais notavel e serviu-se de Moysés para manifestar ao mundo, pela segunda vez, a verdade acerca de Deus, da alma, da moral e do culto. «Deus, diz Bossuet, resolveu escrever na pedra o que o homem não lia mais em seu proprio coração.» Escolheu pois a Moysés, não somente para transmittir esta lei e escrevel-a nos livros da nação, mas ainda para explical-a e commental-a em seu nome. Mais tarde, depois de Moysés, communicou o seu espirito a outros escriptores sagrados e a homens chamados *prophetas,* que não se limitaram a conservar intactas as revelações feitas ao grande legislador dos Hebreus, mas ainda as completaram por seus proprios ensinos, até a vinda do Messias que lhes devia rematar a perfeição.

A *Revelação mosaica* ou *judaica* abrange pois os tempos decorridos desde Moysés até Jesus Christo (1705 antes de J. C., até a era christã.)

E' um facto attestado pela Biblia, ou *Antigo Testamento.* Sem duvida, a historia profana vem confirmar este ensino de Deus a seu povo; sem duvida, tambem, o mesmo ensino é comprovado pelas instituições e pelos monumentos da nação judaica, e pela propria existencia «dêste povo, que cinco mil annos, diz J.-J. Rousseau, não puderam destruir nem alterar, que resistiu e resiste ao tempo, á fortuna e aos conquistadores;» mas é preciso reconhecel-o, é pela mesma Biblia, especialmente pelos

livros de Moysés, que conhecemos os pormenores, as circumstancias e as provas authenticas da segunda Revelação. Por isso, mais adiante, teremos que demonstrar *a autoridade historica* do Pentateuco: todavia, parece-nos melhor elucidar esta questão só quando tratarmos da *divindade da Revelação mosaica.*

Aqui, limitar-nos-emos simplesmente a dar a conhecer os *Livros sagrados* do Antigo Testamento, que contêm a Revelação judaica. — Depois, daremos um resumo dos pontos principaes que são *objecto* desta Revelação.

§ I. — Livros do Antigo Testamento.

I. Livros de Moysés. — II. Outros livros historicos. — III. Livros de moral. — IV. Livros poeticos. — V. Livros propheticos.

61. — I. No Antigo Testamento, collocam-se em primeiro lugar os cinco livros compostos por Moysés (1705-1585 antes de J. C.) e designados pelo nome de *Pentateuco.*

Dois desses livros são *historicos;* os outros tres dizem respeito ao *culto* e á *moral.* Eil-os na ordem em que são dados pela Biblia:

1.º O *Gênesis.* — E' a história da criação, do dilúvio e dos patriarchas; estende-se desde a origem do homem até a morte de José no Egypto (1770 antes de Christo), e encerra, deste modo, um periodo de cerca de 2400 annos.

2.º O *Êxodo.* — E' a narrativa da sahida do Egypto e da estada do povo hebraico no deserto, até a promulgação da Lei no Sinai (1625 antes de Christo).

3.º O *Levitico.* — Este livro trata especialmente do culto; é como que o Ritual da religião judaica, e contem as ceremonias religiosas prescriptas ao povo de Deus, os deveres dos sacerdotes e levitas, a descripção do Tabernaculo, etc.

4.º O livro dos *Numeros.* — Nelle acha-se a enumeração dos Israelitas na sua sahida do Egypto e o seu

agrupamento por familias. Havia 603.550 homens em estado de pegar em armas. Este mesmo livro completa a historia do povo hebraico até a morte de Moysés (1625-1585 antes de Christo).

5.º O *Deuteronomio,* ou segunda lei, é um livro de legislação moral e civil; é a exposição ou o commentario desenvolvido da lei dada pelo Senhor a seu povo.

62. — II. A história da nação judaica foi continuada por escriptores posteriores a Moysés nos livros seguintes:

Josué. — E' a historia deste successor immediato de Moysés, escripta por aquelle mesmo que governou o povo de Israel e o introduziu na terra da promissão (1585-1570 antes de Christo).

Os Juizes. — Este livro refere a historia dos chefes suscitados por Deus, em differentes épocas, para livrarem o seu povo dos perseguidores que vieram a opprimil-o desde a morte de Josué até Samuel (1570-1096 antes de Christo).

Os quatro livros dos Reis. — Narram a historia dos principes que, durante mais de seis seculos, reinaram sobre os reinos de Israel e de Judá, desde Saul até o fim das duas realezas, na época dos captiveiros de Nínive e de Babylonia (1096-586 antes de Christo).

Os dois livros dos Paralipômenos. — Dá-se este nome a duas collecções de genealogias, que encerram tambem alguns factos da historia da realeza, e formam uma especie de supplemento aos quatro livros dos Reis.

Os dois livros de Esdras e de *Nehemias* relatam a volta dos Judeus a Jerusalém depois do captiveiro de Babylonia e a reconstrucção da cidade e do templo (467-415 antes de Christo); em seguida, durante longo período, a história sagrada não menciona mais os acontecimentos da nação judaica.

Os dois livros dos Machabeus reencetam a continuação dos factos: referem as façanhas dos heroicos Macha-

beus contra os reis da Syria, para a defesa e liberdade do povo judaico (167-130 antes de Christo).

Afinal, quatro livros de pouca extensão, escriptos em épocas differentes, são como a relação de quatro episodios notaveis da longa historia do povo de Deus. São os livros de *Ruth*, a Moabita (cerca de 1560 antes de Christo); de *Judith*, a libertadora de Bethulia (658 antes de Christo); de *Tobias*, herói do captiveiro de Nínive (720 antes de Christo), e de *Esther*, que preservou a sua nação da ruina (470 antes de Christo).

63. — III. O Antigo Testamento contém quatro livros de *moral*, que são antes collecções de sentenças do que tratados seguidos. São:

1.º *O livro dos Provérbios*, attribuído a Salomão: especies de aphorismos e lições instructivas exprimidas de modo conciso, e referindo-se ao procedimento dos homens.

2.º *O livro da Sabedoria*, cujo autor é desconhecido. E' um elogio da verdadeira sabedoria: o escriptor sagrado refere a origem dessa sobedoria, descreve os deveres que impõe e as recompensas que ha de receber.

3.º *O Ecclesiastes*, attribuido a Salomão, é uma descripção das vaidades do mundo, das quaes mostra o nada: *Vanitas vanitatum!*

4.º *O Ecclesiastico*, que se julga ser obra de um Jesus, filho de Sirach, contem, como os Proverbios, regras de sabedoria e maximas de moral.

64. — IV. No Antigo Testamento, há livros *poéticos*, verdadeiros cantos lyricos, escriptos num estylo rythmado. São em numero de tres:

1.º *Job*, poema notavel, o mais antigo monumento da poesia hebraica, em que vem contada a historia do celebre patriarcha da Iduméa, modelo de soffrimento e resignação (cerca de 1800 antes de Christo).

2.º *Os Psalmos*, são odes religiosas, em numero de cento e cincoenta, na maior parte compostas por David, algumas por Salomão. Os Psalmos são cantos á gloria de Deus: uns narram em estylo lyrico as obras do seu poder ou os grandes factos da historia judaica; os outros são uma descripção prophetica do reino do Messias, da conversão dos Gentios, etc. (1040-1001 antes de Christo).

3.º *O Cantico dos Canticos*, obra de Salomão, é uma especie de epithalamio ou canto nupcial: sob véus allegoricos, o poeta enaltece a união de Deus com seu povo, presagio da união de Jesus Christo com a Igreja.

64-a. — V. Afinal, o Antigo Testamento contém predicções feitas aos reinos de Israel e de Judá por homens inspirados, chamados *Prophetas*.

Acham-se disseminados num periodo de 400 annos (de 830 a 450 antes de Christo). Alimentam as esperanças na nação, ostentando, cada um por sua vez, alguns traços da physionomia do Messias annunciado. Em seguida, predizem os castigos e as maldições que cahirão sobre o povo de Deus e sobre as nações vizinhas. Contam-se quatro grandes prophetas, e doze pequenos; esta denominação veiu da maior ou menor extensão dos escriptos deixados por elles. Os grandes Phophetas são:

1.º *Isaias* (758-720 antes de Jesus Christo). Annuncia as desgraças que ameaçam os Judeus, Babylonia e as nações vizinhas. A isso accrescenta esperanças e consolações para o povo de Deus, o edícto de Cyro para o fim do captiveiro; comtudo, prophetiza particularmente o nascimento de Jesus Christo, sua vida, seus milagres, seus soffrimentos, sua morte e seu reinado glorioso.

2.º *Jeremias* (627-586 antes de Christo). Seu livro é dividido em duas partes: uma, prophetica, contem o annuncio do captiveiro de Babylonia, a volta para Jerusalém, depois de setenta annos; a vinda do Messias, sua morte, etc. A outra, elegiaca, é uma queixa lugubre

sobre as ruinas de Jerusalém; é conhecida pelo nome de *Lamentações*. Ao livro de Jeremias, se junta o de *Baruch* que era o seu secretario, e fez tambem algumas prophecias.

3.º *Ezechiel* (595-570 antes de Christo). Escreveu suas prophecias durante o captiveiro de Babylonia, para consolar seus compatriotas: grandes visões fazendo prever a ruina das nações inimigas, a resurreição do povo judaico, a reconstrucção do templo, a gloria futura e o reinado eterno do Messias; tal é o conteúdo do livro de Ezechiel.

4.º *Daniel* (606-536 antes de Christo). Escreveu tambem durante o captiveiro. Seu livro tem uma parte historica e outra prophetica. Descreveu a successão dos quatro grandes imperios que devem preparar o caminho ao reinado do Messias e desapparecer primeiro.

Citaremos apenas os nomes dos *doze pequenos prophetas*, na ordem pela qual são dados na Biblia, bem que não seja absolutamente a ordem chronologica: *Oséas* (805-725 antes de Christo); — *Joel* (770-700); — *Amos* (775-700); — *Abdias* (794-776); — *Jonas* (880-800); — *Micheas* (750-?); — *Nahum* (720-690); — *Habacuc* (680-660); — *Sophronias* (640-630); — *Aggeu* (521-?); — *Zacharias* (518-513); — *Malachias* (450-?).

Ao todo, o Antigo Testamento encerra quarenta e cinco livros, todos reconhecidos authenticos pela Igreja.

§ II. — Objecto da Revelação mosaica ou judaica.

I. Conservação do dogma. — II. Confirmação e aperfeiçoamento do moral. — III. Annuncio prophetico do Messias.

65. — Póde-se dizer que a Revelação mosaica ou judaica tem um triplo objecto: 1.º a conservação não só das verdades naturaes, como tambem dos dogmas da Revelação primitiva; 2.º a confirmação e tambem o aperfeiçoamento da moral natural; 3.º de modo especial, o

annuncio prophetico do Messias, com a descripção de sua vida, suas obras e seu reinado.

66. — I. A respeito do *dogma* ou da crença, importava precaver, contra os erros das nações idolatras, o povo destinado a conservar intacto o deposito da verdade religiosa. Por isso, a Revelação mosaica insiste sobre estas verdades fundamentaes de qualquer religião: Deus é o ser unico e creador; é puro espirito, e, portanto, não se deverá representar, em esculptura, sob symbolo algum, por medo de que o povo cahia na idolatria; é o grande legislador da nação, o unico rei verdadeiro, o juiz vingador e remunerador, segundo as prevaricações ou a fidelidade do povo. — Moysés conserva intacta a verdadeira noção da alma; lembra a sua origem, distingue-a do corpo; é espiritual: é um sopro emanado de Deus; é immortal, creada sem termo na duração, chamada a eternas recompensas e ameaçada com eternos castigos si fizer um abuso culpado de sua liberdade. Sem duvida, o povo judaico, material e grosseiro, era particularmente sensivel ás bençams da terra; mas o sabio legislador lembra-lhe, muitas vezes, as alegrias e as penas futuras da outra vida.

O culto judaico originou-se dessas puras crenças: Deus não quer as homenagens idolatricas que se encontram entre todos os povos vizinhos dos Hebreus. Sem duvida, Israel terá os seus sacrificios sangrentos, victimas immoladas sobre o altar do Tabernaculo, e mais tarde no templo de Jerusalém; mas o sacrificio judaico não é mais do que uma imagem e figura emblematica de um grande sacrificio, que, um dia, ha de resgatar o mundo; todos os pormenores foram indicados por Deus mesmo, muito antes que a realidade succedesse ás figuras.

2.º Quanto á *moral*, a revelação mosaica, principalmente no *Deuteronomio*, completa e aperfeiçôa a lei gravada naturalmente no coração do homem. Compa-

rem-se todas as legislações antigas de Athenas, Esparta e Roma com os simples preceitos do Decálogo, e ver-se-á a superioridade moral de que o povo judaico foi devedor á sua Revelação. Ponham-se em parallelo os ensinos dos philosophos antigos com o commentario da lei judaica escripto por Moysés, e com as sentenças proverbiaes dos escriptores sagrados e julgar-se-á do progresso moral trazido pela segunda Revelação. Ao lado das leis geraes, acham-se prescripções particulares regulando detalhadamente a vida individual e social: a injustiça, a preguiça, a impureza e todos os vicios são ahi infamados e ferreteados; a igualdade dos esposos, a indissolubilidade do casamento, a solicitude pelos filhos são as bases constitutivas da familia.

Como sociedade, Israel acha na sua lei regras de conducta para com os povos vizinhos, prohibição severa da escravidão; os extrangeiros, os mercenarios, os criados, os pobres estão collocados ao abrigo de leis protectoras: em summa, é o christianismo em preparação e como que esboçado.

3.º Um dos mais importantes objectos da Revelação mosaica é o *annuncio do Messias*. Feita em primeiro lugar a nossos primeiros paes, e muitas vezes renovada aos patriarchas, a promessa de um libertador era, por assim dizer, a base de toda a religião judaica. Moysés fôra a figura viva deste libertador esperado; mas, ao morrer, annunciava um Propheta maior do que elle. A lei, os sacrificios, as festas, são delle o presagio e a preparação. David e todos os Prophetas virão, por sua vez, fortalecer a expectativa e conservar as esperanças da nação judaica. No meio de outras predicções relativas á patria acha-se, por toda a parte, a idéa dominante do Messias futuro: sua vida até nos menores incidentes, sua paixão, sua morte, sua resurreição, o estabelecimento de seu imperio immortal sobre as ruinas do judaismo

rejeitado, tudo ahi vem descripto, annunciado com uma precisão notavel: de tal modo que podemos dizer com um grande genio do II° seculo, Tertuliano, que a lei judaica não só presagiava o Christo, mas o levava por assim dizer no seio: *lex gravida Christo.*

ARTIGO III

Da Revelação christã.

Idéa geral. — Divisão deste artigo.

67. — Segundo a própria prophecia do seu autor, a Revelação mosaica, devia deixar lugar a uma Revelação mais precisa e mais perfeita. O Senhor disséra a Moysés a respeito dos Judeus. «Do meio de teus irmãos, suscitarei um propheta semelhante a ti, collocar-lhe-ei as minhas palavras na bocca, e dirá a teus irmãos tudo quanto eu ordenar. Si alguem não quizer ouvir as palavras que pronunciará em meu nome, sou eu que disso tirarei vingança.» (*Deuter.*, XVIII, 19.) E são Paulo escreveu: «Deus que outróra falára a nossos paes pelos Prophetas, por ultimo, nos falou por seu Filho.» (*Hebr.*, I, 1.) Este ensino é a *Revelação christã.* Tira o seu nome de Jesus de Nazareth, chamado Christo, que, no princípio da era moderna, pregou o Evangelho na Judéia e o fez propagar por seus Apostolos e quiz que, estendendo-se a todos os povos, se tornasse a fé unica e a unica crença do universo.

Esta terceira Revelação é um facto historico ainda mais brilhante do que a Revelação mosaica. E' referida por livros que a garantem e gozam de uma autoridade sem igual. Demonstraremos o seu valor historico, sem prejuizo da inspiração divina, quando estabelecermos a *divindade da Revelação christã.* Accrescentemos já que não só é referida nos Livros sagrados do *Novo Testamento*, mas ainda confirmada pelas narrativas da historia profana e afiançada por um facto evidente, immenso,

incontestavel, mais resplandecente do que o sol: a existencia do christianismo. E' o maior acontecimento do genero humano: quarenta seculos o prepararam e já dezenove séculos sentem o seu influxo e beneficiam dos seus fructos.

Assim como fizemos para a Revelação mosaica, vamos indicar os *Livros sagrados* que contêm a Revelação christã, e, em seguida, daremos um resumo dos principaes ensinos contidos nelles.

§ I. — Livros do Novo Testamento.

I. Os quatro Evangelhos. — II. O livro dos Actos dos Apostolos. — III. As diversas Epistolas. — IV. O Apocalypse.

68. — O *Novo Testamento* comprehende quatro *Evangelhos*, um livro intitulado *Actos dos Apostolos*, vinte e uma *Epistolas* ou cartas dos Apostolos, e uma prophecia de são João, conhecida pelo nome de *Apocalypse*: ao todo, vinte e sete livros reconhecidos como authenticos pela Igreja.

I. Os *Evangelhos* são a narrativa da vida de Nosso Senhor e o resumo dos seus principaes ensinos. São em numero de quatro:

1.° O Evangelho segundo *são Matheus* (escripto mais ou menos no anno de 42 de J.-C.), pelo apostolo deste nome. Elle o compoz para os Judeus, na língua por elles então falada, o *syro-chaldaico*, mistura de hebraico, syriaco e chaldaico. O seu livro foi logo traduzido em grego, quer pelo autor mesmo, quer por alguem que trabalhou sob as suas ordens. Vê-se que é obra de um Judeu, amante de seu paiz, conhecedor de sua religião, e escrevendo para concidadãos que querem achar na vida do Salvador a realização das antigas prophecias.

2.° O Evangelho de *são Marcos* (escripto provavelmente no anno de 45 de J. C.). São Marcos era discipulo

de são Pedro; não conhecera pessoalmente a Jesus Christo, mas ligára-se a são Pedro de que era o secretario ou o interprete. Acompanhou-o nas suas viagens, recolheu as narrativas do apostolo, e compoz o seu Evangelho em lingua grega, a pedido dos Romanos dos quaes muitos falavam este idioma. São Marcos foi o primeiro bispo de Alexandria. O seu Evangelho foi approvado por são Pedro; a ordem historica não foi escrupulosamente conservada por elle: póde-se notar ahi um plano antes oratorio e apologetico; o autor supprime certos pormenores absolutamente judaicos, accrescenta outros factos milagrosos omittidos por são Matheus; a claridade e a brevidade são o caracter particular deste Evangelho.

3.º O Evangelho de *são Lucas,* apparecido entre os annos de 70 e 80 de J. C. O seu autor, pagão de origem, não conhecera Nosso Senhor. Convertido por são Paulo, tornou-se o companheiro fiel das suas viagens, viveu numa grande intimidade com os Apostolos e com a santissima Virgem e recolheu as tradições delles. São Lucas completa muitas vezes são Matheus e são Marcos sobre a infancia de Jesus, as suas pregações, as suas admiraveis parabolas; dir-se-ia que pretende particularmente dar mais a conhecer o seu coração e a sua divina caridade. São Lucas era medico, pintor, poeta: o seu Evangelho reflecte o artista no estylo e nas descripções: foi escripto para os Gregos de que o autor falava admiravelmente a lingua.

4.º O evangelho de *são João,* foi composto por este apostolo no fim do 1.º seculo. Emquanto os outros Evangelistas redigiram a historia do Salvador numa ordem que tem muitos traços de semelhança, e fez dar aos seus escriptos o nome de *Evangelhos synopticos,* são João tem outro methodo, como tinha outro fim. E' que começavam a surgir as primeiras heresias atacando a divindade do Salvador. Querendo combater aquelles

erros, são João applica-se a tornar Jesus Christo mais conhecido: mostra-o na sua natureza humana, admiravelmente amante; porém, estabelece especialmente a sua divindade com o auxilio de factos e discursos não relatados por seus predecessores; o estylo reflecte o pensamento do autor: nelle apparecem o ardor e a caridade.

69. — II. O Novo Testamento prosegue com a narrativa dos *Actos dos Apostolos*. Este livro é tambem da lavra de são Lucas que o escreveu em Roma, mais ou menos no anno 64 de J. C. Contém a historia dos primeiros annos da Igreja, a narração das viagens e dos trabalhos dos Apostolos, particularmente de são Paulo, e acaba com a chegada deste apostolo a Roma, onde havia de ser julgado e degolado dois annos mais tarde, no mesmo dia em que seria suppliciado são Pedro (67 depois de J. C.).

70. — III. As *Epístolas* são Cartas escriptas pelos Apóstolos e dirigidas quer ás christandades por elles fundadas, quer a particulares: algumas têm o nome de epistolas *catholicas* e são destinadas a todos os fieis do mundo. São a explicação e o commentario do Evangelho, e liam-se na assembléa dos christãos para a instrucção destes. Contam-se:

Quatorze epistolas de são Paulo: são as mais importantes, quer como extensão, quer como doutrina. Uma é dirigida aos Romanos; duas aos Corinthios; uma aos Gálatas; uma aos Ephésios; uma aos Philippenses; uma aos Colossenses; duas aos Thessalonicenses; duas a Timótheu, bispo de Epheso; uma a Tito, bispo de Creta, uma a Philemão, e a ultima aos Hebreus. Essas diversas epistolas foram escriptas do anno 52 ao anno 66 de J. C.

Uma epistola de são Thiago, apostolo; é dirigida á catholicidade.

Duas epistolas de são Pedro: uma, do anno de 45, outra de 66, são destinadas ao mundo catholico, como convinha particularmente ao primeiro papa.

Tres epistolas de são João: uma para acompanhar o seu Evangelho, e as outras duas mandadas a particulares, a Electa, mãe christã, e a Caio, discipulo do apostolo.

Uma epístola cathólica de são Judas, exhortando á fé e á caridade, fecha a serie das Cartas apostolicas.

71. — IV. Emfim o Novo Testamento se completa com o *Apocalypse* ou revelação de são João. E' a narrativa das visões que este apostolo teve na ilha de Pathmos para onde o exilára Domiciano. Este livro começa por exhortações e conselhos ás sete principaes igrejas do mundo christão; em seguida, debaixo de symbolos allegóricos, são João vê e prophetiza os acontecimentos que devem assignalar a historia da Igreja nas suas diversas idades, e, em ultimo lugar, o fim do mundo. O Apocalypse foi escripto no anno 94 de J. C. O caracter allegórico e prophetico deste livro torna muito difficil a sua interpretação.

§ II. — Objecto da Revelação christã.

Principaes ensinos relativos: 1.º ao dogma; 2.º á moral; 3.º ao culto.

72. — As verdades que foram o objecto da Revelação christã se referem, como qualquer ensino religioso, ao *dogma*, á *moral*, e ao *culto.*

1.º *O Dogma*, ou a crença christã, se compõe de duas especies de verdades, umas já conhecidas, accessiveis á razão e ensinadas pela philosophia; outras inteiramente inesperadas e novas. As primeiras constituem a ordem *natural*, e as segundas a ordem *sobrenatural*, á qual o homem não póde chegar por si proprio. Notámos que as verdades fundamentaes da ordem natural, a existencia

de Deus, a sua natureza, as suas perfeições e a existencia da alma simples, espiritual, livre e immortal, já tinham sido promulgadas muito solemnemente pela Revelação primitiva, ao depois esclarecidas e aperfeiçoadas pela Revelação mosaica. Mas é particularmente á Revelação christã que somos devedores, sobre estes pontos, de noções mais precisas, e de modo todo especial sobre Deus, a vida futura, a resurreição dos corpos, a natureza e eternidade das penas e das recompensas.

Depois de restaurar a religião natural com suas crenças, Jesus Christo funda sobre esta base uma doutrina *sobrenatural* que tem por dogmas principaes: o mysterio da santissima Trindade, ou das tres pessôas em um Deus unico; o da Incarnação do Filho de Deus, que corresponde á expectativa universal e vem a ser o nó e como o centro da nova religião; o da Redempção do mundo pelos soffrimentos e pela morte de Jesus Christo; depois a Igreja, com a sua infallivel autoridade e a missão de continuar até o fim dos tempos a obra do Christo, pela communicação da graça, pela remissão dos peccados, pelos Sacramentos em geral, e em particular pela Eucharistia. Cada uma dessas palavras encerra uma novidade divina, cria uma ordem nova de crença e de vida. Desde dezoito seculos, a razão humana discute sobre estas verdades: póde achal-as demasiadamente sublimes para a sua pretensão orgulhosa, porém, não chega a derrubal-as e não acha nada de melhor a dizer. Os mais bellos genios inclinam-se diante da perfeição e da sublimidade desses ensinos.

2.º A *Moral* evangelica tomou por base a moral natural já aperfeiçoada pela Revelação mosaica, e a elevou ao mais alto gráu de perfeição e de pureza que seja possivel alcançar. Ao egoismo que é o fundo da natureza humana e de toda a moral pagã, o Evangelho substitue como base da religião nova o *desprendimento,* isto é, o

espirito de pobreza e de sacrificio; em seguida, quando o coração se tem despojado de si mesmo, dá-lhe como alimento o que nenhuma religião antiga conhecia: *o amor de Deus e o amor do proximo.* A lei de Moysés mandava temer a Deus, a de Jesus Christo ordena amal-o como a um pae: é o primeiro preceito; depois prescreve, não desprezar o pobre e não opprimir o fraco, mas amal-o como a um igual, antes como a um irmão: é o segundo preceito. Eis sobre que bases será fundada a sociedade christã.

Quanto á moral individual, não é bastante prohibir-nos o acto reprehensivel, a lei christã vae mais longe; desce até o mais intimo da consciencia e prohibe mesmo o desejo ou o pensamento do mal. Afinal, para os que não querem contentar-se com o dever estricto, mas sentem dentro de si aspirações para uma perfeição maior, o Evangelho tem conselhos que se resumem na *pobreza* voluntaria, na *obediencia* inteira, na *castidade* levada até o heroismo; é o fundamento da vida religiosa e perfeita.

3.º O *Culto* inaugurado pela Revelação christã é digno do seu dogma tão sublime e da sua moral tão pura. E' o culto «em espirito e verdade,» que substitue as homenagens imperfeitas e grosseiras do paganismo e até os sacrificios já purificados da religião judaica; culto que não é mais limitado a um templo unico, nem a um só povo, mas que se deve estender ao universo inteiro e durar até o fim dos seculos; culto essencialmente interior e social, que acha a sua grande e principal expressão no sacrificio eucharistico ou na *Missa,* renovação e continuação do sacrificio offerecido sobre a cruz de Jesus Christo e dotado dos mesmos effeitos. Em vista deste sacrificio perfeito, a Revelação christã abre novos templos, estabelece um sacerdocio novo, institue novas

solennidades em que o espírito, o coração e a alma acham a um tempo luz, força e santidade.

Portanto, temos razão para dizer que, sob todos os pontos de vista, a *Revelação christã* é o aperfeiçoamento da religião natural e das Revelações *primitiva* e *mosaica*. Iremos mais longe e concluiremos pela divindade desta Revelação. Mas antes, é preciso estudarmos os *meios de demonstração* que nos hão de conduzir a esta conclusão rigorosa.

CAPITULO IV

MEIOS DE DEMONSTRAÇÃO PROPRIOS PARA DISTINGUIR UMA REVELAÇÃO DIVINA.

Estado preciso da questão. — Divisão deste capitulo.

73. — A Revelação, acto muito possível a Deus, muito acceitavel da parte do homem, moralmente necessario em nosso estado de natureza limitada e decahida, tornou-se um facto; teve lugar, pela primeira vez, no mesmo berço do mundo; mais tarde, em favor do povo hebraico, pelo intermedio de Moysés e dos prophetas, e, emfim, numa derradeira manifestação feita ao mundo por Jesus Christo.

Mas esta Revelação successiva, uma no seu conjuncto, será um facto não só comprovado, mas ainda um *facto divino?* Será obra de Deus ou não passará de uma obra humana, de um embuste, de uma mentira? Em outros termos, a nossa Religião revelada será realmente *divina?* Questão capital que é preciso resolver agora.

Si Deus falou realmente á humanidade, deve ter-nos dado meios de verificar a sua intervenção e a sua palavra por meio de signaes incontestaveis, e o deve tanto mais que, na época de Moysés e principalmente de Jesus

Christo, a sua Revelação tinha que se impôr, a poder de evidencia, a povos mergulhados nas trevas do erro e da idolatria e precipitados na mais triste decomposição moral, amando as suas trevas e ainda mais os seus vicios.

Ora, Deus tem na sua mão dois signais ou caracteres que lhe são proprios, excedem manifestamente o poder humano, e são reservados á omnisciencia e á omnipotencia divinas: são a *prophecia* e o *milagre*. Eis ahi dois signaes surprehendentes, rapidos, que se pódem verificar facilmente; são como que duas cartas credenciaes com as quaes é forçoso reconhecer a intervenção divina, do mesmo modo que, pela firma de um soberano, se reconhece a legitima missão do seu embaixador.

Mas estes dois factos divinos, a *prophecia* e o *milagre*, por isso mesmo que são mais extraordinarios e mais concludentes foram o objecto de ataques mais encarniçados pela impiedade do seculo XVIII e racionalismo contemporaneo. Importa, por conseguinte, estudal-os com uma attenção tanto maior que são, por outra parte, os *meios de demonstração* da divindade de uma revelação. Neste capitulo, consagraremos o 1.º artigo á *prophecia* e o 2.º ao *milagre*, dando sobre um e outro destes factos divinos uma noção exacta, e fazendo successivamente sobresahir a sua força demonstrativa.

ARTIGO I

Da Prophecia.

I. Noção da prophecia. — II. Sua possibilidade. — III. Condições essenciaes de uma verdadeira prophecia. — IV. Sua força probante e demonstrativa. — V. Solução das *objecções*.

74. — I. A prophecia póde ser definida: «A predicção certa de um facto futuro, que não póde ser conhecido pelas causas naturaes». Distinguimos assim a *prophecia* da simples conjectura ou da previsão baseada em calculos,

ou no conhecimento de certas causas physicas de que se podem prever os effeitos. O astronomo, o medico, o homem politico prevêm, cada um na sua esphera, factos que se realizarão no futuro: não prophetizam, porque não ha nisso cousa que exceda ou o instincto natural ou a sciencia e a experiencia do homem. Mas si um homem, sem nenhuma deducção, por intuição, vê e prediz factos resultantes de determinações livres de Deus ou da vontade humana, factos absolutamente contingentes, sem causa conhecida, é certo que esse homem fará uma prophecia propriamente dita. E' manifesto, por outra parte, que semelhante conhecimento não é naturalmente possivel ao homem e não póde vir sinão de Deus.

Agora, temos que estabelecer que a prophecia, assim definida, *é possivel*, e que reunindo as condições determinadas, é um *testemunho concludente* a favor da divindade de uma Religião.

75. — II. *Possibilidade da prophecia.* — Em primeiro lugar, será a prophecia possivel a Deus? Sim, com evidencia, Deus, com effeito, é o Ser infinito, eterno, immutavel; por conseguinte, é preciso admittir que conhece tudo, vê tudo: o passado, o presente e o futuro ou antes, como dissemos falando dos seus attributos, o que nelle chamamos a *presciencia*, não é mais do que a sciencia perfeita de tudo; para elle, não ha futuro nem passado; tudo se move num presente luminoso. Portanto, Deus sabe, desde toda a eternidade, o que deve acontecer na creação; quer isto se dê por virtude da sua propria vontade, em execução das leis que estabeleceu, quer pelo facto da vontade livre do homem, tudo o que ha de ser, Deus o sabe e o póde predizer.

Mas a prophecia possivel a Deus, será tambem possivel ao homem? Não é possivel ao homem entregue ás suas luzes naturaes e a seu proprio poder. Mas si aprouver a Deus revelar á intelligencia humana o conhecimento

que elle tem do futuro, não ha nada que lhe possa impedir; e Deus póde igualmente dar ao homem favorecido desse conhecimento a missão de o predizer e annunciar. Dêste modo, a prophecia será possível ao homem como o era a Deus. Deus é certamente livre de communicar ao homem a sciencia que este não tinha naturalmente. Por que meios o ha de fazer? Por aquelles que fôrem escolhidos por sua sabedoria; quer illumine directamente a intelligência, quer actue sobre a imaginação, quer impressione os sentidos, dará a conhecer o que sabe, e o homem poderá prophetizar.

Eis o que nos diz a razão, e é tambem o que os povos acreditaram. Com effeito, todos tiveram os seus oraculos propheticos. Não é somente entre o povo judaico e o povo christão que achamos esta crença na prophecia. São conhecidos os famosos oraculos da Grecia, os de Jupiter em Dodona e de Apollo em Delphos. Roma teve os seus adivinhos e foram conservados por muito tempo os oraculos das Sibyllas, e em particular os da Sibylla de Cumes, lembrados por Virgilio.

Ultima Cumæi venit jam carminis ætas...

Entre todos os povos antigos, consultavam-se o vôo das aves, o curso dos astros, as entranhas das victimas: certamente aquellas predicções não tinham o verdadeiro caracter prophetico; porém, o mundo inteiro acreditou na prophecia: portanto, ella é possivel. Enumeremos agora:

76. — III. *As condições essenciais á verdadeira prophecia.* — Para ser verdadeiramente divina e constituir uma força probante a favor de uma religião, a prophecia deve reunir quatro condições:

1.º Deve ser *anterior ao acontecimento* por ella annunciado: decorre isto da natureza da prophecia e resulta da sua definição. Ora, póde-se verificar a authen-

ticidade de uma prophecia e a sua anterioridade, como se verifica um facto historico, pelos monumentos, pelos testemunhos tradicionaes, pelos escriptos que dão prova da sua antiguidade e da sua existencia real antes dos acontecimentos preditos.

2.º Deve ser *clara;* isto é, designar antecipadamente o acontecimento de modo sufficientemente nitido e preciso para que a sua applicação não seja arbitraria, mas facil de reconhecer.

3.º Deve ser *litteralmente cumprida,* porque é o cumprimento exacto e preciso da predicção que revela no propheta a autoridade do seu ensino e o caracter divino da sua missão. E' pois só quando os acontecimentos justificarem a sua predicção, que a prophecia póde apparecer na realidade do seu caracter divino. Todavia, quando um propheta confirma uma predicção, cuja realização está muito afastada, por milagres ou prophecias de acontecimentos mais chegados, o cumprimento destas vem a ser uma garantia certa da auctoridade das outras e da missão verdadeiramente divina do seu autor.

4.º Afinal, é preciso que haja *impossibilidade* absoluta de attribuir a prophecia a uma previsão puramente natural, ou a um concurso fortuito.

Com effeito, si a predicção não fosse mais do que o resultado de uma douta previdencia ou de uma previsão indecisa, seria o facto do homem; pelo contrario, si ella se manifesta sobre factos contingentes, dependentes da livre vontade divina ou humana, ou de causas ainda não existentes; particularmente, si tiver por objecto factos multiplos, diversos, sem nenhuma relação uns com outros, e venha a realizar-se em todos os pontos, é evidente que será uma prova concludente da intervenção de Deus.

Com o auxilio desses caracteres e dessas condições será sempre possivel e muitas vezes facil distinguir uma

verdadeira prophecia dos oraculos falsos, enganadores: estes últimos são faltos de precisão, ambíguos, sem nexo, muito pouco anteriores aos factos e, não raras vezes, desmentidos pelos acontecimentos.

77. — IV. A prophecia, quando reveste as condições que acabamos de citar, é verdadeiramente o *signal do divino.* A sua força probante e demonstrativa não póde ser rejeitada; é irresistivel. Com effeito, é absolutamente fóra da intelligencia e do alcance do homem penetrar o mysterio do porvir e arrancar-lhe os futuros livres: só Deus os conhece e só elle póde communicar o conhecimento dos mesmos; por conseguinte, qualquer prophecia desse genero torna-se testemunho evidente da intervenção divina.

A prophecia é o milagre em seu gráu supremo, pois que submette a natureza inteira e todas as leis do mundo á predicção do propheta: tem sobre o milagre uma superioridade de extensão e de permanência, pois que se dirige a povos inteiros chamados a assistir ao espectaculo dos factos, e conserva para os seculos futuros todo o seu poder demonstrativo.

Não é tudo. Visto que a prophecia attesta no mais alto ponto a intervenção divina, qual deve ser o seu resultado para a Religião? E' que, si o propheta prega em nome de Deus, ao mesmo tempo que prediz em nome de Deus, e si os acontecimentos que elle annuncia são tambem uma doutrina, esta pregação e esta doutrina são manifestamente divinas.

Com effeito, como admittir que Deus, a verdade por essencia, se valha da sua presciencia infinita ou da sua omnipotencia a favor de uma doutrina erronea, e communique a um impostor, o dom de prophecia, para fundar sobre a terra um culto impio ou uma religião mentirosa? E' impossivel. Por conseguinte, qualquer prophecia verdadeira demonstra invencivelmente a divindade de

uma religião. Eis porque Moysés dizia aos Hebreus: «Eis o signal pelo qual reconhecereis se um propheta fala em nome de Deus: se o que elle predisse em nome do Senhor não aconteceu, o Senhor não falou por sua bôcca: não respeiteis este propheta temerário.» (Deut., XVIII, 22). «Sou eu, diz o Senhor, pela bôcca de Isaias, sou eu que vos annuncio, desde o principio, o que deve acontecer no fim, e vos predigo, muito antes, cousas que ainda não existem.»

Aliás, não ha ninguem que conteste seriamente que uma prophecia propriamente dita não seja obra de Deus: os incredulos submetter-se-iam si reconhecessem as prophecias como authenticas. «Si puderem mostrar-me no Antigo Testamento, dizia Proudhon, uma unica linha referindo-se ao Novo, confesso-me vencido (1).» Mas Proudhon, como muitos outros, nunca estudou os prophetas. Em lugar desse estudo, o racionalismo prefere entrincheirar-se no silencio, no desprezo e ater-se a vãs objecções, cem vezes refutadas, mas ás quaes somos ainda constrangidos a responder.

78. — V. — Solução das objecções.

1.º *Contra a possibilidade das prophecias.* — 1.º «E' evidente, disse Voltaire, que não se póde conhecer o futuro, porque não se póde conhecer o que não existe.»

R. — Isto seria verdadeiro si o futuro fosse pura e simplesmente o nada. Mas o futuro é uma realidade, quer nas causas que o preparam, quer na sciencia eminente e transcendente de Deus, que vive com todos os tempos, e para quem tudo é certeza. Quando um astronomo annuncia um eclipse, este ainda não existe; haverá por isso impossibilidade de predizel-o? O astronomo vê a consequencia na causa existente e, de antemão, aponta para ella: assim faz o propheta.

(1) Brochure, *Le Miserere.*

2.º «A presciencia divina, manifestada ao homem e seguida da predicção, deve necessariamente ter a sua realização: é, portanto, a destruição da liberdade humana.»

R. — Já refutamos esta objecção. A presciencia de Deus é certa; a liberdade humana não o é menos. Estas duas verdades se conciliam: Deus, dissemos, prevê como livres os actos que devemos cumprir livremente, e não lhes muda a natureza, nem violenta a execução. A predicção não modifica as cousas; anterior, na ordem do tempo, á acção do homem, fica-lhe posterior na ordem das idéas, segundo este axioma philosophico: «*prius est esse futurum, quam prœvideri ut sic.*»

2.º *Contra a origem divina e a força probante da prophecia.* — 1.º «A alma tem um poder deductivo e conjectural, perfectivel pelo uso, e consideravel em certas circumstancias, como, por exemplo, no *somnambulismo:* as predicções e as prophecias pódem muito bem não ter outra causa sinão uma causa natural.»

R. — Sem negar a perspicacia de certos espiritos, sem contestar que a experiencia a possa ainda desenvolver, e sem rejeitar certos effeitos surprehendentes do *somnambulismo* natural ou artificial, contentar-nos-emos com notar que todo o poder conjectural se manifesta em factos existentes e em causas que o espirito, livre da materia e dos sentidos, póde conhecer melhor; então, por via de deducção, o homem póde tirar certas consequencias e predicções mais ou menos provaveis. Mas ahi param as conjecturas. Não pódem alcançar os factos afastados, dependentes de causas não existentes ou resultantes da livre vontade de Deus ou do homem, como são as verdadeiras prophecias.

2.º Emfim: «As prophecias não provam cousa alguma: todas as religiões as tiveram; o proprio paganismo tinha

os seus oraculos; acaso podemos invocal-os e concluir pela divindade dessas religiões?»

R. — Os oraculos do paganismo, as pretensas predicções dos falsos cultos, e toda a adivinhação antiga não têm nada de commum com a inspiração prophetica. Com effeito, esses oraculos eram, na maior parte do tempo, uma velhacaria; as predicções dos oraculos e das sibyllas eram cercadas de trevas e, muitas vezes, de immoralidades; eram feitas no meio de um apparato ridiculo, não se referiam, na sua quasi totalidade, sinão a factos proximos, sem alcance e sem consequencia. Nestas condições, mesmo suppondo que os oraculos fossem verdadeiros, não teriam provado cousa alguma a favor da religião, tanto mais que não vinham em abono de uma doutrina. Acontece de modo muito differente com as verdadeiras prophecias que tiram precisamente a sua força probante das condições muito diversas nas quaes se fazem e se realizam.

ARTIGO II

Do milagre.

I. Noção precisa do milagre. — II. Possibilidade do milagre. — III. Póde ser verificado como todos os factos. — IV. Força probante do milagre. — V. Solução das *objecções*.

79. — I. Póde-se definir o milagre: «Um facto sensível, que deroga as leis conhecidas da ordem physica e o curso ordinario da natureza, num caso particular.» No principio, Deus estabeleceu leis geraes que seguem o seu curso: são, por natureza, immutaveis e universaes e concebe-se que, para as derogar, é preciso o mesmo poder que as fixou. Si, pela acção directa e immediata de Deus, se produz um facto acima ou afóra das forças que actuam na natureza, ou das leis que a governam, chamamos este facto um *milagre:* milagre de primeira ordem, ou *quanto á*

substancia, como se exprime santo Thomaz, si nada, dentro da natureza, póde produzir esse resultado: como, por exemplo, a interrupção do movimento dos astros, a resurreição de um morto, etc.; milagre de segunda ordem, ou *quanto ao modo,* se o facto se produz fóra das leis que o poderiam occasionar: por exemplo, obrigar um rio a remontar para a sua nascente, curar instantaneamente uma doença, uma fractura de membro, sem medicamento e sem o soccorro da arte, etc.

Num e noutro caso, quer o milagre seja pequeno ou grande, de primeira ou de segunda ordem, não deixa de ser um milagre e uma intervenção divina. Póde-se, pois, affirmar que o milagre é o *sello do divino.*

Para se subtrahir a esta conclusão, Voltaire e os philosophos impios do seculo XVIII negavam pura e simplesmente a possibilidade do milagre, e contentavam-se com zombar delle. Mas não basta rir para supprimir os factos. O racionalismo de nossa época, perante esta questão do milagre, que elle toma mais a serio, experimenta certo embaraço. Todavia, como tende a supprimir o *sobrenatural,* o milagre lhe desagrada e, para o negar, apega-se a uma ou outra destas razões: 1.º o milagre é impossivel; 2.º si o milagre fosse possivel, não poderia ser verificado; 3.º de facto, milagre algum foi jamais verificado.

Devemos, contra semelhantes affirmações, restabelecer a verdade e provar: 1.º a *possibilidade do milagre;* 2.º a *possibilidade de verifical-o* e de reconhecel-o perfeitamente; e 3.º a *certeza* de verdadeiros milagres completamente examinados e reconhecidos. Deixamos, todavia, esta ultima demonstração: estará melhor em seu lugar em nosso estudo sobre a *divindade da Revelação mosaica e christã,* em que discutiremos os milagres de Moysés e os de Jesus Christo. Por emquanto, mostraremos a *força probante* e demonstrativa de um milagre muito bem

verificado e, ao mesmo tempo, responderemos ás *objecções racionalistas.*

80. — II. *Possibilidade do milagre.* — Será possível o milagre tal qual o temos definido?... Eis como um philosopho do século XVIII, J.-J. Rousseau, num momento de bom senso, resolve esta questão: «Poderá Deus fazer milagres; isto é, derogar as leis por elle estabelecidas? Esta pergunta, feita seriamente, seria impia si não fosse absurda. Castigar aquelle que a resolvesse negativamente, seria dar-lhe muita honra: bastaria encerral-o num hospicio. Mas, que homem duvidou jamais que Deus pudesse fazer milagres (1)?»

Enunciada em termos precisos, a questão da possibilidade dos milagres se reduz a isto: «Existe Deus? Será omnipotente?» Ah! si Deus não existisse, certamente não haveria milagres, porque não haveria quem os produzisse. Com effeito, quem poderia derogar as leis geraes do mundo? Mas, si Deus existe, e si é todo poderoso, ainda que fosse preciso um golpe de Estado do seu poder, o milagre é possivel. O mundo existe e foi creado por Deus: não é isto o maior dos milagres? Fica regido por leis universaes; mas aquelle que estabeleceu essas leis, não teria o poder de suspendel-as em circumstancia dada? O legislador supremo seria o captivo eterno da sua propria lei?

O simples bom senso indica que isto não póde ser; e todos os povos responderam: «Sim, o milagre é possivel». Com effeito, todos nelle acreditaram. Puderam enganar-se e tomar por verdadeiros milagres factos que não o eram; porém, acreditando em falsos milagres, admittiam assim a possibilidade dos verdadeiros.

Accrescentemos que si Deus póde fazer milagres, póde tambem communicar este poder a certos homens: todavia, estes não operarão por suas proprias forças;

(1) *IIIª Carta da Montanha.*

serão os delegados de Deus, e justamente o uso que farão do poder que lhes é dado, mostrará o caracter divino da sua missão.

81. — Objecção — Contra estas provas da possibilidade do milagre, que cousa allega o racionalismo?

«O milagre, diz elle, é um contrasenso: está em contradicção flagrante com a natureza de Deus, com a sua immutabilidade e a sua sabedoria, porque, com o milagre, que vem a ser a harmonia do mundo?

R. — Longe de ser uma contradicção com a natureza de Deus, o milagre, pelo contrario, nol-o faz conhecer tal qual é na realidade. Reconheço melhor nelle o creador do mundo, o legislador universal, si o vejo ficar senhor das suas leis e proval-o, em certos momentos, por uma intervenção directa na sua creação. O milagre não prejudica em nada a immutabilidade de Deus, nem a sua sabedoria. Não podemos, com effeito, suppôr e crer que, no momento mesmo em que a sua divina sabedoria decretava leis geraes, previa tambem e marcava já a derogação particular que lhes queria trazer um dia? Já distinguia as razões disto, uteis para a sua gloria, vantajosas para as suas creaturas: tudo isto estava presente á sabedoria de Deus. Desta maneira, quando a excepção, isto é, o milagre, se produz, são realmente os immutaveis designios de Deus que se cumprem, tanto na excepção como na lei.

Quanto á harmonia do mundo, póde-se dizer que seja destruida ou mesmo alterada, pelo facto milagroso? Por certo que não, porque o milagre é sempre a excepção, e a lei não deixa de ser geral e permanente. Nunca as derogações á ordem habitual estarão em concorrencia com a regra, ao ponto de estabelecer uma lucta perpetua com as leis da creação.

Concluamos, pois, que o milagre é possivel, e não destróe nem a immutabilidade, nem a sabedoria de Deus, nem a harmonia do mundo.

82. — III. *O milagre póde ser muito bem verificado.* — Um facto exterior e sensível póde ser submettido á verificação de dois modos: como facto *presente*, e como facto *passado;* nos dois casos, póde adquirir toda a certeza desejavel, em virtude das leis physicas e moraes que concorrem a produzir, cada uma na sua ordem, a evidencia dos factos.

Ora, o milagre, bem que sobrenatural na sua causa, não deixa por isto de ser um facto exterior e sensivel; e, como todos os factos physicos que se produzem diariamente sob as nossas vistas, póde ser verificado igualmente como facto presente ou como facto passado.

1.º Examinemos o caso de um milagre *presente,* que cahe sob o olhar e sob os sentidos. Supponhamos o milagre da resurreição de um morto: eu o vi quando vivo, falei-lhe; em seguida, o vi morto, certamente morto, já em estado de putrefacção; mais tarde vejo-o sahindo do tumulo á voz de um thaumaturgo, falo-lhe, responde-me: é elle mesmo, perfeitamente vivo. Qual destes tres factos escapa a uma verificação regular,scientifica? Nenhum. Pois bem! si esses tres factos são reconhecidos verdadeiros, o milagre está provado. Eis um facto presente de que se tem certeza.

Que importa, em seguida, que um racionalista me venha dizer: «Mas resta contra este facto uma certeza que annulla a prova; é a universalidade da lei, que elle deroga.» Respondo-lhe. Eis-nos em frente de duas certezas: uma, a certeza da lei; outra, a certeza da derogação. Por que motivo, pois, concluir que é a lei que é certa e não a derogação a essa lei? Por acaso, a lei e a derogação não pódem ser juntamente certas, uma como lei geral, outra como excepção?... Por exemplo, a lei do imposto é geral; porém, si aprouver ao legislador isentar della um cidadão por qualquer grande serviço prestado á patria, aquelle que fica encarregado de cobrar os impostos terá

direito de exigil-os sob o pretexto que a lei é geral? Do mesmo modo, as leis universaes da natureza conservam toda a sua certeza, embora haja alguma excepção imposta por Deus, e tal excepção é um milagre.

Objecta-se ainda: Mas para decidir que ha milagre, seria preciso conhecer todas as leis da natureza e os segredos dellas. Ora, esta sciencia é incompleta, e, por emquanto, o facto permanece *inexplicado* mas não póde ser proclamado *milagroso.*»

R. — Certamente, não é sempre facil reconhecer o milagre, e eis porque os espiritos serios devem mostrar-se prudentes e não acceitar o milagre sinão com prova. Quer isso dizer que seja preciso, para determinar o milagre, conhecer todas as leis da natureza e todos os seus segredos? Não, porque deste modo, para ser logico, deveriamos rejeitar tambem todas as affirmações da sciencia, e não admittir mais nenhuma lei da natureza como certa. Teria a astronomia a pretenção de conhecer todas as leis que regem o mundo sideral? A physica e a chimica, todas as leis do mundo natural? Ora, apesar disso, é com muita razão que os sabios affirmam possuir leis certas, as quaes constituem a harmonia do mundo e não pódem ser desmentidas por lei alguma. Assim, para verificar um milagre, não precisamos conhecer todas as leis da creação; basta-nos saber que algumas leis que regem a materia, são certissimas; por exemplo, conhecer a lei da morte, para poder concluir que a derogação feita a esta lei é um verdadeiro milagre.

2.° Vejamos agora o caso de um milagre *passado.* A verificação póde ser feita com a mesma perfeição, não por meio de provas physicas, é verdade, mas por meio de provas moraes que têm o mesmo valor. Qualquer facto, mesmo que se tenha passado mais de cincoenta seculos antes de nós ou a mil leguas de nosso lugar, torna-se verificavel para nós, si delle possuimos uma narração

verdadeira, e si esta narração nos chegou por uma transmissão; eis as duas leis historicas em virtude das quaes os factos passados ou distantes nos pódem chegar com uma certeza igual á dos factos de que somos testemunhas. E' o que a philosophia estabeleceu; é o que todos os povos admittem: a historia, as tradições, as relações sociaes descansam sobre a base desta segunda certeza.

Ora, um facto milagroso não escapa a essas leis; é um facto exterior e sensivel; póde ser visto e tocado por testemunhas; póde ser verificado como facto presente; póde ser contado de modo verdadeiro e chegar até nós por meio de testemunhas fieis. Por conseguinte, póde ser certa e devidamente verificado.

83. — A estes princípios gerais, reconhecidos verdadeiros por todos quando se trata de factos da ordem natural, a critica moderna racionalista oppõe, quando se trata de um facto de ordem sobrenatural, outras exigencias e difficuldades. Examinemol-as rapidamente.

1.º «Não acredito no milagre, diz o vulgacho, porque nunca vi milagre.»

R. — Si esta razão tivesse algum valor, seria preciso, conforme o mesmo principio, rejeitar todos os factos da historia que nos precederam, e todos os que não acontecem sob os nossos olhares; não os vimos! E se, para darmos o milagre como real, precisamos verifical-o pessoalmente, eis portanto Deus obrigado, para obter nossa adhesão, a fazer tantos milagres quantos homens ha sobre a terra, e até a repetil-os quantas vezes duvidarmos. Será isto razoavel, ou antes, não será o maior dos absurdos?

2.º Mas ouçamos outra pretenção; é de Renan. Depois de nos ter dito que «nem as pessôas do povo, nem as da sociedade mundana são competentes na verificação do milagre», eis o que elle exige, em nome da *critica* moderna: «Que amanhã um thaumaturgo se apresente com garantias bastante serias para serem discutidas; que

se annuncie como capaz, supponho, de resuscitar um morto: que farão os sabios? Designarão uma commissão composta de physiologistas, de physicos, de chimicos, de pessôas exercitadas na critica historica. Esta commissão escolherá um cadaver, certificar-se-á que a morte é perfeitamente real, designará a sala em que se deverá fazer a experiencia, fixará todo o systema de cautelas necessarias para não deixar lugar a suspeita alguma. Si, em taes condições, a resurreição se operar, haverá uma probabilidade quasi igual á certeza... O thaumaturgo será depois convidado a reproduzir o seu acto maravilhoso, em outras circumstancias, sobre outros cadaveres, em outros meios. Si, cada vez, o milagre succeder, serão provadas duas cousas: a primeira é que no mundo se produzem actos sobrenaturaes; a segunda é que o poder de os produzir pertence ou é concedido a certas pessôas (1).

Digamos logo: Si Deus, com uma bondade sem igual, acceitasse essa combinação, si a commissão inteira, convencida pela evidencia acreditasse no milagre, haverá certeza de que as testemunhas se declarariam satisfeitas com a experiencia? Outrosim, haverá certeza de que a adhesão seria geral, e que cada um não viria, por sua vez, exigir, para si proprio, o favor de presenciar semelhante milagre?

Ora, taes pretenções são *um insulto á razão humana, e um ultraje á majestade divina.* — São *um insulto á razão humana,* porque attribuem a uma commissão de sabios o monopolio de um exame e de um juizo sobre factos que todos têm direito de verificar tanto como physicos, chimicos e academicos; porque submettem á experiencia individual o bom senso e o juizo de todos; porque calcam aos pés os testemunhos dos seculos; porque negam, afinal, em proveito de alguns, o senso commum da humanidade inteira.

---

(1) E. Renan, *Vida de Jesus*, Introducção.

Essas pretenções são *uma injuria á majestade divina.* Com que direito a creatura se atreve a impôr ao Creador condições de pessôas, de tempo e de lugar para acreditar nos seus milagres?... Será preciso, para agradar ao homem, que o soberano Mestre se constitua o servo e o escravo das vontades e exigencias de sua creatura? Os genios dos seculos precedentes não acreditaram em tal, e admittiram, pelo contrario, que era sufficiente, para dar credito aos factos milagrosos, do testemunho de pessôas prudentes, sensatas e de bôa fé, que affirmem tel-os presenciado, e que, aliás, reunam todas as condições requeridas para formar uma certeza historica. Não sejamos nem menos credulos, nem mais exigentes. Além disto, em tempo opportuno, veremos que os milagres da Revelação mosaica e christã satisfazem amplamente as exigencias da critica racionalista.

84. — IV. *Fôrça probante e demonstrativa do milagre.* — Resta-nos concluir que o milagre, notado e verificado como o póde e deve ser, é de uma auctoridade muito consideravel, irresistivel para provar a intervenção divina.

Em primeiro lugar, immediata e directamente, o milagre nos manifesta Deus. Sem duvida, o Ser divino apparece na obra maravilhosa da creação e no exercicio da sua providencia: todavia, estamos affeitos a estes espectaculos do universo, e a elles nos tornamos insensiveis. Mas que um facto extraordinario venha a produzir-se de modo brilhante, fóra das leis da natureza, ficamos mais impressionados e reconhecemos um Senhor soberano. E' o parecer do proprio Rousseau: «Quem, perante essas maravilhas, diz elle, deixará de reconhecer immediatamente o Senhor da natureza?» (*Emile,* I. IV.)

Mas, indirectamente e por via de consequencia logica, o milagre confirma a missão divina do thaumaturgo que Deus emprega para effectuar esse milagre, e, por conse-

guinte, a verdade da doutrina que esse thaumaturgo prega, a justiça da lei por elle promulgada, a divindade da religião por elle trazida. Si um homem, por sua propria autoridade, espalha ensinos ou decreta leis, quem me constrange a lhe dar fé e a lhe obedecer? Mas, si elle fala em nome de Deus, si da parte desse mesmo Deus, elle me traz uma lei, e me impõe uma religião, e si, como prova da veracidade da sua palavra, faz um verdadeiro milagre, posso recusar vêr a Deus na sua propria affirmação?... O judeu Spinoza annunciava a seus amigos que abraçaria a Religião christã si pudesse ter certeza do facto da resurreição de Lazaro.

Com effeito, a linguagem do milagre é absolutamente demonstrativa; e eis porque os verdadeiros thaumaturgos appellaram para o testemunho de suas obras. E' uma prova não somente rigorosa, mas universal: dirige-se a todos os espiritos; é accessivel aos pequenos, aos humildes, aos ignorantes; convem igualmente aos sábios; antecipa todos os raciocínios, resolve todas as difficuldades, responde a todas as objecções; e afinal, é uma demonstração perpetua, porque o milagre perdura tradicionalmente, impressiona e convence os que o presenceiam; mas instrue igualmente a posteridade, e basta que seja verdadeiro, para que se possa deduzir delle, até o fim dos seculos, o mesmo argumento victorioso.

85. — V. Contra o milagre e sua fôrça probante, vejamos agora as ultimas *objecções do racionalismo*.

1.º «Todas as religiões pretendem ter milagres a seu favor: por conseguinte, desapparece o poder demonstrativo do milagre.»

R. — Porque falsas religiões allegam a seu favor falsos milagres, quer isso dizer que não ha uma religião que os possue verdadeiros? Pascal pensava o contrario: «Parece-me evidente que ha tantos falsos milagres, só porque existem verdadeiros, porque si nunca houvesse

cousa semelhante, é impossivel que todos os homens o tivessem imaginado, e ainda mais impossivel que outros o tivessem acreditado. Afinal, em lugar de concluir que não ha verdadeiros milagres, é preciso dizer, pelo contrario, que ha verdadeiros milagres, pois que ha tantos falsos.» (*Pensamentos.*) Sim, a conclusão a tirar disso, é que, como a verdadeira Religião teve milagres, todas as falsas religiões tentaram a contrafação da verdade.

2.º «Mas, accrescenta-se, o demonio tem igualmente o seu poder; a Igreja catholica lhe attribue factos extraordinarios e reconhece os *prestigios diabolicos:* como, então, distinguir os milagres divinos desses prestigios e como deduzir do milagre uma prova a favor de uma religião?»

R. — Sim, admittimos que o demonio, depois de se tornar anjo máu, nada perdeu de sua intelligencia e de sua força; sabemos, tambem, que a experiencia de muitos seculos lhe duplicou o poder. Comtudo, não é menos verdadeiro que esse poder fica subordinado á vontade ou á licença de Deus, o qual nunca soffrerá que o demonio lhe imite as obras a ponto de tornar impossivel o discernimento dos *milagres divinos* e dos *prestigios diabolicos.*

Entre os signaes caracteristicos do divino, pódem indicar-se: 1.º *O esplendor das obras:* o poder divino não conhece obstaculo algum, o do demonio é limitado e se reduz, as mais das vezes, a usar de modo simplesmente surprehendente, das forças da natureza; 2.º *o numero e a ordem:* Deus faz tudo com ordem e harmonia; seus milagres revelam sua providencia; os prestigios diabolicos, pelo contrario, são limitados em numero e confusos em seus effeitos; 3.º *as circumstancias* nas quaes se realiza o milagre; de ordinario, Deus não faz milagres sinão por intermediarios dignos delle, por homens virtuosos e santos, e só emprega meios honestos e convenientes; o demonio opera por meio de seus sequazes que, quando

não apparentam a immoralidade, são, pelo menos, extravagantes, orgulhosos, de procedimento equivoco; quasi sempre usam de processos indignos e grotescos; 4.º afinal, o milagre divino, proveniente do Ser bom, tem por fim immediato uma *obra de beneficencia* e de misericordia, e, por fim ulterior, o ensino de uma doutrina e o aperfeiçoamento moral da humanidade; o prestigio diabolico é antes para satisfazer a curiosidade, e mais para causar espanto do que para ser util; e, finalmente, leva á confusão das doutrinas, ao esquecimento de Deus, ao triumpho do vicio e á immoralidade.

Por meio de todos esses caracteres, será sempre facil reconhecer a intervenção de Deus, e distinguil-a da do demonio. Por conseguinte, o milagre divino permanecerá o privilegio da Religião verdadeira, e o prestigio diabolico servirá antes para dar a conhecer a falsidade de uma doutrina. Convem applicar estas regras ao *espiritismo* que certos apontam como o milagre de nossos dias. Suspeito na sua origem, ridículo e grotesco nos seus processos, funesto nos seus resultados, muitas vezes immoral nos seus fins, perigoso nas suas consequencias, é certo que o espiritismo não tem o caracter divino (1).

Concluamos que o verdadeiro milagre é possivel e póde ser verificado, que sua presença é demonstrativa e prova uma Religião divina.

Agora que nossos meios de demonstração estão legitimamente estabelecidos, vamos applical-os, em primeiro lugar, á *Revelação mosaica,* em seguida, á *Revelação christã.*

(1) Consultar sobre estas materias, *Conférences du P. Félix*, anno de 1864, e *Conférences conventuelles du P. Monsabré*, t. III, *Les Miracles.*

DIVINDADE

DA

REVELAÇÃO MOSAICA OU JUDAICA

LIÇÃO PRELIMINAR

Idéa geral e divisão deste trabalho.

86. — Sabemos agora o que é Revelação; demonstramos a sua possibilidade e a sua grande utilidade, que pudemos chamar uma necessidade moral. Mencionamos o facto da sua existencia. Em tres épocas differentes, Deus falou ao mundo; no paraiso terrestre; em seguida, ao povo judaico, principalmente por intermedio de Moysés; afinal, ao universo inteiro, por Nosso Senhor Jesus Christo. Realmente, essas tres grandes manifestações não são mais do que uma só e unica revelação aperfeiçoando-se no decurso dos seculos.

Dellas precisamos mostrar o caracter divino e sabemos por que meios demonstrativos se prova, com toda a certeza, a divindade de uma revelação: a prophecia e o milagre são os caracteres manifestos da intervenção divina. Depois de estabelecer a *questão de direito,* passemos agora á *questão de facto.*

Para resolvel-a melhor, neste estudo havemos de repartil-a em duas partes. Desde a revelação feita a Moysés, a *Religião judaica* foi uma religião verdadeiramente divina. Durante mais de 1500 annos, personificou no mundo a verdade dogmatica, a verdade moral, o verdadeiro culto; preparou a *Revelação christã* que foi o seu brilhante desabrochar. Convem, pois, fazer remontar até Moysés a prova demonstrativa da divindade da nossa Religião christã.

Mas, é principalmente do *Pentateuco* de Moysés que vamos tirar os nossos testemunhos. Começaremos por estabelecer a *autoridade historica* destes livros importantes. Depois, applicaremos á Revelação mosaica os nossos meios demonstrativos: 1.º *a prophecia;* 2.º *o milagre.* Afinal, confirmaremos as nossas conclusões por uma prova intrinseca, tirada da *perfeição da Religião judaica.*

Estas diversas questões vão ser o objecto dos quatro capitulos consagrados a demonstrar a *divindade da Revelação mosaica.*

CAPITULO I

AUTORIDADE HISTORICA DO PENTATEUCO

I. Moysés em confronto com os historiadores mais antigos. — II. Condições necessarias para que um livro tenha uma verdadeira autoridade historica: 1.º Authenticidade do Pentateuco; 2.º Veracidade; 3.º Integridade.

87. — I. Moysés, legislador dos Judeus, «historiador, não de um povo, mas dos paes de todos os povos, biographo do homem, analista da natureza, chronista dos gestos de Deus, apparece-nos como um pharol na noite dos tempos.» Nasceu no Egypto, 1571 annos antes de Jesus Christo, 1000 annos antes de Heródoto, chamado «pae da historia,» 564 annos antes de Homero, cêrca de 400 annos antes da guerra de Troia. E' anterior de 300 annos a Sanchionathon dos Phenicios, de 1000 annos a Confucio dos Chinezes e a Zoroastro dos Persas, de 1171 annos a Beroso dos Chaldeus, de 1240 annos a Manethon dos Egypcios.

Por essas datas, vê-se que Moysés é o mais antigo dos historiadores conhecidos, e se é verdade que são mais chegados á verdade os que ficam mais perto da origem

das cousas, podemos concluir que, narrando as primeiras manifestações de Deus, devia, menos do que qualquer outro, ficar exposto ao erro.

Como philosopho, Moysés é anterior de 1200 annos a Sócrates, Platão e Aristóteles, que são considerados como os chefes e os mestres dos sabios da Grecia: era-lhe, pois, impossivel valer-se de luz alguma da antiguidade profana.

Como autor dos livros sagrados da sua nação, escrevia o *Pentateuco* muito tempo antes dos legisladores sagrados dos outros povos. Com effeito, os *Kings* chinezes, recolhidos por Confucio, datam somente do VI° seculo antes de Jesus Christo; os *Vedas* da India, mesmo concedendo-lhes uma antiguidade contestada, teriam apparecido só dois seculos depois de Moysés. O *Zend-Avesta* dos Persas, ainda que fosse a obra de Zoroastro, não remontaria além de 600 annos antes de Jesus Christo, 900 annos depois de Moysés. Não é, pois, dessas antigas legislações que Moysés poude tirar os ensinos que achamos nos seus escriptos. Depois destas indicações uteis, mostremos agora a *autoridade historica* do Pentateuco.

88. — II. A autoridade histórica de um livro suppõe três cousas: 1.° que o livro é *authentico*, isto é, exactamente da época e do autor aos quaes é attribuido; 2.° que o autor escreveu a *verdade*, isto é, não foi enganado, nem tão pouco enganador; e 3.° que seu livro é *integro*, isto é, chegou até nós sem alteração. Ora, o Pentateuco de Moysés reune estas tres condições: *Authenticidade, veracidade, integridade.*

89. — I. — Authenticidade do Pentateuco.

Disto apresentamos tres provas: 1.° Os caracteres *intrinsecos* da obra; 2.° os testemunhos *extrinsecos*, ou oriundos de fóra; 3.° a *impossibilidade absoluta de uma supposição* por um impostor.

1.º *Caracteres intrinsecos.* — O Pentateuco traz em si mesmo o cunho da sua época; tudo ahi está impregnado da antiguidade: o estylo, a phrase, as palavras, os factos e os acontecimentos que encerra; aquella simplicidade de costumes e de pormenores que se acha igualmente nas mais antigas obras de Heródoto e de Homero; aquella precisão histórica e geográphica que se póde encontrar só num habitante do paiz, filho da nação; emfim, aquelle genero simples e sem affectação que convem a um homem sincero e honesto, escrevendo sem nenhuma emphase, como sem nenhum enthusiasmo, a narrativa dos factos mais estupendos de que é testemunha, e, muitas vezes, o autor: eis exactamente Moysés estampado na sua obra, tal qual a historia e a tradição o conservaram nas suas recordações.

2.º *Caracteres extrinsecos.* — O Pentateuco existia certamente 250 annos antes de Jesus Christo, disso temos como prova a traducção dos *Setenta,* feita do hebraico para o grego sob Ptolomeu Philadelpho. Ora, então era venerado como obra de Moysés. Esta authenticidade, aliás, é attestada e confirmada pelos monumentos historicos do povo judaico, pelos escriptos posteriores ao Pentateuco: os livros dos *Juizes,* dos *Reis,* dos *Prophetas,* etc., não somente a elle fazem allusão, mas attribuem-no positivamente a Moysés.

A história profana junta os seus testemunhos aos da historia sagrada; está perfeitamente de accordo com a narrativa de Moysés, a respeito destes factos importantes: o diluvio, a origem e dispersão dos povos, a existencia de uma nação judaica que teve Moysés por chefe e legislador, etc. Esse povo judaico, com seus usos e sua historia, seria inexplicavel por pouco que se deixasse de acreditar na authenticidade dos livros de Moysés, porque a religião e a nacionalidade desse povo, seus altares e seu culto descansam sobre os escriptos do legislador.

Também os escriptores pagãos consideraram igualmente o Pentateuco como obra pessoal de Moysés: é o que affirmam Tácito (*Hist.*, v, 4 *et seq.*), Plinio o Naturalista (XXX, I), Juvenal (*Sat.* XII), que se exprime do modo seguinte:

Judaicum ediscunt et servant et metuunt jus,
Tradidit arcano quodcumque volumine MOSES...

Podemos accrescentar ainda Diodoro de Sicilia (liv. I), Estrabão (liv. VI), sem falar dos escriptores ecclesiasticos dos primeiros seculos.

Deste modo, a crença geral que attribue a *Iliada* a Homero, as *Philippicas* a Demósthenes, a *Eneida* a Virgilio, a César os *Commentarios* que trazem o seu nome, não é mais fundada do que a que dá Moysés como o auctor do Pentateuco.

3.º *Impossibilidade de uma supposição por um impostor.* — Contra a universal tradição, a incredulidade do seculo XVIII, baseando-se sobre um texto biblico, que attribue a Esdras certos trabalhos sobre a Escriptura dos Hebreus, puzéra na conta desse Judeu, que vivia 460 annos antes de Jesus Christo, na época da volta do captiveiro de Babylonia, a composição dos livros do Pentateuco, os quaes elle teria apresentado sob o nome de Moysés para lhes dar maior auctoridade.

Mas esta supposição cahe perante os factos seguintes: 1.º Antes de Esdras, Zorobabel trouxéra para Jerusalém as tribus captivas, e a historia judaica refere que já restabelecera na cidade santa o culto, as festas e a ordem levitica, *segundo as prescripções do livro de Moysés:* portanto, este livro existia.

2.º Como pudéra Esdras persuadir a todo um povo que um romance composto por elle era devido a Moysés? Era facil confundir o falsario. A verdade é que o judeu

Esdras, muito versado na sciencia sagrada, não fez mais que verificar e conferir os livros de Moysés.

3.º Si Esdras inventou o Pentateuco, é preciso admittir, disse Bossuet, que o mesmo inventára todos os outros livros da Bíblia que falam de Moysés e dos seus escriptos: e isto, em tantos estylos e generos differentes quantos livros ha no Antigo Testamento, o que é materialmente impossivel.

4.º Emfim, um facto innegavel destróe esta opinião. Depois de Salomão, 500 annos antes de Esdras, um scisma fatal dividiu a nação em dois reinos: o de Judá, que permaneceu fiel, e o de Israel, de que Samaria se tornou a capital. Os dois reinos estiveram sempre hostis, e não é possível acreditar que um tenha adoptado os livros sagrados do outro, e ainda menos que houvesse accordo para os compôr. Ora, temos o Pentateuco *samaritano,* identico ao Pentateuco do reino de Judá: portanto, é preciso admittir que este livro existia desde o tempo de Salomão, e não é obra de Esdras.

Resta, pois concluir que o Pentateuco é certamente obra de Moysés e é perfeitamente authêntico.

90. — II. — Veracidade do Pentateuco.

Moysés é um autor veridico, e havemos de proval-o de modo sufficiente si estabelecermos: 1.º que não foi *enganado* ou induzido em êrro a respeito dos factos narrados por elle; 2.º que não foi *enganador* ou não quiz induzir em erro aquelles para quem escrevia; e 3.º que ainda que pretendesse tal, não lhe era *possivel* conseguil-o.

I. *Moysés não foi enganado.* — Não, não foi induzido em êrro; era pelo contrário, muito bem informado dos factos que conta. Esses factos se referem a duas épocas differentes: uma, anterior ao escriptor, começando na creação e abrangendo um espaço de cerca de 2600 annos; outra é aquella em que viveu o autor; começa na historia da sahida do Egypto e vae até a morte de Moysés.

Os acontecimentos da primeira época estão contados no livro do *Gênesis* e comprehendem a creação, o diluvio, a dispersão dos povos, a vocação de Abrahão e a vida dos patrarchas até José, assim como as communicações que Deus lhes fez.

Ora, conceber-se-á que Moysés poude facilmente ser instruido daquelles acontecimentos, visto que a vida tão dilatada dos primeiros homens, relatada em todas as tradições antigas, e perfeitamente explicada por Buffon, Deluc e Cuvier, encurta consideravelmente as distancias, e não deixa lugar sinão para cinco ou seis gerações entre Moysés e Adão. Aliás, a importancia desses factos e o caracter eminentemente tradicional dos antigos povos nos autorizam a pensar que essas lembranças eram religiosamente conservadas na familia. Não falamos aqui da inspiração divina que alumiava o historiador, pois que aqui não estudamos os seus livros sinão no ponto de vista do seu valor historico.

Quanto á segunda época, de que Moysés era contemporaneo, é de toda a evidencia que, misturado como o foi aos acontecimentos por elle contados, estava perfeitamente informado.

II. *Moysés não foi enganador.* — Quando um impostor forja uma narrativa, toma os meios para que seja acceita e para isso lisongeia as paixões ou o amor proprio daquelles a quem pretende seduzir: o estylo e a narração lhe reflectem a idéa preconcebida, e é difficil que o autor não revele seu intento e sua falsidade em um ou outro ponto. Achamos em Moysés alguma cousa semelhante? Não; este autor escreve com a sinceridade e franqueza de um historiador imparcial. Conta aos Judeus as prevaricações, faltas, castigos que tiveram; assignala as culpas dos principes da nação e dos membros da sua propria familia; nem dissimula as fraquezas pessoaes. Esconde-se

quanto póde, do mesmo modo que se despojára de toda a ambição e aceitára só com pesar a sua missão de libertador. Não, não é assim que um velhaco escreve a historia.

III. *Ainda que Moysés pretendesse enganar os Judeus, era-lhe impossível conseguí-lo* — Com effeito, dirigia-se a um povo instruido, tanto quanto elle mesmo, da historia dos seus antepassados. Além disso, contava-lhe prodigios como effectuados sob as vistas de todos. Ahi se achavam seiscentos mil testemunhas da sahida do Egypto ou dos factos milagrosos realizados no deserto, e não receia dizer-lhes: «Vossos olhos contemplaram todas essas obras!» (*Deut.*, XI, 7.).

Si Moysés fosse um impostor, como se ha de explicar que a nação inteira não se tivesse insurgido para o confundir e lapidar, como elle proprio ordenava que lapidassem os prevaricadores?

Dir-se-á que a nação foi cumplice? Ora, não haveria nem uma testemunha honesta para protestar! Os homens de todos os tempos são os mesmos e dizei-me si deixarieis alterar ou falsificar de tal modo a historia patria?

Afinal, as instituições e os monumentos da nação judaica são uma garantia da veracidade de Moysés: o templo de Jerusalém onde se conservavam as taboas da lei, as festas da Paschoa e do Pentecostes instituidas em memoria da sahida do Egypto e da promulgação da lei no Sinai, toda a legislação do povo hebraico, tanto como sua historia, confirmam as narrativas de Moysés e são um penhor de sua veracidade.

91. — III. — Integridade do Pentateuco.

Por estas palavras, entendemos que o Pentateuco nos chegou sem alteração importante no tocante aos dogmas, aos ensinos moraes e aos factos importantes nelle contidos. Sem duvida, encontram-se, nos varios textos, algumas

differenças de construcções e expressões; mas, no fundo, não ha nenhuma differença essencial.

1.º *E' um facto* que todos os textos do Pentateuco que nos foram legados pela antiguidade, estão perfeitamente semelhantes. O texto judaico ou hebraico concorda com o texto *samaritano*. As mais antigas versões, a dos *Setenta*, feita em lingua grega, 285 annos antes de Jesus Christo, a dos *Arabes*, a antiga *Vulgáta* latina, e uma multidão de outras traducções são identicas. É preciso, pois, admittir a integridade do livro primitivo, ou suppôr que todos os textos estão alterados, e todos do mesmo modo: o que é materialmente impossivel.

«Recentemente o doutor inglez Buchanam, achou na India e trouxe para a Europa um manuscripto de que se serviam os Judeus de raça negra, estabelecidos, desde tempo immemorial, naquellas regiões, e separados de todos os seus correligionarios: este Pentateuco *indiano* não differe da nossa Biblia.» (*Card. Wiseman.*) O trabalho dos rabinos sobre a Biblia, assim como os estudos dos catholicos, dos protestantes e dos racionalistas confirmam esta perfeita integridade do Pentateuco.

2.º *A razão,* aliás, explica muito bem este facto. Considerando que os livros de Moysés servem de base á constituição, ás leis e ao governo da nação judaica; reflectindo na veneração do povo hebraico por seus livros sagrados; lembrando-se de que estes livros se achavam em todas as mãos, que delles se fazia leitura publica nas assembléas, que um exemplar dos mesmos se achava depositado no templo, sob a guarda dos levitas, e, emfim, que esses livros eram o ritual dos sacerdotes, o codigo dos juizes, o catecismo de todos, comprehender-se-á facilmente que qualquer alteração era moral e materialmente impossível. Ouçamos um historiador judaico: «Dedica-se tal respeito a esses livros, escreve Josépho, que ninguem se atreveu jamais a lhes tirar, accrescentar ou alterar a

menor cousa. Consideramol-os como divinos, chamamol-os assim, e fazemos profissão de os observar inviolavelmente e, si fôr preciso, de morrer com alegria para os manter (1).» Os Judeus guardaram este cuidado zeloso e os christãos fizeram outro tanto: explica-se, pois, a perfeita integridade dos Livros sagrados em geral e do Pentateuco em particular.

Por conseguinte, resta-nos concluir que, no triplice ponto de vista da authenticidade, da veracidade e da integridade, os livros de Moysés merecem toda a confiança. Podemos, pois, com toda a segurança, buscar nelles os nossos argumentos e as nossas provas da divindade da *Revelação judaica.*

CAPITULO II

DIVINDADE DA RELIGIÃO JUDAICA DEMONSTRADA PELAS PROPHECIAS

I. Prophecias anteriores a Moysés e de que elle é somente o historiador. — II. Prophecias de Moysés. — III. Prophecias posteriores. — IV. Expectativa universal. — V. Solução das objecções.

92. — A Revelação mosaica ou judaica apresenta-se a nós fortalecida por grande numero de prophecias. Umas são anteriores a Moysés, e este não é sinão o narrador ou historiador dellas; outras são de Moysés, outras emfim são de uma época posterior. Lembremos summariamente as principaes.

1.º *Prophecias anteriores a Moysés.* — Vêm relatadas por elle no livro do Gênesis e se referem particularmente á promessa do Messias. A primeira é feita por Deus mesmo a nossos primeiros paes, logo depois da queda original. Dirigindo-se á serpente, ou antes, ao demonio

(1) Josépho. *Contra Appion*, liv. I, cap. II.

tentador, disse-lhe: «Porei inimizades entre ti e a mulher, entre a raça della e a tua: ella esmagar-te-á a cabeça.» (*Gen.*, III, v, 15.).

Essa promessa de um libertador é renovada a Noé, depois a Abrahão, a Isaac e a Jacob. Este patriarcha, no ponto de morrer, torna-se propheta e diz a Judá, o quarto de seus filhos: «Judá, teus irmãos te louvarão... O sceptro não sahirá da tua raça até que venha Aquelle que salvará o povo de Israel, o Desejado das nações.» (*Ib.*, XLIX, 10.) Depois, predisse o destino de cada um de seus outros filhos.

Moysés não é mais do que o narrador dessas primeiras prophecias; porém, ellas não estavam ainda realizados quando Moysés as consignava no seu livro, e cumpriram-se litteralmente entre o povo judaico, na descendencia de Abrahão, na familia de Judá.

II. *Prophecias de Moysés.* — O legislador dos Hebreus foi tambem propheta. Cada uma das dez pragas do Egypto foi por elle annunciada de antemão, com indicação precisa do principio e do fim. (*Êxodo,* VIII.) Estes acontecimentos, é verdade, não estavam afastados, mas eram sobrenaturaes, e, por conseguinte, o homem não os podia prever sem uma revelação divina.

Em seguida, Moysés annuncia aos Hebeus que terão um rei (*Deut.*, XVII), e, 400 annos mais tarde, a sua predicção se realiza. Disse-lhes que, em castigo de sua revolta contra Deus, nenhum dos que estavam com vinte annos na época da sahida do Egypto, entraria na terra da promissão, com excepção de Caleb e de Josué (*Num.*, XIV) e o annuncio se verifica. Prediz um legislador maior do que elle e que o povo de Israel deverá ouvir (*Deut.*, XVIII) : é o Messias que apparecerá 1500 annos mais tarde. Prophetiza a sua propria morte, e ella chega no momento marcado, sem accidente ou doença que a preceda. Afinal,

esta prophecia tão bem verificada durante quinze séculos, bastaria para comprovar a sua missão divina: em varias circumstancias annuncia que si os Judeus fôrem fieis ás leis do Senhor, Deus fará para elles prodigios iguaes áquelles de que gozaram seus antepassados; mas, pelc contrario, si se esquecerem do verdadeiro Deus e rejeitarem a sua lei, serão acabrunhados por flagellos e reduzidos a uma servidão de que se livrarão só voltando-se para o Senhor. Ora, toda a historia da nação judaica acha-se resumida nesta predicção. Sabe-se como, sob os juizes e sob os Reis, a infidelidade do povo attrahiu immediatamente o castigo, e como o seu arrependimento suscitava salvadores na pessôa de Josué, Samsão, Gedeão, Jephté, Judith, Ezechias, Ésdras, os Machabeus, etc.

Todas essas prophecias tiveram por objecto acontecimentos futuros, eminentemente livres, dependentes do uso pleno e completo da vontade humana e, muitas vezes, sobrenaturais e milagrosos, provenientes, por conseguinte, da liberdade divina. A anterioridade da prophecia sobre os acontecimentos é verificada pela authenticidade mesma do Pentateuco que as encerra; por sua divulgação entre os outros povos, pelas traducções que delle foram feitas em lingua *samaritana,* depois em lingua grega pelos *Setenta.* A sua realização é um facto não menos certo, provado pela historia hebraica e pela historia profana. Emfim, Moysés fez publicamente as suas predicções como garantia de sua missão divina: declara-o ao Pharaó do Egypto, e entende com isso confirmar as ordens por elle dadas ao povo de Israel da parte de Deus. Portanto, a Revelação mosaica, esteando-se na prophecia, é manifestamente divina.

Accrescentemos ainda que esta conclusão recebe nova confirmação nas outras prophecias com que a nação judaica foi favorecida depois da morte do seu legislador.

III. *Prophecias posteriores a Moysés.* — Longe de attenuar e fazer esquecer as predicções do seu enviado, Deus, nos seculos seguintes, as confirma, pelo contrario, por outros prophetas, *quatro grandes* e *doze pequenos.*

Seria por demais extenso relatar aqui e estudar detalhadamente todas as suas predicções; digamos somente que umas se referem aos grandes acontecimentos que interessam os reinos de Israel e de Judá, e as nações implicadas na historia delles. Mas eis quatro factos principaes por elles annunciados: 1.º A ruina de Nínive e do primeiro império assyrio (*Nahum*, os 3 cap.); 2.º o captiveiro de Babylônia e sua duração de 70 annos, predito por Jeremias (cap. XXV e XXIX). Isaias, 200 annos antes, prophetiza o fim delle e nomeia a Cyro (cap. LXV); 3.º durante esse captiveiro, Daniel vê e annuncia a successão dos quatro grandes imperios que devem preceder o Messias: Assyrios, Persas, Gregos, Romanos; 4.º a tomada e ruina de Babylonia, com a queda do segundo imperio assyrio sob Balthazar, admiravelmente descriptas por Isaias, com 150 annos de antecedencia, realizando-se com Cyro (538 annos antes de Jesus Christo).

As outras prophecias, — e são as mais numerosas, — referem-se ao Messias promettido e esperado. Póde-se dizer que toda a historia de Jesus Christo foi feita anteriormente.

1.º A época do seu nascimento é annunciada 490 annos antes por Daniel (cap. IX) e por Malachias (cap. III); nascerá de uma virgem, diz Isaias (cap. IX); em Belém, accrescenta Michéas (cap. V).

2.º Sua infância, sua vida, suas pregações, seus milagres são particularmente annunciados por Isaias. (cap. IX, XLII, LV.).

3.º A paixão e a morte do Salvador são descriptas pelo mesmo propheta (cap. LIII), e tambem por Jeremias

(cap. XI, *Lament.*, cap. III), Zacharias (cap. XIV), e David nos seus *Psalmos* (Ps. II, XL, LIV, XVIII, etc.).

4.º A Resurreição de Jesus Christo é predita por Oséas (cap. XIV), e por David (Ps. XV).

5.º A reprovação do povo judaico é prophetizada por Daniel (cap. IX), Oséas (cap. III), Amos (cap. IX) e Isaias (cap. LIX).

6.º Afinal, o reinado de Jesus Christo, o estabelecimento de sua Igreja, sua perpetuidade gloriosa, formam, por assim dizer, o thema de todas as prophecias: Daniel (cap. II e VII), Isaias (cap. IX, LV, LXV, etc.), David (Ps. II, CIX, etc.) têm prazer em descrever esse imperio immortal.

E' assim que de Moysés a Jesus Christo, Deus cuida em preparar os homens a uma nova Revelação. Todas essas prophecias, como as que precederam, são anteriores aos acontecimentos; os Judeus as possuem como o Pentateuco; hoje ainda, estão entre as mãos das tribus dispersas que esperam sempre pela realização dellas: cegas, não quizeram vêr a luz! Comtudo, essas prophecias cuja data é certa, eram claras, ao ponto que milhares de Judeus não puderam resistir á evidencia do seu cumprimento, porque se realizaram exactamente na pessôa de Jesus Christo, assim como o vamos verificar.

93. — IV. Não deixemos este rápido estudo das *prophecias messiânicas* sem fazer notar e verificar o seguinte. A expectativa de um Messias foi universal e seria inexplicável sem uma promessa primitiva fortalecida por annúncios propheticos. E' certo que esta expectativa não foi particular aos Hebreus. Job, no paiz da Iduméa, 1800 annos antes de Jesus Christo, proclamava sua esperança em um Redemptor; Balaão, vindo do paiz de Moab, annunciava a estrella que se levantaria sobre o berço do Salvador. Todos os povos antigos têm as mesmas tradições.

Entre os Persas, lê-se no *Zend-Avesta,* escripto por Zoroastro 600 annos antes de Nosso Senhor, que um mediador, chamado *Mithra,* intervém entre *Ormuzd,* Deus creador, e o homem culpado, e vem destruir o imperio de *Ahriman,* espirito do mal, ou demonio.

A China, no tempo de Confucio (500 annos antes de Jesus Christo), tinha as mesmas esperanças, e os *Kings,* livros sagrados da nação, dizem que o libertador esperado virá do Occidente.

A India, com as suas incarnações millenarias de *Wischnú,* fala como a China e a Persia: a parabola do *menino transviado,* salvo por *Baghavat,* nos contos dos *Vedas,* não é mais do que a allegoria do mundo esperando um Salvador.

Os povos mais civilizados da Grecia e de Roma conservavam a mesma fé no Redemptor promettido. Aristóteles diz que elle é «verdadeiro libertador e salvador.» Segundo Platão, «é um Deus feito homem que virá para ensinar os mortaes». Sócrates, no seu *Dialogo com Alcibiades,* relatado por Platão, diz «que é preciso esperar por um senhor que virá ensinar á humanidade os nossos deveres para com Deus,» e julga que não ha de demorar. Em Roma, Tácito e Suetonio referem, nas suas historias, que, no tempo de Augusto, antigas tradições annunciavam que, nessa época, o Oriente recuperaria a supremacia e que homens vindos da Judéa seriam os senhores do mundo. Virgilio na sua *Écloga a Pollião,* faz-se o interprete dessas tradições, cantando o nascimento de um menino que ha de restabelecer a idade aurea, e Cícero relata que as sibyllas multiplicavam os oraculos annunciando o advento de um rei cuja soberania Roma havia de reconhecer.

Nas Gallias, os Celtas adoravam, sob o nome de *Isis,* «uma virgem da qual nasceria um filho, desde muito tempo esperado.» Esta tradição é confirmada por descobertas feitas no paiz de Chartres, e em Châlons sobre o

Marne, em 1833, de uma inscripção encontrada nos destroços de um templo pagão: *«Virgini pariturae Druides.»*

De todos esses pormenores, concluamos com Voltaire, autor pouco suspeito de amigo do christianismo: «Era, desde tempo immemorial, uma maxima entre os Hindús e os Chinezes que o Sábio viria do Occidente. A Europa, pelo contrário, dizia que viria do Oriente.» Volney, outro philosopho incredulo, confessa que «a crença num grande mediador achava-se espalhada por toda a Asia,» e Boulanger, outro impio, reconhece que «não ha povo algum que não tenha tido semelhante expectativa.» Conviria accrescentar que desde a Revelação christã cessaram todas essas esperanças, e porque? A razão disso é que todas as prophecias já tiveram a sua realização.

94. — V. A respeito das prophecias contidas na Revelação judaica, a incredulidade, mentindo a si própria fez estas duas objecções contrárias:

1.º As prophecias são por demais claras: evidentemente foram feitas depois dos acontecimentos.»

R. — A objecção cahe diante das provas de authenticidade que já demos. Os escriptos de Moysés e dos prophetas são muito anteriores aos acontecimentos. Os seus exemplares foram espalhados por toda a parte. A versão *samaritana,* a dos *Setenta*, a *Vulgáta,* a Biblia tal qual ainda se acha nas mãos dos Judeus, tudo demonstra que o texto das prophecias é antigo e não soffreu, ao dépois, nem alteração, nem modificação tendo por fim tornal-as mais claras.

2.º «As prophecias são obscuras: dá-se-lhes a significação que se quer. Além disso, não será arbitrario recolher em differentes lugares textos casuaes e ajuntal-os como si fossem uma só e mesma prophecia?»

R. — Ha obscuridades nas prophecias: é possivel. E porque? E' que não nos collocamps no ponto de vista

preciso em que Deus se acha, julgando os oraculos no seu conjuncto e nos seus detalhes: Deus fala, mas aos homens de uma época, de um lugar, de uma nação, segundo a linguagem e as necessidades delles. E' o conjuncto das predicções que dá esplendor a ellas e força á nossa demonstração. Seriam ellas verdadeiramente o effeito do acaso? Valeria tanto dizer, segundo a resposta zombeteira de Cícero, que um animal com o seu focinho escreveu a *Andrómaca* de Ennio.

3.º Mas, accrescentam certos, si as prophecias são tão numerosas e tão evidentes, como se faz que os Judeus tenham recusado reconhecer Jesus Christo como o Messias?

R. — Si consultarmos a historia, vemos que os Judeus são de opiniões muito diversas. Uns ficaram impressionados pela evidencia e converteram-se em grande numero: foram elles que formaram a Igreja primitiva, e era preciso que sua convicção fosse profunda para os levar a abandonar uma religião de que apreciavam a excellência e que até então fôra verdadeiramente divina. Os outros fechando os olhos á luz, obstinaram-se em desconhecer o Messias: este endurecimento fôra prophetizado por Isaias e longe de ser um inconveniente para a causa de Jesus Christo, dá maior esplendor á verdade, porque, hoje ainda, dispersos sobre todos os pontos do globo, os Judeus são as testemunhas inconscientes, porém autorizadas da verdade das prophecias.

CAPITULO III

DIVINDADE DA RELIGIÃO JUDAICA DEMONSTRADA PELOS MILAGRES

I. Principais milagres effectuados a favor da Revelação mosaica: 1.º as dez pragas do Egypto; — 2.º passagem do mar Vermelho; — 3.º factos surprehendentes acontecidos durante a estada no deserto. — II. Refutação do systema *naturalista* e do systema *mythico*.

95. — I. Na impossibilidade em que estamos de referir e discutir detalhadamente cada um dos factos milagrosos relatados por Moysés, contentar-nos-emos com lembrar os principais. Agrupam-se ao redor de três séries de acontecimentos: 1.º *As dez pragas do Egypto;* 2.º *a passagem do mar Vermelho;* 3.º um conjuncto de *factos admiráveis* acontecidos durante os 40 annos que os Israelitas moraram no deserto.

1.º *As dez pragas do Egypto.* — Moysés, por ordem de Deus, fôra ter com o rei Pharaó para lhe pedir a liberdade do povo hebraico detido em servidão por esse monarcha. A' vista da recusa do rei e como prova de sua missão divina, Moysés feriu o Egypto de dez flagellos, com que ameaçou successivamente o soberano egypcio no caso de elle persistir em sua recusa. No curto espaço de cinco ou seis semanas, os flagellos se multiplicaram na ordem seguinte: as aguas do Nilo e de todos os poços foram transformadas em sangue por sete dias; — o Egypto achou-se coberto de rãs, em seguida de pernilongos e ao depois de moscas; — uma grande mortandade dizimou os rebanhos; — ulceras espantosas atormentaram os habitantes; — tempestades e chuvas de pedras assolaram o paiz; — nuvens de gafanhotos destruiram as colheitas; — durante tres dias, trevas espessas cobriram o Egypto; — afinal, numa só noite, o anjo exterminador matou todos os primogenitos dos Egypcios. (*Êxodo,* cap. V-XII.)

Todos esses factos são annunciados de antemão por Moysés e se realizam como elle predisse. Com isso o Egypto fica apavorado. O Pharaó endurecido vê-se constrangido a reconhecer o dedo de Deus e cede ás instancias do povo egypcio que pede a partida dos Hebreus, tanto receio tem de outros flagellos: tres milhões de habitantes sahem do captiveiro.

Esses acontecimentos, Moysés os refere a contemporaneos: não teme appellar para os que disso tudo foram as testemunhas. Achamol-os attestados por auctores pagãos. Manethon, na sua *Historia do Egypto,* Tácito, nas suas *Historias* (liv. V, cap. I), falam desses factos extraordinarios que tiveram por resultado a sahida do povo e a sua estada no deserto.

Esses prodigios foram publicos; são contados por nações rivaes; são derogações manifestas ás leis geraes e constituem verdadeiros milagres; além disso, Moysés não os realizou sinão para provar que era enviado de Deus.

2.º *Passagem do mar Vermelho.* — Depois de tres acampamentos no Egypto, o povo hebraico tinha chegado em frente do mar Vermelho (*Mar Erythreu,* hoje *Golfo Arábico*), e achava-se perseguido pelo exército do Pharaó. Os Hebreus assustados pediam para voltar atraz e entregar-se prisioneiros. Mas, por ordem de Deus, Moysés extendeu a mão sobre as ondas, e as aguas se dividiram, ficando á direita e á esquerda, diz o texto sagrado, escarpadas como uma montanha. Os Egypcios se lançaram no encalço dos Israelitas; porém, a um signal de Moysés, as aguas se juntaram, submergindo todo o exercito de Pharaó «do qual não escapou nem um homem.» Chegados á outra margem, Moysés e os Hebreus entoaram o cantico da libertação.

Basta ler esses pormenores da narrativa da Biblia para ver que se trata, com effeito, de um verdadeiro milagre, — não de uma passagem a favor do fluxo e

refluxo do mar, — mas de uma suspensão evidente das leis da natureza. Como, na realidade, tres milhões de homens teriam passado no intervallo de seis horas e num espaço de 300 passos deixado pelo refluxo? Como é possivel que o exercito egypcio, que devia conhecer esse movimento das ondas, tenha avançado por esse lugar com tanta temeridade? E si o facto fosse tão simples, como Moysés conseguira persuadir ao povo que isso era um verdadeiro milagre, e ainda instituir uma festa commemorativa de um pretenso prodigio contra o qual todos teriam protestado? Segundo o testemunho de Estrabão, Diodoro de Sicilia e Manethon, havia, entre os *Ichthyóphagos*, habitantes das praias do mar Vermelho, tradições relativas á passagem de um grande povo pelo leito desseccado do golfo.

3.º *Milagres effectuados no deserto.* — Multiplicam-se por assim dizer, a cada passo: *a*) *Uma columna de nuvem,* durante o dia, guiava o povo de Israel e lhe dava sombra; tornava-se luminosa durante a noite. «Permaneceu, sem exceptuar um só dia nem uma só noite, durante toda a viagem.» (*Êxodo,* XII.)

b) *Codornizes* cahiram com abundancia no deserto de Sin, a ponto que, durante um mez, todo o povo poude alimentar-se com esta comida. (*Ib.* XVI) Aqui, não se trata da passagem de aves de arribação: as codornizes são trazidas providencialmente ao meio de um deserto em que não podiam achar alimento.

c) O *manná* que, durante quarenta annos, servia de alimento ao povo de Deus, é um dos milagres mais extraordinarios. Com effeito, cahe regularmente, desde o momento indicado por Moysés, durante quarenta annos, todos os dias, excepto no sabbado; mas, na vespera deste dia, cahe duas vezes mais abundante, e, por excepção, conserva-se só no dia do sabbado; uma medida desse manná, collocada na arca por Moysés, alli se conserva

inalteravel durante muitos seculos para attestar aos Hebreus o milagre realizado a favor de seus paes (*Êxodo*, XVI.) Como depois pretender explicar esses factos pela pretensa tamargueira (tamarix mannifera) que cresce na Arabia, mas não poderia produzir em um anno com que alimentar um homem durante seis mezes?

d) *A agua do rochedo*, por duas vezes, jorra sob a vara de Moysés para aplacar a sêde de todo o povo. Tácito (*Hist.*, liv. V, 1) e Plínio (liv. III, 1), narram esse facto maravilhoso, e attribuem a Moysés um poder de mágico.

e) *A promulgação da lei* sobre o Sinai, no meio do apparato formidavel descripto por Moysés (*Êxodo*, XIX e XX) constitue um facto milagroso de primeira ordem, attestado não só pelas taboas conservadas na arca de alliança, mas ainda pela duração desta lei durante 1500 annos, até Jesus Christo, e pela história de um povo cuja vida se regula por esta surprehendente promulgação. Manethon e Diodoro de Sicilia, attribuem esta legislação ao Judeu *Mosés* e dizem que elle a recebeu de Jehovah.

f) Afinal, a conservação das *roupas e dos calçados* dos Hebreus durante quarenta annos é outro milagre permanente. Para diminuir a importancia deste acontecimento, certos auctores, Goethe (*Israel no deserto*) e Renan (*Estudo de historia religiosa*), tentaram reduzir a dois annos só a demora dos Israelitas na Arabia. Sua affirmação é victoriosamente contradita pelo judeu Münck (*Palestina*). A sciencia veiu por sua vez legitimar a narrativa de Moysés. Em 530, um frade egypcio, por nome *Cosmas*, numa obra intitulada *Topographia christã*, publicou a relação de uma viagem na Arabia e no Sinai, em que se acham reproduzidas grande numero de inscripções gravadas sobre os rochedos, e indicando os acampamentos dos Hebreus. A sua obra, esquecida durante doze seculos, só foi publicada em 1707 pelo benedictino

Montfaucon. Essa divulgação determinou o Inglez Pococke e um Francez, o conde de Entraigues, a emprehenderem a viagem do Sinai para verificarem semelhantes dados: foram, com effeito, achados muito exactos e as inscripções reproduzidas pelo ministro inglez Forster confirmam as narrativas do Êxodo.

E' preciso pois reconhecer que os factos milagrosos são numerosos na história da Revelação mosaica, e é impossivel attribuil-os a causas naturaes. A vida do povo judaico, durante 1500 annos, no meio das guerras, das divisões, seria, sem a intervenção da Providência, mais um milagre permanente: a serie das maravilhas effectuadas por Jehovah a favor de seus antepassados, mantem ainda hoje os Judeus na esperança de que hão de recuperar sua antiga independencia. Que se ha de concluir logicamente, sinão que o legislador dos Hebreus provou a sua missão providencial e divina por uma successão dos mais surprehendentes milagres? Por conseguinte, a religião por elle fundada em nome de Deus é uma religião divina.

96. — II. Comtudo, contra os milagres em geral e contra os da Revelação judaica em particular, formou-se uma dupla corrente de opinião racionalista, com tendência a contestar-lhes a realidade e o valor. Estes dois systemas de interpretação nos vieram da Allemanha: um é o *naturalismo*, outro, o *mythismo*.

Segundo o *naturalismo*, nos pretensos factos milagrosos, não ha nada de sobrenatural, mas tudo se póde explicar, quer pelas causas ordinarias, quer por certa esperteza dos operadores, quer emfim pela intervenção de causas desconhecidas da multidão. Assim, tudo deve ser reduzido a uma interpretação natural: as visões são hallucinações; as pragas do Egypto actos de prestidigitação, imitados aliás pelos magos de Pharaó; a passagem do mar Vermelho se effectuou por favor de uma maré; o manná era uma especie de cogumelo; os trovões do

Sinai eram petardos; e, afinal, não se deve esquecer que Moysés era muito versado na sciencia occulta dos Egypcios.

Esse systema naturalista se refuta por si mesmo: o mesmo Strauss, racionalista allemão, se indigna contra o que chama «as producções monstruosas de um systema que renega a historia, sem freio nem regra (1).» Renan acha este processo engenhoso, porém «as mais das vezes, subtil e forçado (2).» Com effeito, si semelhante interpretação pudesse prevalecer algum dia, não haveria mais certeza alguma: as palavras não teriam mais sentido, e a linguagem não passaria de extranha confusão e perpetua mentira; não subsistiria nenhum acontecimento historico.

Ora, appellamos para o bom senso de dezoito seculos e para a bôa fé universal. Não somente os Judeus não se enganaram a respeito do caracter milagroso dos factos, mas nunca occorreu a um homem serio a idéa de comparal-os a prestidigitações ou a processos magicos. Podemos desafiar todos os prestidigitadores do mundo a que produzam um facto um tanto chegado aos milagres de Moysés. Invocar causas desconhecidas, é uma confissão de ignorancia, e, além disso, uma falta de bom senso, porque uma causa, ainda que fosse desconhecida, como a força mysteriosa do magnetismo e da electricidade, é sempre universal e produz effeitos constantes: o milagre, pelo contrario, é sempre uma excepção; caracteriza-se pela extranheza e precisamente pela ausencia de relação entre o effeito e a causa, que não é, de ordinario, mais do que uma palavra ou um acto da vontade.

Por isso, o modo de interpretação naturalista é agora julgado e abandonado, como demais simplório ou ridículo. Então, o racionalismo se apega á interpretação mythica.

O *mythismo* é o systema dos que sustentam que os dogmas ou verdades sobrenaturaes não são mais do que

---

(1) Strauss, *Vida de Jesus*, t. II, p. 675

(2) *Histoire critique de Jésus.*

symbolos ou lendas, e os pretensos milagres não são factos mas simplesmente interpretações engenhosas. Segundo elles, o mytho é a expressão symbolica de uma idéa, de uma verdade religiosa ou moral, ou de um facto, sob o véu de uma narrativa fictícia, ou, si real no fundo, adornado com circumstancias inventadas e ordinariamente maravilhosas. Ha mythos *philosophicos*, que são uma forma de narrativas escondendo idéas; mythos *poéticos*, resultantes da imaginação e formando a lenda; mythos *historicos*, factos conservados pela tradição, mas embellezados á medida que se transmittiram de bôcca em bôcca.

Pois que, pela primeira vez, encontramos o systema mythico, importa mostrar a sua falsidade: a nossa refutação servirá não só para a verificação dos milagres da Revelação mosaica, mas ainda para a dos milagres do Evangelho.

Para dar-lhe alguma consistencia, os partidarios do systema mythico o fazem descansar sobre duas razões principais: 1.º a difficuldade de explicar por outro modo as narrativas maravilhosas da Biblia e do Evangelho; 2.º *uma razão de analogia*.

Depois do que dissemos da possibilidade dos milagres, torna-se inutil responder á primeira razão invocada pelo mythismo. Os partidarios deste systema não querem saber da explicação naturalista: têm razão. Mas entre esta opinião e o systema mythico, vem a explicação catholica que tudo concilia. Inutil, pois, recorrer a uma theoria que não tem base alguma como vamos proval-o.

Quanto á *razão de analogia*, eis como os partidarios do mythismo a estabelecem: «Entre todos os povos, dizem elles, a fabula precedeu a historia; e o douto Varrão divide judiciosamente as diversas idades do mundo em tres classes: os tempos desconhecidos, os tempos heroicos e os tempos historicos. Assim como os demais povos, os

Hebreus estiveram forçosamente submettidos a essas leis, e, entre elles tambem, a ignorancia, a imaginação, a poesia criaram tradições heroicas sobre a sua origem e a sua primitiva historia.»

Ora, essa razão de analogia está verdadeiramente sem base e sem força, porque: 1.º as narrativas fabulosas ou mythicas das outras nações, segundo Strauss mesmo, exigiram seculos para se elaborarem e propagarem por tradições oraes; os livros de Moysés, pelo contrario, foram compostos por um escriptor contemporaneo ou relativamente chegado aos factos; 2.º entre as narrativas da Biblia e as mythologias pagãs, não ha nenhuma semelhança: na fábula, tudo é nebuloso, phantástico, inintelligível; na Bíblia, tudo é claro, luminoso, preciso; 3.º entre os povos antigos, no dizer de Varrão, o mytho precede a historia: não andam juntos. Nas relações de Moysés, quem poderá dizer onde acaba o mytho, onde começa a historia. Encontra-se o maravilhoso por toda a parte, e verdadeiramente não existe analogia alguma entre as tradições biblicas e as fabulas heroicas da Grecia ou da Italia.

Além disso, o systema mythico se refuta *directamente*. Com effeito, o milagre divino se distingue do maravilhoso mythologico por caracteres muito notaveis. Basta, para differençal-os, comparal-os no seu objecto, nas suas circumstancias e no seu fim.

Quanto ao *objecto*, o maravilhoso mythologico vae directamente á deificação da natureza do homem; dahi o polytheismo e todos os seus erros; pelo contrario, o maravilhoso divino tende a manifestar o Deus unico e verdadeiro, mantendo o homem no respeito e na dependencia.

Quanto ás *circumstancias* das narrativas, nada de comparavel entre a simplicidade das relações biblicas e as phantasias da India, da China, da Grecia e do Egypto;

nestas, os devaneios da fabula e do espirito humano; naquellas, o cunho sempre grave da verosimilhança e da verdade.

No seu *fim*, o maravilhoso divino é sempre digno de Deus; tende a glorifical-o; tem por fim confirmar o homem na virtude, inspirar-lhe nobres sentimentos e um ideal mais perfeito; o maravilhoso mythologico, pelo contrario, rebaixa Deus ao nivel do homem, diviniza as paixões e dá ao vicio toda a liberdade.

Concluamos: sob todos os pontos de vista, não ha nenhuma analogia séria entre os milagres da Revelação mosaica e o maravilhoso da mythologia. Por conseguinte, o systema mythico é falto de base, e não permanece em pé diante de nossas provas historicas.

CAPITULO IV

DIVINDADE DA REVELAÇÃO JUDAICA DEMONSTRADA PELA PERFEIÇÃO DA LEI MOSAICA

Superioridade eminente da Lei mosaica no triplice ponto de vista: 1.º do dogma; 2.º da moral; 3.º da politica.

97. Não pretendemos que a *lei de Moysés*, estudada em si mesma e nos seus detalhes, leve o signal evidente e visível da divindade: para tirar esta conclusão rigorosa, seria preciso conhecer absolutamente o poder do espírito humano. Ora, ignoramos o ponto preciso em que acaba. Mas o que podemos affirmar, é que nunca nenhuma legislação humana poude attingir o gráu de perfeição que se manifesta na lei mosaica no triplice ponto de vista *dogmático*, *moral*, e até *político*. Ora, não vem esta superioridade tão eminente, tão incontestavel, confirmar o que dissemos da sua origem verdadeiramente sobrehumana e divina?

1.º *O dogma na lei mosaica.* — Emquanto a verdade religiosa, entre todos os demais povos, ia-se perdendo na idolatria e nos mil erros por esta ensinados, assim como se póde verificar pelo estudo da historia profana, o povo judaico, graças ao ensino e aos livros de Moysés, conservou sempre a mais pura noção do verdadeiro Deus. Para elle, Jehovah foi sempre o Deus espiritual, invisível e único, criador de todas as cousas, e senhor absoluto do mundo, essencialmente differente dos deuses das nações, os quaes se approximavam do homem por sua natureza e ainda mais por suas paixões e vícios.

Com a noção de Deus, se conserva tambem a noção da alma humana, substancia espiritual, immortal e livre, chamada a uma vida eternamente feliz ou infeliz, conforme o uso que tiver feito da sua liberdade. — Em seguida, dessa noção tão exacta de Deus e da alma, nasce um culto religioso que não se assemelha em nada aos cultos idolatricos que se encontram por toda a parte, ao redor desse povo privilegiado; entre elle, não ha nenhum sacrificio humano que macula as homenagens prestadas á divindade pelas outras nações; os sacrificios de victimas, escolhidas entre os animaes puros, mais chegados ao homem, são porém conservados como um emblema de adoração e expiação, e tambem como uma figura do grande sacrificio esperado; mas nelles tudo foi determinado com uma precisão admiravel de modo a evitar qualquer erro supersticioso. O templo, o sacerdocio, as festas, tudo está organizado em vista do futuro: de algum modo sente-se viver nelles a fé e as esperanças da nação.

Deste modo, não só a razão humana não tem nada que censurar nas crenças da Revelação judaica, mas ainda, comparando-lhe as doutrinas com os ensinos ridiculos ou supersticiosos dos outros povos, só se póde admirar a evidente superioridade dessas crenças e reconhecer nellas a mesma luz de Deus.

2.º *A moral na lei mosaica.* — Que se poderá dizer da legislação judaica no ponto de vista da moral? Basta comparal-a por um instante á moral dos philosophos pagãos considerados como os melhores, para verificar immediatamente a excellencia superior do ensino de Moysés.

Platão, chamado o «divino,» torna-se materialista, e, ás vezes, desconhece a dignidade humana a ponto de ultrajar os principios mais sagrados da lei natural, autorizar a promiscuidade, o infanticidio e as mais vergonhosas paixões (1), e assim destruir a familia e a sociedade. Aristóteles reduz toda a moral ao interesse devidamente entendido; Epicuro funda a escola do prazer; Zenão, a da vaidade. A historia relata quaes eram os costumes no seculo de Augusto que nos é representado como a época mais brilhante da civilização: o menino fica a mercê dos pais; a mulher escravizada ao jugo do marido que a repudia quando lhe apraz; o escravo está entregue aos caprichos do senhor. Os legisladores permittem essas cousas, e o grave Cícero e o sabio Séneca nellas não acham nada que censurar.

Ora, ouçamos Moysés: «Honra teu pae e tua mãe. Não matarás; não commetterás o adulterio; não furtarás... Nem mesmo alimentarás um máu desejo.» (*Exodo*, xx.) E, ao lado dessas leis geraes, prescripções particulares regulam os deveres sagrados da conducta moral: são garantidos o casamento e a sua indissolubilidade; a criança é um objecto sagrado; a familia é constituida, nem mesmo existe a escravidão. Leis de protecção garantem a segurança do extrangeiro, o bem-estar do servo e do mercenario. O pobre, a viuva e o orpham não estão abandonados sem defeza, mas acham sustentaculo e protector.

(1) Vêr a *Republica de Platão*. — Nicolas, *Art de croire*, t. I, p. 392 e seguintes.

Em summa, a lei de Moysés não contém nada que não seja proprio a formar o coração do homem: contrasta excessivamente com todas as legislações humanas, e póde-se dizer que, si a moral pura não se achasse na Biblia, o mundo andaria ainda a procural-a. Mas si ella se acha neste livro unico, não será porque Deus a revelou?

3.º A *politica na lei de Moysés.* — A theocracia era a forma politica do governo entre os Judeus. A realeza é reservada a Deus mesmo, e é elle que será o autor das leis civis e politicas, assim como das leis religiosas e moraes. «Jehováh é o rei, o legislador, o juiz.» (*Isaias,* XXXIII, 22.) Por isso, na história judaica, não vemos poder legislativo. O *Sanedrim* explica a lei, porém, não a modifica.

No ponto de vista *politico,* a legislação de Moysés é muito simples. Israel deve levar uma vida particular e especial, sem nenhuma relação com as nações extrangeiras. Satisfeito com o solo que Deus lhe outorgou, não deve entregar-se á conquista, mas só defender contra os ataques de fóra a terra sagrada da patria. O fim desse isolamento é conservar intacta a crença judaica, não corromper a fé nem os costumes pelo contacto com os povos idólatras, e conservar, com um sangue puro de qualquer mistura, a esperança sempre viva do Libertador promettido. Ahi está o principio desse espirito de nacionalidade que, em parte alguma, achamos mais ardente e mais duradouro do que no povo judaico.

No ponto de vista *civil,* os regulamentos emanam tambem de Deus. Haverá cousa mais prudente, mais sabia do que a constituição da familia entre o povo de Israel? Com poucas excepções, a unidade do casamento é proclamada e mantida; a autoridade do pai sôbre os filhos, e do senhor sobre os criados, é cheia de benevolencia e bondade; os laços do parentesco são apertados

pela divisão da nação em doze tribus; a propriedade é salvaguardada e tornada inalienavel pela instituição do anno jubilar que, de cincoenta em cincoenta annos, restitue aos donos os bens alienados. No setimo anno, os fructos espontaneos da terra são propriedade dos pobres.

Emfim, a lei de Moysés entra mesmo em pormenores hygienicos e sanitarios muito uteis para preservar o povo das doenças frequentes no Oriente, e, em particular da lepra, cujo contagio era tão grande.

Sem duvida, neste conjuncto de leis, grande numero de prescripções eram locaes e transitorias e deviam desapparecer com o Legislador annunciado por Moysés. Comtudo, póde-se dizer que o caracter principal das leis mais importantes, é a universalidade, isto é, que ellas convêm a qualquer povo; e um dos signaes distinctivos dessas mesmas leis é a sua immutabilidade. Durante quinze seculos, Israel viveu com esta legislação sem experimentar a necessidade de modifical-a e accrescentar-lhe alguma cousa; hoje ainda, dezoito seculos depois da dispersão, o ideal da nação judaica seria rehavel-a. intacta como no primeiro dia. Onde se achará uma legislação tão bem respeitada pelas vicissitudes do tempo e pela inconstancia dos povos? Não ha sinão a lei christã que seja capaz de supplantar essa legislação nacional, porque é tambem devida a Deus.

Tiremos a conclusão geral deste estudo por demais resumida sôbre Moysés legislador. Na época em que elle appareceu, as trevas cobriam o mundo. Como, pois, dessa obscuridade poude jorrar semelhante luz? Como, do seio da corrupção universal, poude brotar uma moral tão pura? Como, afinal, no movimento que arrebata todas as constituições humanas, poude permanecer immutavel, disse J. J. Rousseau, o codigo de uma só nação, de tal

modo «que esta instituição resistiu á prova do tempo, da fortuna e dos conquistadores?» Não excede elle todo e esfôrço do espirito humano? Antes, não será preciso ir procurar em Deus mesmo o conjunto de semelhante Religião? Não será preciso admittir que aqui ha alguma cousa que está acima do homem e manifestamente divina?

E' assim que, na obra de Moysés, a *perfeição* da doutrina, da moral e das leis se une ao resplendor da *prophecia e do milagre* para attestar a *divindade da Revelação* da qual elle foi o intermediario.

DIVINDADE
DA
REVELAÇÃO CHRISTÃ

LIÇÃO PRELIMINAR

Idéa geral e divisão deste tratado.

98. — Já conhecemos a *Revelação christã.* Sabemos qual é sua origem: tem por autor Jesus de Nazareth que a trouxe á Judéia para ser communicada ao mundo inteiro; seu objecto são dogmas, uma moral, um culto aperfeiçoando a Revelação mosaica. Não supprime, não aniquila, nem contradiz os ensinos da razão humana, nem tão pouco as revelações precedentes; pelo contrario, completa-as e constitue, no seu conjuncto, a mais bella de todas as religiões.

Mas esta Revelação christã será realmente divina? Virá de Deus? Será a expressão exacta do seu pensamento e das suas vontades? Affirmamol-o, e vamos demonstral-o.

Por emquanto, não falamos da divindade da pessôa de Jesus Christo, mas simplesmente da divindade da sua missão. Sem duvida, estas duas verdades estão unidas. Jesus Christo disse de si mesmo que era o Enviado de Deus, igual a seu Pae, Deus como elle. Comtudo, aqui, só queremos considerar Jesus Christo como Enviado do alto, para trazer uma Religião á terra, em nome de Deus mesmo. Teremos provado a divindade da Revelação christã se chegarmos a demonstrar a divindade da missão de Nosso Senhor. Ora, elle foi realmente o Enviado de Deus.

Trata-se aqui de um facto historico, confirmado pelos testemunhos contemporaneos e por uma tradição tão constante como certa; mas esse facto nos é principal-

mente relatado e garantido pelos livros do Novo Testamento, e, de modo ainda mais especial, pelos Evangelhos. E' ahi que iremos procurar as nossas demonstrações e as nossas provas.

Entretanto, assim como fizemos para o Pentateuco de Moysés quando se tratou de estabelecer a divindade da Revelação judaica, devemos: 1.º demonstrar a *autoridade historica* dos livros do *Novo Testamento* que contêm a Revelação christã; 2.º mostraremos que Jesus Christo é verdadeiramente o *Messias promettido,* tendo realizado na sua pessôa e na sua vida todas as antigas prophecias que a elle diziam respeito; 3.º patentearemos a divindade da sua missão, baseando-a, por um lado, sobre as prophecias por elle mesmo feitas, e, por outro lado, sobre os *milagres* a elle devidos, e de modo especial sôbre a sua *Resurreição;* em seguida, confirmaremos a divindade da sua Religião por um estudo rapido sobre a *preeminência da sua doutrina* no ponto de vista dogmático e moral; pela *maravilha do seu estabelecimento* e dos seus progressos, pelo *heroismo dos seus martyres,* pelo prodigio da sua *conservação e da sua perpetuidade.* Afinal, a nossa conclusão geral será que a Revelação christã é verdadeiramente divina e deve ser acceita nos seus dogmas e em todos os deveres que impõe.

CAPITULO I

AUTORIDADE HISTORICA DOS EVANGELHOS

I. Authenticidade dos Evangelhos. — II. Veracidade dos seus autores. — III. Integridade perfeita dos nossos Evangelhos actuaes.

99. — A autoridade histórica de um livro, já o dissemos, é sufficientemente estabelecida quando é demonstrado: 1.º que é realmente da época e do autor

aos quais o attribuem; 2.º quando é verificado que o autor falou a verdade e não foi nem enganado nem enganador; e 3.º quando os seus escriptos nos chegam com os caracteres de integridade substancial que provam que nada perdeu da sua autoridade primitiva. Ora, taes são os livros do Novo Testamento que encerram a Revelação christã; taes são particularmente os nossos *Evangelhos*.

Os nossos adversarios, os *racionalistas* contemporaneos, o negam ou o contestam: nós, pelo contrario, sustentamos que a autoridade historica dos Evangelhos não deixa cousa alguma a desejar pois que gozam de uma *authenticidade* perfeitamente estabelecida, de uma *veracidade* summa, de uma *integridade* absoluta.

100. — 1.º Authenticidade dos Evangelhos.

Os quatro Evangelhos são exactamente dos auctores aos quaes são attribuidos, e cujos nomes levam. *São Matheus* escreveu o seu livro entre os annos 45 e 48 de Jesus Christo; *são Marcos*, alguns annos mais tarde; *são Lucas*, entre os annos 55 e 60; e *são João*, mais ou menos no anno 100 da era christã.

Esta these capital póde ser facilmente provada por quatro argumentos distinctos: 1.º *os caracteres intrinsecos* dos Evangelhos; 2.º *a prescripção* ou posse legitima delles que sempre teve a Igreja; 3.º *os testemunhos extrinsecos*, tirados da história, e 4.º *a impossibilidade de uma supposição.*

1.º Sob o nome de *caracteres intrinsecos*, entendemos os signaes e as qualidades que em si proprios trazem os Evangelhos. A lingua em que foram compostos é já uma prova a favor dos seus verdadeiros autores. São Matheus, escrevendo para os Judeus, emprega o idioma por elles então falado, o *syro-chaldaico*; são Marcos, são Lucas e são João, escrevendo para os gentios, servem-se da lingua

grega, universalmente conhecida. O estylo dos narradores, as allusões continuas ás Escripturas, aos costumes, ás particularidades historicas e geographicas dos Judeus; as palavras, e os actos de Jesus Christo, relatados com tamanha precisão de pormenores só propria de uma pessôa da nação, de uma estemunha ocular, tudo isto prova que os Evangelhos tiveram por autores Judeus contemporaneos e discipulos de Jesus Christo.

2.º *A prescripção* ou *posse legítima.* — E' um axioma, em direito, que «a posse serve de titulo», e já, no segundo seculo, contra os hereges Tertuliano invocava este argumento a favor da verdade christã. Ora, a Igreja universal, desde a sua origem, esteve de posse dos quatro Evangelhos; sempre os considerou como authenticos, sem que jamais, desde tantos seculos, os seus inimigos mais encarniçados pudessem demonstrar que assim não são. Por conseguinte, a Igreja está de posse, e, até que os seus adversarios tenham estabelecido contra ella a prova da sua opposição, a Igreja deve ser considerada como fundada em justiça e verdade contra os que lhe atacam a posse legitima.

3.º Esta posse legitima não é um argumento negativo. Baseia-se, com effeito, sôbre testemunhos *extrínsecos*, positivos e precisos. Assim, é um facto certo que em 312, no momento em que a Igreja sahia das catacumbas, já possuia os quatro Evangelhos, reconhecidos como obra authentica dos seus autores. O historiador Eusebio o affirma, e com elle, todos os seus contemporaneos; conta-se que o imperador Constantino deu ordem para tornar a vêr o texto delles com o maior cuidado e confrontal-o com os mais antigos manuscriptos e escrever cincoenta exemplares delles para dar de presente a cada uma das cincoenta Igrejas mais celebres do mundo.

Antes delle, Origenes (185-254) menciona os quatro Evangelhos como «os unicos acceitos sem contestação

por todas as Igrejas», delles cita os autores e refere muitos textos. Em 207, Tertuliano, que nascera no anno de 160, por conseguinte somente 60 annos depois da morte de são João, os nomeava igualmente, assim como santo Ireneu, bispo de Lyão, nascido na Asia em 140, que os citava em 178. São Justino, philósopho convertido em 133, no trigesimo anno da sua vida, escrevendo a sua primeira Apologia para os pagãos, relata fragmentos dos Evangelhos. Por conseguinte, eram conhecidos em 140.

Ahi paravam outrora os testemunhos conhecidos e a exegése racionalista disso se aproveitava para collocar justamente na primeira parte do segundo seculo, o trabalho de compilação dos Evangelhos. Mas eis que descobertas recentes derrubam completamente esta hypothese. O estudo acurado de cinco ou seis obras mais antigas, certamente escriptas entre os annos 70 e 140 de Jesus Christo, foi uma verdadeira revelação. Estas obras têm os títulos seguintes: *Epístolas a Diogneto* (autor anônymo 98-110); *As sete epistolas de santo Ignacio* e a de *são Polycarpo* (107); *A epistola de são Barnabé* (entre 72 e 100); *A epistola de são Clemente*, e o *Livro do Pastor*, por Hermas (cerca do anno de 70). Ora, o estudo dessas obras, e das que acima citamos, forneceu um conjuncto de mais de 1600 citações textuaes, tiradas dos quatro Evangelhos, as quaes permittem reconstituir integralmente certos capitulos dos Evangelhos. Este trabalho foi feito, e que prova sinão que desde o fim do primeiro seculo, e no principio do segundo, os Evangelhos eram conhecidos e espalhados? (1)

Afinal, descobertas recentes permittem certificar que a antiga traducção latina, *Vetus Italica* remonta, o mais tardar, ao anno de 150, assim como tambem a antiga

(1) Vêr Bougaud, *Le Christianisme et les Temps présents*, t. II; *Etudes sur les Evangiles*.

versão syríaca, conhecida sob o nome de *Peschito* (a simples). Si, pois, naquella época, as traducções começavam a multiplicar-se, é que os originais existiam e estavam espalhados desde o fim do primeiro seculo.

E' a conclusão rigorosa admittida pela propria critica allemã (Reusch, Holsmann), e pela escola racionalista franceza (Réville, Michel-Nicolas, etc.). «Em summa, diz Renan, admitto como authenticos os quatro Evangelhos canonicos, e julgo que são quasi certamente dos autores a que vêm attribuidos (1).» Com um pouco mais bôa fé, Renan diria como nós: «São integralmente dos autores a quem são attribuidos.»

4.º *Impossibilidade de uma supposição.* — Não admittindo que os quatro Evangelhos sahiram das mãos dos Apostolos cujo nome levam, é preciso convir que são trabalho de um falsario que os publicou e espalhou sob nomes emprestados. Ora, esta hypothese é inadmissivel. Com effeito, si essa fraude teve lugar, effectuou-se ou durante a vida dos apostolos ou depois da morte delles. No primeiro caso, como acreditar que não tenham protestado contra semelhante trapaça, que o embuste não tenha sido descoberto, ou que não resoasse um grito de geral reprovação? No segundo caso, como teria procedido o falsificador? Então, já os exemplares se achavam em todas as mãos, eram lidos em todas as Igrejas, conhecidos, não só dos christãos, mas ainda dos proprios pagãos, que, antes de se converterem, os estudavam com cuidado, e deviam, como fariamos nós mesmos, examinar a sua authenticidade e o seu valor. A fraude era portanto impossivel.

Houve falsos evangelhos que circularam nessa época, a historia nol-o ensina; mas nunca foram reconhecidos por authenticos. Ora, o zelo que tiveram os primeiros christãos em os repellir nos é uma garantia da authen-

(1) Renan, *Vie de Jésus*, Introd. p. 23.

ticidade dos Evangelhos que foram conservados. Emfim, os inimigos do Christianismo, Celso, Porphyrio, Hierocles, Juliano e Apostata, que, nos primeiros seculos, atacaram encarniçadamente a Religião christã e a combateram por todos os argumentos, nunca contestaram a authenticidade dos Evangelhos. Não teriam deixado de o fazer si o julgassem possivel. Mas, pelo contrario, falam delles como de livros acreditados e de cuja origem ninguem duvida. Por conseguinte, os Evangelhos são authenticos.

101. — II. — Veracidade dos Evangelhos.

Os historiadores do Evangelho são veridicos e dignos de fé. Com effeito: 1.º não foram enganados, e 2.º não foram enganadores; 3.º ainda que o quizessem, não lhe seria possivel induzir a posteridade em erro.

1.º *Os evangelistas não foram enganados.* — Com effeito, os acontecimentos que narram, não são factos isolados, mysteriosos ou escondidos. São actos realizados em pleno dia, publicamente, na presença de uma multidão de testemunhas muitas vezes hostis, e isto durante um periodo de tres annos. Como suppôr que tantas testemunhas se tenham enganado, por exemplo, a respeito da multiplicação dos pães no deserto, a ponto de cinco mil pessôas ficarem na illusão? Como explicar que não só os apostolos, mas ainda um povo inteiro, tenham acreditado, sem provas, na cura do cego de nascença, na resurreição de Lazaro, na de Jesus Christo, quando se mostrou a mais de quinhentas testemunhas? Como se ha de julgar que todos foram tão plenamente convencidos de vêr o que em realidade não viam, que sacrificaram a vida para confirmar o seu testemunho?

Quanto á doutrina e aos discursos de Jesus Christo, sabe-se que falava, não em segredo, mas publicamente,

no templo, ons caminhos e nas praças; annunciava verdades sublimes, admiraveis, cuja consequencia immediata e natural havia de ser o reconhecimento do Messias e a revogação da lei de Moysés, e que tiveram por resultado a conversão do mundo. Será possivel que os apostolos pudessem ser enganados ao mesmo tempo sobre este ensino e sobre os milagres que o confirmam?

2.º *Os evangelistas não foram enganadores.* — Sabemos: *a*) que o seu carácter se oppunha a qualquer idéia de invenção e de fraude. Eram pobres pescadores, ignorantes, timidos; por medo, tinham abandonado o seu Mestre e Chefe: são Pedro o renegára á voz de uma criada. Seria realmente para extranhar que a semelhantes homens occorresse a idéa de inventar o romance da vida de Jesus Christo e dos seus milagres.

b) A sua narrativa tem uma expressão de varacidade, simplicidade e candura que nunca se encontra no livro de um impostor e de um embusteiro; indicam os factos com precisão, designam os lugares em que succederam, citam as testemnhas ainda vivas, confessam os defeitos proprios, a sua ignorancia, a sua cobardia. «Quanto mais attenção se presta ao caracter inimitavel dos evangelistas, diz Rollin, tanto mais se fica constrangido a reconhecer nelles, com a verdade da sua relação, um espirito differente daquelle do homem.»

c) Aliás, qual teria sido o motivo que incitasse os evangelistas para enganarem os homens? O amor da fama ou da gloria? Mas era tão facil convencel-os de mentira! O engodo das riquezas e recompensas? Mas, sabiam, pelo contrario, que iam ao encontro da perseguição, do odio, dos supplicios e da morte! Ora, Tácito disse: «E' preciso acreditar num escriptor que não tem interesse em escrever.» (*Vida de Agricola.*) E Pascal accrescenta: «Acredito de bôa vontade em testemunhas que se deixam matar.» (*Pensamentos.*)

3.º *Ainda que os apostolos quizessem lograr, a fraude lhes era impossivel.* — Com effeito, de um lado, era muito fácil aos Judeus manifestar o embuste; bastava appellar para o povo, chamar a juizo as pretensas testemunhas: a fraude se revelava immediatamente. Ora, os Judeus não fizeram tal, a despeito da sua antipathia pelos apostolos.

Comtudo, por outra parte, os Judeus tinham summo interesse em fazel-o, porque, sendo o Christianismo reconhecido verdadeiro no seu autor, na sua doutrina e nos seus milagres, era a ruina da Religião mosaica, assim como o provou a experiencia, e a nação perdia todo o seu prestigio, a sua gloria nacional e até a sua existencia. Apezar disso, os Judeus deixaram livre curso ás narrações evangelicas: por conseguinte, o seu caracter de veracidade apparecia evidente, incontestavel.

A todas essas provas, accrescentemos ainda que os principaes factos do Evangelho acham a sua confirmação nos testemunhos da historia profana. Assim, o historiador judeu Josepho (*Antiguidades,* liv. XVIII, *Guerra dos Judeus,* I, VI) fala longamente de Jesus Christo e dos seus milagres. Tácito, Suetonio, Dion, referem o recenseamento feito por Augusto; Macrobio, o massacre dos Innocentes; Celso e Porphyrio, a fuga para o Egypto; Juliano o Apóstata não nega os milagres de Jesus Christo: contenta-se com atttribuil-os a intervenções diabolicas. Tertuliano e são Justino, nas suas *Apologias,* referem como um acto publico, conhecido de todos, o relatorio mandado por Poncio Pilatos ao imperador Tiberio a respeito da morte de Jesus Christo, que Tacito conta tambem nos seus *Annaes.* (Liv. XV.).

Por conseguinte, rejeitando a veracidade dos nossos Evangelhos, seria preciso supprimir igualmente todos os documentos da historia profana e repudiar assim toda a certeza historica.

102. — III. — INTEGRIDADE DOS EVANGELHOS.

Não somente os Evangelhos são devidos aos apostolos ou aos seus discipulos, não somente conservam o caracter de uma perfeita veracidade, mas podemos accrescentar que a obra primitiva nos chegou na mais completa integridade, isto é, sem interpolação ou alteração substancial da doutrina, da moral ou dos factos importantes como seriam os milagres. Os differentes textos não nos offerecem mais que variantes insignificantes, quer nas expressões, quer nos torneios das phrases: é obra dos copistas ou dos traductores.

1.º *Esta integridade substancial é um facto:* as provas são fornecidas pelos escriptos e commentarios dos Doutores e Padres da Igreja, pelas varias versões antigas que ainda existem, as quais concordam perfeitamente com o texto actual. Um vasto trabalho foi feito por um doutor inglez que contou até trinta mil variantes de textos evangelicos, sem achar uma só que seja notavel: são devidas unicamente a divergencias de palavras ou de construcção.

2.º *Qualquer alteração substancial teria sido absolutamente impossivel,* ainda mesmo que um falsario a quizesse introduzir. Teria sido impossivel durante a vida dos escriptores sagrados e debaixo das suas vistas, porque teriam reclamado, elle ou as testemunhas sérias dos factos reaes; teria sido impossivel depois da morte delles, por causa da immensa diffusão dos Evangelhos e da escrupulosa vigilancia dos pastores. Herdeiros das tradições judaicas, os primeiros christãos velavam cuidadosamente sobre a guarda dos livros santos: possuiam o texto delles; conheciam-no admiravelmente, e a historia refere que uma citação inexacta sublevava na assembléa christã murmurios desapprovadores. Emfim, não são apenas os Evangelhos e todos os seus exemplares que o impostor

tivera que falsificar, são ainda todos os escriptores dos primeiros seculos que os citam ou commentam. Concebe-se pois que a integridade dos Evangelhos tenha sido tão religiosamente mantida no decorrer dos seculos e que o concilio de Trento tenha resolvido de a preservar igualmente para os seculos futuros, revendo e adoptando a edição da *Vulgáta*.

Portanto, os Evangelhos possuem a *authenticidade*, a *veracidade*, e a *integridade*, e, por conseguinte, o mais alto gráu de auctoridade que se possa exigir da historia; podemos nelles ir buscar com segurança as nossas asserções e as nossas provas.

Accrescentemos esta conclusão de J. J. Rousseau: «A majestade das Escripturas me surprehende, diz elle; a santidade do Evangelho fala ao meu coração. Um livro, ao mesmo tempo tão sublime e tão simples, não póde ser obra dos homens. Será esse o tom de um enthusiastico ou de um ambicioso sectario?... Diremos que a historia do Evangelho é pura ficção? Não, ninguem inventa desse modo. Os factos de Sócrates, de que ninguem duvida, são menos attestados que os de Jesus Christo... Seria mais inconcebível que muitos homens tivessem concordado em compôr este livro do que um só fornecer o assumpto delle. Nunca autores judaicos teriam achado semelhante modo de escrever. O Evangelho tem caracteres de verdade tão grandes, tão surprehendentes, tão inimitaveis, que o inventor seria mais admiravel do que o heroe.» (*Emile*, liv. IV.)

O Evangelho, dizia Napoleão, possue uma virtude secreta, um não sei que de efficaz, um calor que predispõe o entendimento, e encanta o coração; sente-se, ao meditál-o, o que se experimenta contemplando o céu... O nosso espirito é dominado por esta leitura, e nunca a alma corre perigo de se transviar com este livro.»

(*Pensamentos.*) Sabe-se como esse conquistador famoso, preso em Santa Helena, fazia do Evangelho a sua leitura habitual, e achou nessas paginas a fé e a graça de bem morrer.

CAPITULO II

JESUS CHRISTO VERDADEIRO MESSIAS

I Jesus Christo realizou todas as prophecias no que respeita: 1.º á época da sua vida; 2.º ás circumstâncias da sua vida e da sua morte; 3.º ao estabelecimento do seu império eterno. — II. Refutação dos diversos systemas inventados pela incredulidade moderna relativamente á pessôa de Jesus Christo: 1.º realidade da sua existencia contra *Dupuis* e *Strauss;* 2.º certeza dos factos evangelicos contra *Renan;* 3.º divindade de Nosso Senhor Jesus Christo contra os *Racionalistas.*

103. — I. Notamos nos livros de Moysés e nos escriptos dos Prophetas vindos depois delle, grande número de prophecias relativas á expectativa do Messias, á época da sua vinda, ás principais circumstâncias da sua vida, da sua paixão e da sua morte, e á historia da nação no meio da qual devia apparecer. Essas prophecias, accrescentamos, não eram particulares ao povo judaico: as principaes transpuzeram os limites desse pequeno povo, e, segundo o testemunho da história profana, a expectativa de um Libertador era um facto constante e universal.

Ora, é tambem um facto que todas essas prophecias conservadas nos livros santos dos Judeus e nas memorias dos povos, se verificaram exactamente na pessôa de Jesus Christo. Esta confrontação, para ser completa, deveria ser longa: limitar-nos-emos a indicar as suas grandes linhas.

1.º *Jesus Christo veiu na época determinada.* — Ao morrer, Jacob annunciára que o sceptro e a autoridade não sahiriam de Judá e da sua familia até que viesse

o *Desejado das nações*. Ora, Jesus Christo appareceu no momento em que a familia de Judá acabava de perder a autoridade pela usurpação de Herodes o Idumeu (36 annos antes de Jesus Christo); a ruina de Jerusalém e a dispersão do povo judaico (37 annos depois da morte de Jesus Christo) completam o cumprimento da prophecia de Jacob.

Daniel, depois de ter annunciado o fim dos quatro grandes imperios, vira formar-se um novo reino figurado por uma humilde pedra desatando-se da montanha e, em seguida, cobrindo o mundo, determinára a época da vinda do seu fundador. Desde a ordem dada a Nehemias por Artaxerxes Longimâno, no anno vigesimo do seu reinado para a reconstrucção de Jerusalém (1), até o reino de Christo deviam decorrer 70 semanas de annos ou 490 annos, que o propheta decompõe como segue: «Durante as 7 primeiras semanas, Jerusalém será reedificada em tempos difficeis; depois de mais 62 semanas, o Christo será morto: em seguida, uma nação extrangeira destruirá a cidade e o sanctuario. Os sacrificios acabarão e a desolação estará no templo; e o povo, que terá renegado o Christo, não será mais o seu povo.» Ora, segundo os calculos dos chronologistas. a época marcada pela morte de Christo chega no anno 33 da era christã, e a ultima semana acaba com o anno 70, época da ruina do templo e da cidade santa: o sacrifício çessa e a nação se dispersa para sempre.

Afinal, emquanto os Judeus, depois da volta do captiveiro de Babylônia, reedificavam o templo, os prophetas *Aggeu* e *Malachias* animavam os trabalhadores e annunciavam que este segundo templo, mais glorioso que o primeiro, veria no seu recinto o Libertador espe-

(1) Quatro decretos a seu favor conseguiram os Judeus dos reis persas e só o 4.° é que falta da reedificação de Jerusalém.

rado. Ora, Jesus Christo veiu antes da ruina do templo, e ahi fez ouvir os magníficos ensinos da sua Religião.

Assim, a época, tres vezes marcada pelos prophetas, corresponde exactamente com o tempo em que Jesus Christo appareceu sobre a terra. Por isso, os Judeus de então eram muito bem scientes do portento, e pelo que toca aos Judeus modernos que recusam acreditar no Messias já vindo e ainda esperam por elle, estão obrigados a convir que a época marcada pelos prophetas foi prorogada por causa das iniquidades da nação ou a valer-se de uma interpretação arbitrária dizendo que as semanas preditas por Daniel são semanas de seculos. Quanto á expectativa das nações, é um facto que ella teve um termo, e que esse termo coincide exactamente com a época em que Jesus Christo appareceu.

2.º *As prophecias relativas á vida e á morte do Messias promettido se realizam em Jesus Christo.* — Seja-nos sufficiente lembrar os factos seguintes: Nasceu em Belém, como annunciára o propheta Micheu (cap. v, 2); teve por mãe a virgem Maria, assim como o predisséra Isaias (cap. IX). Um novo astro o deu a conhecer, segundo a prophecia de Balaão. Isaias, annunciára o precursor João Baptista (cap. XL, 3); disséra a doçura e a caridade do Salvador, a multidão dos seus milagres (cap. XLII e XXV) e, de modo especial, as ignominias e os soffrimentos que o deviam levar á morte (cap. LIII). Ora, a vida, a paixão, a morte de Jesus Christo não correspondem exactamente á prophecia? David descreveu a trahição de Judas, as vestimentas do Christo repartidas por sorte, seus ossos contados, porém, não quebrados (Ps. XXI e CVIII). Não é isto do dominio da historia? Zacharias vira esses acontecimentos precedidos da entrada triumphal do Salvador em Jerusalém (cap. IX, 9), o preço da trahição fixado em trinta dinheiros (cap XI, 12), consagrado depois á compra

do campo de um oleiro. Ora, todos esses pormenores se realizaram exactamente, e quem ler essas paginas do propheta, vae perguntando si é uma predicção ou a relação dos factos occorridos.

3.º *O estabelecimento de um imperio eterno fundado por Nosso Senhor Jesus Christo.* — Um dos caracteres do Messias futuro, sobre os quaes os prophetas mais insistiram, é a influencia que havia de exercer sobre a nação de Israel. Attribuem-lhe o papel de fundador de um grande imperio que se levantará sobre ruinas e abrangerá o universo inteiro (*Isaias,* cap. II e LX; *David,* Ps. XXI e LXXI, etc.). Esta grande revolução deve ter por resultado a ruina e a dispersão do povo judaico, a conversão dos Gentios e a sua entrada no reino do Christo (*Ib.* e *Daniel,* IX.) Ora, a historia nos mostra que, por suas humilhações, seus soffrimentos e sua morte, Jesus Christo entrou realmente na sua gloria; a fundação do novo imperio coincide com a paixão de Jesus; a dispersão dos Judeus seguiu de perto o supplício infligido ao Salvador, e, desde o dia do Pentecostes, os Gentios entraram em grande número no reino espiritual da Igreja.

Sobre o conjuncto das prophecias, faremos a seguinte reflexão de Pascal: «Ainda que um só homem, diz elle, tivesse feito um livro de predicções a respeito de Jesus Christo, quanto ao tempo e ao modo, e que Jesus Christo tivesse vindo consoante essas prophecias, já seria uma força infinita; mas aqui temos infinitamente mais. E' uma serie de homens durante quatro mil annos que, constantemente e sem variações, vêm, um depois do outro, predizer o mesmo acontecimento. E' um povo inteiro que o annuncia durante quatro mil annos... E' isto, sem contestação, muito mais consideravel.» (*Pensamentos*).

E' preciso pois concluir que Jesus Christo, realizando na sua pessôa tão grande numero de prophecias diversas,

é verdadeiramente o Messias promettido. Pretender que tantas predicções não deveram o seu cumprimento em sua pessôa, sinão ao acaso, seria absurdo e ridiculo; dizer, emfim, que mesmo os Judeus não reconheceram em Jesus Christo o Messias promettido, é olvidar ao mesmo tempo o grande numero dos que foram convencidos e convertidos, e o oraculo prophetico que annunciava, de antemão, o endurecimento desse povo culpado.

104. — II. A incredulidade do século XIX applicou-se especialmente a discutir o *valor histórico* dos testemunhos que nos dão a conhecer a vida e as obras de Jesus Christo. Acreditar-se-ia em tal atrevimento? Chegou ao extremo de pôr em dúvida a propria existência de Nosso Senhor. Neste ponto de vista, temos que dar a conhecer e refutar brevemente tres systemas igualmente falsos.

1.º *Systemas de Dupuis e de Strauss.* — Numa obra intitulada: *Da origem dos cultos,* Dupuis (que nasceu no departamento do Oise em 1742, e morreu membro do Instituto em 1809), tentou infirmar toda a realidade histórica de Jesus Christo, pretendendo que esse personagem não passava de uma *fabula,* de uma pura allegoria. Partindo deste principio que todos os cultos, sem excepção, tinham a sua origem no culto do sol, allegava que Jesus Christo não era outra cousa sinão o sol; que os doze apostolos eram a personificação dos doze signos do Zodiaco; os quatro evangelistas representavam as quatro estações, etc... O systema de Dupuis exigia uma credulidade demasiado grande no homem. Em 1815, uma chistosa brochura tendo por titulo: *Prova de que Napoleão nunca existiu,* adoptava toda a theoria de Dupuis, e applicando-a a este autor que acompanhára o primeiro consul em qualidade de membro do Instituto do Egypto, provava-lhe, pelos mesmos principios, que Napoleão não era sinão uma fabula; elle

tambem, representava o sol de que usava o nome grego; seus quatro irmãos symbolizavam as quatro estações; seus doze marechais, os dozes mezes; sua mãe Lætitia, era a aurora; surgira do lado do Oriente, na sua maravilhosa campanha do Egypto; em seguida, por um momento encoberto nos nevoeiros da Russia, acabava de se submergir nos ondas do Occidente... Depois, o autor da brochura insinuava o que o próprio Dupuis poderia muito bem não ser mais do que um *mytho.* O riso e o esquecimento, eis, na realidade, tudo o que merece um systema desmentido por todos os factos da historia.

Um Allemão, por nome *Strauss*, publicou, em 1835, um livro a que deu por titulo *Vida de Jesus;* sem ir tão longe como Dupuis, pretendeu revestir a mesma theoria de certa forma scientifica. Segundo elle, a vida do Christo não seria uma fabula, mas um *mytho,* isto é, alguma cousa meio verdadeira e meio falsa: Jesus seria um personagem de uma existencia vaporosa e longinqua, como Hercules ou Orpheu; o Evangelho seria um tecido de lendas originadas da superstição popular, e, em resumo, Jesus Christo seria, não um indivíduo, mas uma *Idéia.* O Christo é a *humanidade;* a sua pretensa divindade, é a nossa divindade ou, em outros termos, a idéa anticipada da união de Deus e do homem em nós, tal qual a philosophia a promette á nossa orgulhosa razão.

Será preciso repetir que a historia universal se levanta contra essa theoria e attesta a realidade da existência de Jesus Christo? Quarenta seculos o preparam; dezoito seculos prestam testemunho á sua vinda. Com effeito, porque ha christãos? Onde está a origem do Christianismo? Como desappareceu o paganismo? Quem reformou os costumes e creou povos novos?... Tudo isso é um mysterio inexplicavel si Jesus Christo não fôr uma realidade. Aliás, já demonstramos que não somente os Evangelhos, livros absolutamente historicos, provam a

existencia de Jesus Christo, mas os testemunhos profanos attestam-na com superabundancia. Tácito (*Annaes*, liv. XV), Suetonio (*Vida de Claudio*, cap. xxv), Plinio o Moço (*Carta a Trajano*), Flávio Josepho, historiador judaico, nascido só tres annos depois de Nosso Senhor, nas suas *Antiguidades judaicas*, o *Talmud*, livro das tradições da lei judaica, etc., contam a vida e as obras de Jesus Christo (1).

2.º *Systema interpretativo de Renan.* — Depois da *fabula* de Dupuis e do mytho de Strauss, um escriptor francez, Renan, nascido em 1823, num livro publicado em 1863, sob este titulo: *Vida de Jesus*, não quiz mais negar nem explicar a história de Nosso Senhor, mas sim, transformar o Evangelho em um *romance*. Esta historia torna-se um drama em tres partes que se poderiam chamar, diz Foisset, a *pastoral*, a *charlataneria*, a *tragedia*. A primeira parte da vida do Christo passa-se no campo, em viagens onde conquista a popularidade pelo prestigio da palavra e por obras extranhas. Na segunda, apparece com tendencias ambiciosas, ajunta discipulos enthusiastas; torna-se reformador e até revolucionario; attribue-se o poder dos milagres e consegue disso convencer as turbas; afinal, não tendo mais consciência dos seus actos, deixa-se entontecer por seus successos. Então, começa a terceira phase, tragica: provoca uma grande opposição; desesperado, deixa que seus discipulos lhe imponham um papel em que nem sonhára, o de thaumaturgo. A morte chega a tempo para lhe acabar a carreira; é uma morte tal qual a desejava; será legal, porém tragica, e o enthusiasmo dos seus discipulos o resuscitará para sempre. Tal é o Christo de Renan; da sua lenda, o tempo fez o Evangelho.

(1) Consultar o sábio trabalho do padre Gainet: *La Biblie sans la Bible*. O autor consagra todo o tomo IV a reconstituir a vida de Nosso Senhor com o auxílio de citações de autores profanos.

Contra este systema de Renan, protestam o bom senso e a verdade. As provas testemunhaes que estabelecem a verdade historica dos factos evangelicos, são peremptorias: já as temos resumido. Não nos disse Renan que considera os nossos quatro Evangelhos como authenticos? Não censurou Strauss por ter demais abandonado o terreno historico? Vae á vista disso restabelecer a verdade dos factos? Seria lógico e razoável. Mas, não querendo o Christo dos catholicos, escreve a *Vida de Jesus* segundo as suas vistas e a sua phantasia.

Quando trata de *factos simplesmente historicos,* distingue entre os factos certos e as lendas, e, conforme o seu capricho, tenta destruir as affirmações mais brilhantes dos evangelistas, por meio destas formulas: «Parece; — dir-se-ia; — provavelmente; — é crença; — talvez; — suspeito; — quem sabe (1)?» Comtudo, suscitar duvidas sem base nem prova não é refutar a historia verdadeira. A mais authentica das narrativas poderá achar contradictores que lançarão, por toda a parte, com o mesmo direito, pontos de interrogação. Ora, é nisto que consiste todo o systema de Renan. Além disso, imagina facilmente pormenores ignorados de todos. Pelo menos vae bebel-os a bôa fonte? Tem muito cuidado em não dizel-o; entrincheira-se atraz da sua qualidade de *orientalista,* é quanto lhe basta. Ás vezes, é verdade, manda consultar os textos do Evangelho, e, no lugar indicado, o leitor fica grandemente surprehendido ao achar exactamente o contrario do que affirma o escriptor.

Quando trata de *factos milagrosos,* contados pelos evangelistas, então Renan fica em opposição com seu principio: para elle os Evangelhos não são mais documentos historicos, e as interpretações surgem como

(1) Consultar uma interessante refutação de Renan. *Vida de um chamado Jesus*, por João Loiseau. Nella acham-se 95 formulas de duvida no mesmo capitulo, e curiosos espécimens das contradicções do auctor da *Vida de Jesus*.

por encanto. Mas acharemos de novo este autor e a sua theoria na questão dos *milagres evangélicos* (pag. 192 e 200).

3.º *Interpretação dos racionalistas modernos.* — Certos espíritos dêste século, muito sérios para abraçar as theorias de Dupuis e Strauss, e muito respeitosos da verdade histórica e da pessôa augusta de Jesus Christo para ultrajal-o como fez Renan, representam Nosso Senhor como um reformador e um philosopho: o seu Evangelho é para elles a carta de uma sociedade nova, baseada sobre a fraternidade. Todavia, para esses *racionalistas moderados,* Jesus Christo não passa de um homem eminente, e a sua obra não excede os limites do poder humano. E' um legislador como Sócrates e Platão. Quantos contemporaneos nossos partilham esta apreciação! Experimentam para com Jesus Christo um verdadeiro sentimento de admiração, mas sem reconhecer nelle o Messias e ainda menos um Deus.

Comtudo, depois de tudo quanto dissemos, é preciso chegar a esta conclusão: «Sim, Jesus Christo foi o Messias promettido ao mundo, um verdadeirao Enviado de Deus; não é um homem ordinario, mas é Deus em pessôa.» Esta divindade *de Nosso Senhor* brilha a cada pagina dos Evangelhos.

a) São João inicia a sua narrativa evangélica por estas palavras: «No principio era o Verbo e o Verbo era Deus... Por elle, tudo foi feito, e do que foi feito, nada foi feito sem elle... O Verbo se fez carne e habitou entre nós, etc.» (*São João,* cap. I.).

b) Em grande número de circumstâncias, Jesus Christo se declarou Filho de Deus, em tudo semelhante a seu Pae; elle o diz a seus discipulos na intimidade (*São João,* III, 16; XIV e XVII; *são Matheus,* XVI, 16); aos Judeus no templo, a Pilatos na solennidade de um inter-

rogatorio juridico. Por uma conclusão logica, quando fala, eleva-se acima dos patriarchas, de Moysés, dos prophetas, de David: declara-se senhor do Sabbado, tão poderoso como seu Pae (*São Matheus,* XII, 8; *são João,* V, 17-26). Attribue-se a mesma natureza que a de Deus seu Pae, exige a mesma fé, as mesmas honras. (*são Lucas,* XIV, 26; *são Matheus,* X, 37.). Os Judeus tomam estas declarações ao pé da letra e as empregam para accusal-o e exigir sua morte. (*São João,* X, 35.).

c) A' autoridade da sua palavra, Jesus Christo juntou a autoridade ainda maior das suas obras. Provou a sua divindade por grande numero de milagres, realizados em abono da verdade das suas affirmações: «Si não acreditais nas minhas palavras, diz elle, acreditai nas minhas obras.» (*São João,* X, 38.) Emfim, Deus mesmo toma cuidado em proclamar Jesus como seu Filho, no momento do baptismo no rio Jordão e na Transfiguração sobre o Thabor. Deste modo, toda a vida de Nosso Senhor, desde o seu nascimento em Belém até a sua morte sobre o Calvario, attesta nelle a divindade.

E' preciso, pois, ou negar totalmente a veracidade dos nossos Evangelhos e acreditar numa velhacaria total da parte de Jesus Christo, dos apostolos e de todos os seus contemporaneos, ou admittir que Nosso Senhor era Enviado de Deus e verdadeiro Deus como seu Pae. Perante o espectaculo das obras de Nosso Senhor, J. J. Rousseau concluia: «Si a vida e a morte de Sócrates são de um sábio, a vida e a morte de Jesus Christo são de um Deus.» Era tambem a conclusão que tirava Napoleão I, nas suas conversas em Santa Helena, sobre a vida deste personagem sem igual na historia: «Sei julgar e avaliar os homens, dizia elle, e affirmo-vos que Jesus Christo era Deus.»

CAPITULO III

DIVINDADE DA MISSÃO DE JESUS CHRISTO PROVADA POF SUAS PROPHECIAS

Jesus Christo foi tambem propheta: 1.º quanto á sua propria pessôa; 2.º no que diz respeito a seus discipulos e á sua Igreja; 3.º em relação ao povo judaico. — Todas estas prophecias se realizaram exactamente.

105. — Jesus Christo demonstrou a divindade de sua missão cumprindo em sua pessôa todas as prophecias que eram relativas ao Messias annunciado. «Mas, convinha que Deus não se limitasse a isso e que o Messias predito pelos videntes não lhes fosse inferior na ordem prophética. A sua dignidade, assim como o lugar que devia occupar no centro da historia, exigia que, resumindo em si os tempos que o tinham precedido, abraçasse numa larga visão os tempos que o haviam de seguir.» (*P. Monsabré.*)

Com effeito, Jesus Christo foi também propheta, não á maneira dos prophetas da antiga lei que recebiam as suas luzes de Deus e confirmavam a alliança por promessas, mas como quem preside, em nome de Deus, a todos os acontecimentos e os dirige: e é nisto que foi «propheta maior do que Moysés.» Ora, as suas prophecias exactamente realizadas constituem um eloquente testemunho a favor da sua missão divina.

Entre as predicções de Nosso Senhor, umas se referem *á sua propria pessôa;* outras, *aos seus discipulos,* e *ao estabelecimento da Igreja,* outras ainda são relativas ao *povo judaico;* e, afinal, algumas dizem respeito ás circumstancias que precederão o *fim do mundo.* Quanto ás ultimas, não podemos sinão verificar a sua existencia; mas o cumprimento das primeiras nos é uma garantia da realização futura das outras.

1.º *Relativamente á sua pessôa,* Jesus Christo annunciou os detalhes precisos da sua paixão, da sua morte e

da sua resurreição: «Eis que subimos até Jerusalém, e tudo quanto foi escripto pelos prophetas a respeito do Filho do homem será cumprido, porque será entregue aos Gentios, tratado com derisão, flagellado, coberto de escarros, e, depois de o terem flagellado, o farão morrer, mas resuscitará no terceiro dia.» (*São Matheus*, XX, 18; *são Marcos*, X, 33; *são Lucas*, XVIII, 31.) Ora, a historia nos ensina que todas essas predicções se realizaram exactamente. Que importa a duração do tempo entre o annuncio dos acontecimentos e a sua realização? Esses factos estavam muito fóra do alcance de todas as previsões humanas: percebe-se que quem fala é o Senhor. Sabe furtar-se ás perseguições de seus inimigos quando a sua hora ainda não chegou; mas entrega-se a elles quando veiu «a hora do poder das trevas.» Saberá, do mesmo modo, zombar de todos os calculos e de todas as precauções quando fôr o momento de recuperar a vida.

2.º *Relativamente a seus discipulos*, Jesus Christo predisse a triplice apostasia de Pedro, a trahição de Judas, a dispersão dos outros apostolos (*São Matheus*, XXVI); a descida do Espirito Santo, o dom dos milagres, os prodigios que acompanhariam a pregação do Evangelho. (*São Marcos*, XVI, *Actos dos apostolos*, cap. I.) Além disso, annunciára que a perseguição movida contra o Mestre se extenderia aos discipulos, mas que a verdade triumpharia de todos os obstaculos. (*São Matheus*, X; *são Lucas*, XXI.) Ora, tudo aconteceu: depois de ter renunciado ou abandonado a Jesus Christo, os apostolos, investidos da força do Espirito Santo, tornaram-se os pregadores de sua doutrina; foram perseguidos por causa delle, mas todos sacrificaram a vida para confirmar os ensinos de Jesus.

Quanto á sua Igreja, Nosso Senhor a mostrou como pequena, no seu princípio, como um grão de mostarda, que chega a ser uma grande arvore, depois; era «o

pequeno rebanho,» porém, queria que augmentasse de dia para dia, a ponto que todos os povos não formassem mais que um só rebanho, sob a direcção de um só e mesmo pastor. (*São Matheus,* XIII; *são João,* X.)

3.º *No que diz respeito ao povo judaico,* Jesus Christo fez uma predicção tão clara e tão precisa que o seu cumprimento por si só chegaria a firmar o seu caracter divinamente prophetico: «Jerusalém, virão dias para ti em que teus inimigos te cercarão de trincheiras e te envolverão por todos os lados... De ti não deixarão pedra sobre pedra.» (*São Lucas,* XIX.) Outro dia, falando das immensas construcções do templo, prediz a sua completa destruição, e declara que «não passará esta geração sem que a desgraça se realize.» (*São Matheus,* XXIV.) Emfim, a dispersão de toda a nação judaica é annunciada após uma série de guerras, de pestes, fomes e ruinas. (*Ibid., são Lucas,* XXI, XXIII.) Ora, a historia profana conta que, no anno de 70 da era christã, os exércitos de Vespasiano e de Tito cercaram Jerusalém. Os historiadores Josepho e Tacito relatam as circumstancias dessa horrivel guerra: durante um cerco de sete mezes 1.100.000 Judeus pereceram nas sedições, pelos combates e pela fome; 100.000 foram levados captivos. A cidade e o templo desappareceram sob as ruinas, e, desde essa época, a nação dispersa nunca poude reconstituir um povo. Juliano o Apostata tentou reerguer o templo: «os esforços reunidos do poder e do enthusiasmo ficaram infructuosos, e o lugar do templo judaico, occupado hoje por uma mesquita muçulmana, apresenta sempre o edificante espectaculo da ruina e da desolação.» (*Gibbon.*)

Jesus Christo, portanto, fez prophecias authenticas, conhecidas de antemão, recolhidas pelo mesmo povo judaico e perfeitamente realizadas. Os antigos Israelitas puderam não reconhecer, na pessôa do Salvador, o propheta annunciado por Moysés; mas, para nós, teste-

munhas da confirmação dada á sua palavra pela historia, encontramos aqui duas forças em proveito da mesma verdade: verificou os oraculos antigos e os seus proprios oraculos se cumpriram; a sua doutrina leva, pois, comsigo este primeiro caracter divino: *a prophecia verificada.*

CAPITULO IV

DIVINDADE DA MISSÃO DE JESUS CHRISTO PROVADA POR SEUS MILAGRES

I. Circumstancias em que Jesus Christo effectuou os seus milagres. — II. Caracter distinctivo desses milagres. — III. Estado actual da *Critica* a respeito dos milagres evangélicos: 1.° Refutação do systema *naturalista* e *mythico*; 2.° Refutação do systema phantasista de *Renan*.

106. — Jesus Christo provou a sua missão divina não só por prophecias, mas ainda por *milagres*. Seria demais longo enumeral-os e discutil-os cada um por sua vez; aquí, devemos limitar-nos a fazer algumas considerações geraes, donde resultará um argumento de força consideravel e, ao mesmo tempo, irresistivel, no tocante aos milagres evangelicos. Examinemos pois: 1.° em que circumstancias Jesus Christo effectuou os seus milagres; 2.° qual é o caracter proprio e distinctivo delles; e 3.°, notando o resultado actual da *critica* relativamente aos milagres de Nosso Senhor, responderemos ás diversas theorias racionalistas que estão em presença.

107. — I. *Circumstâncias dos milagres de Jesus Christo.* — Em que condições effectuou Nosso Senhor os seus numerosos prodígios? Era no meio de um povo em nada inferior ás nações mais civilizadas: em philosophia, história, legislação, poesia, artes, tanto como pelo poder das armas, sustentava a comparação com os

povos de Athenas e de Roma. Por conseguinte, a Judéia não era um paiz de ignorância; era, aliás, a terra dos milagres e a lembrança dos prodígios effectuados por Moysés devia tornar os Judeus perspicazes no exame dos factos maravilhosos.

No tempo em que appareceu o Salvador, esperava-se pelo advento de um Messias guerreiro e conquistador. Ora, Jesus Christo estava directamente em opposição a essa expectativa: revelou-se sob o aspecto da humildade, da mansidão e da paz. Além disso, tinha contra si as seitas em que se dividia a nação sob o nome de *Phariseus, Saduceus, Essenios,* que exploravam o povo em proveito da sua ambição. Portanto, Nosso Senhor achava contra a sua missão preconceitos dominantes, e, em particular, um zelo excessivo pela lei de Moysés, opposto a qualquer tentativa de alteração. Ora, começa justamente a se pôr em opposição com todos esses preconceitos; condemna o orgulho nacional dos Judeus, lança anathemas contra todas as seitas rivaes; condemna até as esperanças dos seus discipulos, e é debaixo desta fiscalização maligna e furiosa, que emprehende o seu papel de thaumaturgo, em frente da sciencia, dos preconceios e de todas as paixões excitadas.

Vae realizar os seus portentos no segredo? Sem duvida, a modestia nas suas acções mais brilhantes o levava por vezes a concitar as testemunhas a calarem o que tinham visto; porém, o interêsse da sua causa exigia a miudo que os seus milagres fossem publicos: assim os effectuava perante os seus apostolos e na presença das turbas, de vez em quando, sob as vistas de tres e quatro mil pessôas, na frente de seus inimigos, que, não os podendo negar, se limitavam a lançal-os na conta do demonio, como si Satanaz pudesse combater contra si proprio.

108. — II. *Caracter distinctivo dos milagres de Jesus Christo.* — Os antigos thaumaturgos tinham

effectuado os seus prodígios com um poder que não lhes era próprio, em nome de Deus mesmo. Assim fizeram Elias, Moysés e os prophetas. Jesus Christo, pelo contrario, os realiza em seu nome pessoal, e por um poder que lhe é proprio. Como Deus seu Pae, manda á natureza, restitue a vista aos que são privados da luz, abre o ouvido aos surdos, cura os paralyticos, impõe a sua vontade aos ventos e ás tempestades, e dá ordens á morte. Opera sobre as almas e lhes restitue a innocencia e a santidade como dá aos corpos saúde e vida. Também o céu testemunha que é o Filho bem-amado do Pae, e os mesmos demonios confessam que é o Santo, o Filho de Deus. Em tudo isso, Jesus Christo demonstra a divindade da sua pessôa e a divindade da sua missão. Quando são João lhe manda perguntar si é o Messias, responde: «Ide, dizei a vosso mestre o que vistes: os cegos enxergam, os coxos andam, os surdos ouvem, os leprosos são curados, os mortos resuscitam.» (*São Matheus*, XI, 5, 6). Os Judeus, por sua vez, o solicitam para que diga abertamente si é o Christo e elle lhes responde: «As minhas obras prestam testemunho por mim.» (*São João*, X, 25). No tumulo de Lazaro, dá graças a seu Pae por ser delle attendido, «de modo que o povo acredite na sua missão.» (*Ib.*, XI, 42). Já se vê, os milagres evangelicos têm este caracter distinctivo: são feitos para attestar a missão divina do seu autor e para dar credito, por conseguinte, á sua doutrina e á sua Religião; mas Jesus Christo os effectua por sua propria autoridade, e nisso prova que não é somente o enviado de Deus, mas verdadeiro Deus como seu Pae, e exercendo o mesmo poder.

109. — III. *Estado actual da crítica, a respeito dos milagres evangélicos.* — Emquanto a *crítica histórica*, com o auxilio da sciencia e das descobertas modernas, consegue mostrar cada vez mais a perfeita authenticidade dos nossos Evangelhos e, por conseguinte, a exactidão dos

factos por elles contados, tanto dos factos extraordinarios e milagrosos como dos outros, a *critica racionalista* se mostra cada vez mais exigente e rebelde a respeito do sobrenatural. Portanto, não nos admiremos de achar em opposição aos milagres evangelicos: 1.° o systema *naturalista* que já conhecemos; 2.° o systema *mythico* que quereria attribuir ás narrativas mais recentes do Evangelho o caracter lendario por elle já attribuido aos milagres de Moysés. 3.° Afinal, *Renan* tentou introduzir todo um systema de interpretação de que importa mostrar a fraqueza.

1.° *Systema naturalista.* — Os pretensos factos extraordinarios e milagrosos do Evangelho, dizem os partidários dêste systema, devem ser attribuidos aos oráculos dos prophetas. Os Judeus tinham forjado uma idéa maravilhosa do Messias por quem esperavam. Compuzeram a sua historia com a sua imaginação, transformando as esperanças em realidade. Por outro lado, esta imaginação excitada enxergou milagres nas cousas mais naturaes. Assim a estrella dos Magos não era mais que um cometa; a transfiguração, um effeito de sol nascente; a marcha de Jesus sobre as ondas, uma illusão de optica; a multiplicação dos pães, um jantar de caridade; as curas, processos habeis desconhecidos da multidão; a resurreição dos mortos, o fim de um somno lethargico ou da catalepsia; até a resurreição de Jesus Christo era o reapparecimento do suppliciado que não era morto.

Mas é preciso ter demasiada simplicidade para acreditar que um povo inteiro, instruido e intelligente, como o eram os Judeus, tenha julgado vêr milagres onde não houvesse sinão factos de ordem natural. E que seria da honestidade daquelles escriptores sagrados de que mostramos o nobre caracter e a perfeita veracidade, si tivessem edificado sobre factos communs toda a serie dos milagres que narramos. Pois bem, contra a interpretação

naturalista invocamos, mais uma vez o bom senso de dezoito seculos e a sinceridade universal. Os incredulos contemporâneos do Salvador e os inimigos da sua doutrina puderam attribuir os seus prodigios ao demonio, porém, não se atreveram a negar o seu caracter milagroso. Nem o *Talmud*, compilação das tradições judaicas; nem Josépho, historiador da Judéia; nem os philósophos pagãos, Celso, Porphyrio, Hierocles, Juliano o Apóstata, se lembraram de recorrer a semelhante explicação que instinctivamente havia de acudir ao espirito desses letrados, a serem os factos de ordem natural. Os indifferentes, Quadrato, Chalcidio, Phlegonte, Thallo, Tiberio, Lampridio, os relatam como verdadeiros milagres; os primeiros christãos e philosophos taes como Justino, Aristides, Tertuliano, santo Agostinho, estudaram esses factos e os julgaram sobrenaturaes; os apostolos e martyres morreram para confirmar a sua veracidade. Neste caso, ou todos eram loucos, ou todos estavam convencidos que Jesus Christo realizára prodígios divinos, porque, na verdade, empenhamos nossa palavra por uma verdade natural, mas ninguem derrama o sangue sinão por uma verdade divina.

Accrescentemos, para honra da natureza humana, que o modo de interpretação naturalista foi julgado e posto de lado como muito simplorio e ridiculo.

2.º *Systema mythico.* — Já mostramos quão falso era este systema applicado aos factos antigos da historia judaica. Ora, si todas as razões de analogia, si todas as difficuldades invocadas pelos partidarios do *mytho* a favor do seu systema estão totalmente desprovidas de valor em relação aos factos extraordinarios da antiguidade judaica, a inanidade do systema apparece ainda mais evidente no que diz respeito aos milagres evangelicos.

Os «longos seculos» que o proprio Strauss julga necessarios para a formação da lenda mythica, faltam

completamente no caso presente: com effeito, os Evangelhos, assim como ficou provado, seguiram de pouquissimos annos a morte de Jesus Christo. Na realidade, será em dez ou vinte annos que se pódem formar tradições fabulosas ou mythicas? Além disso, considerando os Evangelhos e comparando-os com as mythologias pagãs, verifica-se facilmente que, de parte a parte, não ha semelhança alguma. Seriamente, haverá alguem capaz de assimilar Jesus Christo a Hércules e a Vischnú? Nas narrativas evangelicas, haverá sombra de analogia com os factos cantados por Homero, dois seculos depois da guerra de Troia? Os tempos fabulosos da Grécia acabam mil annos antes de Jesus Christo, e os tempos históricos começaram 600 annos antes da era christã. Os Evangelhos foram escriptos em uma época de luz e civilização, em que se póde dizer que a história estava definitivamente estabelecida. Hoje, ninguem cogita seriamente em contestar os factos evangelicos e o mesmo Strauss admitte-lhes a certeza e authenticidade em tudo quanto se refere aos *factos naturaes* da vida de Jesus Christo. Por que motivo as suas razões deixariam de ser demonstrativas quando se trata de *factos sobrenaturaes?* A época é identica, os escriptores são os mesmos, as suas narrações se baseiam nos mesmos documentos. Neste caso, porque fazer intervir distincções subtis? E quem ha de dizer, no Evangelho, onde acaba o mytho, e onde começa a historia propriamente dita?

Accrescentemos, afinal, que os Judeus não eram de indole tão credula e de espirito tão condescendente como alguns os suppõem. Não, certamente, não viram milagres onde havia só fábulas e lendas! Eram bastante escrupulosos e disse temos a prova no inquerito feito por elles a respeito da cura do cego de nascença. (*S. João,* IX.).

3.º *Systema de Renan.* — Em outro lugar, já demos a conhecer a theoria racionalista e pretenciosa deste autor

a respeito do milagre em geral (n.º 83). Mas quando chega á questão de facto, e particularmente quando trata dos milagres evangelicos, Renan emitte um novo systema de critica historica. «A enumeração dos milagres evangelicos, diz elle, é muito molesta, e não é possivel á critica discernir os que foram attribuidos a Jesus pela opinião publica, dos em que elle consentiu a desempenhar um papel activo (1).» Esta phrase de Renan insinua duas hypótheses: ou a opinião pública attribue a Jesus Christo milagres que elle não fez, mas em que deixa os outros acreditarem, ou então nelles tem parte activa, isto é, engana scientemente a opinião.

A *primeira hypothese* é insolente. Deste modo, segundo essa insinuação, Jesus Christo não enganaria positivamente o povo; mais «deixa-o acreditar» por causa de apparencias de milagres, que effectua verdadeiros prodigios. «Impuzeram-lhe a fama de *thaumaturgo*, e a isso não oppoz muita resistencia.» Neste caso, Jesus Christo não é um velhaco, mas um *charlatão*. «Ora, disse o padre Lacordaire, ferreteando esta perfida insinuação, é mais vergonhoso ser charlatão do que velhaco.» Com effeito, este ultimo papel desapparece diante do charlatão que abusa da credulidade para alcançar um fim immoral; e a humanidade inteira protesta contra semelhante papel attribuido ao Reformador do mundo, ao modelo de toda a santidade. Renan o percebe tão claramente que accrescenta logo, embora com timidez: «Jesus Christo estava de bôa fé: não queria enganar, mas enganou-se a si mesmo, e julgou fazer milagres que elle, na realidade, não fazia.» Neste caso, é infligir ao sabio por excellencia o labéu da loucura e da estupidez. E poderiamos, então, perguntar ao novo historiador como é que o mundo acreditou «na sabedoria de Jesus» e que o mesmo teve

(1) *Vie de Jésus*, p. 259.

a seus pés «durante tantos seculos milhões de adoradores»?

Aliás, é impossível admittir que Jesus Christo estivesse de bôa fé nos milagres em que consentia desempenhar um *papel activo.* Ora, nesta *segunda hypothese,* Jesus Christo seria manifestamente um hypocrita, um velhaco e um impostor. Comtudo, é a este Jesus que Renan disse no fim do seu livro: «Agora, descansa na tua gloria, nobre iniciador. Tua obra está completa... Mil vezes mais vivo, mil vezes mais amado desde a tua morte que durante os dias da tua peregrinação terrestre, has de ser a tal ponto a pedra angular da humanidade que arrancar o teu nome dêste mundo seria abalar a terra até os seus fundamentos. Entre ti e Deus não haverá mais distincção. Egrégio vencedor da morte, toma posse do teu reino em que milhões de adoradores te seguirão pela estrada real por ti traçada (1).» Será possivel associar esse elogio ao insulto que precede, e adorar um Deus enganador e tratante? Reconheçamos que Jesus Christo fez verdadeiros milagres e merece essas homenagens, ou que enganou descaradamente e, neste caso, não se devia louvar de tal maneira. Assim, nessas tergiversações de Renan, mais uma vez fica provado que a iniquidade mente a si mesma!

Terceira hypothese sahiu das elucubrações mais ou menos doutas e razoaveis de Renan. Trata-se principalmente das curas extraordinarias effectuadas por Nosso Senhor: «Na falta de sciencia medica, diz elle, a presença de um homem superior, tratando o doente com brandura e dando-lhe, por alguns signaes sensiveis, a certeza do seu restabelecimento, é muitas vezes um remedio decisivo... Quem se atreveria a dizer que, em muitos casos, o contacto de uma pessôa muito bondosa não vale os

(1) *Vie de Jésus,* p. 426.

recursos da pharmacia. Dá o que póde, um sorriso, uma esperança, e isso não é vão (1).»

Vê-se facilmente que esta phrase encobre uma comparação que outros fizeram, depois de Renan, dos milagres evangelicos com os prodigios alcançados pelo *magnetismo*. Deste modo, as curas effectuadas por Nosso Senhor, as dos possessos do demonio como as dos cegos, surdos, mudos e paralyticos, e talvez até a resurreição dos mortos, seriam o resultado de uma palavra bôa e amavel. Feliz sciencia! porque não foi descoberta mais cedo e porque não se lança mão della, em nossos hospitaes, a favor de tantos doentes? Talvez Jesus Christo, por intuição, avantajando-se ao seu seculo, já conhecesse as descobertas destes ultimos seculos e, para elle, o magnetismo não tivesse segredos, de maneira que os seus portentos maravilhosos não passariam de *operações magneticas*... Examinemos, por um instante, esta ultima hypothese.

Haveria, pois, certas forças naturaes desconhecidas, resultantes de um fluido *magnetico*, fluido universal espalhado em todos os corpos, o qual fluido, submettido a diversas influencias, produziria effeitos surprehendentes. Este fluido, nas mãos do homem, tornar-se-ia um instrumento de prodigios, quer pelo uso de objectos materiaes, e, em particular, do organismo humano, quer pelo uso de um poder occulto, o poder dos *espiritos*, por intermedio de um *medium* que a isso se preste com mais facilidade. Em summa, o *magnetismo* e o *espiritismo*, que têm muitos pontos communs, eis as duas sciencias novas que realizam e explicam os milagres!

Para derrubar essa theoria, basta enunciar e comparar as condições em que operam o *magnetizador* e o *thaumaturgo*. Segundo os dados actuaes da sciencia occulta, duas cousas são necessarias para que o magne-

(1) *Vie de Jésus*, p. 250.

tismo possa produzir os seus prodigios: o operador, que não é qualquer pessôa, mas deve ser predisposto a seu papel por sua constituição e por certo regimen hygienico; e o paciente, que ha de ser «um sujeito lucido,» geralmente um joven ou uma mulher de constituição fraca, de nervos delicados e sensíveis. Com tudo isso, são ainda requeridas varias condições de tempo, de lugar e assistencia. Depois é preciso recorrer a certos meios: de ordinario, são passes; desta maneira se alcança um somno facticio, uma operação interrupta, difficil, contrariada. Emfim, os resultados obtidos pelo magnetismo são certas revelações mais ou menos verdadeiras, o conhecimento das doenças e dos seus remédios, mas não a cura instantanea; finalmente, intervenções que, a serem verdadeiras, não passam de manifestações diabolicas.

Ora, será assim que aconteceu com os milagres evangelicos? Evidentemente não. Aqui, o operador é Jesus Christo, cuja vida laboriosa e humilde não póde ser considerada como uma preparação ao papel de magnetizador: com elle, qualquer indivíduo torna-se apto a receber a sua divina influencia. Effectua prodigios por toda a parte, em qualquer tempo, sem cautelas determinadas de lugares, circumstancias e testemunhas. Os seus meios são a prece e a palavra, não «a palavra insinuante e branda que anima e consola,» mas a palavra toda poderosa que manda ás ondas e ao mar; a palavra que diz: «Quero, sê curado!» E a cura é immediata. Sem contacto e a distancia, restitue a saúde ao servo do centurião, á filha da Chananéa, etc. Afinal, o resultado por elle alcançado, são povos que acreditam, abraçam a verdade em lugar do êrro, a virtude em vez do vício; peccadores que se convertem e são perdoados; almas que são salvas, e o mundo que se torna christão!

Que o magnetismo mande aos ventos e ás tempestades; que farte cinco mil pessôas com cinco pães; que

cure cegos de nascença com um pouco de pó; que, por uma palavra, restitua o movimento aos paralyticos; o ouvido e a palavra aos surdos e mudos; que, por sua influencia, resuscite mortos desde quatro dias, entregues á putrefacção do tumulo; então, mas só então, ser-lhe-á permittido falar das «forças occultas da natureza.» Até ahi, mediará sempre, entre as suas pretensas maravilhas e os milagres evangelicos, o abysmo que separa a fraqueza humana da omnipotencia divina, e Jesus Christo, a despeito de todos os racionalistas do mundo, continuará sempre a ser para nós o *thaumaturgo* incomparavel que confirma sua doutrina e sua missão por meio de milagres e de prodigios divinos.

CAPITULO V

A DIVINDADE DO CHRISTIANISMO PROVADA PELO MILAGRE DA RESURREIÇÃO DE JESUS CHRISTO

I. O facto da resurreição de Jesus Christo: a sua verificação historica. — II. Refutação das objecções: 1.º *objecções judaicas* resuscitadas pela incredulidade do seculo XVIII; 2.º *objecções racionalistas;* 3.º *theoria moderna de Renan.*

110. — I. Entre todos os prodígios que Jesus Christo deixou como penhores de sua missão divina, há um que merece particularmente deter os nossos olhares, e, por si só, bastaria para nos obrigar a reconhecer o enviado de Deus na pessôa de Nosso Senhor: é a *sua resurreição.* Jesus Christo annunciára esse milagre como devendo ser o signal caracteristico da divindade da sua missão e da sua pessôa. Póde-se dizer que a Religião tem como base este facto capital e são Paulo já escrevia com razão «Si o Christo não resuscitou, a nossa fé é vã.» (*Corinth.*, XV, 17) Mas si, pelo contrario, Nosso Senhor resuscitou verdadeiramente como o prometteu, a sua

Religião é certa. Importa, pois, assentar muito bem as provas deste grande milagre.

Em primeiro lugar, Jesus Christo morreu realmente sôbre a cruz: eis ahi um facto histórico que nunca foi contestado pelos Judeus e pelos pagãos, e não se vê, em parte alguma, que surgissem duvidas a este respeito. Aliás, lembrando-se de tudo quanto soffreu Jesus Christo: a flagellação, a coroação de espinhos, a crucifixão, conceber-se-á facilmente que a morte devia seguir-se em breve. Por outra parte, Poncio Pilatos, antes de abandonar aos discipulos o corpo do divino suppliciado, mandou verificar que a morte era real. Seus enviados ficaram tão completamente convencidos disso que não lhe quebraram os membros. Todavia, um soldado romano deu ao Salvador, na região cardiaca, uma lançada que era mais que sufficiente para matal-o. Em seguida, a quantidade de perfumes, — cerca de cem libras de aromas com que se lhe deu a sepultura, — e tres dias de reclusão num tumulo sem ar e sem comida, eram mais que sufficientes para occasionar a morte de um homem em estado de bôa saúde.

Ora, este Jesus Christo cuja morte foi tão real e tão cuidadosamente verificada, terá resuscitado realmente? Sim, pois que foi visto vivo, perfeitamente vivo, não só algumas horas, mas durante quarenta dias. Este facto não é menos historico do que o de sua morte, e as provas que o attestam são irrecusaveis e numerosas.

1.º Não é somente sobre uma única apparição mais ou menos real a uma mulher que descansa a fé da Igreja na resurreição. Não, é sobre um conjuncto de factos extraordinarios mas reaes. O Evangelho relata doze apparições de Nosso Senhor em circumstancias muito diversas: a santas mulheres que vinham para lhe completar a sepultura; a Maria Magdalena em particular; a são Pedro e a são Thiago; aos apostolos reunidos no

Cenaculo, Thomé estando ausente; aos dois discipulos de Emmaus; tudo isso no dia mesmo da resurreição; oito dias depois, mostra-se de novo aos apostolos reunidos, na presença, desta vez, de Thomé cuja incredulidade consegue vencer. Mais tarde, apparece aos discípulos nas margens do lago de Tiberiades; convoca sobre o Thabor para mais de quinhentos discipulos; afinal, no dia da Ascensão, ao meio dia, perante um numero consideravel de testemunhas, sahe de Jerusalém, sóbe ao monte das Oliveiras e, dahi, se eleva gloriosamente ao céu. Póde-se conceber que tanta gente ficou igualmente illudida, que todas essas testemunhas tenham acreditado vêr o que na realidade não viam, e chegassem a sacrificar a vida em defeza de uma hallucinação? Seria melhor dizer, então, que o mundo inteiro se achou de repente victima de uma illusão.

2.º Esses apostolos, esses discipulos, essas piedosas mulheres que a impiedade e o racionalismo nos representam como «credulos,» eram, de facto, descrentes, que não acceitaram a verdade senão depois de provas evidentes. Basta ler o Evangelho para se convencer que nem Pedro, nem João, nem Thomé, nem os discipulos de Emmaus, nem mesmo as santas mulheres estavam dispostos em acreditar na Resurreição, bem que Jesus Christo a tivesse annunciado por mais de uma vez. E' só com a evidencia que ficaram persuadidos e convertidos.

3.º Afinal, será sem valor o testemunho e a autoridade de todos aquelles que acreditaram, desde a origem, no milagre da Resurreição? São Pedro não receava dizer aos Judeus, no dia do Pentecostes, ao sahir do Cenáculo: «Esse Jesus de Nazareth, que vos pregamos, é o mesmo que matastes e resuscitou como o tendes presenciado.» (*Actos dos Apostolos,* II, 24.) Ora, em lugar de contradizer o apostolo, eis que 3000 Judeus, e mais 5000 no dia seguinte, se convertem e pedem o baptismo. Por

conseguinte, não se podia ser christão sem acreditar na Resurreição de Jesus Christo, e, comtudo, o Salvador resuscitado teve seus adoradores em Jerusalém, nesta capital em que era tão facil tomar informações, depois em Corintho, Athenas, Epheso, Antiochía, Alexandría, Roma, nesses centros de luz, em que, sem duvida, os philosophos e os sabios estudaram, examinaram, discutiram antes de se renderem á força da verdade; certamente, a convicção não lhes calou no peito sinão com provas irrefutaveis. Por acaso, depois de dois mil annos estamos mais ao alcance dos elementos de persuasão que tiveram por resultado a adhesão tão completa e tão sincera de pessôas tão illustres?

111. — II. Depois dos testemunhos positivos do milagre da Resurreição, será preciso determo-nos ainda na refutação, cem vezes feita, das fúteis *objecções* com que certos pretendem empanar o resplendor dêste facto culminante na história da humanidade?

1.º *Objecções judaicas.* — A incredulidade do seculo XVIII não achou cousa melhor que reeditar a invenção do pharisaismo e do sacerdócio judaicos: «Os discípulos de Jesus vieram tirar-lhe o corpo, e disseram que resuscitou.» O facto do desapparecimento do corpo de Jesus Christo é certo: os seus inimigos o verificaram tão bem que não lhes ficou outro recurso sinão dar uma explicação ao caso. Mas, escolheram uma supposição realmente absurda: «Os seus discípulos o tiraram e fizeram acreditar na sua resurreição.» Comtudo, havia guardas collocados juntos ao tumulo pelos principes dos sacerdotes, e tinham elles obrigação e poder de impedir qualquer trapaça. Esses guardas foram subornados com dinheiro? ou foram destroçados pelos apóstolos? Aproveitaram-se estes ultimos do somno dos guardas, como os Judeus tentaram affirma-lo?... Outras tantas hypotheses inadmissiveis e gratuitas.

Como, na realidade, suppôr que todos os guardas se deixaram corromper, com desprezo da disciplína e perigo para a vida, sem que nenhum delles fosse mais honesto ou denunciasse os culpados afim de merecer uma recompensa? Como é que os Judeus deixaram semelhante trahição sem inquerito e sem castigo?... Fala-se de corrupção pelo ouro: mas onde puderam os discipulos tão pobres, achar tanto dinheiro? Teriam usado de violencia? Mas como esses homens tão timidos, que se dispersaram quando seu Mestre foi preso, se teriam atrevido, sem armas, a enfrentar um corpo de soldados romanos? A ser praticada violencia, mesmo a ser ensaiada, os guardas teriam certamente denunciado o attentado dos apostolos, e não o fizeram. Sem duvida, desde esse momento, o odio dos Judeus se teria exercido contra os audaciosos discipulos: ora, por emquanto, deixam-nos muito socegados. Dir-se-á que os guardas dormiam? Mas si dormiam, observa santo Agostinho, como pódem affirmar que os discipulos vieram? Outrosim, porque não foi severamente castigada esta infracção á disciplina militar?

Não nos deteremos na supposição absurda de que os discipulos cavaram o rochedo e vieram por um subterraneo effectuar o seu piedoso roubo. Ora, esta! em algumas horas cavar o rochedo e sem despertar a attenção dos guardas! Ninguem teria achado e denunciado o artificio? Delle não ficaria indicio nenhum? A hypothese é realmente por demais pueril... Afinal, tirar um cadaver, não é resuscital-o; e ainda que fossem admittidas todas essas explicações, achamo-nos na presença deste facto sempre milagroso: o Christo depois de morto foi de novo visto cheio de vida.

2.º *Objecções racionalistas.* — A incredulidade contemporanea, abandonando o terreno de uma objecção antiquada e refutada pelo bom senso, tentou prejudicar

o facto da Resurreição pretextando «que os evangelistas que o referem, se contradizem e mentem.»

Admittimos que ha variantes de pormenores em suas narrativas. Ora, isto prova justamente que não foram inventores. Si quizessem ludibriar-nos, era tão facil entrarem em accordo! Antes de escreverem, nada mais simples do que reunirem-se e combinarem!

Ora, tal não se deu, precisamente porque os apóstolos escreviam segundo as suas lembranças e conforme a verdade. Aliás, as variantes de que certos se queixam, se referem só a detalhes e não ao facto da Resurreição: as relações se completam, porém, não se contradizem de modo algum.

Os mesmos incredulos accrescentam que, «resuscitando, Jesus Christo não devia mostrar-se apenas aos apostolos, mas de preferencia aos seus inimigos para convencel-os.» Não se diz que Nosso Senhor não appareceu a seus adversários. Na verdade, elles não mereciam muito semelhante favor. Comtudo, é de crer que elle teve a misericordiosa condescendência de tornar de algum modo a sua resurreição pública e notoria, e eis ahi provavelmente, o que determinou tantas conversões entre os Judeus presentes á pregação de são Pedro.

Mas, ainda mesmo que Jesus Christo recusasse aos seus perseguidores o testemunho de que não eram dignos, quem o poderia censurar? Deste modo, com taes exigencias e semelhante theoria de acreditar só no que se vê, cada um poderia exigir o privilégio de uma apparição particular e pessoal de Jesus resuscitado. Certamente, é muito exigir. Deus não recebe as ordens da sua creatura, e, com isso tudo, onde estaria o mérito da nossa fé?

3.º *Theoria moderna de Renan.* — Segundo este escriptor phantasista, a Resurreição de Jesus Christo não é real, mas simplesmente moral. As hallucinações de Maria Magdalena e a credulidade dos apostolos tiveram

como consequencia a crença no pretenso milagre de Christo resuscitado. Até onde não poderão chegar a imaginação de uma mulher e a simplicidade de pessôas credulas? «Hora solenne, exclama Renan, em que a paixão de uma hallucinada dá ao mundo um Deus resuscitado... O grito: «Resuscitou!» como um relampago se espalhou entre os discipulos. O amor lhe proporcionou por toda a parte uma crença facil (1).» E é tudo quanto o autor nos diz desse grande facto.

Como resposta, limitar-nos-emos a mandar Renan e os seus leitores consultar os textos do Evangelho cuja authenticidade o proprio Renan reconheceu. Depois de uma leitura imparcial e feita de bôa fé, perguntar-lhes-emos si ahi se trata de uma resurreição real ou simplesmente moral? Dir-lhes-emos: E' possível que escriptores serios e honestos procurem transviar assim a opinião? E' crivel que todos os Judeus convertidos, todos os christãos contemporaneos dos apostolos, e os milhões de fieis que professaram o Christianismo, se tenham, com a Igreja universal, enganado a ponto de tomar por uma verdadeira resurreição o que não passava de uma sobrevivencia ideal, imaginaria, de Jesus Christo no espirito e no coração da humanidade? E si esse Christo, igual a Deus, aturou tamanha fraude durante quasi vinte seculos, será realmente o sabio que Renan venera e que merece ter aos seus pés «milhões de adoradores?»

Concluamos que a nova interpretação de Renan não tem base alguma e offende igualmente o senso commum, os textos evangelicos, a tradição de todos os seculos, e, finalmente, está em contradicção, ao mesmo tempo, com o Evangelho, que este escriptor proclama authêntico, e com a razão humana que pretende particularmente invocar.

(1) *Vie de Jésus*, p. 433.

CAPITULO VI

DIVINDADE DA REVELAÇÃO CHRISTÃ PROVADA PELA SUBLIMIDADE DA SUA DOUTRINA.

Excellencia e superioridade da doutrina christã no triplice ponto de vista: 1.º do dogma; 2.º da moral; 3.º do culto. — Conclusão: é divina.

112. — A Revelação christã que ostenta o sêllo do divino na vida maravilhosa do seu fundador, nas suas prophecias e nos seus milagres, apresenta-se a nós com uma doutrina tão sublime, tão perfeita e tão pura, que se procuraria em vão, nas obras humanas, um ensino que lhe seja semelhante ainda que de longe. Se a Religião de Moysés já revelava no dogma, na moral, na legislação até civil e politica, uma perfeição tão superior que fomos obrigados a concluir: «E' obra de uma sabedoria divina,» que havemos de dizer da Revelação christã, sinão que ella é de uma sublimidade manifestamente divina?

Aliás, o que já dissemos, indicando o objecto da Revelação christã, nos dispensa aqui de entrar em muitos detalhes. Limitar-nos-emos a verificar a excellencia e a superioridade da doutrina de Jesus Christo a respeito do dogma, da moral, e do culto para concluir que este ensino é verdadeiramente de Deus.

1.º *O dogma.* — Que Jesus Christo tenha mantido, desenvolvido e firmado contra os effeitos do tempo e as observações da razão humana, esses grandes dogmas: um Deus creador, espiritual e unico, uma alma espiritual, livre, immortal, uma vida futura com as suas recompensas e os seus castigos, — já seria muito para esta terra em que os systemas succedem aos systemas, em que a verdade de hoje vem a ser êrro amanhã. Comtudo, fez mais: sobre as verdades da ordem natural, restaurada com as suas crenças, fundou uma doutrina sobrenatural de que conhecemos os magnificos ensinos: Filho de Deus

feito homem, veiu ensinar ao mundo a Trindade, a Incarnação e a Redempção: revelou-nos a sua graça e os meios de a communicar ás almas; a Igreja, os sacramentos, a Eucharistia, a gloria eterna: outras tantas palavras, como já dissemos, ás quaes correspondem verdades de uma ordem antes desconhecida. Mas a maravilha é que este ensino divino se torne, para qualquer espirito, uma regra de pensamento e uma lei de vida, que ricos e pobres, ignorantes e sabios achem nesses dogmas a luz para a sua intelligencia, o descanso para o seu coração.

«Cousa admiravel! nesta doutrina, o accessivel e o incomprehensivel, a verdade intelligivel e o mysterio insondavel se encontram e se prestam mutuo apoio. Eis que ha 19 seculos os maiores genios, religiosos ou impios, estudam os dogmas christãos sem nunca chegar, estes a destruil-os, aquelles a comprehendel-os. «Origenes, Agostinho, Thomaz, Bossuet, Leibnitz, Pascal, assestaram, sobre essas formulas extranhas, os olhares que descobriram as leis do pensamento e a marcha dos astros, e declararam que não as entendiam, porém, que esses mysterios imperscrutaveis lhes mostravam e explicavam tudo. No mesmo tempo, levantou-se outra raça igualmente formada de grandes espiritos, habeis em discernir os lados fracos das cousas, em entender os sophismas, em usar da arma do motejo e do ridiculo, que tentaram mostrar que só havia contradicção, falta de razão, trevas nessas formulas; mas nada conseguiram. E, com effeito, si chegassem a provar esta asserção, o Christianismo acabava no desprezo. Assim, após dezenove seculos da mais alta discussão que jamais houve, essas formulas ainda subsistem em toda a sua integridade (1). Onde havemos de achar uma doutrina philosophica ou religiosa alcançando semelhantes alturas, desafiando, deste

(1) Bougaud, *Le Christianisme et les temps présents*, t. II, p. 596.

modo, todas as investigações e todos os ataques, nada tendo que recear dos progressos de todos os genios e de todos os seculos?

2.º *A moral.* — Eis a pagina sublime pela qual Jesus Christo iniciava o ensino desta moral evangelica que aperfeiçôou tão maravilhosamente a moral natural e a lei mosaica: «Bemaventurados os pobres de espirito, porque delles é o reino dos céus; bemaventurados os mansos; bemaventurados os que choram; bemaventurados os que têm fome e sêde da justiça; bemaventurados os misericôrdiosos; bemaventurados os pacificos; bemaventurados os que padecem perseguição pela justiça.» (*S. Matheus*, cap. VI.)

«Quando se pensa no estado do mundo ao momento em que taes palavras eram pronunciadas; quando se reflecte no perpetuo estado do coração humano, tão pessoal, tão egoista, não se póde deixar de admirar a profundeza, a suavidade, a opportunidade celestial dessas paginas. Ahi está Deus, vivo, visivel, nesta novidade. E embora houvesse apenas estas oito maximas no Evangelho, eu o proclamaria divino (1).»

Eis que sobre esta base do desprendimento e da dôr, Jesus Christo estabelece uma nova lei moral por elle resumida em dois preceitos antes desconhecidos: o amor de Deus, e o amor do proximo. Manda, não tremer perante Deus, mas amal-o como a um pae: é o primeiro preceito. Ordena, em seguida, não desprezar o pobre e opprimir o fraco, mas amal-o como a um igual: é o segundo preceito, semelhante ao primeiro; vae até o perdão e o amor dos inimigos, até o sacrificio da riqueza em proveito da indigencia, de modo que o dever da caridade se torna, por assim dizer, a regra das sentenças de Deus, o objecto

(1) Bougaud, *Le Christianisme et les temps présents*, t. II, p. 236.

das suas eternas recompensas ou o motivo dos seus eternos castigos.

Graças a essa doutrina da igualdade e da fraternidade humanas, a familia se acha reconstituida sobre a sua verdadeira base; a espôsa deixa de ser a escrava do homem; o menino é um ente sagrado; a escravidão desapparece e uma nova sociedade se funda sobre o principio da caridade christã.

Ora, que se procure imaginar o que viria a ser uma família, uma sociedade, o mundo se tal ensino viesse a se realizar Os seculos passaram sem alterar o aroma dessas bellas maximas. Tudo quanto ha de bom entre nós dellas decorre, e a sociedade seria prfeita si chegasse a impregnar dellas as suas instituições, os seus costumes e as suas leis. O modelo foi traçado por mão de mestre, ou antes, pela mão de Deus, porque ninguem mais podia falar assim.

3.º *O culto.* — «Chegou o momento, dizia Jesus Christo á Samaritana, em que Deus não será mais adorado só no templo de Jerusalém, nem nos cumes do Garitzim, mas em que será adorado por toda a parte, em espirito e em verdade.» (S. João, IV, 23.) Era marcar o fim do culto, já aperfeiçoado por Deus mesmo, na lei de Moysés: era inaugurar o novo culto, particular á Religião christã. Ora, este culto, ao mesmo tempo espiritual e sensivel, corresponde admiravelmente ás necessidades da nossa natureza humana e sobrepuja, em perfeição, o de todas as religiões antigas e modernas. O espirito, o coração, a alma, o mesmo corpo, tudo em nós reza e adora nessas bellas formulas da prece publica, nas admiraveis ceremonias do culto christão.

Um philosopho contemporaneo faz o seguinte reparo, com o qual, diz elle, todos estão de accôrdo: «Ha no culto catholico alguma cousa pomposa e simples ao mesmo tempo que commove e arrebata. As descripções da Italia

estão todas cheias da magnificencia de São Pedro de Roma; e toda a gente sabe que, na ultima aldeia catholica, quatro paredes de pedra caiadas, quatro taboas de pinheiro por altar, um ramo de alecrim para aspergir, bastam para um velho sacerdote e um menino mal euroupado tornar o culto imponente e commovedor. Ha, em todas as funcções catholicas, uma imagem viva da presença de Deus e da piedade dos homens; e esses cantos, esses ritos, esses paramentos no meio de uma sociedade realista, que não tem mais nem formalidades, nem tradições, sobresahem tão vivamente no meio de todo o resto, que, na sua presença, quelquer homem se sente transformado (1).»

O Evangelho não contem lei alguma *civil* e *politica;* emquanto Moysés se abaixava a esses detalhes que regulam a vida de uma nação, Jesus Christo não promulga nenhum preceito desse genero, e este silencio é ainda um caracter de sublimidade e de perfeição. Com effeito, differindo da lei mosaica que não era dada sinão para o povo judaico, o Evangelho é destinado a ser a lei universal de todas as nações e de todos os seculos. Formulou o principio da igualdade social e da fraternidade entre todos os povos; que necessidade haverá, pois, de leis civis ou políticas? As regras da moral christã chegam.

A doutrina christã se acha, portanto, resumida nestas palavras: *verdade* no dogma, *pureza e caridade* na moral, *sinceridade* no culto. Ora, si durante 4000 annos de pesquizas assíduas, os homens, e os mais bellos gênio; dentre os homens, não puderam achar essas formulas, é que o espirito humano não podia descobril-as; e si, ao cabo de 40 seculos de tentativas infructiferas, um homem revelou subitamente semelhante doutrina, semelhante moral e semelhante culto, e os poude fazer prevalecer

(1) Jules Simon, *Religion naturelle*, p. 360.

no mundo, é que esse homem era mais do que homem. Era *Homem-Deus!* E' a conclusão de Bossuet. E' tambem a de J. J. Rousseau. «Só o Evangelho, diz elle, é, no tocante á moral, sempre firme, sempre verdadeiro, sempre unico e sempre semelhante a si mesmo. A intelligencia nos diz que convem aos homens seguir os seus preceitos, mas que achal-os sobrepujava o seu poder.» (*Carta sobre o monte.*)

Accrescentemos que o magnifico ensino de Jesus Christo, dado com uma autoridade sem rival, num estylo cuja simplicidade iguala a grandeza, revela o tom e o caracter, não de um homem, mas de um Deus. Além disso, differenciando-se das outras doutrinas que se adaptam só a uma época e a uma nação, extende-se a todos os homens e a todos os tempos, sem que seja necessario, em tempo algum, accrescentar-lhe ou tirar-lhe uma palavra. Podemos, pois, concluir, não só com os genios catholicos, mas tambem com os que se mostram adversarios de Christo, e deixam, ás vezes, escapar apreciações que a verdade lhes arranca: a Revelação de Jesus Christo é divina. Assim pensa o allemão Strauss: «O Christo, diz elle, não ha de ser superado por pessôa alguma... nunca será possível elevar-se acima delle, nem conceber alguem que lhe seja igual (1).» E' o parecer do norte-americano protestante Parker: «Jesus diffunde uma luz brilhante como o dia, sublime como o céu, verdadeira como Deus. Philósophos, poetas, prophetas, rabinos, deixa tudo abaixo de si... Deus está no coração desse joven (2).» E' também a opinião do philósopho-historiador francez, Renan: «Quaesquer que sejam os phenomenos inesperados do futuro, Jesus nunca será sobrepujado. Todos os seculos proclamarão que, entre os filhos dos

(1) Strauss, *Du passager et du permanent dans le Christianisme*, p. 127.

(2) Parker, *Discours sur les matières relatives à la religion*, p. 275.

homens, nenhum nasceu que seja maior do que Jesus (1).» Já os Judeus, no seu bom senso simples e ordinario, exclamavam: «Nunca homem falou como elle!» (*S. João*, VII, 42.) Porque se ha de parar no meio da logica e não se dirá: «Jesus Christo é Deus, pois que suas obras, seu ensino e sua doutrina o revelam como tal?

CAPITULO VII

DIVINDADE DA RELIGIÃO CHRISTÃ PROVADA PELA MARAVILHA DO SEU ESTABELECIMENTO

I. Facto da propagação rapida do Christianismo. — II. Grandeza das difficuldades a vencer. — III. Fraqueza dos meios empregados. — IV. Refutação das *objecções*.

113. — Na religião christã, o divino surge por toda a parte: nas prophecias que o annunciam, nos milagres que o confirmam, na perfeição intrinseca desta Religião considerada em si mesma. Demos mais um passo em nossa demonstração. O Christianismo vai nos apparecer muito milagroso e divino tambem no facto do seu *estabelecimento*. Si, por uma parte, considerarmos a rapidez e o feliz exito da sua propagação, e por outra parte a grandeza das difficuldades que teve de vencer, com a fraqueza dos meios que estavam em seu poder, é impossivel explicar tamanho successo sem uma intervenção directa de Deus: "E' incrivel, logo, é divino!» exclamava Tertuliano, no segundo seculo. Ha de ser tambem a nossa conclusão depois dos factos que vamos examinar.

114. — I. O facto histórico do estabelecimento do Christianismo no meio do mundo pagão, com uma rapidez espantosa é comprovada pelos monumentos mais irrecusaveis, quer da antiguidade christã, quer da anti-

(1) Renan, *Vie de Jésus*, p. 459.

guidade profana. Citemos somente alguns testemunhos.

Cerca de dez annos após a morte de Jesus Christo, são Pedro dirigia de Antiochia a sua 1.ª *Epistola* aos fieis espalhados no Ponto, Galacia, Cappadocia, Asia e Bithynia. Portanto, já havia christãos em todas essas provincias. São Paulo, pouco tempo depois, escrevia aos fieis das principaes cidades da Grecia, aos habitantes de Corintho, Colosso, Thessalonica, e podia dizer aos Romanos que a sua fé estava annunciada no mundo inteiro. (*Ep. aos Romanos,* I, 8). Uns cincoenta annos depois da morte de são João, um célebre philósopho, convertido da doutrina de Platão aos ensinos do Christianismo, são Justino, mencionava no seu *Dialogo* com o judeu Tryphonte esta circumstancia importante: «Não existe nação em que não se tenha offerecido, em nome de Jesus Christo, preces ao Pae e ao Creador de todas as cousas.» No segundo século, Tertuliano se atrevia a escrever na sua *Apologetica* dirigida aos magistrados do Imperio: «Somos de hontem, e já enchemos as cidades, as ilhas, os castellos, os acampamentos, as aldeias e os campos; só deixamos vazios os vossos templos. Si nos retirassemos, o imperio ficaria deserto.»

Os historiadores profanos falam do mesmo modo. Tacito nos ensina que no reinado de Nero, trinta annos depois da morte de Jesus Christo, havia em Roma uma grande multidão de christãos: «*multitudo ingens.*» (*Ann.,* liv. XV, 44.) Plinio o Moço, governador da Bithynia, escrevia ao imperador Trajano que o Christianismo, na sua provincia, era professado por grande numero de pessôas dos dois sexos, de todas as idades e classes (*omnis ordinis*), que essa religião se extendera, como uma contagião, não só nas cidades, mas ainda nos campos. Os decretos de Maximino II, conservados pelo historiador Eusebio, assignalam, como motivo da perseguição, a diffusão sem exemplo do Christianismo. E', portanto,

um facto averiguado que, desde a sua apparição, a Religião christã realizára progressos admiraveis (1).

115. — II. Mas como explicar esse facto? A nova religião achava um acolhimento tão facil? Longe disso, o Christianismo tinha contra si difficuldades sem numero, insuperaveis naturalmente. Com effeito, tinha como adversarios:

1.º O *Judaismo,* com o seu prestigio, as suas esperanças, os seus dogmas, o seu legislador, os seus sacerdotes, a sua existencia de quinze seculos. Quando se pensa na obstinação desse povo judaico desde mais de 1900 annos, quando se conhece o seu apêgo á religião de seus paes e a tenacidade da sua fé, póde-se medir a extensão da sua resistencia aos ensinos de Jesus Christo.

2.º A *Idolatria* em geral: apresentava esta uma opposição incrivel. A este universo, «onde tudo era Deus, salvo Deus mesmo,» a este paganismo que, por toda a parte, tinha os seus altares, as suas ceremonias, as suas festas, o seu sacerdocio, que profesava uma moral facil, e divinizára todas as paixões, o Christianismo offerecia uma inversão completa de todas as idéas e de todos os costumes: comtudo, tinha que se tornar acceito.

3.º O *Imperio romano,* em particular; solidario com a idolatria, a esta protegia com a sua autoridade, o seu prestigio e poder. O culto dos idolos era a religião da patria e a historia refere que os senadores e os proprios imperadores se disputavam as honras do sacerdocio. Por outra parte, o mundo não estava mais immerso numa época de ignorancia e barbaria, mas corria então o seculo de Augusto resplandecente de todos os fulgores da philosophia, da eloquencia, da historia e da poesia; nunca estivera mais diffundido o gosto pelas lettras, sciências e artes; e é a esta sociedade, ao mesmo tempo tão

(1) Vêr as bellas paginas de D. Guéranger: *Sainte Cécile et la société ramaine,* cap. XI.

instruida e tão atormentada e doentia, que se apresentava o Christianismo.

116. — III. Pelo menos, de que instrumentos e armas ia lançar mão a nova religião para assegurar as suas conquistas? Neste mundo, o homem possue tres poderes temíveis: a palavra, a espada e o ouro. São os meios com que, de ordinario, triumpham os conquistadores. Ora, de tudo isso, o Christianismo não tinha cousa alguma.

Os apóstolos escolhidos por Jesus Christo eram ignorantes; fôra tomal-os á margem de um lago: eram simples e pobres pescadores, desprovidos de letras e sciencias. Elle mesmo não lhes ensinára nem a arte da eloquencia, nem a sciencia do escriptor; e os mandava pelo mundo com esta única recommendação: «Pregai o meu Evangelho a todas as creaturas.» Os conquistadores têm exercitos: Jesus Christo quiz que os seus apostolos não levassem nem gladio nem bordão. As suas armas eram a fé e a oração. Extranhos á politica, sem prestigio e sem força, deviam ser simples como a pomba, mansos como cordeiros. Emfim, não tinham riquezas; seu mestre os escolhera pobres, e quiz que a pobreza fosse para sempre a sua companheira. Sustentando-se com esmolas, como poderiam ter espalhado o ouro que seduz? A ignorancia, a pobreza, a fraqueza, eis quaes foram os instrumentos dos seus triumphos. «Que o Christianismo tenha conseguido estabelecer-se de tal maneira, sem intervenção de Deus e sem milagres, eis ahi, dizia santo Agostinho, o maior milagre na ordem moral.» Pascal, comparando o estabelecimento do Christianismo com o do Mahometismo, e os meios de propaganda empregados por um e outro, conclue da seguinte maneira: «Jesus Christo e Mahomet tomaram vias e meios tão oppostos que, sendo este bem succedido, Jesus Christo devia necessariamente fallir e o Christianismo perecer, a não

ser que tenha sido amparado por uma força divina.» (*Pensamentos.*)

117. — IV. «O homem, disse Bossuet, argumenta sempre contra Deus.» E, com effeito, o successo inesperado do Christianismo que deveria impressionar tão vivamente qualquer espirito sério, recebe da incredulidade explicações não menos extranhas.

«Enthusiasmo pela novidade!» dizem alguns. — Sim, sem duvida, o Christianismo era uma novidade, excitou incriveis enthusiasmos. Mas a difficuldade estava em provocal-os. E' preciso collocarmo-nos na época em que appareceu esta novidade para apreciar o seu verdadeiro caracter. Não estava a religião de Jesus Christo em opposição com todas as crenças do paganismo? Não condemnava neste todos os preconceitos e todas as inclinações, todas as paixões e todos os costumes? A homens chafurdando em todos os vicios, escravos do orgulho, da avareza e da volupia, o Christianismo dizia: «Dora avante, sereis humildes, caridosos e mortificados!» Foi preciso, portanto, que esta doutrina triumphasse dos corações. «Ora, disse Bossuet, nada é mais rebelde, arrogante, indomavel que o coração do homem.» A novidade que produz semelhante maravilha é certamente uma novidade divina.

«Fanatismo!» dizem outros. — Mas geralmente os fanaticos têm alguma cousa de sombrio e esquivo: seu zelo é brutal, violento, sanguinário; as chammas e o punhal, os crimes e as vinganças são para elles meios de successo e de conquista. Ora, será possivel reconhecer nessa descripção os primeiros fieis que não respiravam sinão a paz, a caridade, o perdão das injurias, que não conheciam outras armas além da persuasão, da paciencia e da prece? Onde estão os pagãos que os christãos tenham sacrificado á sua religião? Onde estão os Cesares perseguidores de quem os christãos tramaram a ruina? Onde

estão as provincias que elles tenham percorrido com a espada na mão para estabelecer o reino do Evangelho?... Além disso, como conceber um fanatismo que dura seculos, que se apodera ao mesmo tempo dos povos civilizados e barbaros, que alcança juntamente a infancia, a idade viril e a velhice, os sabios e os ignorantes, os ricos e os pobres? Abençoado fanatismo, de origem verdadeiramente divina, que teve por resultado purificar os costumes, tornar os homens mais esclarecidos e melhores, fornecer, por toda a parte, esposos mais fieis, filhos mais submissos, magistrados mais integros e subditos mais doceis! Um fanatismo que reune todos esses caracteres, se assemelha muito a uma sabedoria divina.

Afinal, alguns espiritos scepticos quizeram attribuir a propagação tão rápida do Christianismo ao interêsse, ao orgulho e ao temor suscitado pelas ameaças, á esperança das eternas recompensas. — Perguntamos de bôa fé e sinceramente, que interesse, neste mundo, podia seduzir os christãos? O de soffrer perseguição e morrer nos supplicios? Sim, o orgulho humano póde inspirar algumas façanhas, alguns sacrificios feitos por ostentação: mas a fidelidade constante aos deveres mais obscuros, a abnegação de si mesmo, o desinteresse, a castidade, nunca, si fizermos abstracção do auxilio divino! Desejamos vivamente que, por orgulho ou espirito partidario, os nossos racionalistas modernos experimentem fundar uma escola de submissão ás leis, de virtudes heroicas, de caridade, dedicação á patria, que dure seculos e nunca se desminta!

Quanto ao effeito que póde produzir sobre os espiritos a perspectiva de supplicios sem fim ou de recompensas eternas além deste mundo, sem duvida, semelhante pensamento póde affectar e commover, porém, só quando somos convencidos da verdade do Christianismo, porque os que não acreditam na religião christã zombam das suas amea-

ças e promessas: sirvam de testemunhas os nossos incredulos e livres pensadores.

E' em vão, pois, que se procura empanar o exito estupendo do Evangelho, attribuindo-o a paixões vulgares: é mais natural e mais ajuizado reconhecer nelle a obra de Deus, e repetir com Tertuliano: «*Incredibile, ergo divinum!* E' incrivel, logo é divino!»

CAPITULO VIII

DIVINDADE DA RELIGIÃO CHRISTÃ PROVADA PELO HEROISMO DOS MARTYRES

I. Duração e violencia das perseguições. — II. Numero consideravel dos martyres. — III. Valor do seu testemunho. — IV. Refutação das *objecções*.

118. — Outra prova da divindade do Christianismo, é o testemunho do sangue, dado pelos mártyres durante três seculos inteiros. Dá-se o nome de mártyres aos christãos, homens, mulheres, meninos, velhos, que sacrificaram a vida para não renunciar á fé e morreram pela Religião de seu chefe Jesus Christo. Se Pascal poude dizer: «Acredito de bôa vontade em testemunhas que se deixam matar,» que se ha de pensar de uma religião capaz de inspirar não só uma vez, nem mil vezes, mas milhões de vezes esse testemunho do sangue derramada? A incredulidade, percebendo muito bem a força deste argumento, quereria afastal-o, pelo menos attenual-o, negando a duração e a violencia da perseguição, o numero e a innocencia dos christãos immolados, e, emfim, o valor que a Religião christã póde tirar da morte de seus filhos assim sacrificados. Mostremos a falsidade de semelhante interpretação, e restabeleçamos, pelo contrário, a verdade sobre cada um desses pontos: verificaremos, deste modo, que o Christianismo recebe dos seus martyres mais uma prova resplandescente da sua divindade.

119. — I. *Duração e violência das perseguições.* — E' um facto histórico que o império tinha deuses e templos e que, com grande susceptibilidade, pretendia conserval-os. E' outro facto não menos certo que os christãos tinham que se abster do culto dos idolos. Dahi um odio implacavel do paganismo contra a nova religião, odio que se manifestou por accusações e calúmnias como as que são Justino, Tertuliano, Orígenes, Minúcio Félix refutaram nas suas Apologias. Suetonio e Tácito nos representam os christãos como inimigos irreconciliáveis dos deuses do Estado. Ora, este odio encarniçado não podia ficar inactivo naquelles em cujas mãos residiam o poder e a fôrça; e se accrescentarmos que, naquella época, o povo romano era sedento de sangue; que achava, assim como o contam os historiadores, todo o seu prazer nos jogos abominaveis do circo, comprehenderemos facilmente que o furor dos pagãos havia de se exteriorizar logo em morticinios.

Com effeito, a historia refere que, de Nero a Diocleciano, isto é, durante tres seculos, a perseguição foi, por assim dizer continua. Todavia, contam-se dez épocas em que se manifestou com mais violencia, depois dos decretos dos imperadores que deram o seu nome ás *dez perseguições* principaes que o Christianismo soffreu:

1.ª Sob *Nero,* de 64 a 68 da era christã.
2.ª Sob *Domiciano,* no anno de 95.
3.ª Sob *Marco Aurélio,* de 166 a 177.
5.ª Sob *Septímio Severo,* de 199 a 204.
6.ª Sob *Maximino,* de 235 a 238.
7.ª Sob *Décio,* de 250 a 252.
8.ª Sob *Valeriano,* de 258 a 260.
9.ª Sob *Aureliano,* em 275.
10.ª Sob *Deocleciano,* de 303 a 313.

Estas perseguições foram muito reaes: não só as *Actas dos martyres*, escriptas dia a dia, são dellas uma prova irrecusavel, mas ainda todos os historiadores do tempo as mencionam. Citemos, entre os autores christãos: são Justino, Tertuliano, Minucio Felix, são Cypriano e todos os apologistas. Eusebio, que vivia no quarto seculo, dellas fala muito na sua *Historia*, composta, como se sabe, de fragmentos de autores primitivos, contemporaneos dos factos. Lactancio, que vivia no meio das perseguições, escreveu um tratado *Da morte dos perseguidores*. Sem dúvida, todos êstes escriptores não sonharam, num delirio commum, perseguições e supplicios imaginarios.

Interroguemos os autores pagãos: não são menos unanimes. Tácito, nos seus *Annaes* (liv. XV, cap. 44 e 49), conta como Nero incendiou Roma para accusar os christãos desse crime e condemnal-os aos mais crueis supplicios, e como foi visto, elle proprio, servir-se de christãos untados de pez, como tochas vivas, para illuminar as suas corridas nocturnas. Lampridio, na sua *Vida de Alexandre Severo*, o sophista Libanio, no seu *Elogio de Juliano o Apóstata*, notam os mesmos rigores; e este ultimo felicita o seu heróe por ter abandonado meios que, longe de destruir os christãos, os multiplicavam. A *Carta* de Plinio a Trajano é um testemunho irrecusavel: o governador de Bithynia, assustado pela multidão de victimas innocentes levadas ao supplicio, pede ao imperador que linha de conducta deve seguir nesta emergencia. E' pois um facto muito certo que a perseguição foi real e terrivel: teve algumas intermittencias durante os reinados de Nerva, Antonino, Marco-Aurelio; comtudo, Bossuet diz com razão: «Os christãos foram sempre perseguidos, tanto durante a vida dos bons como dos máus imperadores. Essas perseguições eram feitas ora pelas ordens dos imperadores e pelo odio particular dos magistrados, ora pela sublevação dos povos e pelos

decretos promulgados authenticamente pelo Senado.» (*Historia universal*, 1.ª parte.)

120. — II. *Número e innocência dos martyres.* — Pelo que diz respeito ao numero dos martyres, seria difficil precisal-o; porém, segundo os documentos mais authenticos, foi avaliado em *treze milhões.* Os catalogos são incompletos; segundo os escriptores ecclesiasticos dos cinco primeiros seculos, deve-se julgar que o numero das victimas foi immenso. A ultima perseguição, em particular, ordenada por Deocleciano, e de todas a mais longa e mais cruel, ensanguentou o universo. Segundo Eusebio, historiador da época, «é impossivel fazer-se uma idéa exacta da multidão que succumbiu por toda a parte.» Lactancio accrescenta: «Toda a terra se achava cruelmente atormentada, e exceptuando as Gallias, o Oriente e o Occidente estavam assolados por tres monstros.» Até o imperador mandou erigir uma columna e cunhar uma medalha com esta inscripção: *Nomine christianorum deleto.* Pouco tempo depois, o historiador Sulpicio Severo escrevia: «Dez annos de verdadeira devastação acabrunharam a Igreja de Deus: nunca guerra alguma exgottára tanto o genero humano.» (*Hist.*, liv. II.

Agora, porque é que soffriam os martyres. Seriam réus convictos de algum crime capital? Tácito nos disse o contrario. Ouçamos o testemunho de Plinio, na sua carta a Trajano: «Até o presente, eis a minha conducta em relação áquelles que me foram denunciados como christãos: perguntei-lhes si eram christãos; recebendo uma resposta affirmativa, renovei a minha pergunta segunda e terceira vez, ameaçando-os com o supplicio. Quando perseveraram, mandei executal-os... Outros abjuraram. Segundo a sua affirmação, a sua culpa era só reunirem-se num dia determinado, antes do nascer do sol, cantarem juntos um hymno a Christo como a um Deus; prohibirem-se o furto, a pilhagem, o adulterio, o perjurio e

sentarem-se a um banquete commum... Só achei nelles uma superstição excessiva... Crime nenhum.» Segue a extranha resposta de Trajano: «Não se devem procurar os christãos, porém, sendo denunciados, é preciso castigal-os. Si o accusado nega que seja christão, e si confirma a sua deposição invocando os deuses, que se lhe perdôe.» O decreto de Maximino II nota igualmente que o crime dos christãos é desertarem o culto dos idolos. Leiam-se as *Actas dos martyres*, vêr-se-á que a accusação, como a sentença, indica só este ponto. E', pois, averiguado que os martyres eram innocentes.

121. — III. *Valor desse testemunho dos mártyres.* — Durante tres seculos, *treze milhões* de christãos de qualquer idade, de ambos os sexos, de todas as condições, no meio de horriveis supplicios, infinitamente variados, sacrificaram livremente a vida quando, por uma palavra só, podiam salval-a; sacrificaram-na calma, reflectidamente, não por uma opinião, por teimosia, por um interesse pessoal, mas unicamente pela fé e por Deus, a favor de uma religião abraçada por convicção, apesar de dogmas de uma extranha sublimidade, apesar de uma austera moral, e isso, com o fim de obter uma recompensa além da vida presente!

Na verdade será isso natural? Donde provem esse heroismo superior a tudo quanto a antiguidade pagã nos apresenta de mais bello nesse genero? Quem póde inspirar tamanha coragem unida a tantas virtudes? Aqui só convem a exclamação de Tertuliano: «E' incrivel, logo é divino!» ou o parecer de Pascal: «Tenho fé em testemunhas que se deixam matar para sustentar uma deposição!» Sim, a religião que inspira taes convicções e coragens, não póde vir sinão de Deus!

122. — IV. *Respostas ás objecções.* — Comtudo, não é essa a conclusão dos racionalistas incredulos. Para attenuar o testemunho dos martyres, disseram: «Os

christãos eram sediciosos; mereciam, portanto, a morte! ou eram fanaticos, e a sua estupidez e loucura deviam ser reprimidas.»

Haverá necessidade de refutar essas acusações? Os christãos sediciosos! Mas mostrem-nos, na historia, as conspirações por elles tramadas, as revoltas de que foram chefes ou inspiradores, as devastações de que se tornaram culpados... Nós apresentamos as *Actas* do seu martyrio, em que vêm consignados os testemunhos da sua fidelidade a todas as leis; temos em nosso poder os edíctos dos imperadores, appellamos para todos os monumentos da historia, afim de demonstrar que eram castigados por causa da sua fé e não dos seus crimes. Chamem embora a essas convicções profundas, a essa firmeza impavida perante as ameaças e na presença dos supplicios, fanatismo ou loucura, — são Paulo falou, com effeito, da loucura da cruz e della se glorificou; — porém, com são Paulo igualmente, chamaremos «sabedoria divina» um fanatismo e uma loucura que se manifesta, sem nunca se desmentir, por virtudes heroicas e obras sublimes de paciencia, caridade e dedicação.

Accrescenta-se, ás vezes: «Todas as religiões tiveram os seus mártyres;» e citam-se os mártyres do Alcorão, do protestantismo, os do deus Brahma, que, nas Indias, se precipitam livremente sob o carro do seu idolo. Não se inventaram tambem os martyres da liberdade?

Realmente, será possivel comparar os martyres do Christianismo com aquelles pretensos martyres de todas as religiões? Si ha fanatismo e loucura, de que lado estarão? Si consultarmos a historia imparcial, veremos que o mahometano morre com a espada na mão, pela conquista ou por sua defeza, mas não por sua fé; que o protestantismo se armou para o saque, em odio da Igreja e da sua fé antiga; que o Hindú obedece a uma superstição cega na busca da morte. Mas, será verdade que todos

esses intitulados mártyres morram pacientemente como os christãos, por uma crença, pela verdade, pela virtude? Não será, as mais das vezes, o orgulho, a ambição, a teimosia, a paixão, em summa, que move os sectarios e os transforma em victimas? Não, todos esses pretensos heróes, nem na sua vida, nem no seu caracter, nem no seu fim, nem no seu genero de supplicio, pódem ser comparados com os treze milhões de martyres de que se ufana a Religião christã.

CAPITULO IX

DIVINDADE DA RELIGIÃO CHRISTÃ PROVADA PELA MARAVILHA DE SUA CONSERVAÇÃO E DE SUA PERPETUIDADE

Principaes obstaculos que o Christianismo encontrou e superou: 1.º os sophistas dos primeiros seculos; 2.º as heresias; 3.º as invasões barbaras; 4.º o mahometismo; 5.º os scismas; 6.º a Reforma; 7.º o philosophismo do seculo XVIII; 8.º a Revolução. — Conclusão geral.

123. — Tudo, neste mundo, soffre a lei da caducidade e da morte; as religiões antigas não escaparam a esta lei geral: o sabeismo ou o culto dos astros entre os Chaldeus, a religião de Zoroastro entre os Persas, o paganismo da Grecia e de Roma desappareceram. O judaismo está em decadência, o mahometismo não vive mais como religião; só o Christianismo, depois de dois mil annos de existencia, se apresenta numa perpetua juventude, como o unico senhor da verdadeira civilização. Comtudo, os dogmas que elle ensina são difficeis de acreditar e os preceitos de moral por elle pregados são oppostos a todas as tendencias da natureza humana. Este facto é já um prodigio; mas o que attesta ainda melhor o seu poder e a sua divindade, são os combates incessantes que sustentou, e dos quaes sahiu sempre triumphante desde a sua origem até os nossos dias.

Entre os obstaculos que o Christianismo teve de vencer, é preciso mencionar especialmente, depois das perseguições do judaismo e dos imperadores pagãos: 1.º os *sophistas* dos primeiros seculos; 2.º as *heresias;* 3.º as *invasões barbaras;* 4.º o *mahometismo;* 5.º os *scismas;* 6.º a *Reforma;* 7.º o *philosophismo do seculo XVIII;* 8.º a *Revolução.* Vamos dar a conhecer brevemente cada um desses obstaculos e dizer como o Christianismo, ou ainda melhor o Catholicismo, que é delle a mais alta e mais pura representação, triumphou na lucta.

1.º *Os sophistas dos primeiros seculos.* — Apenas começava o Christianismo a se estabelecer como doutrina, quando foi violentamente atacado em nome da sabedoria e da philosophia. Celso, no segundo século; Porphyrio, no terceiro; Hierocles, logo no princípio do quarto, exgottaram contra a nova religião todos os epigrammas e todos os sarcasmos. No fim do quarto século, Juliano o Apóstata, sobrinho de Constantino, que fôra educado no Christianismo ao lado de são Basilio, voltou contra os discipulos do Christo todos os recursos do seu genio. Proclamado imperador (361), resolveu destruil-os não mais pela espada e pelos algozes, mas pela palavra e pelo ensino. Prohibiu ensinar os dogmas christãos e restabeleceu as doutrinas do paganismo com as praticas dos cultos idolatricos. Sob a mascara de uma tolerancia exterior, empregou contra o Christianismo todas as armas: diffamação, cabala, injustiça, ridiculo, astucia e força, tudo lhe servia. Hoje, quem se lembra dos sophistas? Que vestigios deixaram na historia? E quem não sabe que o *Galileu* levou de vencida a Juliano o philosopho e o apóstata?

2.º *As heresias.* — Do IVº ao VIIIº seculo, a Igreja christã, livre dos perseguidores, topa com um inimigo ainda mais terrivel que os algozes. São as heresias que procuram successivamente solapar o verdadeiro Christia-

nismo, atacar-lhe a doutrina e ameaçar-lhe ora um, or outro dos artigos do symbolo.

O *Arianismo* abre a lucta (319). Ário negava a divindade do Verbo e, por conseguinte, do Christo feit homem: alistou no seu partido sacerdotes e bispos, convo cou concilio contra concilio; o mundo, um dia, con admiração, achou-se ariano. Apesar do concilio de Nicéa o arianismo não se extinguiu sinão no seculo VII. N principio do v° seculo (418), é o *Pelagianismo* que appa rece e ameaça invadir toda a Igreja. Negando o peccad original e a necessidade da graça, Pelágio negava a propria Revelação. O mesmo v° seculo vê surgir o *Nesto rianismo* que ataca a Jesus Christo, pretende reconhece nelle duas pessôas e recusa á Virgem Maria o titulo d Mãe de Deus; em seguida, o *Eutychianismo* segue cami nho contrario e confunde, em Jesus Christo, as duas naturezas divina e humana: condemnado em Chalce donia, o erro de Eutyches é attenuado e propagado nos seculos seguintes pelos *Monophysitas*, depois por Sergi e os *Monothelitas*, que não querem vêr em Jesus Christ mais que uma só vontade e uma só operação. A lucta prosegue até a época do 3.° concilio de Constantinopola em 680. Nos VIII° e IX° séculos, eis a heresia dos *Icono clastas*, ou destruidores de imagens, que atacam as imagens e estatuas dos santos, todos os emblemas d culto, o dogma catholico das homenagens legitimas pres tadas á santissima Virgem e aos santos do céu.

A cada instante, pois, durante quatro seculos, Christianismo está em lucta com o êrro; julgar-se-ia qu vae perecer sob os ataques combinados do espirit humano, da força brutal e do sophisma coroado. Mas a cada assalto, o Christianismo responde pela voz do seus pontifices e dos seus concilios. Em Nicéa (325) em Constantinopola (381), em Epheso (431), em Chalce

donia (451), no 2.º concilio de Nicéa (787), affirma a sua victoria e a pujança da sua vida.

3.º *As invasões dos barbaros.* — Foram ellas, no vº seculo, um immenso perigo para a Igreja, ao mesmo tempo que preparavam a ruina dos dois imperios do Oriente e do Occidente. No anno de 400 de Jesus Christo, Alarico e os Visigodos começam a irrupção. Sahidos do norte sob a conducta de Attila, chamado o *flagello de Deus*, os Hunos, por sua vez, em numero de mais de 500.000 homens, se precipitam sobre as Gallias. Aecio e Meroveu os vencem nas planicies catalaunicas (451); mas Attila lança-se sobre a Italia, ameaçando Roma e o imperio, e ainda mais o Christianismo cujos templos e symbolos aniquila na sua passagem. São Leão, papa, o detem perto de Ravenna e salva a Europa christã. Attila vae morrer na Pannonia e o seu imperio rúe com elle. Mais feliz, Genserico e os seus Vandalos, depois de terem assolado a Italia, fundavam na Africa um poderoso Estado. Comtudo, Roma abandonada pelos imperadores, dava-se aos papas e lhes confiava a salvação da Italia. Cousa admiravel, a religião que devia perecer mais de cem vezes sob os golpes dos barbaros, disciplinou aquellas hordas selvagens, triumphou dellas pela graça, submetteu-as ao jugo do Evangelho, e, com ellas, formou os povos da nova Europa: esses barbaros civilizados vieram a ser seus filhos.

4.º *O mahometismo.* — No setimo seculo, um novo inimigo surge do Oriente: é o mahometismo fundado pela força e escudado no fanatismo mais ardente. Mahomet poz a cimitarra na mão dos seus adeptos, afrouxou as leis mais santas da moral, tornou licitas a devassidão e a pilhagem, e prometteu gozos eternos aos que pereceriam na lucta. A Asia Menor, a Africa, a Espanha lhe cahem nas mãos; a Italia é ameaçada, a França meio invadida. A civilização periga, e o furor dos sectarios se manifesta

particularmente contra os *cães* dos christãos... Mas, e que, pela espada de Carlos Martel, o Christianismo, e Poitiers (732) embarga o passo á avançada triumphant do Islamismo. Durante dois seculos (1099-1270), a *Cruzadas*, emprehendidas pela causa sagrada da Rel gião, conservarão a Europa em pé de guerra e salvarã a christandade. O poder do crescente retrocede perant o estandarte da cruz, e o Evangelho triumpha d Alcorão e da sua moral relaxada. Julgar-se-ia que, co Carlos Magno e o Santo Imperio romano, o Christianism vae conhecer dias de paz; mas não ha de ser assim: sua condição é a lucta e eis que lhe é preciso appar lhar-se para outros combates.

5.º *Os scismas.* — Desde os primeiros seculos, Christianismo já tivera que soffrer mais esta prova: divisão entre os seus membros. No IVº seculo, os *Dona tistas,* na Africa, e os *Melecios,* na Asia, tinham dilace rado a Igreja. Comtudo, no seculo IX, um scisma mai terrivel, *o scisma grego,* iniciado por Phocio, patriarch de Constantinopla (831), separou da Igreja romana tod a christandade do Oriente. Durante dois seculos, c imperadores de Byzancio favoreceram esta divisão last mavel, acirrando a lucta, oppondo-se ás tentativas d approximação, até que Miguel Cerulario, outro patria cha de Constantinopla (1043), consummasse o scism por uma separação que ainda perdura, e puzesse e frente do Christianismo com séde em Roma, o Christia nismo diminuido e desprestigiado da Igreja greg scismatica e da Igreja russa, originaria desta.

No mesmo tempo, eis que começa a *lucta do sace docio e do imperio.* No VIIIº seculo, o papa Gregorio I libertára Roma do poder do imperador de Constant nopla: as provincias da Italia, abandonadas pelos Cesar de Byzancio, se tinham collocado, por si mesmas, sob autoridade dos papas. Pepino o Breve, em 755 e Carl

Magno, em 774, fundaram definitivamente a *soberania temporal* dos papas, protectora da sua independencia *espiritual*. Parecia que, á sombra desse poder pacifico, a Igreja christã ia gozar de um completo repouso: aconteceu justamente o contrário. As pretensões ambiciosas de Henrique IV da Allemanha contra Gregorio VII e o papado, deram aso a novas luctas (1075), continuadas por Frederico Barbaroxa, Frederico II, Luiz da Baviera, etc.; e, no meio dessa guerra sempre renovada, succediam-se os antipapas; era a desordem geral.

O exilio dos soberanos pontifices em Avinhão, durante 70 annos, exilio chamado *captiveiro de Babylonia*, teve por consequencia o *Grande scisma do Occidente* (1378-1419). Constitue, por si só, uma das mais terriveis provas enfrentadas pelo Christianismo, porque era o principio da autoridade, base de toda a sociedade estavel, que era violado. Os reis, os imperadores, os Estados catholicos abraçaram apaixonadamente um ou outro partido, e a verdade, si ella pudesse, teria naufragado nesse diluvio.

Emfim, durante todo esse periodo da idade media, o Christianismo é atacado em todos os pontos por todos os modos: na França, pelos *Albigenses;* na Italia, por *Arnaldo de Brescia, Marsilio de Padua*, etc.; na Inglaterra, por *Wiclef;* na Bohemia, por *João Huss*, até que, afinal, o concílio de Constança, tão agitado, dê, em 1414, o papa Martinho V, unico e legitimo pontifice, e com elle, mais uma vez, está salvo o Christianismo.

6.º *A Reforma.* — Muito antes do seculo XVI, a disciplina da Igreja romana, depositária e guarda vigilante do verdadeiro Christianismo, fôra violentamente atacada por pretensos reformadores. A Igreja mesma luctava contra os abusos de que era a primeira a gemer. Desde são Bernardo, que eram os seus concilios sinão uma tentativa perpetua de reforma salutar? *Luthero*, nascido

em 1483, emprehendeu, em 1517, uma reforma muito differente. De uma disputa de monges, a respeito das Indulgencias, elle fez uma revolta religiosa. Estes grandes dogmas do Christianismo: a primazia do papa, a autoridade da Igreja, a transubstanciação eucharística, o culto da Virgem e dos santos, o purgatorio, os sacramentos, etc.; estas instituições primitivas: os votos monasticos, o celibato ecclesiastico, a unidade e a indissolubilidade do matrimonio, etc., sossobraram na nova doutrina do livre exame; e é ao conjuncto dessas ruinas que se dá o nome de *Reforma*.

Semelhante estrago feito ao dogma, á moral, á disciplina e ao culto christão devia naturalmente suscitar espantosas tempestades. Essas não demoraram em chegar. A Reforma, começada na Allemanha, foi introduzida no norte da Europa por *Gustavo Wasa*; na Suissa por *Zwinglio* e *Calvino* (1516-1540); na Escocia por *Hamilton, Buchanan* e *João Knox* (1538-1560), e na Inglaterra por *Henrique VIII* (1533). *Calvino* e *Theodoro de Beze* tentaram fazel-a penetrar na França, conseguindo-o com grande infelicidade para esse paiz (1533). Com a Reforma, as guerras de religião ensanguentam e incendeiam a metade da Europa. E' o momento em que a Igreja, no concilio de Trento, affirma do modo mais solemne a sua crença, a sua moral e o seu culto. O verdadeiro Christianismo, que tantos esforços e tantos erros conluiados podiam aniquilar, recupera nova vida cada vez mais pujante. Sahido victorioso da prova, produz um exercito de santos, lança-se á conquista do novo mundo e reenceta a sua perpetua juventude.

7.º *O philosophismo do século XVIII.* — Deixamos de lado o *jansenismo,* heresia desleal, nascida em 1640, que, a despeito do veneno da sua penna e do soccorro do braço secular, nunca se atreveu a atacar o Christianismo e a Igreja pela frente, mas sempre se escondeu como a

cobra, supprimindo a liberdade humana, deixando á *graça* toda a responsabilidade dos nossos actos, limitando aos predestinados os effeitos da Redempção, e, por outro lado, exaggerando a moral ao ponto de lançar no desespero as melhores vontades. Durante mais de um seculo, o jansenismo espalhou a sua peçonha, até que Pio VI, por sua bulla *Auctorem Fidei*, lhe deu o golpe mortal.

Comtudo, um inimigo mais terrivel se levantára contra o Christianismo: queremos falar da incredulidade philosophica do seculo XVIII.

Preparada por Voltaire, J.-J. Rousseau, Diderot, d'Alembert e os outros corypheus da seita impia; achando apoio em ministros complacentes que se chamavam Choiseul na França, Aranda na Espanha, Pombal em Portugal, Tanucci em Napoles; podendo contar com os reis Frederico II na Prussia, José II na Austria, Catharina II na Russia, a incredulidade philosophica do seculo XVIII dispunha de fôrças immensas; armou-as todas contra o Christianismo, lisongeando-se com a esperança de cantar em breve o *De profundis* sobre o caixão da religião catholica. E, com effeito, a incredulidade quasi conheceu o triumpho.

A França, embora filha primogenita da Igreja, entrava nesta guerra, do lado da impiedade, com tudo quanto a sua lingua e o seu caracter têm de attractivo e contagioso. Não era mais o ataque sério; as armas dos taes philosophos, para combater a Revelação, eram o sarcasmo e o gracejo, auxiliados por uma pretensa sciencia, e o riso zombeteiro para desacreditar a Religião com os seus ministros e as suas crenças.

A Allemanha, com José II, resuscitava o *gallicanismo;* e o *josephismo,* escravizando a Igreja em seu proveito, se collocava acima do papa, do concilio e dos bispos. Depois de tudo subverter, José II pretendeu ser o bispo universal. No mesmo tempo, seu irmão, grão-

duque da Toscana. empregava o seu poder em favor dos jansenistas reunidos em Pistoia. Assim, por toda a parte, o philosophismo se julgava victorioso. Logo depois dos incredulos e dos sophistas, vieram os carrascos e a impiedade pareceu alcançar o triumpho com a Revolução.

8.º *A Revolução.* — Por esta palavra, queremos designar especialmente os attentados praticados contra a Igreja e o Christianismo em nome do *principio revolucionario.* A França, que fôra o berço do philosophismo, foi a primeira a recolher os seus tristes fructos. A 13 de fevereiro de 1790, um decreto da *Constituinte* supprimira as ordens religiosas e declarára *nacionaes* os bens do clero. Em breve, a famosa decisão, conhecida pelo nome de *Constituição civil do clero,* entregou aos eleitores a escolha dos bispos; sem fazer caso da intervenção do papa, supprimiu os 135 bispados francezes e os substituiu por 83 bispados civis com séde, quasi sempre, na capital do departamento. Todo o clero recebeu ordem de prestar juramento a essa constituição. Mas, dos 300 membros do clero que faziam parte da Assembléa nacional, só 4 bispos e cêrca de 60 ecclesiásticos deram a sua adhesão. Para os outros, a sua recusa foi o signal da perseguição e do exilio. O *Terror* abriu uma era nova, destinada a sanccionar o atheismo e a decadencia do Christianismo e da Igreja. O culto foi proscripto, as Igrejas foram fechadas, os conventos invadidos, os sacerdotes expulsos ou mortos. O culto da razão foi substituído ao do verdadeiro Deus, e a pena de morte tornou-se o castigo uniforme de qualquer infracção a essas leis iniquas. A matança entrou por assim dizer nos costumes. Em Paris, em quatro dias (2-5 de setembro de 1793), foram executados 189 sacerdotes ou frades e quasi 3000 individuos de ambos os sexos e de todas as condições, qualificados de suspeitos. Praticaram-se as mesmas atrocidades na pro-

vincia. Contaram-se 4 milhões de victimas em toda a França.

Pouco depois, Roma cahiu em poder dos exercitos francezes: a superstição, como se appelidava então a religião, ali foi abolida como em Paris, e pareceu que se podia renovar a inscripção de Diocleciano: *Nomine christianorum deleto.* O papa Pio VI, despojado de seus Estados, foi arrastado de prisão em prisão: em Florença, Turim, Briançon, Grenoble e Valença, onde morreu a 29 de agosto de 1799. «E' o ultimo papa! exclamaram os impios, e é Valença que viu os funeraes do Christianismo e da Igreja!»

Era o momento da Providencia: a 14 de março de 1800, Pio VII era eleito e se dirigia para Roma. Bonaparte entrava na França com o prestígio da victória. Assignava com Pio VII a *Concordata* de 1802, que restituiu á França a paz religiosa e deu ao mundo o espectaculo do Christianismo mais uma vez resuscitado.

Houve ainda nesta resurreição um ponto de suspensão, no momento em que Napoleão 1º, perseguidor por sua vez, pretendeu dictar leis ao summo pontifice e á Religião e prendeu o papa em Fontainebleau. Mas, de repente, tudo mudou de face: Napoleão tomou o caminho de Santa Helena, emquanto Pio VII voltava a Roma para reencetar ali a serie dos triumphos da Igreja e do Christianismo.

Taes foram as luctas e as victorias da Religião christã no passado. Hoje, novas procellas rugem por cima desta instituição velha de dezoito seculos. Dir-se-ia que o inferno aguça todas as armas para atacar ao mesmo tempo o Christianismo no seu fundador, na sua fé, na sua moral, no seu culto, no seu chefe, nos seus pastores e nas suas instituições. Mas o passado nos é um penhor do futuro e as victorias precedentes asseguram o supremo e definitivo triumpho.

Podemos, pois, concluir e dizer: Si o Christianismo fosse uma instituição humana, cem vezes teria succumbido. Si ainda permanece de pé, mais robusto e fecundo do que nunca, depois de 1900 e tantos annos de luctas, é que a mão de Deus o sustenta. A estabilidade da Religião christã é um milagre permanente, que prova mais uma vez a sua origem verdadeiramente divina.

Todos os testemunhos que citamos a favor da Religião christã acham o seu remate e a sua confirmação na autoridade eminente e considerável dos grandes sábios de que se honra o Christianismo. Póde-se affirmar que religião alguma se apresenta com semelhante cortejo de intelligencias, genios e virtudes (1).

---

(1) Damos, no *Appendice B*, no fim deste volume, uma nomenclatura abreviada dos *Grandes homens do Christianismo*.

A IGREJA

NOÇÕES PRELIMINARES

I. Objecto deste estudo. — II. Duas especies de demonstração. — III. Divisão geral deste tratado.

124. — I. Ha no mundo um facto brilhante que prende todos os olhares; é, — no Christianismo de que verificamos a origem, a perfeição e a permanencia divina, — a existencia de uma sociedade christã que se chama a *Igreja catholica,* que se proclama a columna da verdade, o orgam de Deus sobre a terra, a unica depositaria e guarda do thesouro da Revelação dado por Jesus Christo, emfim a *Arca da salvação* e a unica porta pela qual se póde entrar na vida eterna. Desde mais de dezoito seculos, ella apparece visivel a todos os olhos, affirmando, por toda a parte e sempre, que é a unica verdadeira Religião, e dizendo: «Aquelle que acredita na minha doutrina e a professa, obedecendo aos meus legitimos pastores, será salvo; quem rejeita os meus ensinos e a minha auctoridade será condemnado.» Si esta affirmação solenne fôr verdadeira, não se póde hesitar; não só é preciso acreditar nos dogmas, praticar a moral e observar o culto do Christianismo em geral, mas ainda é necessário aceitar, de modo especial, todos os ensinos da Igreja catholica e submetter-se aos seus chefes; disso depende a salvação. A questão reveste, portanto, summa gravidade, e é indispensavel fazer della o objecto de um estudo especial.

Ora, emquanto a Igreja catholica affirma a sua autoridade preponderante, outras sociedades, igualmente christãs por sua origem e pelo conjuncto das verdades que professam, contestam em proveito seu, a preeminencia da Igreja catholica; reivindicam os mesmos direi-

tos e pretendem merecer o mesmo respeito e a mesma confiança.

Todavia, a verdade é uma e não se póde achar, ao mesmo tempo, em sociedades que se contradizem. Neste tratado queremos produzir os testemunhos sobre os quaes a Igreja catholica esteia suas affirmações, discutil-os com lealdade, e concluir que ella tem a seu favor a immutavel e pura verdade.

125. — II. Há dois modos de provar a verdade da Igreja catholica. Cada um tem o seu valor, apropriado ás diversas intelligencias. O primeiro é a *demonstração indirecta;* o segundo é uma *demonstração directa,* rigorosa e completa.

Por demonstração indirecta, entendemos aqui a citação simples dos homens profundamente instruidos na sciencia religiosa, assim como das suas obras. Do mesmo modo que nas questões literarias, scientificas, historicas ou juridicas, temos confiança nos testemunhos das autoridades reconhecidas competentes nas letras, nas sciencias, na história ou no direito; também, nas matérias de religião, podemos, muito razoavelmente acreditar naquelles que são eruditos na verdade religiosa, nos doutores, nos theologos, nos sacerdotes. Ora, que autoridade não constitue, a favor da doutrina catholica, a serie dos doutores e dos santos que, depois de estudar o Catholicismo, persuadidos da verdade dos seus ensinos, se tornaram os seus apologistas, desde os apostolos até os nossos mais illustres contemporaneos (1)! Todavia, esta demonstração abreviada, bem que rigorosamente sufficiente, convem sobretudo para as pessôas pouco instruidas e incapazes de julgar por si mesmas.

---

(1) Vêr, no *Appendice B*, o nosso ***Estudo a respeito dos grandes homens*** do Christianismo, onde se notará que a maior parte dos nomes citados pertencem ao *Catholicismo.*

A demonstração *directa* e completa é a que prova a verdadeira Religião de modo rigoroso e em todas as suas partes. E' susceptível de desenvolvimentos mais ou menos extensos e abrange um duplo objecto: 1.º a Religião *christã,* e 2.º a Religião *catholica.*

E' este methodo da demonstração completa que seguimos e tratamos de levar a seu termo final. Depois de provar que precisamos de uma religião, e deduzir suas verdades fundamentaes, seus principaes deveres e suas praticas essenciaes, perguntamo-nos si esta religião geral era sufficiente; e, vendo que o homem entregue a si mesmo sempre se tinha enganado a respeito da verdade religiosa, concluimos pela necessidade de uma Revelação. Então, a Revelação *mosaica* em primeiro lugar, e em seguida *christã,* nos appareceu com taes provas e caracteres de certeza e superioridade moral, com tal conjuncto de testemunhos exteriores, sensiveis e divinos, que é preciso reconhecer que a Religião de Jesus Christo é verdadeiramente divina.

Mas eis que, entre as religiões que reconhecem Jesus Christo como chefe e a sua doutrina como codigo, se apresentam muitas sociedades que differem essencialmente entre si e pretendem possuir igualmente a verdade. Ora, é evidente que o fundador de uma religião divina deve ter dado á sua instituição taes signaes de verdade que não seja possivel confundil-a com uma falsificação. Procurar esses signaes ou caracteres de verdade, descobrir entre as diversas religiões a que os possue com exclusão de qualquer outra, eis o novo objecto de uma demonstração completa.

E' este estudo que emprehendemos e, depois de termos provado contra os incredulos ou os indifferentes a divindade da Religião christã, temos agora que demonstrar a *verdade da Igreja catholica* contra os hereges das varias seitas.

126. — III. Afim de proceder com alguma ordem nessa demonstração: 1.º daremos a noção exacta do que deve ser a verdadeira igreja de Jesus Christo, quer em si mesma, na sua *constituição,* quer nos *caracteres* que a revelam exteriormente; 2.º estudaremos, em seguida, a *Igreja romana,* para verificar que ella possue a constituição exigida por Jesus Christo e os caracteres essenciaes da verdade; 3.º faremos a applicação dos mesmos principios ás *Igrejas scismaticas,* depois ás *Igrejas protestantes,* para nos convencer que estão absolutamente desprovidas dessa constituição e desses caracteres. E afinal, por causa da sua importancia, faremos um estudo especial das *prerogativas* da Igreja em geral e do summo pontifice em particular: umas e outras são muitas vezes desconhecidas ou mal entendidas, e é util, sobre essas importantes questões illuminar a geração contemporanea.

CAPITULO I

NOÇÃO GERAL DA VERDADEIRA IGREJA DE JESUS CHRISTO

Questão de direito. — Divisão deste capitulo.

127. — A palavra *igreja* (do grego, Ecclésia, *assembléa*) designa, de modo geral, uma sociedade de pessôas professando a mesma religião. Comtudo, num sentido mais preciso, definimos a verdadeira Igreja «a sociedade dos homens que professam a verdadeira fé revelada por Nosso Senhor Jesus Christo, participam dos mesmos sacramentos por elle instituidos e obedecem aos pastores que elle estabeleceu.» E' esta Igreja ou religião que tencionamos descobrir.

Ora, a Igreja é uma instituição completamente dependente da vontade de Jesus Christo, seu fundador.

Si della desejamos conhecer a origem, a natureza, a constituição e os caracteres, temos só que interrogar Jesus Christo e consultar-lhe as vontades. Para tanto, não é necessario subirmos ao céu. O Salvador deixou a narração fiel das suas palavras e dos seus actos, com a expressão completa da sua vontade, nos Evangelhos, nos escriptos dos apostolos, em uma palavra, no *Novo Testamento* ao qual se deve juntar a *tradição* ou ensino oral dos apostolos e dos doutores da Igreja.

Interroguemos, pois, a Escriptura sagrada, não como livro inspirado, mas simplesmente como livro authentico e humanamente verdadeiro; consultemos a tradição como se consultam e como se invocam, na historia, os testemunhos e os monumentos, e saberemos exactamente quaes foram as intenções de Jesus Christo relativamente á Igreja que elle acabava de fundar.

Para mais precisão, estudaremos no 1.º artigo a *Instituição em si mesma* e na sua natureza, e no 2.º artigo os signaes ou *caracteres* pelos quaes se deve reconhecer a verdadeira Igreja de Jesus Christo.

ARTIGO I

A Igreja considerada em si mesma ou na sua natureza.

I. Instituição da Igreja. — II. A sua constituição. — III. Condições essenciaes da sociedade religiosa fundada por Jesus Christo.

128. — I. Foi Jesus Christo que fundou a Igreja. Reuniu primeiro doze discipulos aos quaes ensinou sua doutrina e communicou seus projectos e suas vontades; deu-lhes o nome de *apóstolos* ou enviados, porque, com effeito, os mandava adiante de si repetir seus ensinos e preparar-lhe as vias. No momento em que chegava ao termo da sua carreira mortal, Nosso Senhor contava certo numero de outros discipulos; o Evangelho fala

especialmente de 72 que lhe eram mais fieis. Tal era, segundo a parábola evangélica, o grão de mostarda que havia de se tornar uma grande arvore, o pequeno rebanho que um dia seria um grande povo.

Antes de subir para o céu, Jesus Christo, querendo deixar sobre a terra continuadores da sua obra que instruissem e sanctificassem os homens, elevou os seus apostolos á dignidade de *sacerdotes e bispos;* de sacerdotes para que lhe perpetuassem a doutrina, o sacerdocio e o sacrificio; de bispos para que, por sua vez, pudessem governar uma porção da Igreja, crear outros bispos que fossem os seus successores, e obter auxiliares na pessôa dos sacerdotes.

Por esses titulos, os apostolos eram todos iguaes; obedeciam a Christo só como a seu chefe. Comtudo, depois que teria desapparecido, para manter uma autoridade sobre a terra, Nosso Senhor estabeleceu em seu lugar um vigario, encarregado de o substituir e governar em seu nome. A escolha do Salvador cahiu sobre Simão Pedro, e delle Jesus fez o chefe dos apostolos e de todos os christãos por estas palavras que lhe dirigiu: «Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do Inferno não prevalecerão contra ella.» (*S. Matheus,* XVI, 16.) «Eu te darei as chaves do reino dos céus; tudo quanto ligares sobre a terra, será ligado no céu.» (*ib.*) E ainda, após a sua resurreição, depois de obter de são Pedro uma triplice protestação de amor em reparação da sua triplice renuncia, accrescenta: «Apascenta meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas (*S. João,* XXI, 15)»; isto é, sê o pastor supremo dos fieis e dos bispos.

Os apostolos, depois da ascensão de Nosso Senhor, continuaram a obra do Mestre, e a conversão de 8000 Judeus, no dia seguinte ao Pentecostes, constituiu definitivamente a Igreja.

129. — II. Essa *constituição* da Igreja de Jesus Christo é nitidamente delineada. Vemos em cima um chefe supremo: por emquanto, é Pedro, vigario e substituto de Jesus Christo, chefe visivel desta sociedade da qual o Christo permanece chefe invisivel. Abaixo, dependente dessa primeira autoridade, encontramos os apostolos, pastores subordinados, chamados a governar cada um uma porção da Igreja; e, afinal, os simples fieis, entrados na Igreja pelo baptismo e submettidos á autoridade espiritual dos pontifices: formam a multidão e o rebanho. Além disto, essa sociedade, que se deve prolongar através dos séculos e se extender a todos os pontos do espaço, possue o maravilhoso poder de se perpetuar conservando a mesma hierarchia regular.

A Igreja fundada por Jesus Christo é, pois, uma sociedade religiosa, um Estado espiritual, analogo aos Estados ou sociedades politicas, mas exercendo o seu dominio sobre as almas. «A Igreja, disse Pio IX, é uma verdadeira e perfeita sociedade, totalmente independente e livre, gosando dos direitos proprios e constantes a ella conferidos por seu divino fundador.» (Encycl. *Quanta cura; Syllabus*, prop. XIX.)

Ora, num Estado ou reino civil, há duas ordens de cidadãos: os que mandam e os que obedecem. Os primeiros constituem o *governo*, e os outros o *povo* ou os *subditos*.

Do mesmo modo, na Igreja de Jesus Christo, há duas ordens de fieis: os que mandam e os que obedecem, isto é, os *pastores* e os *simples fieis;* e, como essa sociedade religiosa é baseada sôbre uma crença e sôbre uma verdade, os primeiros formam a Igreja *docente,* ou que ensina, e os outros a *Igreja discente*, ou ensinada.

Em seguida, qualquer estado civil possue uma lei fundamental, decretada na sua origem, e um regimen constitucional ou forma de governo: monarchia, aristocracia ou republica. A Igreja tem igualmente sua lei fundamental; está escripta no Evangelho e interpretada

pela tradição. E' ahi que se acha a doutrina em que devemos acreditar, a moral que é preciso praticar, o culto e os sacramentos que é necessario empregar como meios de salvação. Quanto á forma governamental imposta por Jesus Christo, não é nem a republica absoluta, nem a aristocracia, mas a monarchia; todavia, uma monarchia electiva e auxiliada, mas não dirigida e conduzida, por uma aristocracia de sciencia e de virtude, constituindo chefes subordinados.

Tal é, pois, a *constituição* da Igreja de Jesus Christo e deveremos encontral-a em qualquer seculo na verdadeira sociedade por elle fundada.

130. — III. *Condições essenciaes da Igreja.* — Resumem-se em tres: a *perpetuidade*, a *autoridade*, a *infallibilidade*.

1.º A obra de Jesus Christo deve ser duravel, prolongar-se no tempo e extender-se no espaço, e, como imperio indefectivel, atravessar os seculos sem ficar abalada pela queda das instituições humanas. Os prophetas annunciaram que o reino do Christo, isto é, a sua Igreja não ha de ter fim; elle mesmo declarou solennemente que «as portas da inferno não prevalecerão contra esta Igreja, e que estará com ella até a consummação dos séculos.» (*S. Math.*, XVI, 16; XXVIII, 20). A vontade expressa de Jesus Christo é, pois, que a Igreja permaneça até o fim do mundo, resistindo a todos os ataques, triumphando de todas as vicissitudes; será, portanto, perpétua.

Aliás a razão exige e confirma esta conclusão. Instituindo a sua Igreja, Nosso Senhor queria, por meio della, salvar todos os homens, em todos os tempos e todos os lugares; mas, para alcançar este fim, é preciso que a Igreja tenha a perpetuidade.

2.º Além disso, tem ella necessidade da *autoridade*. Que seria, com effeito, uma sociedade religiosa cujos

chefes não teriam nem o direito de ensinar, nem o poder de mandar de modo efficaz? Esta sociedade, em breve, pereceria pela base.

Por isso, Nosso Senhor dizia a seus apostolos, aos chefes da sua Igreja: «Todo o poder me foi dado no céu e sobre a terra; como meu Pae me enviou, assim vos envio. Ide, ensinai todas as nações.» (*S. Math.*, XXVIII, 18.) E accrescenta: «Quem vos ouve a mim ouve; quem vos despreza, a mim despreza (*S. Lucas*, XI, 16). «Tratai como a um pagão e um publicano aquelle que não escuta a Igreja.» (*S. Math.*, XVIII, 17.)

Ora, isto é muito razoável porque se a liberdade de exame e discussão é racional quando se trata de uma doutrina philosophica, em que todos os elementos, fructos da reflexão humana, são sujeitos ao erro, o mesmo não poderia ser a respeito de uma doutrina revelada que se sabe emanada de Deus. Quando é certo que Deus falou, e quando a Igreja nol-o affirma, a sua autoridade faz lei; discutir cada um dos seus ensinos seriá dar-se por rival de Deus mesmo, seria fazer da Religião não mais uma creação divina, mas sim uma creação humana.

3.º Mas, para assegurar essa inteira e plena autoridade da Igreja, Jesus Christo lhe deu como garantia e salvaguarda a *infallibilidade*. E' a ultima e suprema condição da Igreja neste mundo. Explicaremos mais tarde a sua natureza e as suas consequencias. Basta, por emquanto, verificarmos que esta infallibilidade resulta manifestamente das promessas divinas e da vontade de Jesus Christo. «As portas do inferno,» isto é, as potencias do erro e do mal não prevalecerão contra ella: por conseguinte terá a segurança da doutrina e a impossibilidade de errar. Jesus Christo está «com a Igreja, todos os dias até a consummação dos seculos;» portanto, assegura-lhe uma assistencia immediata e pessoal donde resulta a infallibilidade.

Eis as condições de existencia feitas á Igreja verdadeira de Jesus Christo; perpétua, atravessará os séculos, com a autoridade por apanágio e a infallibilidade como salvaguarda.

ARTIGO II

Dos caracteres ou notas da verdadeira Igreja.

Necessidade e condições dessas notas ou caracteres: 1.º a unidade; 2.º a santidade; 3.º a catholicidade; 4.º a apostolicidade.

131. — Jesus Christo não fundou mais de uma Igreja, uma única sociedade de fiéis. Ora, foi obrigado, sob pena de cahir na imprevidencia mais completa, a estabelecer *notas* ou *caracteres* visiveis que a déssem a conhecer, que a tornassem facil a distinguir entre a verdade e as suas falsificações. E como destinava sua Religião a todos os homens e a todos os tempos, certamente a cercou de signaes evidentes, apparentes, pelo menos, a todos os olhares attentos e apreciaveis tanto para o ignorante como para o sabio. Esses signaes ou notas formam o que se chama em linguagem theologica os *caracteres* ou *notas* da verdadeira Igreja.

Si desejarmos conhecer esses signaes da Igreja verdadeira de Jesus Christo, temos só que consultar as vontades do fundador; são consignadas no Evangelho que é o livro da sua palavra, e na tradição catholica, interprete fiel dessa palavra divina. Muitas vezes, aliás, a razão ou o bom senso chega para que possamos deduzir ou confirmar a necessidade e as condições de cada um desses caracteres.

132. — I. *A unidade.* — Evidente é que Jesus Christo fundou somente uma Igreja: não pregou sinão uma doutrina; não instituiu mais que um só corpo de pastores, e é a um só collegio apostolico que disse: «Ide, ensinai

todas as nações. Ensinai-lhes a guardar tudo quanto eu mesmo vos confiei. Aquelle que não acreditar, será condemnado.» (*S. Math.*, XXVIII, 19.) Além disto, queria, assim como o disse elle proprio, «um só rebanho e um só pastor,» (*São João,* X, 16) e confiava o cuidado supremo dessa sociedade unica a S. Pedro, a quem mandou «governar igualmente os cordeiros e as ovelhas,» (*S. João,* XXI, 15), isto é, os fieis e os bispos, pastores em relação ao rebanho, porém, ovelhas em relação a Pedro, como nota Bossuet. Resulta de todos esses textos, que se poderiam multiplicar indefinidamente, que o pensamento formal do divino Mestre era fundar uma sociedade unica, e, por conseguinte, a unidade deve ser um dos caracteres visiveis e apreciaveis da sua Igreja.

Mas qual será essa unidade? — 1.º A unidade *de fé e de crença,* segundo a palavra de são Paulo: «Uma só fé, um só baptismo;» a unidade em tudo quanto é ensino divino, conforme este dizer de Jesus Christo: «Ensinai tudo quanto eu mesmo vos confiei. Aquelle que não acreditar será condemnado.» E' claro que por esse modo de falar, Nosso Senhor condemna qualquer alteração do seu ensino, sem distincção entre os artigos importantes ou de somenos importancia, fundamentaes ou não. E' toda a doutrina revelada que é preciso admittir, e, portanto, a unidade de fé deve ter por consequencia as mesmas crenças religiosas, os mesmos deveres essenciaes, os mesmos sacramentos, o mesmo culto.

São Paulo, escrevendo aos Ephesios, exprime-se nos seguintes termos: «O Espirito Santo estabeleceu os bispos para governarem a Igreja de Deus, para que não sejamos como meninos que fluctuam a qualquer vento de doutrina, mas para que cheguemos á unidade de fé e á formação do corpo de Jesus Christo.» (Cap. IV, 11-16). Assim, os apostolos e os bispos não são insti-

tuidos sinão em vista da unidade perfeita na fé. Esta unidade é, pois, necessaria á Igreja.

Aliás, toda a tradição interpretou sempre nesse sentido o pensamento de Nosso Senhor. Porque, particularmente nos primeiros tempos, os concilios foram tantas vezes convocados? — Era para restabelecer a unidade de crença, frequentemente abalada pelas heresias.

Afinal, a *razão,* tanto como a Escriptura sagrada e a tradição, mostra a necessidade da unidade de fé. Com effeito, uma sociedade não póde existir sem ter por base e por condição essencial a unidade perfeita nas cousas para as quaes é constituida. Assim, a sociedade brasileira ou franceza ou allemã não póde ser uma sociedade bem organizada sem que as suas leis, os seus deveres, os seus direitos e as suas liberdades, sejam absolutamente os mesmos para todos os cidadãos. Quando esta unidade vem a faltar, começam a desordem e a anarchia. Do mesmo modo, se, num exército, a unidade de fim e direcção falta, póde-se estar certo que este exercito, por forte que seja, ha de ser derrotado. Ora, si assim acontece com as instituições humanas, naturalmente muito imperfeitas, com maior razão, havemos de achar isso numa instituição divina, como a Igreja de Jesus Christo que tem por missão dirigir as consciencias em tudo o que ha de mais importante no mundo, as crenças religiosas. Ora, si da Revelação cada um pudesse tomar o que quizesse, segundo o que julgasse importante ou não, de que serviria esta manifestação da verdade que Deus teve por bem fazer-nos? Não só seria inutil, mas até um acto nocivo, pois que essa revelação sem proveito seria de natureza, — assim é demonstrado pela experiencia, — a lançar na familia christã germens de divisão, e, deste modo, Deus teria assumido uma norma de conducta summamente desarrazoavel. Em primeiro lugar é por-

tanto necessario que a verdadeira Igreja de Jesus Christo tenha a unidade de fé.

2.º Mas, para alcançal-a, não é menos preciso ter a unidade de *governo*. Consiste esta na submissão de todos os fieis ao mesmo chefe legitimo. Tudo quanto accrescentarmos para provar a necessidade absoluta desta unidade de governo ou de regimen, é consequencia do que acabamos de expôr. Com effeito, é de toda evidencia que a unidade de fé, de crenças e de praticas religiosas seria completamente illusoria e impossivel sem a existencia de um poder divinamente constituido, encarregado de manter e dirigir a crença, a moral, o culto; tendo, em summa, de indicar a cada membro da sociedade religiosa o que deve fazer ou evitar para ficar na unidade. Ora, a existencia de semelhante poder é precisamente o que se chama *a unidade de governo*.

Esta unidade perfeita na administração da sociedade religiosa foi altamente proclamada pelo Evangelho. Nosso Senhor, ao assentar as bases da constituição da Igreja, escolheu elle mesmo um chefe unico do poder e o consagrou, dizendo-lhe: «Tu és Pedro (1) e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja.» E alhures: «Simão Pedro, rezei por ti, para que a tua fé nunca venha a desfallecer.» (*S. Lucas*, XXII.) «Apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas,» (*S. João*, XXI),isto é, sê o pastor supremo de todo o rebanho; e, emfim, estas últimas palavras ainda mais explicitas: «Dar-te-ei as chaves do reino dos céus; tudo quanto ligares sobre a terra será ligado no céu, e tudo quanto desligares sobre a terra será desligado no céu.» (*S. Math.*, XVI.) E' impossivel não reconhecer nesses textos a vontade formal de Jesus Christo: não estabeleceu mais que um governo na sua Igreja, e, em todos os tempos da sua existencia, será

(1) Jesus propriamente disse pedra, e não Pedro.

preciso vêr á frente dessa instituição um chefe unico encarregado de manter, pela unidade de governo, a perfeita unidade de fé.

133. — II. *A santidade.* — Quando se trata da Igreja, a santidade póde ser interpretada em sentidos differentes. Uma Igreja, com effeito, póde ser santa no seu *fundador* quando aquelle que a estabeleceu deu o exemplo de todas as virtudes; santa *no seu dogma e na sua moral,* quando não ensina sinão doutrinas puras, e não impõe sinão deveres cuja observação leve a praticar actos virtuosos e bons; emfim, póde ser santa *nos seus membros,* quando as pessôas que a compõem, vivem de modo conforme á lei de Deus.

Mas aqui falamos dos caracteres exteriores e visiveis que devem assignalar aos olhares a verdadeira Igreja de Jesus Christo, e distinguil-a do erro. Ora: 1.º a santidade do *fundador* não póde ser invocada como testemunha, pois que todas as seitas christãs reivindicam como chefe a Nosso Senhor Jesus Christo cuja santidade é incontestavel. A santidade do *dogma* e da *moral* é certamente uma propriedade essencial da Igreja verdadeira, mas neste ponto tambem, este caracter não seria exclusivo e evidente, porque é impossivel a cada homem em particular ser juiz nesta materia. Ha dogmas impenetraveis e ha gráus na santidade de uma moral. Aliás, o scisma e a heresia, bem que alterando a doutrina e a moral, pódem ainda lhes conservar uma santidade relativa. 3.º Fica, pois, a santidade dos *membros,* e é ella, com effeito, que constitue uma realidade notavel. Todavia, para que esta santidade possa servir de signal distinctivo da verdadeira Igreja, é preciso entendel-a não como santidade universal e absoluta, devendo achar-se em todos os membros da Igreja verdadeira, porque o homem que pertence á Igreja verdadeira, conserva a sua liberdade e póde ser membro prevaricador; nem tão pouco como

santidade interior, porque esta escapa aos olhares e della só Deus é juiz; mas como *santidade* exterior, manifestada por obras.

Realmente é nesse sentido que a santidade dos membros póde tornar-se um signal certo da verdadeira Igreja de Jesus Christo. Evidente é que quando a santidade existe nos corações, ella desabrocha exteriormente, sob a a influência das graças divinas, em actos e obras que a revelam, e é impossivel que esta santidade exista num gráu consideravel sem se manifestar. Ora, ha tres grandes manifestações exteriores da santidade: *o heroismo da virtude, os milagres e os fructos de conversão.*

1.º A vontade clara e manifesta de Jesus Christo, ao fundar a sua Igreja, foi de procurar por ella a sanctificação de todos os homens. «A minha vontade, dizia elle a seus discipulos, é que sejais santos.» (*Thess.*, IV, 3.) Mas trata-se de uma santidade mais perfeita que na antiga lei e ha de se manifestar principalmente pelo cumprimento de um preceito novo, o da caridade, de uma caridade, chegando, como a sua, até o *heroismo* da dedicação; e é por este signal, diz elle, que se hão de reconhecer os seus discipulos. (*S. João,* XIII, 35.) A humildade, a abnegação, a castidade perfeita, a mortificação voluntaria, taes são as outras virtudes verdadeiramente heroicas, que elle propõe ao ardor dos christãos.

2.º Nosso Senhor, no seu Evangelho, promette que o poder dos *milagres* acompanhará a verdadeira fé nelle e na sua palavra: «Aquelle que acreditar em mim, diz elle, fará prodigios ainda mais estupendos que os meus proprios milagres.» (*S. João,* XIV, 12.) E quando mandou seus apostolos pregarem a sua doutrina, annunciou que a missão delles seria por toda a parte confirmada por maravilhas assombrosas, taes como a cura dos doentes e dos possessos, o dom das linguas, etc. São Marcos observa que na realidade Deus propagava a sua doutrina

por numerosos milagres. (xvi, 20.) A narrativa dos Actos dos Apostolos e a historia do estabelecimento do Christianismo nos mostraram o milagre como frequentissimo, e é justamente o meio que poderosamente contribuiu ao successo da pregação evangelica, provando a divindade do Christianismo.

3.º Afinal, Jesus Christo prometteu estar com seus apostolos e os successores delles até a consummação dos seculos, assistil-os, por conseguinte, de um modo efficaz, que daria bom exito á palavra de seus enviados. Têm elles por missão converter o mundo; donde resulta que a sociedade que cumprir melhor essa obra divina e produzir *fructos de conversão* espalhando por toda a parte a verdade, a graça e a santidade, será, por isso mesmo, marcada pelo sello da eleição divina.

Ora, essas tres manifestações da santidade interior, o heroismo da virtude, o milagre, os fructos de conversão, constituem effectivamente um caracter positivo e resplandecente da verdadeira Igreja de Jesus Christo. Este caracter lhe pertence exclusiva e necessariamente: necessariamente, pois que Nosso Senhor assim o quiz e declarou; com exclusão de qualquer outra sociedade, porque, si o contrario fosse, Deus favoreceria igualmente o erro e a verdade: a isso se oppõem formalmente a sua veracidade e a sua justiça. Por conseguinte, a segunda nota da verdadeira Igreja, é a santidade manifestada exteriormente pelo heroismo da virtude, pelo milagre e pelos fructos de conversão.

134. — III. *A catholicidade.* — A verdadeira Igreja de Jesus Christo deve ser catholica ou *universal,* isto é, extender-se a todos os tempos e a todos os lugares. Donde resulta que podemos distinguir duas espécies de catholicidade: a do *tempo* e a do *espaço.* Mas a primeira se confunde com a perpetuidade de que já falamos. Quanto á segunda, Jesus Christo a quiz de modo manifesto.

Instituiu a sua Igreja para salvar o mundo inteiro; e, para alcançar esse fim, é preciso que sua doutrina chegue ao conhecimento de todos os homens e, portanto, que sua Igreja esteja espalhada por toda a parte. Comtudo, não quer dizer isso que todos os homens de todos os lugares tenham necessariamente que entrar na Igreja de Jesus Christo, mas que esta Igreja deve ter representantes por toda a terra, e que seu dogma e sua moral devem ser pregados em todas as regiões. Depois disso, os povos, assim como os individuos, ficam livres de acceitar ou rejeitar a verdade; e quando Deus lhes forneceu o meio de conhecel-a, fez tudo quanto sua justiça e sua bondade exigem; pertence á vontade humana fazer o resto. Mas Deus quer que por sua Igreja o Evangelho de verdade seja annunciado a todos os povos, e é neste sentido que a sua Igreja deve ser catholica.

Nenhum caracter da verdadeira Igreja é mais frequente e claramente enunciado. No Antigo Testamento, por toda a parte em que é questão da vinda do Messias e do estabelecimento da nova religião, nos psalmos, nas prophecias, annuncia-se esta diffusão da verdade sobre toda a terra. Será preciso lembrar a magnifica predicção de Isaias (cap. LX), em que vem descripta a diligencia de todas as nações da terra em se dirigir para a nova Jerusalém, afim de recolher a lei que ha de sahir de Sião? Será necessario recordar o psalmo II de David em que Deus promette a seu Filho todas as nações por herança? Um dos ultimos prophetas, Daniel, não representou a Igreja sob a figura de uma pedra que despedaça a estatua symbolizando todos os grandes impérios, e chega a ser uma montanha que cobre toda a terra?

No Novo Testamento, as promessas de Nosso Senhor não são nem menos claras, nem menos notaveis. Repitamos ainda algumas das palavras ditas a todos os

apostolos: «Ide, ensinai todas as nações.» E mais estas «Pregai o Evangelho a todos as creaturas.» (*S. Marcos* XVI, 15.) Quer pois que a sua Igreja seja catholica ou universal.

Assim é que os apóstolos o entendem, e, depois do Pentecostes, separam-se e partilham o mundo entre si. O livro dos *Actos*, tanto como a historia profana, nol-os mostra lançados á conquista do universo: a Asia, a Grecia, o mundo romano, a Africa, as Indias, o imperio dos Parthos e talvez a própria China recebem a pregação do Evangelho.

Não ha, portanto, duvida alguma: no pensamento de Jesus Christo e na interpretação dada ás suas vontades pelos apostolos, a catholicidade deve ser um dos caracteres mais notáveis e mais certos da verdade da sua Igreja.

135. — IV. *A apostolicidade.* — Nosso Senhor serviu-se dos apostolos, e unicamente dos apostolos para diffundir a sua Religião; donde resulta manifestamente que a sua Igreja, exclusivamente verdadeira, é a que tiver ficado apostolica. Mas isso deve-se entender de duas maneiras: 1.º apostolica *pela doutrina,* conservando, sem alteração, todos os ensinos transmittidos pelos apostolos; 2.º apostólica *pelo ministério,* guardando, sem interrupção, a successão legitima dos pastores, desde os apostolos até os representantes actuaes da autoridade religiosa. Ora, tal é, na realidade, a vontade expressa de Nosso Senhor.

1.º *Em relação á doutrina,* entregando aos apostolos e só a elles, o cuidado de pregar o Evangelho, Nosso Senhor lhes disse «Ide, ensinai todas as nações... Ensinai-lhes a observar tudo quanto eu mesmo vos confiei. Quem vos ouve, a mim ouve.» (*S. Math.*, XXVIII, 19, 20 — *S. Lucas,* X, 16.) Ora, do mesmo modo que os apostolos não puderam alterar a doutrina do Mestre, a verdadeira Igreja deve conservar intacta a doutrina dos apostolos

São Paulo enuncia claramente esta necessidade quando diz: «Si alguem, ainda que fosse um anjo, vindo do céu, vos trouxer outro Evangelho differente do que recebestes, seja elle anathema!» (*Gal.*, I, 9.)

2.º *A apostolicidade de ministerio* não é menos claramente enunciada, e é tambem necessaria á verdadeira Igreja. E' aos apostolos, e somente aos apostolos, que o divino fundador da religião christã disse: «Eis que estou comvosco até a consummação dos seculos.» (*S. Math.*, XXXVIII, 20.) Ora, os apostolos deviam morrer. Com quem, pois, estará Nosso Senhor depois que elles tiverem desapparecido? Necessariamente com aquelles a quem elles tiverem directa e legitimamente transmittido seu poder com sua doutrina, e isso com exclusão dos que se revoltam contra os apostolos, usurpam o seu poder e se constituem ministros sem mandato nem successão legitima.

E' claro que a apostolicidade se torna, deste modo, um signal certo de verdade para uma Igreja christã. Todavia, a apostolicidade de *doutrina*, só, não é sempre um facto facil de verificar-se. Toas as seitas dissidentes, com effeito, pretendem ter conservado o ensino apostolico. Por outro lado, para reconhecer a verdade do facto, seria preciso comparar minuciosamente o ensino actual de cada Igreja com o ensino dos apostolos: é isso um trabalho de muito fôlego e inaccessivel a muitas pessôas. Mas eis que para o dispensar e simplificar, Jesus Christo deu á sua Igreja outra apostolicidade mais evidente ou mais facil de reconhecer: a apostolicidade do *governo*. Para verificar esta, não ha mais que resolver uma simples questão de historia ou de facto. Tratando-se, por exemplo do chefe da Igreja, temos só que examinar si é o successor legitimo, sobre a sé apostolica romana, daquelle a quem foi dito: «Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei minha Igreja.» Tratando-se de um bispo

ou de um pastor qualquer que prega uma doutrina ou exerce um poder em nome de Jesus Christo, basta vêr si é successor dos apostolos de modo legitimo, ou, mais simplesmente, si está em communhão com o chefe supremo da Igreja, si recebeu delle os seus poderes, si é regular e legitimamente instituido por um bispo tambem legitimo, em união de doutrina e de governo com o pontifice romano. Si a resposta a essas pesquizas fôr affirmativa, será um testemunho certo de apostolicidade.

Tal é, portanto, em direito, o vinculo que deve unir a verdadeira Igreja a seu fundador: a apostolicidade doutrinal, tendo a sua demonstração e prova evidente na apostolicidade do governo.

De tudo quanto precede, resulta que a verdadeira Igreja, segundo as vontades expressas do seu fundador deve ter por *caracteres* ou *notas* a *unidade*, a *santidade*, a *catholicidade* e a *apostolicidade*.

CAPITULO II

A IGREJA CATHOLICA ROMANA É A VERDADEIRA IGREJA DE JESUS CHRISTO

Definição da Igreja catholica romana. — Divisão deste capitulo.

136. — Entre as Igrejas christãs que se apresentam e reivindicam a posse da verdade, encontramos em primeiro lugar a *Igreja cathólica romana*, de todas a mais antiga e a mais espalhada. Merece fixar primeiro toda a nossa attenção, não só por esse titulo, mas ainda por que temos a felicidade de lhe pertencer e tambem por ella ostentar, assim como vamos verifical-o, todos os caracteres da absoluta verdade.

Pelo nome de Igreja cathólica romana, designa-se a sociedade christã cujo chefe e centro se acham em

Roma, e é governada pelo papa e os pastores que o reconhecem por seu superior legitimo e lhe obedecem.

Tendo que demonstrar que esta sociedade é a Igreja verdadeira de Jesus Christo, com exclusão de qualquer outra, consagraremos a seu estudo dois artigos, em que daremos a conhecer: 1.º sua *constituição,* 2.º seus *caracteres de verdade.*

ARTIGO I

Noção da Igreja catholica.

I. Constituição actual da Igreja catholica. — II. Forma governamental. — III. Modo de eleição do papa, dos bispos e dos parochos.

137. — I. Não é necessário reflectir muito para notar que a Igreja catholica romana possue a constituição hierarchica dada por Jesus Christo á Igreja primitiva. Nella achamos, em primeiro lugar, os simples *fieis,* christãos baptizados que formam o rebanho, consideravelmente augmentado, é verdade, possuindo, porém, absolutamente as mesmas condições de natureza e de vida que na origem da Igreja; depois, os *bispos,* successores dos apostolos, que exercem a mesma autoridade, ensinam como elles a doutrina do divino fundador, tal qual o Evangelho nol-a conservou, governam como elles as suas dioceses, sendo auxiliados, como elles tambem, por sacerdotes associados a uma parte do seu poder. Emfim, todos, pastores e fieis, obedecem a um chefe unico, o *soberano Pontifice,* successor de Pedro, como elle residente em Roma e possuindo todos os direitos e todas as prerogativas que Nosso Senhor deu ao primeiro chefe dos apostolos.

Ao mesmo tempo, achamos ainda na Igreja catholica romana a distincção essencial que notamos nos primeiros

dias. Ha, nesta sociedade, os chefes e os administrados, os que governam e os que são governados, os que ensinam e os que são ensinados. E' bem na realidade a mesma sociedade christã que se conservou pelo correr dos seculos e mantem intacta a sua primitiva constituição.

Não houvesse mais que essa demonstração, ella seria, comtudo, de grande valor para concluir pela *verdade* da *Igreja* romana. Mas ha nesta verificação summaria um ponto sobre o qual não se poderia insistir demais. Jesus Christo, como já dissemos, estabeleceu na sua Igreja um centro: é a séde apostolica ou o *papado*, base e fundamento da sociedade christã. Por conseguinte, onde se conservam este fundamento e esta base, onde se encontra este centro da unidade christã, ahi está verdadeiramente a Igreja.

Ora, é na Igreja catholica romana que se conserva o papado ou a séde apostolica. Chegando a Roma no reinado do imperador Claudio, cerca do anno 42 da era christã, são Pedro ahi estabeleceu a sua séde; ahi ficou 25 annos e morreu crucificado, no governo de Nero, a 29 de junho do anno 67, sobre essa collina do Vaticano, que conserva juntamente os seus despojos e o seu trono. Com a sua séde pontifical, o primeiro papa legou todos seus poderes a seus successores: são Lino, são Cleto, são Clemente, etc., até Pio XI, actualmente reinante. Roma, — e, por conseguinte, a Igreja catholica, — é portanto depositária da séde de são Pedro, signal e monumento da sua doutrina assim como da sua autoridade. A isso servem de testemunhos a historia, as tradições e os monumentos; aliás, seita alguma jamais reivindicou esse apanagio incontestavel da Igreja romana: esta é, por conseguinte, a unica verdadeira Igreja de Jesus Christo, e todas as outras seitas não passam de alterações. Dahi a formula acceita como um axioma desde os primeiros

seculos: *ubi Petrus, ibi Ecclesia.* «Onde está Pedro, ahi está a Igreja.» Este raciocinio não tem replica. Isso equivale a dizer: Onde está o alicerce, ahi está o edificio; onde está o centro, ahi está a circumferencia; onde está o trono, ahi está o império. Proclamemos, pois, bem alto esta primeira descoberta: «Onde está essa pedra, ahi se acha a Igreja verdadeira!» Mas continuemos em nossas investigações.

138. — II. Já dissemos que Nosso Senhor deu á sua Igreja, com um symbolo de fé e um codigo de moral, uma *forma governamental,* que não é nem republica, nem aristocracia, mas uma monarchia electiva. Ora, desde dezoito seculos, esta forma governamental se mantem na Igreja catholica romana. O chefe supremo é o *papa,* vigario de Jesus Christo, monarcha que governa com uma autoridade inteira. E' ajudado, sem duvida, por auxiliares; mas ainda que toma o seu conselho, não está obrigado a seguil-o: reina e governa. Esta monarchia, a mais antiga de toda a Europa, ficou *electiva.*

139. — III. O modo de eleição poude variar: no princípio, o clero e o povo de Roma designavam o soberano pontifice; mais tarde, intervieram as nações e os principes christãos da Europa; mas a eleição foi mantida. Segundo as regras actualmente estabelecidas, o papa é eleito pelo collegio dos cardeaes reunidos em *conclave.* Alexandre III e os concílios de Latrão (1178), de Lyão (1274), de Vienna (1312) regularizaram este ponto. Os cardeaes pódem ser em numero de 70: pertencem a diversas nações e são nomeados pelo papa. Formam, por assim dizer, o conselho do summo pontifice, auxiliam-no na administração da Igreja e lhe dão um successor quando a séde fica vacante; a eleição é feita á maioria dos dois terços dos suffragios.

O papa é igualmente coadjuvado no governo da Igreja pelos *bispos*, que são os administradores das dioceses, sob a autoridade do pontifice supremo. A eleição dos bispos variou tambem na sua forma. Primitivamente o povo era consultado e o clero pronunciava; depois a autoridade temporal interveiu; mas sempre o papa teve que ratificar as eleições para que se tornassem legitimas. Hoje, na maior parte das nações catholicas, a eleição dos bispos é regulada por *concordatas* ou tratados com Roma. A nomeação é preparada pelo chefe do Estado e proposta ao papa que a rejeita ou acceita e, então, *preconizá*; ou o papa propõe candidatos ao governo que dá ou recusa o seu *placet*, etc. Em todo o caso, o bispo nomeado póde se fazer consagrar e entrar no exercicio das suas funcções episcopaes e administrativas só depois de ter recebido de Roma as suas bullas de instituição.

Quanto aos simples *sacerdotes*, elles são eleitos e ordenados pelos bispos das suas dioceses repectivas. Mas as nomeações ás parochias e diversas dignidades são submettidas a regulamentos que variam com os paizes.

Afinal, os membros ou subditos da Igreja são os *simples fieis*. Entra-se na Igreja pelo baptismo, ficando excluido della, não por um peccado mortal qualquer, mas pela apostasia publica, pela heresia, pelo scisma, por uma sentença de excommunhão pronunciada, e emfim, depois da morte, pela reprovação eterna.

De tudo quanto acabamos de dizer, resulta que si a Igreja catholica romana, destinada a viver no meio dos homens, acompanhou na sua disciplina exterior o progresso dos seculos, não deixou por isso de permanecer sempre muito fiel ás regras essenciaes e fundamentaes da sua constituição primitiva, obra do seu fundador Jesus Christo.

ARTIGO II

A Igreja catholica romana possue todos os caracteres da verdadeira Igreja.

Applicação das quatro notas ou caracteres: 1.º a unidade; 2.º a santidade; 3.º a catholicidade; 4.º a apostolicidade. — Conclusão.

140. — 1.º *A unidade.* — Tratando-se da *unidade de doutrina*, a Igreja romana é certamente mais uniforme na sua crença do que qualquer sociedade religiosa neste mundo. Em primeiro lugar, a *Biblia* é sua *regra de fé:* um catholico admitte e crê tudo quanto o Antigo e o Novo Testamento ensinam. Comtudo, a Biblia não é a unica regra de fé dos catholicos: admittem igualmente como segundo regra de fé a *tradição*, isto é, o ensino verbal transmittido desde Jesus Christo e os apóstolos até nós e fixado pelos doutores da Igreja ou pelos concilios, quer encerre verdades que não estão enunciadas na Biblia, quer determine o sentido preciso que se deve dar aos textos da sagrada Escriptura. Logo que um artigo de fé foi definido pela autoridade competente, isto é, por um concilio geral ou pelo soberano Pontifice, não ha um só subdito da Igreja catholica romana que não conceda a esse dogma uma approvação completa e perfeita: é a condição indispensavel para permanecer membro dessa Igreja.

Si entre os catholicos ha, sobre certas materias, liberdade de crença e discussão, é que essas materias, objecto da controversia, não foram decididas por um julgamento da Igreja, segundo este axioma: *In necessariis, unitas; in dubiis, libertas; in omnibus, charitas.* Mas nem essa liberdade nem essa variedade de opiniões impedem, por maneira alguma, a unidade dogmatica, pois que o dissentimento, quando existe, interessa unicamente pontos collocados fóra do ensino da Igreja.

Que admiravel espectaculo de unidade apresenta, com effeito, a Igreja catholica, tão fortemente unida na sua crença e repetindo, em todos os pontos do tempo e do espaço, o mesmo *Credo* dos apostolos, de Nicéa e de Constantinopla! E' a mesma fé no fundo dos corações; é o mesmo symbolo na expressão; é a mesma prece, o mesmo sacrificio, a mesma lingua liturgica, os mesmos sacramentos, a mesma vida christã: em summa, é a realização do desejo de Jesus Christo: *Unum sint!* ou como o livro dos *Actos* conta dos primeiros christãos: «Um só coração e uma só alma!»

2.º Esta unidade perfeita acha tambem a sua expressão na *unidade de governo.* Leia-se o magnifico discurso de Bossuet sobre a *unidade da Igreja* e diga-se si o catholicismo realiza a vontade do seu fundador! Em todos os tempos, porém, nunca mais do que em nossos dias, esta unidade de ministerio foi evidente e perfeita. Todos os membros da Igreja cathólica são unidos a seus bispos, e por estes ao chefe unico que occupa o lugar de Jesus Christo. Em outras épocas, este principio era reconhecido tanto como hoje; comtudo, quer por causa da infelicidade dos tempos, quer por consequencia de difficuldades inherentes á independencia natural do espirito humano, a autoridade do soberano Pontifice encontrou, ás vezes, opposições mais ou menos vivas da parte dos governos e dos povos, na applicação e na pratica; hoje, porém, apesar do sopro de independencia e de opposição que agita o nosso seculo, logo que o papa manifesta as suas intenções, na Igreja romana ha só uma voz para acclamar a sua autoridade e reconhecer o seu poder.

3.º Todos os *testemunhos historicos,* antigos e modernos, concordam para evidenciar esta maravilhosa unidade. Sempre é o papa que convoca, preside ou approva os concilios: é elle que não só tem a preeminencia, mas ainda

governa e manda. Já no IIº seculo, santo Ireneu, bispo de Lyão, escrevia: «Todos os fieis são unidos á Igreja romana por causa do seu principado supremo, como os membros são unidos á sua cabeça.» Em todos os concilios, é reconhecido que é Pedro que fala pela bôcca do seu successor e todos acatam a sua autoridade. Toda a Igreja, mesmo gallicana, com Bossuet na sua frente, proclama Roma centro da unidade. Poude-se vêr na França que esta unidade catholica não é só uma theoria, mas sim, um facto brilhante, quando, em 1801, Pio VII, querendo restabelecer o exercicio do culto sobre uma nova base, supprimiu com um risco de penna 135 sédes episcopaes, pedindo pura e simplesmente a demissão dos titulares. Em nome das velhas pretensões da igreja gallicana, 36 bispos julgaram poder resistir. O papa não fez caso disso e tirou a esses titulares os seus direitos e a sua jurisdicção. Pois bem, aquelles mesmos que eram lesados por esse acto de autoridade, reconheceram, á imitação de Bossuet, o direito supremo do papa.

O anno de 1854 presenciou o mesmo espectaculo de unidade, quando o soberano pontifice, Pio IX, proclamou o dogma da Immaculada Conceição; então o episcopado e o mundo catholico mostraram uma submissão uniforme e perfeita. Afinal não será um testemunho incomparavel da unidade catholica o ultimo concilio do *Vaticano* (1870-1871), no qual se manifestaram juntamente a maior liberdade de discussão e a admiravel união de todo o episcopado com o pontifice romano, centro do governo como da doutrina?

A Igreja catholica possue, pois, eminentemente o caracter da unidade, e, nestes tempos de desordem e de anarchia em que se agitam as sociedades civis e as seitas religiosas, é para todos os homens que reflectem, uma das notas mais refulgentes da sua divindade: é tambem

o que faz voltar á Igreja romana tão grande numero de nossos irmãos separados.

141. — II. *A santidade.* — Lembramos aqui que não se trata da santidade interior, de que só Deus é o juiz, mas da santidade exterior e visivel, que se manifesta pelo *heroismo da virtude,* pelos *milagres* e pelos *fructos de conversão.*

1.º *O heroismo* da humildade, da abnegação, da penitencia e principalmente da dedicação e da caridade, é um facto tão habitual na Igreja catholica, que neste ponto de vista, até seus inimigos mais encarniçados lhe prestam homenagem. Accusam-na, ás vezes, de erro e de superstição, mas não lhe pódem recusar, nem mesmo contestar a superioridade da virtude. Que outra sociedade religiosa espalhou tanto como a Igreja romana, as obras de beneficencia e de caridade? Remontem á origem de todas essas fundações, instituições de que goza o nosso seculo: hospicios, hospitaes, santas casas, lazaretos, asylos para todas as dôres e necessidades, ahi se nota a mão caridosa da Igreja catholica. Que outra sociedade multiplicou, como ella, as communidades religiosas que se dedicam á instrucção dos ignorantes, ao cuidado dos pobres, ao allivio de todas as miserias? E para não citar mais que dois exemplos entre mil, onde se há de achar, fóra da Igreja catholica, as *irmãs de caridade* e as *irmãzinhas dos pobres?* Onde se encontrará um clero comparavel aos sacerdotes e aos *missionarios* da Igreja catholica romana?

E que se ha de dizer do heroismo da virtude dos santos, dos que a Igreja romana inscreve, cada anno, no seu catálogo ou *martyrológio?* Antes de lhes attribuir as honras de um culto publico, é preciso verificar, num exame serio e severo, que cada um delles não só foi fiel aos grandes deveres do Christianismo, mas praticou, num gráu heroico, as virtudes que nascem do Evangelho.

Certamente não queremos dizer que seja impossivel encontrar, nas seitas separadas, pessôas honestissimas e até virtuosas; mas, que sociedade, mesmo christã, poderia, fóra da Igreja catholica romana, mostrar em espectaculo aos anjos e aos homens santos como são Francisco de Sales, são Francisco Xavier, são Vicente de Paulo? Não ha duvida, pois, a Igreja romana tem todo o direito a reivindicar o heroismo da virtude, primeira manifestação da santidade.

2.º *Os milagres.* — E' uma questão de historia perfeitamente esclarecida que o Christianismo se estabeleceu pelo milagre. Ora, esse maravilhoso poder se conservou na Igreja catholica romana e somente nella. Não queremos falar aqui dos factos extraordinarios ou lendas que enchem as *vidas dos santos* e as *historias da Igreja* no decorrer dos seculos. Bem que esses factos tenham as suas provas, deixamol-os de lado para não tratar, por ora, sinão dos milagres verificados, reconhecidos. Ora, não passa annos, por assim dizer, sem que a história, — a historia verdadeira e séria — registre alguns desses factos sobrenaturaes e estupendos que são o signal evidente da protecção divina amparando o Catholicismo. Para limitarmo-nos a uma prova que se possa verificar e esteja fóra de qualquer contestação, diremos que a Igreja romana continua, cada seculo, em cada pontificado, até quasi cada anno, a inscrever novos nomes no seu catalogo dos *santos.* Ora, é preciso saber que a Igreja romana não procede á *beatificação* e á *canonização* dos santos sinão depois de testemunhos authenticos de varios factos demonstrados milagrosos, com todo o rigor da critica. A causa é instruida por um tribunal severo, composto de homens eminentes em sciencia e em virtude; e, pela menor duvida sobre a realidade dos milagres, é abandonada. Póde-se dizer que as exigencias da Igreja

a esse respeito parecem excessivas (1). Ora, a despeito dessa prudente severidade, cada seculo, e o nosso, como os que o precederam, vê novos servos de Deus conquistarem, por milagres cuidadosamente verificados, o culto dos altares. Durante o seu pontificado, Pio IX canonizou 52 santos, dos quaes 45 martyres, e beatificou 221 servos de Deus. Leão XIII pronunciou 18 canonizações, entre as quaes figuram são Bento Labre, são Pedro Claver, são João Berchmans, são Pedro Fourier, e são João Baptista de la Salle; e 114 beatificações.

O papa Pio X beatificou entre outros Joanna de Arc, João Vianney, parocho de Ars, e continuou o processo de muitas outras causas; ao todo canonizou 4 santos e beatificou 73.

E', pois, bem certo, que, além dos factos extraordinarios de cura que se realizam nos principaes centros de romaria, particularmente em Lourdes, — factos sobre os quaes, muitas vezes, a Igreja deixa de se pronunciar, bem que sejam perfeitamente authenticos, — ha prodigios muito bem verificados que provam que o milagre ficou sendo o privilegio da Igreja catholica. Poderiamos quasi fazer nosso o verso de Racine:

Ora, que tempo foi mais fertil em milagres?

3.º *Os fructos de conversão.* — Há hoje, espalhados por todas as partes do mundo infiel, mais de 13.000 missionarios tendo á sua frente 140 bispos, vigarios apostólicos, e 60 prefeitos apostólicos (2). Quarenta annos atraz, o numero dos missionarios era só de 4.500. Só este facto já é uma prova eloquente do bom exito alcançado nos paizes infieis.

A sociedade das *Missões extrangeiras de França,* fundada em 1663 com approvação do papa Alexandre

(1) Consultar o padre Moigno: *Les Splendeurs de la foi,* t. V, inteiramente consagrado ao processo de canonização de são Bento José Labre.

(2) *Annuario pontifical* de 1905.

VIII e reconhecimento legal de Luiz XIV, conta actualmente nas Indias e no Extremo Oriente, 35 bispos, collocados na frente de outras tantas missões, onde estão auxiliados por mais de 1.300 padres da sociedade e por 6 a 7 centos sacerdotes indígenas. Recebe cada anno da *Propagação da fé* mais ou menos 1.200.000 francos (1).

Fóra desses recursos bem mingoados quando repartidos, pois que devem prover ás viagens e ao sustento de tantos missionarios, ás despezas do culto, á creação das igrejas e das escolas, etc., a propaganda catholica não dispõe de nenhum recurso ou apoio humano. Além disso, funcciona em paizes muitas vezes inimigos e perseguidores, sem protecção actual dos governos. Por toda perspectiva, os missionarios só enxergam soffrimentos, privações, perseguições e supplicios.

Ora, em 1904, com esse pessoal e esses recursos, as *Missões extrangeiras* administraram uma população de 1.340.346 chritãos dispersos e effectuaram 36.470 baptismos de adultos, 130.871 baptismos de filhos de pagãos, 48.155 baptismos de filhos de christãos e 517 conversões de hereges (2).

Não menos admiraveis são os fructos de propaganda alcançados pelos *Padres Brancos* nas missões africanas. Os missionarios do cardeal Lavigerie occupam 8 vicariatos apostolicos com 57 sacerdotes. Em 1904, obtiveram elles como subsidios 200.000 francos da *Propagação da fé.* Com isso instruiram 153.000 catechumenos, baptizaram 7.000 adultos e mais de 6.000 meninos, mantiveram 150 escolas e cuidaram, nos seus hospitaes, de 170.000 doentes (3).

(1) A instituição da *Propagação da fé*, fundada em Lyão em 1822, recolheu 31.723.334 francos de esmolas, no anno de 1923, Todo esse dinheiro é consagrado á propagação catholica.

A *obra da Santa Infancia*, imitação da precedente, instituida em 1843, angariou a quantia de 11.630.000 francos. Subvenciona 215 missões e ajuda 11.134 estabelecimentos, escolas, asylos, etc., onde, em 1903, foram soccorridos 760.000 creanças.

(2) *Estatistica* de 1905.

(3) *Boletim das missões da Africa*, Janeiro de 1905.

Na China, no Japão, na Syria, Turquia e Persia, etc., os *Jesuitas* e os *Lazaristas;* na Oceania, os *Padres Maristas* de Lyão e os missionarios do *Sagrado Coração* de Issudun; na Africa Occidental e Oriental, os *Padres do Espírito Santo,* realizam os mesmos prodígios (1).

Ora, aquillo que os sacerdotes e religiosos francezes, os mais numerosos na intemerata e gloriosa phalange dos missionarios catholicos, fazem nas regiões confiadas a seu zelo, é tambem realizado em outros lugares por missionarios de outras nações, e, por toda a parte, magnificos successos animam a sua dedicação. Pois, podemos muito bem repetir, a respeito desses novos apostolos, as palavras de Nosso Senhor: «Eu vos escolhi e enviei para que désseis fructos e para que esses fructos permaneçam.» (*S. João,* XV, 16.) Este feliz exito do proselytismo catholico apparecerá ainda mais notavel e saliente quando lhe oppuzermos a esterilidade das missões hereticas. Por emquanto, basta verificarmos que a Igreja romana possue admiravelmente a terceira manifestação da santidade, *os fructos de conversão,* tanto como o heroismo da virtude e o milagre. E', por conseguinte, verdadeiramente santa.

142. — 4.º *Resposta ás obejecções.* — Aos testemunhos que acabamos de fornecer da santidade permanente da Igreja catholica, oppõem-se, ás vezes, as sombras existentes neste quadro.

a) «Todos os membros da Igreja, diz-se, estão longe de ser santos; ha membros peccadores entre os catholicos, até praticantes, e os escandalos ahi não são raros.»

Responderemos: 1.º Não é necessario, para que uma religião seja perfeita e divina, que todos os homens que adherem á sua doutrina sejam santos. Onde se havia de achar semelhante religião? O homem conserva sempre a sua liberdade e, por muitas vezes, della faz pessimo

(1) Consultar os *Annais da Propagação da fé* e as *Relações das diversas* missões.

uso. Basta, pois, que essa religião encerre todos os meios de tornar santos e perfeitos os que a ella pertencem, e que, de facto, leve realmente á santidade os que lhe são fieis. 2.º A Igreja primitiva, fundada por Jesus Christo, contava igualmente christãos imperfeitos. O Evangelho, as Epistolas dos apostolos, o livro dos Actos disso dão testemunho. Houve um trahidor e cobardes entre os apostolos; hereges e peccadores entre os discipulos; apóstatas no meio dos martyres. Serão o Evangelho e a Igreja que disso foram causa? Não, certamente, mas a fraqueza humana que engana, ás vezes, a melhor vontade. «Todos os catholicos praticantes não são exemplares.» Por acaso, sel-o-iam mais se não praticassem? Não é antes mais provavel que, cahindo a despeito das suas crenças, da lei e da sua consciencia, cahiriam ainda mais baixo si não tivessem os meios que lhes offerece a Igreja para se manterem, ou se levantarem si fôr preciso, e se tornarem melhores? Quer isso dizer, repetimos, que a Igreja lhes apadrinhe ou excite as fraquezas? Não é, pelo contrario, porque são infieis á Igreja que peccam e escandalizam? Aliás, os que estão fóra da Igreja, serão melhores ou peiores? 3.º Afinal, apesar das quedas e escandalos de que se queixam, e que foram annunciados por Nosso Senhor como necessarios, para provarem a virtude dos bons, não é de toda a evidencia para qualquer espirito imparcial que o mundo actual é menos escandaloso, mais virtuoso e moral do que o antigo mundo pagão? Vivemos do Catholicismo sem nisso pensar, e si a Igreja alcança semelhante resultado daquelles mesmos que vivem fóra da sua influencia directa, que santidade maravilhosa não alcançariam os christãos si fossem doceis a seus ensinos?

b) «A' pretensa santidade da Igreja, accrescentam certos moralistas, não se poderia oppôr os vicios do clero

que a deve representar no meio do mundo? Não houve máus papas que deshonraram o throno pontifical?»

Deixando de lado a segunda parte da objecção, á qual responderemos mais explicitamente ao tratarmos das *questões historicas* (1), limitemo-nos aqui a simples observações. Na realidade, nem todos os membros do clero brilham como santos. Mais uma vez, será a Igreja causa disso? Pelo contrario, não lhes prega que o bom exemplo é o seu primeiro dever?

Mas, no sacerdote, a despeito do seu caracter sagrado, acha-se o homem e, por conseguinte, não ha motivo de ficar admirado quando nelle se notam fraquezas humanas. Comtudo, serão esses vicios do clero tão grandes e tão numerosos como certos pretendem? Em épocas lastimosas, quando a Igreja era opulenta e a ambição fazia por demais as vezes da vocação, houve lamentaveis abusos: é infelizmente verdadeiro. Mas, no seculo presente, agora que a Igreja depauperada tem retemperado o seu clero e as suas ordens religiosas na antiga disciplina, falar dos vicios dos sacerdotes e dos monges, não é digno de um homem sincero, mas sim, de um diffamador. Os factos isolados se tornam mais salientes á medida que são mais raros; por isso são commentados, ampliados, publicados com tanta complacencia ou animosidade. E desses pretensos vicios, assignalados por alguns como horrorosos escandalos, quem dos accusadores poderia affirmar em consciencia que nelles não cahiu de modo muito mais culpado?... Que outra corporação poderia sustentar tão vantajosamente o inquerito a que os máus submettem o clero (2)?

Renan, escrevendo na *Revue des Deux-Mondes,* as suas *Lembranças de infancia e juventude,* presta ao clero este testemunho pouco suspeito: «Fui educado num

(1) Vêr o tomo IV, *Apologetica,* c. VII.
(2) Damos aqui a *estatistica* mais recente das condemnações crimi-

pequeno collegio de excellentes padres... Esses dignos ecclesiasticos eram as pessôas mais respeitaveis no mundo. Procuravam, acima de tudo, formar homens honestos... Quanto a mim (falo por experiencia), todas as accusações contra os costumes clericaes são destituidas de base. Passei treze annos da minha vida entre as mãos dos sacerdotes, e nunca vi nem sombra de escandalo. Só conheci bons costumes.»

E' esse o testemunho que os indifferentes e até os impios dão ordinariamente dos sacerdotes por elles conhecidos. Comtudo, nem por isso deixam de accusar geralmente o clero de todos os vicios. Seria tempo de pôr cobro a tamanha injustiça e usar para com a melhor de todas as corporações de mais sinceridade, justiça e bôa fé!

---

naes que foram pronunciadas de 1899 a 1901, contra as profissões liberaes na França.

	Annos 1898	1899	1900	1901	Total das condemnações durante o periodo	População do grupo	Media annual por 100.000 pessôas
Tabelliães, advogados, procuradores, officiaes de justiça, etc.	20	15	20	19	74	38.000	48,68
Medicos, cirurgiões, pharmaceuticos, etc.	7	4	7	9	27	43.621	15,85
Artistas	2	11	5	8	26	23.636	27,92
Professores — leigos	3	11	10	4	28	110.669	6,33
Professores — congreganistas	3	4	4	2	13	60.625	5,30
Clero e congregações inclusivo o pessoal docente	6	10	7	5	28	232.441	3,01

P. Bertrin, *A criminalidade na França*, p. 54, publicado em 1904.

143. — III. *A catholicidade.* — Esta propriedade pertence tão exclusivamente á Igreja romana que é por este nome que os seus inimigos a designam habitualmente, e isso desde muitissimo tempo. No IV° seculo, santo Agostinho dizia aos Donatistas: «Chamando-nos *catholicos,* vos condemnais a vós mesmos. Confessais que a verdade não está do vosso lado.» Outro tanto se póde dizer a todas as seitas dos nossos dias.

A Igreja romana foi sempre catholica. Já dissemos que cincoenta annos depois da morte de Nosso Senhor, a palavra evangelica alcançara regiões em que ainda não tinham voado as aguias romanas e uma multidão de povos desconhecidos á civilização pagã tinham recebido a palavra de vida. Ora, a Igreja não contava somente alguns discipulos dispersos aqui ou ali. Ouvimos Tertuliano proclamar que si os christãos se retirassem, o imperio ficaria deserto. Plinio o Moço se queixava a Trajano de que, na sua provincia da Bithynia, não se achavam mais compradores de victimas pagãs. Desde essa época, a Igreja romana andou sempre dilatando o seu imperio: conquistou successivamente a Grecia, as Gallias, a Italia, a Africa, a Espanha, a Inglaterra, a Allemanha. Quando o scisma grego, e, mais tarde, a heresia protestante lhe arrancaram varias provincias da Europa, conquistou as Indias e o Japão; por meio de Christovam Colombo ganhou o Novo Mundo, e, á medida que audaciosos navegantes descobrem novas terras, a Igreja catholica nellas penetra com os seus missionarios. Tome-se um mappa-mundi, e procure-se ahi uma só região hoje conhecida em que a Igreja romana não tenha discipulos!... Ella realiza, pois, litteralmente a palavra de Jesus Christo: «Ide, ensinai a todas as nações, pregai o Evangelho a toda creatura.»

Mas não é só a catholicidade geographica ou de *espaço* que pertence á Igreja romana: é tambem a catho-

licidade numerica, ou superioridade do *numero*. Na hora presente, a população catholica sobrepuja numericamente não só a das outras sociedades christãs, as unicas que sejam o objecto directo do nosso estudo actual, mas até á das outras religiões.

A população total do globo seria actualmente de 1.547.000.000 de habitantes (1). Os cathólicos só, contam 246.000.000, os protestantes de todas as seitas, 166.000.000 e os scismáticos, 117.000.000.

Os musulmanos alcançam o total de 202.000.000. A religião de Confucio chega a 285.000.000, porém, não se deve perder de vista que seus adeptos pertencem a 28 seitas differentes.

Entre as diversas religiões christãs, a primazia cabe ao catholicismo sob o triplice ponto de vista do numero.

---

(1) Eis os numeros publicados em 1903 por um sabio jesuita allemão, o P. Krose, que se tornou illustre pela critica das estatisticas.

Os 1.547 milhões de habitantes do globo se repartem do modo seguinte:

Christãos do mundo inteiro .	549.017.000	ou 53,8 p. 100
Judeus	11.037.000	ou 0,7 p. 100
Musulmanos	202.048.000	ou 13,1 p. 100
Só monotheistas	762.102.000	ou 49,6 p. 100

Portanto, quasi a metade da humanidade.

O resto se decompõe como segue:

Confucianistas	285.000.000
Brahmanistas	210.000.000
Budhistas	120.000.000
Taoistas e shintoistas	61.000.000
Fetichistas e seitas desconhecidas	109.000.000

Os 549 milhões de chistãos se dividem como segue:

Catholicos	264.566.000	ou 48.2 p. 100
Protestantes de todas as seitas	166.727.000	ou 30,35 p. 100
Scismaticos	117.875.000	ou 21.4 p. 100

As quatro grandes religiões que adoram o verdadeiro Deus, são assim repartidas:

	Catholicos	Protestantes	Scismaticos	Israelitas
Europa . . .	117.657.261	97.293.434	99.016.502	8.542.438
Asia	11.573.276	1.926.108	15.197.109	763.905
Africa . . .	3.004.563	1.663.341	3.661.945	700.000
America . .	71.350.879	62.656.967	—	1.015.092
Oceania . . .	979.943	3.187.259	—	15.172
Total . . .	264.565.922	166.727.109	117.875.566	11.036.607

da universalidade e da civilização. A Igreja romana se chama, pois, com todo o direito, Igreja catholica.

144. — IV. *A apostolicidade.* — A apostolicidade, como dissemos, deve existir na verdadeira Igreja de dois modos: na *doutrina* e no *ministerio.* Ora, a Igreja catholica romana possue este duplo caracter de apostolicidade. Sua doutrina é perfeitamente a dos apostolos: nunca alterou nem o symbolo, nem os escriptos, nem tão pouco as tradições apostolicas. A prova disso seria muito longa; mas é um facto certissimo para quem é capaz de comparar o ensino actual com a doutrina dos apostolos. Aliás, a apostolicidade *doutrinal* tem por guarda a apostolicidade do ministerio e esta é de uma demonstração mais facil A presença, numa Igreja, de pastores legitimos succedendo aos apostolos, sem interrupção alguma, e permanecendo em communhão de doutrina com o successor de são Pedro sobre a sé romana, é a mais visivel como a mais firme garantia da apostolicidade desta Igreja. Já Tertuliano dizia aos hereges do seu tempo: «Mostrai-nos as origens das vossas Igrejas; ostentai-nos a successão dos vossos pastores; provai que o primeiro remonta até o principio e foi ou um apostolo, ou um delegado apostolico.» (*De præscriptione,* cap. 37.) Ora, esta prova de successão ininterrupta póde ser apresentada por todos os bispos da Igreja romana.

Com o auxilio dos documentos mais authenticos, foi feita a lista de todos os pontifices de Roma desde são Pedro até Pio XI, duzentesimo sexagesimo sexto successor do primeiro papa. Esta longa serie de pontifices nunca foi interrompida senão durante o lapso de tempo necessario para eleger um novo chefe. As eleições foram sempre feitas canonica e legitimamente. Citam-se, comtudo, alguns antipapas cuja usurpação sacrilega foi o fructo da ambição pessoal ou da ingerencia tyrannica dos principes; mas essas poucas eleições viciadas não

impediam o papa legitimo de existir ao mesmo tempo e de triumphar em breve. Não ha, pois, intermittencia seria na successão apostolica dos pontifices romanos.

Ora, o que é verdadeiro a respeito do Bispo de Roma, é igualmente verdadeiro a respeito de todos os bispos catholicos. Qualquer séde episcopal do Catholicismo tem sua historia, sua chronologia, sua lista de pontifices, e o corpo episcopal inteiro procede em linha recta do collegio dos apostolos ou de uma delegação legitima do pontífice de Roma. Desde Jesus Christo até agora, a Igreja romana é, pois, apostolica pela doutrina e pelo ministerio.

A conclusão geral que se deprehende de nossas diversas considerações é, por conseguinte, que a *Igreja romana* é verdadeiramente *uma* no seu dogma e no seu governo; *santa* pela sua doutrina, mas tambem pelo heroismo das virtudes que inspira, pelos milagres que se effectuam no seu seio e pelos fructos de conversão realizados por sua palavra; *catholica* juntamente por sua extensão e por sua superioridade numerica; *apostolica*, emfim, por sua doutrina e por seu ministerio. Reune, portanto, de modo admiravel os quatro caracteres que Nosso Senhor mesmo assignava á Igreja por elle fundada; por conseguinte, a Igreja catholica romana é a verdadeira Igreja de Jesus Christo. Poderiamos concluir, já, com essa demonstração, que todas as outras seitas christãs, que della se separaram e a contradizem, não são a verdade; mas, com superabundancia de direito, desçamos até os pormenores, e digamos, de modo mais especial, o que lhes falta para poderem reivindicar o titulo de verdadeira Igreja de Jesus Christo.

CAPITULO III

A IGREJA SCISMATICA, EMBORA SE PRETENDA ORTHODOXA, NÃO É A VERDADEIRA IGREJA DE JESUS CHRISTO

Definição da Igreja scismatica. — Divisão deste capitulo.

145. — Chama-se *Igreja grega scismática* uma sociedade de christãos do Oriente, submettidos a varios patriarchas do rito grego, e separados da Igreja romana. Esta Igreja tem a pretensão de passar por *orthodoxa,* isto é, unicamente verdadeira e fiel: é debaixo deste nome que se designa a si propria. Comtudo, nós, catholicos, chamamol-a Igreja grega *scismatica,* distinguindo-a, deste modo, da Igreja *grega unida* que faz parte do Catholicismo, embora tenha a sua liturgia em lingua grega, e alguns usos disciplinares differentes dos da Igreja latina.

Assim como fizemos a respeito da Igreja catholica romana, estudaremos a Igreja grega scismatica na sua *origem e na sua constituição actual;* em seguida, provaremos que ella não tem os *caracteres* da verdadeira Igreja de Jesus Christo e não póde pretender, por conseguinte, o titulo de orthodoxa que se attribue com tanto orgulho.

ARTIGO I

Noção geral da Igreja scismatica, que se pretende orthodoxa

I. Origem do scisma grego. — II. Suas subdivisões actuaes. — III. Forma e constituição da Igreja scismatica. — IV. Duas observações importantes.

146. — I. A Igreja grega scismática remonta a *Phócio* que, depois de ter usurpado a séde patriarchal de Constantinopla, em 857, tomou o título de *patriarcha ecumenico* ou universal, avassallando os patriarchas orientaes de Antiochia, Alexandria e Jerusalém, erigin-

do-se em rival do bispo de Roma, a quem mandou anathematizar por um conciliabulo reunido em Constantinopla em 866, censurando a Igreja romana por certas práticas relativas aos jejuns e á abstinencia, por causa do celibato dos padres e do accrescimo de *Filioque* ao sy'mbolo de Nicéia. Por espírito de conciliação, o papa João VIII consentiu em reconhecer Phocio como patriarcha legitimo, e, durante seculo e meio, apesar das pretensões dos patriarchas, seus successores, subsistiu algum laço entre as duas Igrejas.

Comtudo, *Miguel Cerulario*, sendo elevado á sé de Constantinopla (1054-1059), fez seus os pretensos motivos de queixa de Phocio e consummou o scisma grego. Houve, em 1274, no segundo concilio de Lyão, e em 1319 no concilio de Florença, tentativas de reunião, porém, não tiveram resultado por causa da obstinação ou da perfidia dos Gregos. A Igreja scismatica fez profissão de rejeitar a particula *Filioque*, bem que admittisse a divindade do Espirito Santo; não reconhece a soberania do papa e não tem completamente, a respeito do purgatorio, a mesma doutrina que a Igreja romana; os seus sacerdotes se casam, mas não os bispos.

147. — II. O espírito de independência que separou Constantinopla de Roma, abriu o caminho da revolta ás Igrejas do Oriente dependentes do patriarchado. Com effeito, viu-se o scisma multiplicar-se no seio da Igreja separada. As Igrejas particulares de Antiochia e Alexandria estão ainda, administrativamente, na dependencia do patriarchado de Constantinopla. Mas numa e noutra residencia, acham-se patriarchas gregos independentes, sob o titulo de *jacobitas* egypcios ou syrios, que conservaram, com as suas communidades de discipulos, os erros de Eutyches. Na Syria, na Mesopotamia, na Persia e nas Indias, varias seitas *nestorianas* têm tambem as suas crenças, a sua administração e os seus pastores

distinctos. Todas estas seitas, comprehendidas sob a denominação geral de *Igrejas scismaticas,* são inimigas umas das outras e nunca concordaram em cousa alguma.

Por outro lado, a Russia, depois de ter permanecido fiel ao Catholicismo muito tempo depois da revolta de Constantinopla, erigiu, no seculo XV, um patriarcha scismatico dependente de Byzancio, e Moscou veiu a ser o centro de uma nova Igreja, que conservava ainda o rito e os usos gregos. Mas, em 1667, *Nicon,* patriarcha de Moscou, tornou-se independente. Afinal, *Pedro o Grande,* imperador da Russia, em 1702, substituiu o patriarcha de Moscou por uma assembléa de bispos e dignatarios formando o Santo-Synodo. Confiou a esta assembléa o cargo da administração da Igreja russa orthodoxa, e como nomeava os membros dessa assembléa, teve realmente nas mãos toda a autoridade religiosa, salvo, todavia, as decisões dogmaticas. Pedro o Grande deu á Rússia uma liturgia em lingua russa, e, desde essa época, a Igreja russa orthodoxa era, na realidade, uma igreja nacional da qual o czar era o *curador* e *protector.* Dividia-se em três grandes patriarchados: Moscou, Kiev e Petrogrado. Era o imperador que nomeava os titulares dessas dignidades.

Accrescentemos que na Russia existem numerosas seitas scismaticas, em particular a dos *Raskolnicks* que não acceitaram as reformas de Nicon; ainda hoje conta mais de dois milhões de adeptos.

148. — III. Vê-se, pelo que precede, que a Igreja *grega scismatica* está longe de formar um todo homogeneo. A unica ligação importante que lhe une os membros, é a recusa de obediencia ao papa de Roma, com a negação da sua primazia sobre as Igrejas do mundo, e este erro doutrinal que se acha no berço do scisma do Oriente: a rejeição do dogma de que o Espirito Santo procede juntamente do Pai e do Filho. Cada patriarcado

scismatico formava, há pouco, uma Igreja distincta. O de Constantinopla estava collocado sob a dependência do sultão, discípulo de Mahomet, emquanto toda a Rússia reconhecia a autoridade do Santo-Synodo, mas se curvava sob os regulamentos que o soberano leigo sanccionava ou impunha por si mesmo á Igreja e ao clero.

Aliás, as diversas Igrejas scismaticas conservaram, além do conjuncto das crenças christãs, todos os sacramentos e a hierarchia da Igreja romana. Os offícios assemelham-se consideravelmente com os da Igreja grega unida. Um ponto importante, porém puramente disciplinar, distingue essas varias Igrejas do catholicismo romano, é a autorização do casamento dos sacerdotes. Todavia, o celibato é considerado entre elles como um estado mais perfeito, e os bispos são escolhidos entre os sacerdotes que não são casados.

149. — IV. Antes de iniciar o exame e a discussão das notas ou *caracteres* que auxiliam o reconhecimento da verdadeira Igreja de Jesus Christo, temos que fazer duas observações preliminares.

1.º A origem da Igreja grega scismatica está no seculo IX: começa por uma separação da Igreja romana, por uma revolta contra a supremacia do papa, em breve seguida de heresia; falta-lhe pois a perpetuidade no passado e não remonta directamente até Jesus Christo.

2.º Esta Igreja não póde ter a *autoridade no ensino.* Nosso Senhor disse: «Aquelle que vos ouve, a mim ouve; aquelle que vos despreza, a mim despreza.» Ora, como se ha de admittir que uma seita que se subtrahe á autoridade universalmente reconhecida até então, erigindo a sua insurreição em principio; em seguida, rejeitada pelo chefe supremo a quem Jesus Christo confiou o cuidado de vigiar sobre os pastores e sobre o rebanho; repellida, emfim, por todo o corpo episcopal encarregado de conservar no mundo o depósito da verdade; como se póde

admittir que esta seita seja ainda depositaria da autoridade necessaria para instruir e ensinar as nações? A simples razão havia de se insurgir contra essa theoria e, deste modo, antes de mais nada, a Igreja scismatica não se acha nas condições indispensaveis a uma sociedade christã que pretende ser a verdadeira Igreja de Jesus Christo.

ARTIGO II

A Igreja scismatica não tem os caracteres da verdadeira Igreja de Jesus Christo.

Exame desses diversos caracteres: 1.º a unidade; 2.º a santidade; 3.º a catholicidade; 4.º a apostolicidade. — Conclusão.

150. — Aquillo que já dissemos da origem e da situação presente da Igreja grega scismatica e da Igreja russa que della se separou, facilita muito a nossa tarefa e nos permitte dar a este exame certa rapidez e grande concisão. Não, a Igreja scismatica, — e nestas palavras comprehendemos os seus diversos ramos, — não possue os caracteres que Nosso Senhor assigna á sociedade christã, da qual é verdadeiramente o fundador e o guarda.

151. — I. *A unidade.* — Não a possue a Igreja scismática, quer se trate da unidade de *doutrina*, quer da unidade de *governo.*

1.º Não tem a unidade de *doutrina* absoluta e completa. Além de acharmos no seu seio as antigas seitas de Nestorio e de Eutyches, separadas umas das outras pela doutrina e anathematizadas pela Igreja romana da qual se separaram, não será por effeito de uma violação do grande principio da unidade doutrinal, que a Igreja scismatica existe hoje? Na realidade, ella não admitte mais os dogmas em que acreditava antes da revolta de Phocio e de Miguel Cerulario, a saber: esta verdade importante, primeira occasião ou primeiro pretexto da

separação, que o Espirito Santo procede juntamente do Pae e do Filho e lhes é consubstancial; e mais esta verdade essencial e capital no Christianismo: a primazia e a supremacia do papa sobre todos os bispos do mundo. Sem duvida, hoje, a Igreja scismatica possue certa unidade de doutrina, porém, de uma doutrina alterada, que não corresponde mais com a vontade de Jesus Christo: «Instrui as nações: ensinai-lhes a guardar tudo quanto eu mesmo vos ensinei ou confiei.»

2.º Não tem a unidade de *governo*. — Com effeito, como já dissemos entre os Gregos scismaticos, desde que rejeitaram a suprema autoridade do pontifice romano, uns reconhecem por chefe o patriarcha de Constantinopla; outros o de Antiochia; outros ainda, o de Alexandria. Esses diversos patriarchados não têm mais uns com outros laço algum de dependencia e acham-se antes em estado de hostilidade aberta.

A situação dos Gregos sob a dominação turca está de tal modo aviltada que nem os bispos, nem mesmo os patriarchas pódem tomar posse das suas funcções sem uma licença expressa do sultão, que se attribue o direito de decidir as questões religiosas como dirige os negocios civis.

Por outro lado, o clero russo estava curvado sob o sceptro do czar, que administrava a Igreja como lhe aprazia. Será isto o que teve em vista Jesus Christo quando disse ao chefe dos apostolos: «Apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas,» e quando formulou este voto: «Que não haja mais que um rebanho sob a direcção de uma só pastor!»

152. — II. *A santidade.* — A Igreja scismática não possue a santidade exterior que indicamos como o signal da verdade. Falaremos da santidade dos seus *fundadores?*

Si Phocio, Miguel Cerulario, Nicon e Pedro o Grande não tivessem sido ambiciosos assim como Euty-

ches e Nestorio, o Oriente seria ainda catholico. O scisma grego nasceu da paixão e não da santidade.

O Evangelho ficou sendo a sua lei moral: porém, hoje não dá fructos no meio dos povos separados do principio da vida, como ramos arrancados do tronco que lhes communicava uma seiva vivificante. Por isso, vê-se pouco ahi essa triplice manifestação da santidade interior de que falamos.

1.º *O heroismo da virtude* não se encontra nem nos membros da Igreja grega, nem nos conventos scismaticos, destroços do Catholicismo dos antigos dias, morada apparente de prece e mortificação, transformada muitas vezes em asylo de uma preguiça proverbial; nem tão pouco no clero desta Igreja, em que parece que todo o zelo e toda a perfeição estejam apagados ou paralysados. Segundo os testemunhos mais irrecusaveis, as dignidades e os cargos são muitas vezes comprados a dinheiro. A ignorancia e o aviltamento mancham os membros inferiores de um clero que se recruta hereditariamente numa casta sacerdotal. Os *popos* (1) russos são conhecidos por seu amor do lucro e da embriaguez, consequencia muito natural do meio por demais inferior donde são tirados. Todavia, realizou-se um progresso real no clero das cidades, mais instruido e de costumes mais dignos. Em summa, esta Igreja scismatica que continua a tributar honras aos santos, não deu ao mundo o espectáculo de um só santo, na accepção precisa da palavra e as personagens a quem a *Santa Russia* presta honras publicas são antes bemfeitores da nação, mais lendarios do que historicos.

2.º Será necessario accrescentar que, no seio do scisma, não se trata de *milagres?* Como interviria Deus com prodigios effectuados a favor de uma doutrina por elle condemnada e de uma revolta que vae de encontro

(1) Sacerdotes russos.

ás suas vontades? Por isso, a historia fica muda e não menciona nenhum desses factos tão admiraveis quão estupendos que foram sempre o apanagio de uma religião divina. Fala-se, ás vezes, de maravilhas alcançadas pelas orações de monges da Russia reputados piedosos e santos. Sem duvida, Deus poderá recompensar a sua devoção e a sua fé; porém, o milagre effectuado a favor dessa doutrina é cousa inaudita.

3.º Os verdadeiros *fructos de conversão* faltam á Igreja scismatica. O Oriente cahiu no scisma e na heresia pela culpa dos seus pastores; porém, nunca estes manifestaram o menor zelo pela conversão dos infieis: nem apostolos, nem missões para diffundirem ao longe o Evangelho! Só a scismatica Russia exerce uma propaganda: soube conquistar ao culto nacional mais de tres milhões de musulmanos da Europa e da Asia. Não está demonstrado que a fé foi a inspiradora desse movimento. Sabe-se, por outra parte, como se effectuaram as conversões á orthodoxia na Polonia e na Asia septentrional: pela violencia e pela perseguição. E' com a imposição da sua lingua, do seu culto e dos seus sacerdotes que a Russia sujeita as populações á sua conquista, sob pena de deportação e de exilio.

De 1878 a 1903 os missionarios orthodoxos da Russia tinham levado a sua propaganda ao Japão e recrutado ahi 27.000 indigenas administrados espiritualmente por um bispo e 40 sacerdotes que tiveram que abandonar o paiz no momento da declaração de guerra entre a Russia e o Japão.

153. — III. *A catholicidade.* — A Igreja scismática nem tão pouco tem esta nota da verdade: não é catholica, não é nem pretende tornar-se universal. A Igreja de Phocio é um producto exclusivamente oriental que nunca conseguiu tornar-se acceito no Occidente. A Igreja russa, que della se separou, nunca passará de uma Igreja

nacional, limitada pelas fronteiras do imperio. Não ouviu a ordem divina: «Ide, ensinai todas as nações; pregai o Evangelho a toda a creatura,» ou não se importa com realizal-a. Por mais vasto que seja, é evidente que o imperio russo não é universal e a sua diffusão não é a catholicidade do espaço.

Por acaso, teria esta Igreja a vantagem do *numero?* Os 118 milhões de partidarios que contam todas as Igrejas scismaticas, aliás divididas entre si, por dissentimentos profundos, e nos quaes só a Russia entra com 77 milhões de subditos, estão longe de alcançar a catholicidade numerica da Igreja romana.

E' evidente pois que as Igrejas scismaticas não têm o caracter de catholicidade necessario á verdadeira Igreja de Jesus Christo.

154. — IV. *A apostolicidade.* — Poderemos dizer que a Igreja scismatica possue a apostolicidade de *doutrina?* Não, pois que modificou o ensino dos apostolos e rejeita hoje o seu symbolo como a tradição apostolica a respeito da *procedencia* do Espirito Santo, e recusa ao papa o titulo de chefe da Igreja universal, bem que proclamado pelo Evangelho e reconhecido sem contestação durante os nove primeiros seculos do catholicismo.

Terá ella, pelo menos, a apostolicidade do *ministerio?* Tão pouco. Com effeito, a Igreja grega, na verdade, se prende por uma ordinação talvez valida á successão apostolica dos pastores; mas tendo esta Igreja começado por uma ruptura, os seus bispos e os seus sacerdotes deixaram, por isso mesmo, de ser os successores legitimos dos apostolos. Não são mais os herdeiros daquelles que foram encarregados por Jesus Christo de governar a sua Igreja. Separados da autoridade pontifical e anathematizados pelo supremo pastor a quem foi mandado que apascentasse o verdadeiro rebanho, estão, dora avante, sem communhão com a dynastia apostolica: é o que

explica cabalmente a esterilidade do scisma, no ponto de vista da graça e da santidade. Por conseguinte, a Igreja scismatica não póde pretender o caracter da apostolicidade.

Tiremos agora, de tudo quanto precede, uma conclusão geral. Longe de possuirem o conjuncto dos signaes ou caracteres que devem, segundo as intenções do divino fundador, evidenciar a verdadeira Igreja a todos os olhares, as sociedades scismaticas do Oriente e da Russia não possuem nenhuma dessas notas necessarias.

Não têm a *unidade* de dogma e de governo; são totalmente desprovidas das tres manifestações exteriores da verdadeira *santidade*, não tendo nem o heroismo da virtude, nem milagres, nem fructos de conversão; não possuem a *catholicidade* do espaço e do numero; afinal, falta-lhes a *apostolicidade* de doutrina, assim como a do ministerio. E' com razão pois que dizemos: O scisma grego ou russo não representa no mundo a sociedade christã estabelecida por Nosso Senhor e pelos apostolos. Ha muito tempo que o bom senso popular tirou esta conclusão. Quem, fóra dos paizes em que domina esta religião, teve jamais a idéia de se tornar scismático grego ou russo, por convicção, por amor da verdade ou da santidade? Esta Igreja separada póde ser um objecto de curiosidade e de estudo para os investigadores; porém, fica sem interesse como sem perigo para os crentes.

CAPITULO IV

A IGREJA PROTESTANTE NÃO É A VERDADEIRA IGREJA DE JESUS CHRISTO

Definição do protestantismo. — Divisão das materias deste capitulo.

155. — Pelo nome de *Igreja protestante*, designamos as differentes seitas que adoptaram a *reforma* reli-

giosa do seculo XVI. Luthero inaugurou o principio do *livre exame* e da interpretação individual da Biblia, e permittiu a cada um acreditar no que julgava encontrar na palavra de Deus, sob a inspiração particular do Espirito Santo. Era abrir uma via muito larga a todas as crenças possiveis; e, com effeito, o livre exame fez surgir uma multidão de opiniões religiosas as quaes, todas, se abrigaram sob o nome de reforma. Chamaram-se tambem *protestantes*, porque, em 1529, o imperador Carlos Quinto, para remediar as desordens suscitadas pela reforma, prohibiu qualquer innovação em materia religiosa, e os principes lutheranos *protestaram* contra essa decisão. Ás vezes, tambem, os protestantes são appellidados *huguenotes*, de uma palavra allemã (*Eidgenossen*) que significa «confederados por juramento.»

Hoje, as seitas protestantes são innumeraveis, e não podemos nem estudal-as, nem discutil-as em detalhe. Contentar-nos-emos com dar a conhecer os tres ramos principaes do protestantismo, que, pelo nome dos personagens reconhecidos como chefes, se chamam Igrejas *lutherana, calvinista* e *anglicana*; em seguida, agrupando-as sob o nome de *Igrejas protestantes*, provaremos de modo summario e geral que ellas não são a verdadeira Igreja de Jesus Christo, porque não possuem os *caracteres* que o divino fundador attribue á sua Igreja.

ARTIGO I

Noção das principaes Igrejas protestantes, lutherana, calvinista e anglicana.

Origem, noção e constituição actual: 1.º da Igreja lutherana; 2.º da Igreja calvinista; 3.º da Igreja anglicana. — Observações geraes.

156. — I. *Luthero,* nascido na Saxônia, em 1483, entrou na ordem dos Agostinhos e chegou a ser doutor da

universidade de Witemberg. Em 1517, sentido de que o papa Leão X, deixando de lado a ordem dos Agostinhos, confiára aos Dominicanos o cuidado de pregar as indulgencias concedidas aos que, por suas esmolas, contribuissem para a construcção da igreja de São Pedro de Roma, Luthero começou por atacar os abusos das indulgencias, os quaes podiam ser reaes na Allemanha; em seguida, a doutrina mesma das indulgencias; finalmente, o dogma do peccado original, a justificação e os sacramentos.

O papa condemnou as theses impregnadas de erro do frade revoltoso, e este appellou para o concilio; depois, recusou admittir a autoridade de um e de outro, pretendeu que cada um podia interpretar a Escriptura sagrada a seu modo, escreveu contra o purgatorio, o culto dos santos, o merito das bôas obras, pregou contra o celibato dos padres e os votos monasticos, autorizou o divorcio, a bigamia, o saque dos conventos, e, finalmente, a esta apostasia deu o nome de *reforma*.

Era evidente que semelhante doutrina levava á ruina e á destruição da religião pregada por Jesus Christo; mas lisonjeava o orgulho e as paixões, dirigia-se a um povo cuja fé e costumes já estavam abalados: grangeou, portanto, numerosos adeptos na Allemanha em primeiro lugar. Dahi, espalhou-se pela Dinamarca e pelo norte da Europa. Numa assembléa convocada em Augsburgo, em 1530, por Carlos Quinto, os discipulos de Luthero, sentindo a necessidade de pôr um symbolo em lugar daquelle que acabavam de destruir, redigiram, sob a inspiração de Melanchton, uma formula de profissão de fé, conhecida sob o nome de *Confissão de Augsburgo*, que se tornou a senha delles.

As formulas de fé se multiplicaram na Igreja lutherana, e hoje é difficil dizer qual é seu dogma. Mas a sua constituição religiosa é muito simples: Luthero conservou

o sacerdocio, aboliu o episcopado e supprimiu o papado. Comtudo, o sacerdocio de Luthero não é nada do sacerdocio de Jesus Christo. Com effeito, segundo elle, qualquer homem é sacerdote, por isso mesmo que tem fé em Jesus Christo. Assume e larga as funcções sacerdotaes á vontade. O lutheranismo recebe dos poderes temporaes a sua constituição civil ou administrativa. Bastante espalhado no norte da Europa central, conta em França uns 30.000 partidarios. Não existe na Europa meridional, nem tão pouco na America latina, a não ser por fracções diminutas provenientes de emigrantes.

157. — II. *Calvino* nasceu em Noyon (Oise), em 1509. Bem que nomeado cura de Marteville e depois de Point-l'Evêque, nunca recebeu as ordens. Partidario das idéas lutheranas, abandonou a França e retirou-se para a Suissa: primeiro, para Basiléia, e em seguida, para Genebra, onde contava poder dogmatizar mais livremente. Tomando de Luthero o principio do livre exame, deste extrahiu um protestantismo novo. Um livro por elle publicado em 1536, sob o titulo de *Instituição christã*, resume mais ou menos a sua doutrina. Encarece muitos erros de Luthero: a justificação gratuita, as consequencias do peccado original. O monge allemão conservára o sacerdócio; Calvino não quer nem papa, nem bispos, nem sacerdotes, mas só ministros e pregadores e cada um póde chegar a ser um delles e deixar de o ser: basta-lhe uma delegação. Não ha mais ceremonias nem culto exterior! A ordem foi suppressa e Calvino conservou somente a ceia. Luthero não pudéra deixar de reconhecer a presença real de Jesus Christo na Eucharistia; Calvino, porém, a rejeita: na ceia não vê mais que uma lembrança, e na communhão apenas uma manducação pela fé. De Genebra, onde dominava com despotismo feroz, Calvino espalhou suas idéas pela Suissa, um pouco na França,

mas principalmente nos Paizes Baixos, na Escocia e na Inglaterra.

Hoje, o calvinismo propriamente dito existe quasi que exclusivamente na Suissa e na França. Não tem verdadeira constituição religiosa. Ahi o dogma fluctua incerto, á mercê do livre exame; não possue jerarchia, pois que o sacerdocio e o episcopado foram abolidos e que todo o homem é ministro. A Igreja calvinista recebe dos governos a sua constituição administrativa. Na França, o decreto de 18 de Germinal, anno X, exige 6.000 calvinistas para formar um consistorio. Cinco igrejas consistoriaes formam um synodo. Além disso, ha em Paris um conselho central composto de 15 membros, e a faculdade de theologia calvinista ahi fusiona com a faculdade lutherana. Em Montauban, acham-se um seminario e uma faculdade calvinistas. Esta seita protestante conta na França 91 consistorios e 572 pastores ou ministros, para um numero de partidarios que chega mais ou menos a 720.000.

158. — III. *Henrique VIII*, rei da Inglaterra, a princípio, combateu energicamente a reforma de Luthero. Um livro escripto por elle contra a nova heresia, valeu-lhe do papa, em 1521, o titulo de *defensor da fé*. A paixão o arrastou primeiro ao scisma e em seguida á heresia. O papa Clemente VII negára a Henrique VIII, a licença de abandonar Catharina de Aragão, sua legitima esposa, para contrahir casamento com Anna Bolena. O principe irritado resolveu romper com Roma: em consequencia, fez-se declarar chefe supremo da *Igreja anglicana* (1531). Todavia, não alterou em nada a doutrina catholica, e a sua reforma, a principio, foi só disciplinar. Mas o protestantismo não achou muitas difficuldades para penetrar num paiz assim preparado á revolta. Depois da morte de Henrique VIII, seu successor, Eduardo VI aboliu o Catholicismo e estabeleceu a reforma. Afinal,

a rainha de Inglaterra, Isabel (1562), deu á Igreja anglicana a sua constituição definitiva. Bem que lhe impuzesse os erros lutheranos, conservou-lhe a jerarchia catholica, supprimindo somente a autoridade do papa que foi reservada á corôa; deixou-lhe a mais as igrejas, as ceremonias e quasi todo o exterior do Catholicismo.

Hoje, essa forma constitutiva ainda permanece a mesma. O soberano nomeia os titulares ás sédes episcopaes e deve vigiar pela conservação do symbolo redigido em 39 artigos pelas ordens de Isabel. A administração e a disciplina do clero são confiadas aos arcebispos e bispos. Apesar dos esforços dos reis, uma multidão de seitas *não conformistas* se estabeleceu no seio mesmo do anglicanismo.

Tal é a origem das seitas *lutherana, calvinista* e *anglicana,* e taes foram, no começo, os seus principaes erros. Mas, actualmente, esses ramos protestantes déram nascimento a um numero infinito de ramos menos importantes (1). Digamos só que, hoje em dia, distinguem-se, no protestantismo, dois partidos por assim dizer oppostos: os *orthodoxos,* cuja doutrina se assemelha bastante á dos primeiros chefes; lisongeiam-se de querer conserval-a ficando fieis a uma *confissão de fé;* os outros, os *racionalistas* ou protestantes *liberaes,* fieis ao principio do protestantismo, não marcando limites á interpretação individual das sagradas Escripturas e ao poder da razão humana, admittem o que lhes agrada e não receiam ultrapassar os seus predecessores.

Antes de refutar o protestantismo em geral, demonstrando que não possue os *caracteres* de verdadeira Igreja, façamos aqui algumas observações que se applicam ás varias seitas.

1.º Podemos contestar aos protestantes de todas as seitas a sua *origem christã.* Como pódem pretender

(1) Temos os *Evangelistas, Methodistas, Baptistas,* etc., etc.

remontar a Jesus Christo? Antes do século XVI, não se falava em protestantismo. Dizem que Jesus Christo é seu chefe, e eis que 16 seculos os separam do berço deste Jesus. Quando a sua Igreja se formou, ella não entrou em communhão com Igreja alguma já estabelecida; pelo contrario, separou-se com violencia de todas as Igrejas christãs que se achavam então sobre a terra. Portanto, a Igreja protestante não se prende, de modo algum, a Jesus Christo.

Para se livrarem deste apuro, os protestantes pretenderam que a Igreja cathólica, permanecida fiel durante os quatro primeiros seculos, tinha perecido e que elles a resuscitaram. Sendo assim, que seria desta palavra do divino fundador: «Eis que estou comvosco, todos os dias, até a consummação dos seculos?» A' vista disso, os protestantes imaginaram que eram os herdeiros ou successores das antigas seitas, desde os Donatistas, Pelagianos, Manicheus, até os Albigenses, Valdenses, Hussitas. Mas, como se ha de formar uma Igreja perpetua com heresias que não têm connexão nenhuma umas com outras e differem essencialmente?

Afinal, corando dos antepassados de que se honravam, os innovadores renunciam a uma filiação vergonhosa e mentirosa e ficam reduzidos a este subterfugio: pretendem que houve sempre, no seio da Igreja catholica, certo numero de *justos escondidos* que professavam, em segredo, os principios da reforma. Mas justos escondidos não pódem constituir a visivel e grande Igreja de Jesus Christo. «Como, pergunta Bossuet, admittir uma Igreja escondida, Igreja sem pastores, sem pregadores, sem fé, sem sacramentos, quando Jesus Christo ordenou aos seus apóstolos que pregassem a sua doutrina sobre os telhados e no mundo inteiro?»

Para não cahir em todas essas consequencias absurdas, os reformados tiveram que adoptar o systema de

Jurieu que faz consistir a Igreja de Jesus Christo na reunião de todas as Igrejas christãs. Mas, neste caso, de que serve a reforma? E essa confissão não é uma prova de que o protestantismo não possue a visibilidade perpetua da verdadeira Igreja?

2.º Outra condição que pertence á natureza intima da religião fundada por Nosso Senhor, é como já dissemos, a *autoridade do ensino*. Ora, é de toda a evidencia que o protestantismo não tem e não póde ter esta autoridade, oppondo-se a ella o principio do *livre exame*. Deste modo, seus pastores, longe de desempenharem o papel de enviados de Deus, não têm nem mesmo o de professores, porque, depois de terem exposto o seu parecer sobre as verdades religiosas, devem, para ser logicos, concluir sempre assim: «Tal é a convicção que me foi inspirada pelo Espirito Santo: si elle vos disser a mesma cousa, acreditai no que vos ensino, sinão, tendes que rejeitar a minha doutrina.» Aliás, esse ministro crerá amanhã o que elle prega hoje? Não ha de duvidar, depois de reflexão mais seria? Sempre o Espirito Santo inspirá-lo-á no mesmo sentido? Com certeza, não é a semelhante ensino que se applica a promessa do Salvador: «Eis que estou comvosco até a consummação dos seculos,» nem estas outras palavras: «Quem vos ouve, a mim ouve!»

ARTIGO II

As Igrejas protestantes não têm os caracteres ou notas da verdade.

Applicação ás Igrejas protestantes dos quatro caracteres: 1.º a unidade; 2.º a santidade; 3.º a catholicidade; 4.º a apostolicidade. — Conclusão.

159. — O histórico que acabamos de fazer das diversas seitas protestantes já nos revelou um vicio de origem: não provêm directamente de Jesus Christo.

Pudemos tambem notar outro defeito: o principio do *livre exame*, base do protestantismo, é a ruina da autoridade de ensino, indispensavel a qualquer religião e especialmente estipulada pelo fundador da Religião christã. Mas a Religião verdadeira necessita de *caracteres* evidentes, accessiveis ao primeiro olhar de qualquer homem attento: ora, esses signaes caracteristicos faltam totalmente ao protestantismo.

160. — I. *A unidade.* — As Igrejas protestantes não possuem, de modo algum, esta primeira nota distinctiva da verdadeira Igreja: não têm nem a unidade de *doutrina*, nem a unidade de *governo*. Houve, sem duvida, em certas épocas, e principalmente no principio do protestantismo, apparencias de unidade de crença. Foi em prol da unidade que se redigiram symbolos, e, em particular, o primeiro de todos, que tem o nome de *confissão de Augsburgo* (1530). Mas ha muito tempo que essas profissões de fé soffreram a sorte das cousas humanas e cahiram em ruina. Duzentos annos atraz, já Bossuet podia escrever a *Historia das variações da Igreja protestante*. E' preciso vêr neste livro todas as modificações trazidas á doutrina pelas varias confissões de fé, para verificar o que veiu a ser no protestantismo a unidade dogmatica. Antes de Bossuet, já havia a *confissão saxonica* (1551) e a de *Wittemberg* (1552) para os lutheranos; as de *Strasburgo, de França* e de *Genebra*, com mais quatro ou cinco da fabricação dos Suissos, para os calvinistas; duas confissões da Igreja *anglicana,* duas da Igreja da *Escocia,* e a de *Dordrecht* para a Belgica e os Paizes Baixos. O mesmo movimento de variação continuou depois.

«Este nome de protestantes, commum a tão grande numero de homens, escreveu um ministro evangelico, Steeg, abriga muitas *diversidades*... Ellas subsistem no mesmo paiz, na mesma cidade, na mesma rua. Serão

diversidades de mediocre importancia? De modo nenhum. São, ás vezes, muito grandes. Póde-se affirmar altamente que não ha *um só ponto* de doutrina admittido por alguns que não seja rejeitado por outros, ou submettido ás interpretações mais oppostas(1).» Esse texto extrahido de um relatorio official, lido em 1867 perante 80 ministros reunidos em Paris, não foi contestado por ninguem. Um homem fica protestante, bem que deixe de acreditar na Trindade e na Redempção. Na Hollanda, houve 1500 ministros sôbre 1800, que adheriram publicamente á *Vida de Jesus* por Renan. Sob a impressão dêsse perigo, a *alliança evangelica* tentou reagir. Quatro grandes assembléas convocadas em Londres, Paris, Berlin e Genebra, — esta ultima em 1866, — tiveram por resultado uma extranha confusão: não puderam entrar em accordo sobre tres artigos fundamentaes; a divindade de Jesus Christo desapparecera da fórmula e a *alliança evangelica* teve de dissolver-se. Os protestantes da França, reunidos em synodo geral em Anduze, em 1872, não se atreveram a introduzir esse dogma capital na sua nova *Declaração de fé* onde se acha somente determinado este minimo de crenças: a autoridade das Escripturas, a Redempção em Jesus Christo e os grandes factos christãos. Uma fracção do Synodo, — cerca de um terço, — recusou mesmo admittir essa declaração e retirou-se para formar Igrejas liberais, autônomas e dissidentes.

O partido que permaneceu orthodoxo, teve em Reims, no mez de maio de 1905, um synodo officioso. Impotente para crear a união, mesmo entre os membros presentes, limitou-se a convidar os seus partidos: a interpretarem a declaração de Anduze na plena liberdade da sua consciencia christã.»

(1) Relação do senhor Steeg, publicada no jornal protestante: *Le disciple du Christ*, 15 de maio de 1867.

Por conseguinte, hoje, o protestantismo tem somente este symbolo de fé: *Quot capita tot sensus!* Tantas opiniões quantas cabeças.

Quanto á unidade de *governo*, ella não existe na Igreja protestante. A julgar pelo que acontece sob os nossos olhos, e isso na mesma nação, a unidade falta completamente. Só na França, o protestantismo se dividia em dois ramos: os *lutheranos* e os *calvinistas*. — Estes se subdividem em *orthodoxos* e em *liberaes* ou separatistas. Possuem 503 igrejas synodaes, das quaes 109 não são officiaes. São regidas por 572 pastores, dos quaes só 451 são officiaes; 120 não dependem do Estado e entre elles conta-se certo numero de *Evangelistas* (1). Em outros paizes, particularmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, a divisão é muito maior.

Na Igreja protestante, os pastores não têm uns com outros nenhum vinculo de subordinação: os conselhos, os consistorios e os Synodos lutheranos ou calvinistas não se occupam sinão em determinar o temporal, e quando querem tocar no dogma ou na disciplina, são detidos, em toda a parte, por opposições absolutas. Falta-lhes, com effeito, com a autoridade de um só chefe que mande, a união dos corações e das vontades, assim como das intelligências, e não realizam, por maneira alguma, o desejo de Jesus Christo: «*Unum ovile et unus pastor;* um só rebanho sob a conducta de um só pastor.» A Igreja protestante, pois, não possue o primeiro caracter da verdadeira Igreja.

161. — II. *A santidade.* — Em que ponto estão as Igrejas protestantes em relação á santidade, manifestada exteriormente pelo *heroismo da virtude*, pelos *milagres*, e pelos *fructos de conversão?*

1.º *O heroismo da virtude.* — As Igrejas protestantes são incapazes de possuir esta primeira manifestação de

(1) *Echo do Synodo de Reims*, 1905.

uma santidade que não existe no interior: com effeito, os principios da reforma tendem igualmente á ruina da moral e do dogma. Para os protestantes, o homem é salvo pela fé: neste caso, as bôas obras são inuteis e a unica regra de conducta se resume em praticar o que parecer bom. Ora, não ha criminoso que não possa escorar com esta maxima os seus actos mais culpados. Que se ha de responder áquelle que pretende, com Luthero, não ter liberdade moral? Si o homem não é mais senhor da sua vontade, não póde mais haver heroismo na pratica do bem, como não haverá mais limite na fraqueza e decadência. Por isso, assim como o confessam os mesmos protestantes, entre elles não se acham aquelles fieis de um e outro sexo, que se consagram a Deus de modo absoluto para instruir os ignorantes e alliviar os infelizes com uma dedicação que só é inspirada pela devoção e piedade.

O celebre protestante Leibnitz (*affirma-se que morreu catholico*), admirando todas as dedicações catholicas, não podia deixar de gemer sobre a esterilidade do protestantismo que ainda não produziu um verdadeiro missionario, uma unica irmã de caridade. Comtudo, não queremos dizer que entre os protestantes não haja nem méritos, nem virtudes. Ha certamente entre elles, como em toda a parte, almas virtuosas e christãs, sôbre as quais a bôa fé e a sinceridade attrahem grandes graças de Deus; mas nem por isso deixa de ser verdadeiro que o protestantismo nunca se atreveu a comparar os seus santos com os heroes do Christianismo.

Aliás, já se notou que os melhores dentre os protestantes acabam quasi sempre por se converter ao catholicismo: o seu amor sincero da verdade é habitualmente recompensado pelo conhecimento da verdadeira fé, e a virtude os encaminha para o Catholicismo. Pelo contrario, si acontecer, ás vezes, que certos catholicos

abandonem a sua religião pelo protestantismo, verifica-se que eram os menos fieis dentre os catholicos e que são os peores dentre os protestantes. E' isso que se dá desde Luthero e Henrique VIII até os ultimos catholicos que, para viver de modo mais conforme ás suas paixões e obter algum dinheiro, abraçaram a pretensa reforma.

2.º *O milagre.* — A Igreja protestante nunca reivindicou para si a autoridade do milagre, e não sem razão. Póde-se desafiar a citar um só dos seus membros que fosse autor ou instrumento de um milagre effectuado a favor da doutrina reformada. Sabe-se o máu exito que teve Calvino na sua tentativa de resurreição de um morto. Um de seus historiadores, Bolsec, conta que, para autorizar a sua missão, elle pretendeu fazer um milagre. Um pobre diabo de Genébra, pago para desempenhar esse papel, devia fingir-se doente; em seguida, simular que era morto, e afinal, resuscitar á voz do novo propheta. No meio da multidão que se apinhava para contemplar o prodígio, Calvino orou e ordenou á morte que restituisse a sua víctima, mas tudo foi em vão: Deus ferira de morte o impostor, e morto e frio ficou. Desde então, o protestantismo não falou mais em milagre e tomou a resolução de negar até a sua possibilidade: é o mais cabal reconhecimento da sua impotencia.

3.º *Os fructos de conversão.* — A dar credito ás estatísticas fornecidas pelas *sociedades bíblicas*, o protestantismo, nos quinze ultimos annos, estaria em progresso, passando o numero dos seus partidarios de **146** a 166 milhões.

Mas observemos, primeiro, que esses numeros são fornecidos pelos protestantes mesmos que, segundo o seu costume, contam uma conversão por biblia gratuitamente dada e acceita.

Mas, suppondo mesmo que esses dados fossem certos, estariam elles em relação com os meios naturaes

de que dispõem as seitas protestantes? — Segundo as estatisticas mais recentes, as diversas nações protestantes teriam nos «paizes infieis» 9382 operarios apostolicos, dos quaes 5233 só por conta da Inglaterra e 952 retribuidos pelas sociedades allemães (1).

A situação delles é das mais vantajosas: cada um recebe um ordenado minimo de 2500 francos na America e de 6000 francos na Asia; si fôr casado, recebe ainda 1000 francos e mais 500 francos para cada um de seus filhos. Muitas vezes também o missionario protestante accumula as funcções e os ordenados.

Numerosas sociedades protestantes fornecem soccorros e meios de propaganda. A *Sociedade biblica* da Inglaterra por si só gasta annualmente para este fim 48 milhões (*isto é, mais de* 9000 *francos por missionario, ou* 5 *a* 6 *contos em moeda brasileira*). Si a este numero accrescentarmos as quantias dadas por outras sociedades, chega-se a um total annual de 83 milhões (2) a pôr em parallelo com os sete milhões alcançados pelas missões catholicas. Um missionario anglicano, o senhor Buchanam, tinha, pois, razão em dizer, faz alguns annos, numa relação official: «Nenhuma nação teve jamais, para a extensão das suas crenças, tão grandes meios e facilidades.» Accrecentemos ainda que as missões protestantes não trabalham sinão sob a protecção dos nacionaes de que dependem e á sombra da sua bandeira.

Ora, com todos esses elementos de bom exito, a que resultado chegou a propaganda protestante? Ha poucos annos, dizia o bispo anglicano de Salisbury: «Declaro, pesaroso, que os nossos missionarios não têm bom exito (3).»

---

(1) *Annuario pontifical*, 1905.
(2) — — —
(3) Vêr os documentos authênticos dados pelo cardeal inglês Wiseman, nas suas *Conferencias*, t. II.

Registremos tambem esta declaração de um jornal protestante das Indias: «Hoje, diz-se bem alto o que antes só se cochichava: a obra das missões protestantes na India só teve um mesquinho resultado.» (*Madras Mail,* 6 de outubro de 1876.) Outra folha das Indias inglezas nota que todo o zelo dos missionarios protestantes consiste em semear Biblias e pretende que, entre os infieis convertidos ao protestantismo, não se póde achar «um só christão digno deste nome.» (*European,* 20 de outubro de 1877.).

Desde aquelle tempo ter-se-ão completamente modificado as condições do protestantismo? E' preciso, para acredital-o, esperar por annaes seriamente redigidos. Um escriptor protestante, num livro intitulado: *Agonia do protestantismo,* poude declarar que sôou a hora da morte para a Igreja de Calvino.» No mesmo tempo, o doutor Brüchner, na Allemanha, discorria sobre a *decadencia do protestantismo,* e o doutor Ewer, na America, pregava sobre o *máu exito do protestantismo.* As seitas protestantes são, pois, condemnadas por aquelles mesmos que teriam missão de defendel-as. Os seus fructos de conversão, muito discutiveis, são aliás longe de corresponder aos recursos de que dispõem os pastores e missionarios protestantes, e, por conseguinte, temos direito de lhes contestar, ou antes, de lhes negar o segundo caracter da verdade.

162. — III. *A catholicidade.* — O protestantismo não forma uma sociedade catholica ou universal. Com effeito, cada uma das suas seitas, considerada separadamente, é apenas conhecida num canto do globo, e nenhuma se póde desenvolver sem se dividir ainda. O lutheranismo occupa só parte da Allemanha e do norte da Europa e não passou das fronteiras a que tinha chegado durante a vida do seu autor. O calvinismo permaneceu estacionario na Suissa, na Escocia e em algumas provincias da

França. O anglicanismo, é verdade, penetrou, com os seus missionarios, nas vastas colonias inglezas, depois, na America e na Africa; porém, está longe, como acabamos de verificar, de ter feito a conquista desses paizes.

Não se póde, realmente, considerar como uma só Igreja um amontoado de seitas que não têm entre si laço algum de crença e de administração e se anathematizam umas ás outras. Comtudo, por excesso de condescendencia, admittamos que o pretestantismo, em geral, não forme mais que uma unica sociedade; assim mesmo, estará ainda muito afastado da catholicidade da Igreja romana, em relação ao *espaço* e ao *numero.*

Com effeito, os protestantes são desconhecidos em varias grandes nações da Europa: Espanha, Italia; são pouco numerosos na França, na Turquia, na Grecia, na Russia e nos paizes balkanicos. A' excepção das Indias, não têm provincias na Asia; na Africa, não occupam sinão as regiões recentemente colonizadas pelos Inglezes e são quasi ignorados na Oceania, exceptuando a Australia. Na America, dominam apenas nos Estados Unidos, e nos outros paizes têm adeptos só entre os emigrantes de paizes protestantes que pouco a pouco desapparecem na massa do povo catholico; eis quanto á catholicidade do espaço.

Quanto ao numero, a inferioridade do protestantismo é ainda mais notoria. Ainda que a estatistica já citada, dando 166 milhões de protestantes, fosse exacta, a Igreja romana, por si só, seria ainda muito mais numerosa que todas as seitas protestantes reunidas,

Em presença desses dados, é permittido perguntar aos protestantes, quando rezam o symbolo dos apostolos que elles conservaram, o que entendem por estas palavras: «Creio na santa Igreja *catholica,*» e si pódem applicar este artigo ás suas seitas?

163. — IV. *A apostolicidade.* — Ponhamos o protestantismo em confronto com esta apostolidade exigida por Jesus Christo, a qual comprehende juntamente a *doutrina* e o *ministerio.*

Em primeiro lugar, o protestantismo não tem a apostolicidade de *doutrina.* Com effeito, os apóstolos, escolhidos por Jesus Christo transmittiram só uma fé, os mesmos sacramentos, o mesmo culto, condemnando as divisões, os scismas, as heresias, collocando-as no rol das obras que excluem do reino dos céus. Ora, os protestantes terão a mesma fé? Não, pois que todas as variações da Igreja protestante são motivadas por pontos de doutrina admittidos por uma seita e rejeitados por outras.

Sobre este artigo fundamental do Christianismo, a *Eucharistia,* quantas divergencias no seio do protestantismo! Os lutheranos reconhecem a presença real de Jesus Christo na Eucharistia; os calvinistas a rejeitam; outras seitas a interpretam a seu modo. Somente sobre este ponto, surgiram, no seio do protestantismo, mais de vinte interpretações differentes: então será possivel dizer que todas essas seitas ficaram apostolicas? Notam-se as mesmas divergencias a respeito dos sacramentos: certos protestantes, admittem cinco sacramentos, outros tres e outros somente o baptismo. O anglicanismo conservou as ordenações e a jerarchia cathólica; Luthero só reconhece o sacerdocio; para o ministro, Calvino exige só uma delegação. Onde se ha de achar nisso a doutrina apostolica?

Afinal, cada seita protestante arranjou um culto do qual são eliminadas as imponentes ceremonias que a Igreja recebeu dos apostolos. Por conseguinte, não se póde pretender que o protestantismo tenha a apostolicidade de doutrina.

Não póde, nem tão pouco, reivindicar a apostolicidade de *ministerio*. Esta, dissemos, consiste na successão ininterrupta dos bispos sobre as sédes estabelecidas pelos apostolos ou por seus successores legitimos, segundo os regulamentos instituidos ou sanccionados pelo chefe da Igreja universal. Ora, é evidente que nem Luthero, nem Calvino, nem Henrique VIII pertencem a esta successão. Luthero inaugura o seu ministerio pela revolta; Calvino e Henrique VIII não receberam a ordenação sacerdotal. Aos chefes do protestantismo e a todos os ministros das diversas seitas, podemos, pois, dirigir estas palavras de Tertuliano aos innovadores do seu tempo: «Mostrai-nos a origem das vossas Igrejas, a ordem e a successão dos vossos pastores, de modo que possais remontar até os apostolos ou até qualquer desses homens apostolicos que perseveraram até o fim na communhão dos Apostolos, visto que é assim que as Igrejas verdadeiramente apostolicas justificam que o são.» E tambem se pódem applicar a todos os protestantes as palavras que santo Optato de Milevo escrevia dos Donatistas: «São filhos sem paes, discipulos sem mestres, successores sem predecessores, pastores sem rebanhos.»

Dir-se-á talvez que, na falta de successão apostolica, os chefes do protestantismo receberam immediata e directamente de Deus a missão necessaria para reformar a Igreja, como são Paulo para trabalhar na sua fundação? — Neste caso, mostrem-nos elles os seus títulos; dêm provas da divindade da sua missão! «Sim, repetiremos com Tertuliano, mostrem elles por que autoridade exercem a missão que se attribuem; próvem que Jesus Christo lhes deu o poder de fazer milagres: só assim é que reconheceremos os verdadeiros apostolos de Jesus Christo.»

De tudo quanto precede, concluamos que as Igrejas protestantes não têm a *apostolicidade*, como não possuem os outros caracteres da Igreja verdadeira: *a unidade, a catholicidade;* e que, por conseguinte, por titulo algum, pódem reivindicar o privilegio e a honra de representar sobre a terra a sociedade fundada por Jesus Christo e propagada pelos Apostolos.

Muito bem disse Bossuet dos adeptos de todas essas seitas: «Cada um arranjou, para si mesmo, um tribunal onde se tornou o arbitro da sua crença. Deste modo, logo se previu que as seitas se multiplicariam ao infinito; que a teimosia seria invencivel; e emquanto uns não deixariam de disputar ou dariam os seus devaneios como inspirações, outros, cansados de tão insanas visões, e não podendo mais reconhecer a majestade da Religião dilacerada por tanta seitas, iriam afinal procurar um descanso funesto e uma completa independencia na indifferença das religiões e no atheismo (1).»

A este ponto chegou o protestantismo; está vacillante entre a indifferença e o atheismo; comtudo, Bossuet, no seu genio entrevia outra sahida: «Si o meu juizo não me enganar, disse elle, e si, lembrando a memoria dos seculos passados, os comparar ao estado presente, atrevo-me a crer, e vejo os sabios partilhar este sentimento, que os dias de cegueira passaram, e já é tempo para a luz resurgir (2).» Com effeito, a volta para o gremio da Igreja catholica, eis o refugio dos protestantes sinceros, desilludidos pelas funestas consequencias do livre exame. Este movimento de volta já começou. Na Inglaterra e na Escocia, no principio do seculo XIX, havia só 120.000 catholicos e hoje passam de 5.000.000, e este augmento proveiu dos anglicanos mais virtuosos e mais instruidos. A Hollanda se en-

(1) *Oração funebre da rainha da Inglaterra.*
(2) *Ibid.*

caminha para a unidade religiosa. Os Estados Unidos contam hoje 14 arcebispos e 78 bispos catholicos, ajudados por mais de 8.000 sacerdotes e regendo um numero superior a 20.000.000 de fieis. Na Allemanha, a sciencia religiosa traz ao seio da Igreja catholica, os espiritos mais rectos e os corações mais honestos. E' de crer que as nações protestantes hão de chegar ou ao Catholicismo total ou ao racionalismo e ao atheismo total: não é isso tambem uma demonstração evidente de que a verdade não está no protestantismo, mas sim, uncamente, na verdadeira Igreja de Jesus Christo, que é o Catholicismo (1)?

CAPITULO V

AS PREROGATIVAS DA IGREJA EM GERAL

Estado preciso da questão. — Divisão deste capitulo.

164. — No ponto a que chegamos, resulta das nossas precedentes demonstrações que só a *Igreja catholica romana* permanece de pé, só ella póde arrostar o confronto da sua constituição presente com as vontades explicitas do fundador divino do Christianismo, apresentar, ella só, as notas ou caracteres assignados por Jesus Christo á

(1) Eis um quadro que mostra claramente o augmento da religião catholica, durante oito annos, quer nos paizes mixtos da Europa, quer no paizes de missão:

	Em 1895	Em 1903
Allemanha	18.000.000	20.321.141
Inglaterra e Escocia	3.200.000	5.500.000
Hollanda	1.650.000	1.790.461
Russia	3.335.000	11.326.804
Suissa	1.400.000	1.383.135
Indo-China	790.772	1.036.165
China	670.000	762.000
Japão	47.000	56.321
Africa	3.200.000	3.028.404
Estados Unidos da America do Norte	10.000.000	14.000.000

Faltam dados certos do Canadá, das Antilhas, da Australia, da Turquia e da India.

Os numeros de 1895 são extrahidos de La Vera Roma (1897); os de 1903 provêm da Estatistica do mesmo anno feita pelo P. Krose.

sua Igreja: a unidade, a santidade, a catholicidade, a apostolicidade.

Todas as seitas rivaes estão agora sem direito ás suas pretensões e têm que reconhecer que lhes falta o cunho da verdade.

Mas esta Igreja catholica romana, não a conhecemos sinão na sua *constituição* e nos seus *caracteres* distinctivos; é preciso ainda estudarmos os seus *direitos* ou *prerogativas*.

Por *prerogativas* da Igreja, entendemos certos direitos ou privilegios que Nosso Senhor, na sua qualidade de mestre todo poderoso e fundador divino, quiz attribuir á sociedade religiosa por elle fundada sobre esta terra, para que ella pudesse exercer efficaz e livremente a sua missão até o fim dos seculos. Algumas dessas prerogativas pertencem á *Igreja em geral;* outras são particulares ao *soberano Pontifice*. Vamos estudal-as successivamente.

Em primeiro lugar, reconhecemos á *Igreja em geral* duas grandes prerogativas: 1.° a *autoridade* no governo dos fieis; e 2.° a *infallibilidade* no ensino da doutrina religiosa. O estudo desses dois direitos ou privilegios será o objecto dos dois artigos que seguem.

ARTIGO I

Da autoridade da Igreja no govêrno dos fiéis.

I. Natureza desta autoridade: é toda espiritual. — II. Direitos que são a consequencia della: 1.° Poder de ensino; 2.° poder de ministerio; 3.° poder de governo.

165. — I. E' um facto certo que a Igreja recebeu do seu fundador autoridade inteira e plena no governo dos fieis. Como provas disso, só queremos as palavras de Nosso Senhor já muitas vezes citadas: «Assim como meu Pae me enviou, eu tambem vos envio.» (*S. João,* xx, 21.).

Todo o poder me foi dado no céu e na terra: ide, pois, instrui todas as nações, ensinando-lhes a observar tudo quanto eu mesmo vos confiei.» (*S. Math.* XXVIII, 20.) No ensino dogmatico ou moral, a autoridade possuida pela Igreja, é a autoridade mesma de Jesus Christo que está sempre com sua Igreja. (*S. Math., Ib.*) Na administração dos fieis, é a mesma autoridade divina que é communicada á Igreja: «Tudo quanto tiverdes ligado sobre a terra, será ligado no céu.» (*S. Math.*, XVIII, 18.) «Quem vos ouve, a mim ouve; quem vos despreza, a mim despreza.» (*S. Lucas,* X, 16.) «Tratai como um pagão e um publicano aquelle que não ouve a Igreja.» (*S.Math.*, XXVIII, 17.)

Portanto, é preciso reconhecer que Jesus Christo deu autoridade á sua Igreja. A mesma razão nos diz que assim devia ser, porque, desde que o Salvador fundava uma sociedade religiosa, era preciso, para lhe assegurar a existencia, o principio necessario da autoridade. Vemos, pelos textos do Evangelho, que esta vontade de Jesus Christo é expressa e formal.

Mas qual é a natureza desta autoridade da Igreja?... Certamente deve ser da mesma ordem que a missão que lhe foi confiada. Ora, a sua missão, e, por conseguinte, a sua autoridade, é, antes de tudo, *espiritual.* Todavia, esta missão se applica aos homens, e a condição da Igreja é viver no meio delles, participando da sua existencia temporal. Dahi nascem relações delicadas e, ás vezes, complicadas, entre os interesses espirituaes e temporaes.

Comtudo, em principio, os dois poderes *espiritual* e *temporal* são distinctos. Jesus Christo mesmo os distinguiu, dizendo, numa circumstancia memoravel:

«Dai a Cesar o que é de Cesar, a Deus o que é de Deus.» (*S. Math.*, XXII, 21; *S. Lucas,* XX, 25.) Os apostolos pregaram a mesma doutrina (*S. Paulo, Rom.*,

XIII, 7; *S. Pedro, I.ª Ep.*, II, 18) e aconselharam o respeito ao poder estabelecido. Toda a tradição reconheceu este principio da distincção dos poderes. Nada mais exacto e mais preciso que esta linguagem de Justiniano nas *Novellas:* «Deus confiou aos homens o sacerdocio e o imperio: o sacerdocio para administrar as cousas divinas, e o imperio para presidir ás cousas humanas.» Muitas vezes, os papas tiveram occasião de lembrar aos imperadores esta importante distincção: disso são prova as cartas do papa Gelasio a Anastacio, de Osio de Córdova ao imperador Constancio, de Innocencio III a Aleixo Comneno; e o terceiro concilio de Latrão, nos seus decretos, sancciona esses mesmos principios.

Mas, justamente porque a autoridade espiritual da Igreja confina com as cousas temporaes, as sociedades terrestres puderam, ás vezes, consideral-a como rival ou como suspeita. A sua attitude para a Igreja póde apresentar tres aspectos: ou a tratam como alliada, ou como inimiga, ou se mantêm indifferentes. Si a Igreja achar protecção da parte dos governos humanos, mostra-se grata por esse apoio e o aproveita para bem das almas; si encontrar hostilidade, reclama energicamente a sua liberdade e os seus direitos, e soffre a perseguição com paciencia, esperando por dias melhores, que sempre acabam por chegar. Mas a indifferença será possivel? Em theoria, sim; na pratica, não. E' o que demonstra a história do passado. E se, na hora presente, fala-se de *separação da Igreja e do Estado,* além de ser a rejeição de uma alliança antiga de 18 seculos e fecunda em beneficios, é para recear que, sob o nome de separação, se esconda realmente o systema da oppressão da Igreja pelo Estado. Eis porque a Igreja é opposta a esse principio que desapprovaria com menos energia, si os governos consentissem a lhe deixar, como

nos Estados Unidos da America do Norte, a sua independencia e a sua liberdade, porque então, pela mesma necessidade das cousas, se tornaria bem depressa mais prospera e mais poderosa.

166. — II. Comtudo, a Igreja, por virtude da sua instituição, e pela vontade formal de Jesus Christo, possue e deve conservar a autoridade espiritual. Ora, o exercício dessa autoridade implica um tríplice poder: 1.º o poder de *ensino;* 2.º o poder de *ministerio;* e 3.º o poder de *govêrno.* Importa precisar tudo muito bem.

1.º *Poder de ensino.* — A Igreja recebeu a missão de ensinar todos os povos. Tem, por conseguinte, o direito e o dever de espalhar a verdadeira doutrina, de pregar e catechizar, manter e explicar as suas crenças entre os povos já christãos, e propagal-as entre as nações ainda infieis ou hereticas. Deve cuidar da educação dos fieis, preservando-os de qualquer erro, e isto, livremente, sem que o Estado tenha que intervir nem pelo *exequatur,* nem pelo *placet.* «Condemnamos, diz o concilio do Vaticano, e reprovamos as maximas dos que dizem que a communicação do chefe supremo com os pastores e os rebanhos póde ser legitimamente impedida, ou a tornam dependente do poder secular, pretendendo que as cousas estabelecidas pela Séde apostolica ou em virtude da sua autoridade, têm força só quando estiverem confirmadas pelo assentimento do poder secular.» (*Constit. dogmat. De Ecclesia,* I, c. III.)

Os bispos têm, por direito divino, a obrigação de proscrever as doutrinas perversas, os máus livros e tudo quanto poderia prejudicar a fé: desobedecer-lhes nestes pontos, seria desobedecer a Jesus Christo.

Si a Igreja reivindica todas essas liberdades da palavra e do ensino, não é para impôr as suas doutrinas pela força; não, ella respeita a liberdade de consciencia: expõe a verdade e deixa os homens livres de acceitá-la.

Assim procederam os Apostolos e os Doutores de todos os tempos, e não se deve lançar na conta da Igreja os abusos que ella condemna.

2.º *Poder de ministerio.* — Em virtude deste poder, a Igreja, que tem a missão de trabalhar directamente sobre as almas e sanctifical-as, administra os sacramentos com inteira e plena independencia, pois que tal é o meio estabelecido e exigido por Deus. Tem o direito de recrutar e perpetuar o seu sacerdocio, e a sua autoridade se extende sobre o casamento christão como sobre os outros sacramentos: é o unico arbitro para crear impedimentos ao laço sagrado e para delles dispensar. Concede indulgências, festas e determina as ceremônias do culto; tem direito de possuir templos para os fiéis vivos e cemiterios para os mortos, Tudo isso, com effeito, faz parte integral do livre exercicio da sua autoridade sobre as almas e sobre as consciencias.

Mas, para poder exercer livremente o seu poder espiritual, poderá a Igreja tocar tambem nas cousas temporaes? Sim, respondem a justiça e a historia. Realmente, as almas são unidas a corpos e são inseparaveis da sociedade terrestre, e acontece, muitas vezes, que são accessiveis só por intermedio das cousas sensiveis e terrestres. E' por isso que a Igreja, em todas as épocas da sua existencia, reivindicou sempre o *direito de propriedade*, e eis porque acceitou tambem o *direito de soberania*.

Possuir é um direito natural já reclamado por são Paulo. (*I Cor.*, IX, 3.) Todos os apologistas, desde são Justino, Tertuliano, Orígenes, até os de nossos dias, todos os concilios e em particular o de Trento, sempre reconheceram e proclamaram este direito que pertence a todo o cidadão, e fornece á Igreja o meio de administrar o seu culto, prover ás necessidades dos pobres e á pregação do Evangelho. Suas propriedades são sagradas

pela origem e pela destinação; estão baseadas em direitos tanto mais inviolaveis que são o fructo da caridade dos fieis; não se póde levar sôbre ellas mão violenta sem praticar uma injustiça e um sacrilegio, e os homens que dellas são unicamente os depositarios não as pódem alienar nem dellas se desfazer.

Ha uma differença essencial entre *possuir* cousas temporais na qualidade de proprietário, e *governá-las* como soberano. A Igreja reivindica o primeiro desses direitos e não fez mais que acceitar o segundo no decurso dos seculos. Hoje, porém, este direito de soberania não é nem menos incontestavel nem menos sagrado. Os papas são soberanos legitimos de Estados que lhes pertencem, não somente por virtude de uma prescripção de quinze seculos, mas por direito de doações regulares assignadas por Pepino e Carlos Magno, pelo direito das nações acceito por toda a Europa que, assim como raciocina Bossuet, via nesta soberania a garantia da liberdade espiritual da Igreja (1). Assim, comprehende-se que os papas, que não são, afinal de contas, sinão os depositarios deste poder temporal, reclamem a sua manutenção, como é seu direito e dever.

3.º *Poder de governo.* — Por essas palavras, entendemos o direito que tem a Igreja de se administrar. Em virtude deste poder chamado tambem *jurisdicção,* a Igreja faz tres cousas: 1.º Provê á administração religiosa dos paizes fieis, e mesmo dos christãos dispersos no meio das nações ainda infieis; 2.º promulga leis; 3.º assegura a execução das mesmas por penas coercitivas. Em tres palavras, o poder de governo é *administrativo, legislativo* e *coercitivo.*

a) Para administrar os paizes fieis, a Igreja, por meio do papa, divide o imperio christão em *dioceses,* e

(1) Para mais amplos detalhes, o leitor póde consultar o nosso Estudo do tomo IV, cap. VIII: *O poder temporal dos papas.*

as dioceses em *parochias*. Para governar as dioceses, o papa nomeia os bispos: é o seu direito pessoal e proprio, si não houver concordata modificando esta regra; os bispos, por sua vez, nomeiam os *vigários* para administrar as parochias: é tambem o seu direito pessoal e próprio, fóra o caso de concessões concordatárias modificando esse principio.

Nos paizes infieis, o papa, a favor dos christãos que alli pódem se achar, estabelece *vicariatos apostolicos* cuja jurisdicção é entregue a bispos *in pártibus infidélium*. Estes, por sua vez, confiam a sacerdotes auxiliares, ou missionarios, uma parte da sua jurisdicção. E' ainda em virtude do mesmo poder administrativo que o papa em toda a Igreja, e os bispos nas suas dioceses, approvam ou instituem as *ordens religiosas* ou as *communidades*, sociedades particulares baseadas sobre a pratica dos conselhos evangelicos. Depois de lhes ter dado estatutos, a Igreja as toma sob a sua protecção, defende seus direitos e reclama para ellas a liberdade da virtude e do sacrificio.

b) A Igreja, em virtude do seu direito *legislativo*, póde promulgar leis e decretar preceitos obrigatorios para os fieis. Este direito é exercido pelo papa e pelos concilios geraes sobre os christãos do mundo inteiro: dahi os *mandamentos da Igreja*. Os bispos pódem igualmente dar estatutos e lavrar leis e regulamentos para as suas dioceses.

Assim o quiz Nosso Senhor, e era perfeitamente justo. Com effeito, sem leis poderia existir uma sociedade séria e bem constituida? E as leis não suppõem um poder legislativo? Por isso, desde a origem do Christianismo, vemos, nos *Actos dos Apostolos*, que são Pedro e os seus collegas no apostolado instituem regulamentos de disciplina e os formulam em nome mesmo do Espirito Santo (cap. xv, 28 e seguintes). Desde esse tempo, a Igreja exerceu sempre o mesmo poder em todos os seus

concílios; além disso, os papas e os bispos não deixaram de fazer leis e regulamentos para os fieis confiados á sua jurisdicção. Essas leis devem necessariamente variar segundo as circumstancias, os tempos e os povos; comtudo, serão sempre a interpretação razoavel e legitima da lei natural e da lei divina. Tambem, para assegurar a execução das suas leis e dos seus regulamentos, a Igreja tem o direito de possuir os seus tribunaes e os seus magistrados: é a consequencia do poder legislativo; e todos os christãos, reis ou subditos, são submettidos aos seus julgamentos no ponto de vista da consciencia e do espiritual.

c) A Igreja goza também de um *poder coercitivo*, isto é, depois de ter feito leis e designado juizes para cuidar da sua execução, tem o direito de lavrar sentenças e decretar penas contra os subditos rebeldes. Este direito é reclamado pela razão; de outro modo, para que serviriam as leis, si o legislador não dispuzesse do poder necessario para as fazer observar castigando os culpados? O direito coercitivo pertence, pois, ao papa, aos concílios geraes, aos bispos, que são os legisladores da Igreja; é manifestamente incluido no poder que lhes foi dado de ligar e desligar, e tambem, nesta palavra do Evangelho: «Si alguem não attender á Igreja, que seja tratado como pagão e publicano.» (*S. Math.*, XVIII, 17.) Eis toda a doutrina da excommunhão: são Paulo a proclama e della faz uso expulsando da Igreja um christão de Corintho, que se tornára criminoso (*I Cor.*, V, 3), e dois hereges, Hymeneu e Alexandre. (*I Tim.*, I, 20.)

Ora, as penas que a Igreja inflige são de duas qualidades: umas são puramente *espirituaes* e dizem respeito á alma: são a *excommunhão*, a *suspensão*, o *interdicto*, penas habitualmente chamadas *censuras*, cuja consequencia é a privação dos sacramentos e das preces publicas,

do exercicio das funcções sagradas e da sepultura christã; as outras são *terrestres* ou *temporaes*, tendo por fim emendar a alma com a dôr imposta ao corpo, muitas vezes causa ou cumplice do peccado. Estas penas afflictivas são a privação dos bens e da liberdade, as penitencias corporaes, etc.

Quanto ás penas *espirituaes*, quem poderia criticar o uso dellas? Em direito, não seria uma derisão pretender que a Igreja deve guardar no seu seio membros que a ridicularizam, desprezam, insultam, e não querem nada com ella? Na realidade, a historia e a experiencia nos mostram que qualquer sociedade teve sempre o direito de rejeitar os subditos rebeldes, e a Igreja se mostrou sempre mais clemente que todas as demais sociedades deste mundo.

Pelo que diz respeito ás penas *temporaes*, a Igreja é que deve julgar da opportunidade de as applicar segundo o tempo, as circumstancias e os povos. Mas, em principio, é preciso reconhecer que a Igreja manda a seres humanos compostos de corpo e alma, e, portanto, póde pungil-os por um duplo gladio: o que fere directamente a alma e o que, para attingir a alma de modo indirecto, fere o corpo. A Igreja sempre usou tanto deste gladio como do primeiro e disso temos a prova nos *cânones penitenciaes* dos primeiros seculos, nos *estatutos* e *anáthemas* dos concilios, etc. O concilio de Trento reconhece expressamente este direito á Igreja (*Sess.*, XXV, cap. III) e é preciso confessar que delle usou, no decorrer dos seculos, só para manter a justiça e o direito do fraco contra o forte, para salvaguardar a moral, a santidade do matrimonio, a liberdade das consciencias christãs e a independencia dos povos contra os seus oppressores. Não se deve lançar na conta da Igreja o que é da respon-

sabilidade das instituições humanas. Si, por exemplo, Estados catholicos, em certas épocas, julgaram dever classificar entre os crimes a heresia ou a magia, e decretar penas contra os rebeldes, como culpados contra o bem da sociedade, a Igreja não é responsavel das severidades do poder secular.

Si hoje, a Igreja, por causa das difficuldades e das circumstancias, se mostra mais condescendente, isso não é uma razão para condemnar o que era o seu direito no passado, e poderia ainda ser o seu direito no presente e no futuro. Bento XIV, no seu rescripto *Ad assíduas* (1759), Pio VI na bulla *Auctorem fidei* (1794), e Pio IX no *Syllabus* (1864, proposição XXIV^a^) condemnaram formalmente a opinião que recusa á Igreja o direito de empregar, sendo precisa, a força exterior.

Taes são os direitos e privilegios da Igreja no *ensino*, no *ministerio* e no *governo* dos fieis: tudo isso resulta da plena e completa autoridade que recebeu de seu fundador para cumprir sua missão e sanctificar as almas. Um escriptor protestante do seculo passado, Guizot, disse da Igreja catholica romana: «E' a maior escola de respeito que tenha apparecido sobre a terra.» Com effeito, nessa Igreja só se conhecem duas cousas: a autoridade e o respeito; a autoridade nos que mandam e falam em nome de Deus; o respeito nos que são os discipulos e subditos dessa autoridade.

A Igreja romana impõe o seu ensino com autoridade, exerce com autoridade o seu ministerio sanctificador, ordena com autoridade o que é moral e bom; e todos os que querem ficar seus discipulos e filhos, ouvem a sua palavra, recebem a sua direcção, obedecem ás suas leis com submissão e respeito: é só com esta condição que permanecem catholicos.

ARTIGO II

Infallibilidade da Igreja no ensino da doutrina religiosa.

I. Infallibilidade: em que consiste. — II. Sua necessidade. — III. Promessas divinas. — IV. Em quem reside a infallibilidade — V. Conclusões.

167. — I. *A infallibilidade* entendida no seu sentido geral, é a impossibilidade de se enganar. Esta palavra, applicada á Igreja e ao seu ensino, exprime a impossibilidade em que se acha a verdadeira sociedade, fundada por Jesus Christo, de professar e ensinar o erro. Notemos, antes de mais nada, que *infallibilidade* não é a mesma cousa que *impeccabilidade*. A infallibilidade é o privilegio de não poder enganar-se no ensino; a impeccabilidade seria o privilegio de nunca commetter peccado; ora, esta prerogativa não pertence á Igreja e não foi objecto de promessa alguma. A primeira, pelo contrário, foi dada á Igreja, não em tudo e para tudo, mas sim na esphera em que deve exercitar a sua missão, isto é, no ensino das verdades que dizem respeito á fé, ao regulamento dos costumes e á disciplina geral. Fóra desses pontos, a Igreja não goza da infallibilidade doutrinal; mas, sobre estas questões, é impossivel que a sua crença, as suas decisões, os seus ensinos sejam contrarios á verdade.

168. — II. A infallibilidade no ensino era necessária á Igreja; com effeito, a simples razão a reclama tanto como a fé nol-a ensina. Qual devia ser sôbre a terra o papel da Igreja? Era, em primeiro lugar, guardar intacto o deposito da Revelação. Para que ella pudesse instruir o mundo e para que este não se transviasse no erro, Deus lhe confiou a verdade na sua palavra escripta e inspirada. Deixando nas mãos da Igreja este deposito sagrado, Deus lhe devia uma assistencia especial na guarda infallivel da Revelação, para impedir o erro de alteral-a.

Mas não basta guardar o deposito divino, é preciso abril-o, comprehendel-o, e quando surgem interpretações diversas, é preciso dar-lhes o verdadeiro sentido e, si fôr necessario, impôl-o ás almas com obrigação de acreditar nelle. Porisso, a Igreja precisava do privilégio da infallibilidade nas suas interpretações doutrinaes. «A infallibilidade, disse de Maistre, não é outro cousa senão a soberania,» e accrescenta, com razão, que ao reclamar a infallibilidade para a Igreja, não se exige, na realidade, privilégio algum a não ser o de todas as soberanias que se comportam todas como necessariamente infallíveis. Como, pois, a sociedade christã tem como base uma crença, é ainda mais necessario que o nosso acto de fé descanse sobre uma infallibilidade absoluta. Emfim, a sociedade christã deve progredir na luz e na verdade: o livro da Revelação está terminado; comtudo, é preciso, segundo as necessidades, deduzir delle consequencias dogmaticas e moraes. Como é que a Igreja o havia de fazer com segurança, e como os fieis poderiam ficar certos de não estar induzidos em erro, sem o privilegio da infallibilidade?

Assim é que a razão exigia essa prerogativa para a Igreja. Mas Jesus Christo quiz realmente dar-lhe semelhante privilegio? Sim, e para disso ter a convicção basta ler o Evangelho.

169. — III. Effectivamente, Nosso Senhor afiançou á sua Igreja uma assistencia que não é outra cousa sinão a infallibilidade.

1.° Disse: «Si alguem não attender á Igreja, que seja tratado como um pagão e um publicano.» (*S. Math.*, XVIII, 17.) Notemos primeiro que Jesus Christo fala da Igreja por elle fundada, da sua Igreja em geral, e quer que todos os homens em todos os tempos e todos os paizes, cheguem por ella á verdade: portanto, ha de cuidar della para impedir que cahia no erro. De outro

modo, seria preciso dizer que Nosso Senhor quiz precipitar todo o mundo na mentira: o que seria um absurdo e uma plasphemia.

2.º Quando mandou os seus Apostolos pregar o Evangelho, o Salvador lhes disse esta palavra, já muitas vezes citada: «Ensinai a todas as nações; eis que estou comvosco até a consummação dos seculos.» (*S. Math.*, XXVIII, 20.) Ora, estas palavras: «Estou comvosco,» indicam uma assistencia positiva de Jesus Christo, assistencia que os acompanhará na sua missão de apostolos, de modo que os povos deverão acreditar nelles como em Jesus Christo. Além disso, o Salvador promette estar com elles «todos os dias,» isto é, sem interrupção, até o fim dos seculos. Esta infallibilidade deve, pois, durar tanto como a Igreja.

3.º São Paulo diz por sua vez: «A' sua Igreja, Deus tem dado apóstolos, pastores, doutores para que cheguemos todos á unidade de uma mesma fé, e não sejamos como meninos, impellidos por qualquer vento de doutrina.» (*Ephesios*, IV, 11-15.) Ha, por conseguinte, uma autoridade estabelecida por Deus para manter a unidade da fé. Ora, como seria mantida essa unidade necessaria, si os que têm por missão instruir e dirigir pudessem cahir no erro? São Paulo reconhecia, pois, implicitamente a infallibilidade dessa Igreja que alhures elle chama «a columna e o fundamento da verdade.» (*I Tim.*, III, 15.)

170. — IV. Mas em quem reside o privilegio da infallibilidade? Exceptuando são Pedro e os papas, seus successores, — os quaes receberam promessas especiaes, assim como veremos mais adiante, — o privilegio da infallibilidade doutrinal não foi dado a nenhum bispo em particular. A promessa se dirigia somente ao *collegio* dos Apostolos reunidos, e a sua efficacia persevera somente no *corpo* dos bispos seus successores.

Póde, portanto, acontecer que um e até muitos bispos cahiam num erro contra a fé: isso, infelizmente, aconteceu com bastante frequencia, visto que a historia nos ensina que as heresias foram muitas vezes occasionadas ou propagadas por bispos seduzidos ou enganados; mas é impossivel que a Igreja inteira se engane sobre um ponto doutrinal. Deste modo, a defecção de certo numero de pastores não impede a Igreja de ser infallivel e o privilegio da infallibilidade permanece para a unanimidade moral dos bispos.

171. — V. Dêsse princípio geral, importa tirar conclusões particulares e precisas. Pergunta-se: mas quando e como a Igreja goza e usa do seu privilegio de infallibilidade? Para responder a esta questão, é útil conhecer uma distincção feita desde muito tempo pelos theólogos.

Notam elles duas maneiras de conceber a infallibilidade: chamam uma a *infallibilidade negativa* e outra, *infallibilidade positiva*. Eis, por exemplo, que a Igreja se acha dispersa pelo universo. Acontece que sobre um ponto de doutrina, crença ou moral, o papa e os bispos ensinem actualmente a mesma cousa. Será possivel que a unanimidade moral ou a maioria dos pastores esteja no erro sobre este ponto? Não, respondem os theologos, porque Nosso Senhor prometteu estar com os Apostolos e os bispos, seus successores, «todos os dias,» até a consummação dos seculos. Ora, a Igreja não póde estar constantemente reunida em assembléa conciliar; por conseguinte, mesmo no estado de dispersão, ella goza da infallibilidade, porém, de uma infallibilidade *negativa,* neste sentido que, desta crença universal e unanime, não resulta uma nova verdade de fé ou uma definição doutrinal que todos os fieis estejam obrigados a admittir por uma adhesão positiva. Comtudo, neste caso, o privilegio não é menos real, e não somente a palavra divina permitte

reconhecel-o, mas a razão o reclama, porque o tribunal infallivel e supremo, estabelecido por Jesus Christo, deve ser permanente, pois que o erro póde surgir cada dia; e a Igreja não seria esse tribunal permanente si precisasse reunir-se para ter a certeza de ensinar a verdade.

Quanto á *infallibilidade positiva*, ella consiste em poder dar, sem receio de erro, uma decisão dogmatica e moral, e tornal-a obrigatoria para todos os christãos do universo cathólico. Certamente, esse privilégio foi dado á Igreja por Jesus Christo, seu fundador: decorre desta promessa: «Eis que estou comvosco...» Todavia, a Igreja goza e usa desta infallibilidade positiva somente em determinadas circumstancias: é quando, reunida em concilio geral, a Igreja formula uma definição dogmatica ou moral. Ora, para um concilio geral, é preciso: 1.º que todos os bispos catholicos tenham sido convocados, e certo numero delles estejam presentes e possam realmente representar a Igreja catholica; 2.º que as deliberações sejam perfeitamente livres de qualquer constrangimento exterior; e 3.º que o papa presida a assembléia por si mesmo ou por seus legados, e si não presidiu em pessôa, que dê a sua approvação ás decisões do concilio e lhes communique, deste modo, a infallibilidade positiva de que é a fonte.

E' muito certo que, nestas condições, o concilio geral representa a Igreja, e então as promessas de infallibilidade absoluta recebem a sua execução. Não se póde dizer outro tanto de um concilio particular que não representa a Igreja universal. Por maior que seja a sua autoridade, ella não é infallivel.

Portanto, para resumir esta questão, a Igreja, mesmo no estado de dispersão, goza de uma *infallibilidade negativa*, e, de facto, não póde ensinar universalmente um erro dogmatico ou moral; reunida em concilio geral, goza e usa da sua *infallibilidade positiva*, não

podendo, nem de direito nem de facto, formular uma doutrina que não seja conforme á verdade.

CAPITULO VI

DAS PREROGATIVAS ESPECIAES AO SOBERANO PONTIFICE

Razões destas prerogativas. — Divisão do capitulo.

172. — Do mesmo modo que Jesus Christo deu á sua Igreja em geral certos direitos e prerogativas que abonam a efficácia da sua missão, assim quiz elle assegurar ao chefe desta Igreja certos direitos e privilegios necessarios para alcançar o fim da sua instituição. Segundo a observação de Bossuet, é por Pedro que Nosso Senhor começa a distribuição das suas prerogativas. «Era manifestamente o desígnio de Jesus Christo assentar primeiro num só o que, ao depois, queria distribuir por muitos. Mas a continuação não destrõe o principio, e o primeiro não perde o seu lugar, porque as promessas de de Jesus Christo, assim como os seus dons, não têm arrependimento (1).»

Ora, pelo facto de Pedro se tornar o chefe dos Apostolos e de toda a Igreja, precisava elle de uma autoridade primeira ou principal, ou da *primazia,* não somente de uma primazia de honra entre iguaes, mas de uma primazia de jurisdicção e governo, tal qual a possue um soberano; e porque Pedro tinha a missão especial de guardar o deposito da verdade contra o erro e fazer voltar ao bom caminho os que delle se desviassem, precisava igualmente da *infallibilidade.* Taes são, com effeito, as duas prerogativas especiaes ao soberano Pontifice: 1.º A *primazia* na jurisdicção e no govêrno; e 2.º a *infallibilidade* doutrinal nas materias relativas a fé e aos costumes. Vamos explicar, nos dois artigos que seguem

(1) *Pratica sobre a unidade da Igreja.*

esses direitos e privilegios do papa, os quaes são hoje dogmas catholicos.

ARTIGO I

Primazia do papa.

I. A primazia foi dada a são Pedro: testemunhos do Evangelho. — II. Ella se transmitte aos Papas, seus successores. Prova-se isso: 1.º pela razão; 2.º pelo ensino tradicional; 3.º pelos Concilios. — III. Consequencias desta primazia.

173. — I. Antes de tudo, é um facto certo que Nosso Senhor deu a são Pedro a primazia sobre os outros Apostolos, e uma primazia que não é somente de honra, mas sim de poder e autoridade. Para se convencer disso, basta lembrar alguns testemunhos tirados do Evangelho.

1.º Depois de dirigir a Pedro esta palavra que faz delle o fundamento da fé: «Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja...» o Salvador accrescenta logo: «Dar-te-ei as chaves do reino dos céus e tudo quanto ligares sôbre a terra será ligado no céu, e tudo quanto desligares sobre a terra será desligado no céu.» (*S. Math.*, XVI, 18-19.) A este respeito, Bossuet faz a consideração seguinte: «E' como si lhe dissesse: Tu, que tens a prerogativa da pregação da fé, terás tambem as chaves que designam a autoridade do governo... Tudo está submettido a estas chaves: reis e povos, pastores e rebanhos (1).» O poder das chaves implica, pois, o poder de mandar e absolver, de governar e dirigir toda a Igreja.

Em outro lugar, Jesus Christo diz a são Pedro: «Apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas.» (*S. João,* XXI, 15-17), isto é, segundo o bello commentário de Bossuet, recebe o cuidado «de apascentar e governar tudo: os cordeiros e as ovelhas, os filhos e as mães, até os pastores; pastores em relação aos povos, e ovelhas em relação a Pedro, honram nelle a Jesus

(1) *Pratica sobre a unidade da Igreja.*

Christo, confessando tambem que é muito razoavel exigir-se delle um amor mais entranhado, pois que tem mais dignidade e um cargo mais elevado.» (*Ibid.*)

174. — II. Mas essa primazia dada a são Pedro deve se transmittir aos soberanos Pontifices, seus successores legitimos.

1.º A *razão* o reclama. — Com effeito, Jesus Christo estabeleceu a primazia de um chefe só para manter na Igreja a unidade de fé e de governo, e poder assim fundar e governar a sociedade christã.

Mas essa unidade de crença e de regime deve durar tanto como a propria Igreja, isto é, até a consummação dos seculos. E' necessario pois que haja sempre um chefe. E' preciso que o edificio tenha sempre a sua base; o rebanho, o seu pastor; de outro modo, as promessas divinas deixariam de se cumprir: a obra seria incompleta e ferida de morte.

2.º E' o que sempre proclamou o *ensino tradicional* da Igreja, desde os Apostolos até os tempos presentes, como o provam a historia e os escriptos dos doutores. Com effeito, sempre, desde são Pedro que é o primeiro por toda a parte, em todos os actos em que intervem a Igreja, vemos o papa falar e portar-se do mesmo modo, na qualidade de chefe dos bispos e dos fieis. Por exemplo, quando se trata de convocar um concilio geral, é o papa que tem a iniciativa: é elle que convoca a assembléa e dirige as discussões. Quando surge uma questão litigiosa entre os bispos, é o pontifice de Roma que a julga em ultima instancia. E em virtude de que direito? Porque é o successor de são Pedro e herdou seu pleno poder.

3.º E' tambem o que reconhecem e proclamam os concilios. — Já no anno de 325, o concilio de Nicéa estabelecia esta primazia dos pontifices romanos, successores de Pedro. O concilio de Latrão, em 1215, a reconhecia com não menor evidencia. O segundo concilio de Lyão (1245) tratou da reunião das duas Igrejas grega e latina.

Ora, o Oriente e o Occidente subscreviam, com perfeito accordo, esta definição: «A santa Igreja romana possue o soberano e pleno primado e principado sobre a Igreja catholica inteira e reconhece com humildade tel-o recebido, com a plenitude do poder, do Senhor mesmo, na pessôa do bemaventurado Pedro, principe dos apostolos, do qual o Pontifice romano é successor.»

Em 1445, o celebre concilio de Florença dizia: «Definimos que a santa séde apostolica e o pontifice romano têm a primazia sobre o mundo inteiro, que o pontifice romano é o successor do bemaventurado Pedro á pessôa do qual Nosso Senhor Jesus Christo deu o pleno poder de reger e governar a Igreja universal, assim como determinam as actas dos concilios ecumenicos e os sagrados cânones.»

O concilio do Vaticano (1870) depois de ter lembrado esse ensino dos concilios, o sancciona nestes decretos: «Si alguem disser que o bemaventurado Pedro não foi constituido chefe de toda a Igreja militante, não recebeu mais que uma primazia de honra e não de jurisdicção verdadeira..., ou que o pontifice romano não é o successor de Pedro na mesma primazia, seja anathema.» (Const. dogm. *De Ecclesia,* cap. III, c. I e II.)

175. — III. As consequências dessa primazia do soberano Pontifice, lembrados pelo mesmo concilio do Vaticano (cap. III) são: 1.° Que todos os christãos, pastores e fieis, cada um e todos, quaesquer que sejam o seu rito e a sua dignidade, lhe são submettidos, não só nas cousas que dizem respeito á fé e aos costumes, mas tambem nas que pertencem á disciplina e ao governo da Igreja universal; 2.° que o papa póde e deve communicar livremente com os pastores e os rebanhos sem a intervenção do poder secular; e, por conseguinte, é reprovada e condemnada a theoria dos que dizem que essa communicação póde ser legitimamente impedida pelos poderes

constituidos, e que os actos da santa sé só têm fôrça por virtude do consentimento do poder secular; 3.º que o soberano Pontifice é o juiz supremo dos fieis, e que se póde recorrer á sua decisão para todas as causas que são da competência ecclesiástica; 4.º que, pelo contrário, a sentença da sé apostolica, acima da qual não ha nenhuma autoridade, não póde ser reformada por pessôa alguma, e não é permittido a quem quer que seja julgar a sua determinação. Por conseguinte, não é permittido appellar de uma sentença dos soberanos Pontifices para o concilio ecumenico como si fosse uma autoridade superior ao pontifice romano.

Ja se vê, isso é a condemnação das antigas doutrinas que tanto ruido fizeram e tanto estorvaram a Igreja sob os nomes de *Gallicanismo* na França, de *Josephismo* na Allemanha e de *Regalismo* na Italia.

ARTIGO II

Infallibilidade do Soberano Pontifice.

I. Sentido preciso desta infallibilidade — E' provada: 1.º pela Escriptura sagrada: 2.º pela tradição catholica; 3.º pela definição do concilio do Vaticano. — Consequencias da infallibilidade pontifical. — II. Solução das objecções: 1.º objecções historicas; 2.º objecções theológicas; 3.º objecções philosóphicas. — Conclusão.

176. — I. Antes de provar a *infallibilidade doutrinal* do soberano Pontífice, façamos aquí algumas observações importantes e essenciaes.

1.º Tratando-se do papa, assim como da Igreja, não se deve confundir a *impeccabilidade* com a *infallibilidade*. Entre todas as creaturas, a impeccabilidade ou privilegio de nunca peccar, foi concedido somente á santissima Virgem: nunca se falou em attribuil-o ao soberano Pontifice. Este póde peccar ou errar no seu procedimento; porém, possue a infallibilidade, isto é, não póde, como chefe da Igreja, enganar-se no ensino.

2. A infallibilidade assegurada ao papa não é uma infallibilidade *humana*, mas *divina:* é um privilegio com que Deus o favorece, do mesmo modo que o investe dos outros poderes, e isso somente no exercicio do seu cargo, para preserval-o de erro no seu poder supremo de apascentar ou governar toda a Igreja.

3.º Por conseguinte, a infallibilidade pontifical não se extende a todos os actos nem a todas as palavras do papa; elle póde enganar-se como homem privado; poderia, fóra das suas attribuições, cahir no erro e a elle arrastar os outros; porém, quando fala como chefe da Igreja, e, dirigindo-se ao universo catholico, dá, de modo solenne e para toda a Igreja, uma definição a respeito da fé ou da moral, não se póde enganar; é o que enunciamos dizendo que o papa é infallivel, falando *ex cáthedra*. Ora, esta doutrina é de fé, assim como vamos demonstral-o: 1.º pelas *palavras de Jesus Christo;* 2.º pela *tradição cathólica* de todos os tempos; e 3.º pelas *definições dogmaticas* do concilio do Vaticano.

177. — I. *Provas tiradas do Evangelho.* — Sem dúvida, as palavras *infallibilidade do papa* não se acham no Evangelho, como nem tão pouco a palavra *consubstancial*, para exprimir a perfeita igualdade do Pae e do Filho, nem a palavra *transubstanciação*, para enunciar a presença real de Jesus Christo na Eucharistia. Mas que importa isto, visto que a idéa expressa por estas palavras alli se acha de modo equivalente? Falando a são Pedro, Nosso Senhor lhe dirigiu palavras já muitas vezes citadas, e de que é facil tirar o sentido preciso e exacto da infallibilidade.

1.º «Tu és Pedro, disse o Salvador, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ella.» (*S. Math.*, XVI, 18.) São Pedro é, pois, a base sôbre a qual descansa todo o edifício da Igreja; por conseguinte, si Pedro viesse a cam-

balear ou a fraquear, é a Igreja inteira que seria abalada; porém, não é possivel! Nosso Senhor affirma que as portas do inferno, isto é, as potencias do erro, segundo o sentido tradicional, nunca pódem prevalecer contra a pedra assentada por Deus: portanto, Pedro é infallivel.

2.º «Rezei por ti, para que a tua fé não desfalleça. Quando estiveres convertido, confirma teus irmãos.» (*S. Lucas,* XXII, 32.) Assim, Jesus Christo rezou por Pedro, e a prece de um Deus é certamente efficaz; rezou para que a sua fé seja inabalavel, e impeça a fé dos outros de desfallecer. Ora, si Pedro viesse a errar, esta promessa deixaria de se cumprir; longe de reerguer seus irmãos e firmá-los na verdade, é elle que deveria ser levantado e reencaminhado. Mas isto não póde ser: a palavra de Deus é infallivel, e, por conseguinte, Pedro não póde errar na fé.

3.º Por duas vezes, Nosso Senhor lhe disse: «Apascenta os meus cordeiros», e afinal: «Apascenta as minhas ovelhas.» (*S. João,* XXI, 15-17.) Donde resulta que Pedro é estabelecido pastor de todo o rebanho, dos cordeiros e das ovelhas, dos fieis e dos pastores, como já o dissemos. Ora, o pastor conduz e dirige o rebanho: é tambem elle que o alimenta. Mas as almas vivem da verdade e não do erro; e si Pedro viesse a ensinar a mentira, não nutriria mais o rebanho, não o governaria mais; pelo contrario, seria o rebanho que deveria então dirigir o pastor e fazê-lo voltar á verdade: seria precisamente o inverso da promessa divina.

Segundo estes textos, perguntamos: de bôa fé, qual é o poder proprio, excepcional e supremo que Nosso Senhor quiz dar a são Pedro, a não ser a *infallibilidade* propriamente dita? Dir-se-á talvez: Mas Jesus Christo não deu já esta infallibilidade aos Apóstolos reunidos e por elles a toda a Igreja? Sim, sem duvida, porém, como

diz Bossuet, «o fim não destróe o principio,» e o Salvador póde dar em particular a Pedro o privilegio concedido ao collegio dos Apostolos; de tal maneira que será constituido o guarda e o oraculo da invariavel e divina verdade.

Taes são, pois, as promessas especiaes feitas a Pedro. Mas serão hereditarias? Sim, respondemos nós, e é assim, como vamos vêr, que o entende toda a tradição catholica.

2.º *Provas tiradas da tradição.* — Em primeiro lugar, é manifesto que os motivos que tinha Nosso Senhor de dar á Igreja, na pessôa de Pedro, um chefe infallivel e supremo, subsistem com os seus successores, e, sob pena de fallir ás suas promessas, devia assegurar-lhes as mesmas prerogativas até a consummação dos seculos. Por isso, os Padres da Igreja, os concilios e a tradição reconheceram sempre no papa um poder sem restricção nem exame quando definira de modo solenne um ponto de doutrina ou moral. Era um adagio por toda a parte admittido que o Pontifice romano continuava a ser o órgão do primeiro papa infallível. No meio do quinto século, o papa são Leão escreve ao concílio de Epheso (451) as verdades que são de fé a respeito da Incarnação, e 600 bispos exclamam: «Pedro falou pela bôcca de Leão: Pedro é sempre vivo na sua séde.» O sexto concilio geral (3.º de Constantinopla, 680) dirá o mesmo: «E' Pedro que falou por Agathão.» Segundo o *Formulario de Hormisdas*, subscripto pelos Padres do 8.º concilio ecumenico (4.º de Constantinopla, 870), é preciso submetter-se a todos os decretos da sé apostolica, porque a Religião foi sempre conservada pura e sem mancha na sé romana.

Ora, isso não é somente uma theoria: vemos, na historia, que, na realidade, por toda a parte e sempre, as controversias são terminadas pelas decisões dos pontifices romanos. «Roma falou, a causa está julgada,» dizia santo Agostinho, quando, em 417, o papa Innocencio

I condemnou as doutrinas de Pelagio. Sempre succedeu o mesmo. No seculo XVI, quando Leão X reprovou os erros de Luthero, mais tarde quando Urbano VIII (1641), Clemente XI (bulha *Unigenitus,* 1713), Pio VI(bulla *Auctorem fidei,* 1794), condemnaram Baio, Jansênio, Quesnel e todos os erros jansenistas: por toda a parte se encontrou a mesma submissão. Em nossos dias, a definição dogmatica *Ineffabilis* de Pio IX sobre a Immaculada Conceição (1854), foi acolhida com o mesmo respeito, e é preciso dizer outro tanto da Encyclica *Quanta cura* e do *Syllabus,* que, em 1864, condemnaram os erros modernos. Podemos, pois, concluir de accordo com Bossuet: «Pedro fica, nos seus successores, o fundamento dos fieis. E' Jesus que o disse, e o céu e a terra passarão, porém, não passará a sua palavra.»

3.º *Definições dos concilios.* — Durante muito tempo, a infallibilidade pontifical, acceita como uma verdade, não foi definida como um dogma. Comtudo, já os concilios geraes indicavam a crença universal e faziam presentir uma definição dogmatica. E' assim que o segundo concílio de Lyão (1274) subscreveu uma porfissão de fé em que se dizia que, «surgindo questões sobre a fé, é pelo juizo do pontifice romano que devem ser definidas.» O concilio de Florença, em 1445, definiu que «o pontifice romano é o successor do bemaventurado Pedro, principe dos apostolos, é o vigario de Jesus Christo, o chefe de toda a Igreja, o pae e o doutor de todos os christãos e tem pleno poder para reger e governar a Igreja universal.» Ora, como cada uma dessas prerogativas e cada uma dessas expressões poderia ser verdadeira si o pontifice romano não gozasse da infallibilidade doutrinal?

Portanto, a questão não era nova quando, em 1870, a 18 de julho, o concilio do Vaticano julgou opportuno formular uma definição ainda mais nitida e precisa

nesta solenne declaração: «E' dogma divinamente revelado que o pontífice romano, quando fala *ex cáthedra,* isto é, quando, desempenhando o seu cargo de pastor e doutor de todos os christãos, em virtude da sua suprema autoridade apostolica, define que uma doutrina a respeito da fé ou dos costumes deve ser acreditada pela Igreja universal, goza plenamente, pela assistencia divina que lhe foi promettida na pessôa do bemaventurado Pedro, dessa infallibilidade de que o divino Redemptor quiz que a sua Igreja fosse provida quando define a doutrina em relação á fé ou aos costumes, e, por conseguinte, que semelhantes definições do pontifice romano são de si mesmas irreformaveis, e não em virtude do consentimento da Igreja. Si alguem tivesse a temeridade de contradizer a nossa definição, que seja anathema!» (Constit., *Pastor æternus.*).

As *consequencias* dessa definição dogmatica são: 1.º Que o papa goza absolutamente da mesma infallibilidade que a Igreja, nas questões de fé e de moral, quando dá, não como homem privado, nem como doutor particular, mas como chefe da Igreja, uma definição solenne para todo o universo christão; 2.º que não precisa do consentimento dos bispos para que os seus ensinos sejam irreformaveis, pois que são taes em si mesmos; 3.º que não se póde mais appellar de uma definição pontifical para um concilio, mesmo geral, porque o soberano Pontifice goza pessoalmente da mesma prerogativa que a Igreja inteira, no que diz respeito á infallibilidade doutrinal; aliás, não ha concilio ecumenico sem o papa, e onde está o papa, lá está a Igreja; 4.º falando do *pleno poder* do papa, o concilio do Vaticano o extende não somente ás cousas que se prendem á fé e aos costumes, mas tambem ás que pertencem *á disciplina geral* e ao governo da Igreja; porém, no seu decreto sobre a *infallibilidade,* não nomeia *a disciplina geral* e o governo.

Esta extensão não é definida pelo concilio, porém, é admittida pelos theologos, que ensinam igualmente que o papa é infallivel na condemnação dos erros dogmaticos ou moraes aos quaes liga *notas* ou *censuras,* assim como na canonização dos santos e na approvação das ordens religiosas.

178. — II. Examinemos agora as *objecções* levantadas, na occasião da definição do concílio, contra a infallibilidade do papa. Entre essas objecções, algumas são tiradas da *história,* outras da *theologia,* outras, afinal, da pretensa *razão philosophica.* Vamos percorrel-as successivamente.

1.º *Objecções historicas.* — Não se acham, na historia da Igreja, papas que falliram na fé, como *Liberio, Vigilio* e particularmente *Honorio,* que foi condemnado por um concilio geral?

R. — Não, desde dezoito seculos, a fé sempre permaneceu intacta na séde de Pedro, e os poucos factos obscuros invocados não infirmam em nada a infallibilidade pontifical.

O papa *Liberio* (357) teria realmente subscripto uma formula favoravel ao arianismo? Bossuet assim o acredita, outros o negam. E', pelo menos, uma questão controvertida e difficil de se resolver. Mas a opinião dos que negam, parece tanto mais verosimil, que os catholicos da época de Liberio não julgaram que esse papa fosse culpado ou fautor de heresia. Com effeito, emquanto condemnam pelos juizos mais severos a memoria de Osio de Córdova, legado do papa, é para extranhar que os bispos e o povo romano tenham recebido triumphalmente, depois do seu exilio, um summo Pontifice cuja queda tivesse sido celebrada pelos arianos como uma victoria. A ser real, essa queda não teria passado despercebida entre os catholicos.

Aliás, mais tarde, Bossuet supprimiu, nos seus *escriptos,* quanto disséra da pretensa queda de Liberio e elle mesmo conclue que ainda mesmo que este papa tivesse subscripto uma formula duvidosa, isso não constituia uma defecção sôbre a séde de Pedro: com effeito, esse acto não constituia um ensino dogmatico dado ao mundo *ex cathedra.*

Vigilio (538-555), não sendo mais que diacono, cedeu ás instancias da imperatriz Theodora, acceitando o papado com a condição de admittir na sua communhão Anthimo, patriarcha eutychiano de Constantinopla, e rejeitar as decisões do concilio geral reunido naquella cidade. Foi, com effeito, eleito antipapa, em 537, vivendo ainda Sylverio, o papa legitimo a quem elle fez exilar. Comtudo, depois da morte desse pontifice, a sua eleição foi validada (538).

Desde esse momento, rejeitou com indignação os compromissos por elle subscriptos quando diacono. Portanto, o seu exemplo longe de poder ser invocado contra a infallibilidade doutrinal dos pontifices romanos, evidenceia esta protecção divina que não permitte ás portas do inferno prevalecer contra a cadeira indefectivel de Pedro.

Quanto ao papa *Honorio* (626-638), elle tinha, numa carta dirigida a Sergio, patriarcha de Constantinopla e partidario de heresia *monothelita,* usado de palavras demasiado brandas, julgando ociosa e inopportuna a questão suscitada no Oriente a respeito do monothelismo (uma só vontade, uma só operação em Jesus Christo). A sua carta parece, portanto, não ter sido uma condemnação formal da heresia nascente, que tanta effervescencia devia produzir. O sexto concilio ecumenico (3.º de Constantinopla, 680), condemnou o monothelismo e Honorio como herege.

A esse respeito, observemos: *a*) que a qualificação de *herege* não tinha então o sentido rigoroso que lhe damos hoje. Honorio não foi sinão indirecta e involuntariamente *fautor* de heresia, isto é, favoreceu-a por seu silencio; sua fé, porém, foi sempre orthodoxa, como resulta dos seus outros escriptos e de todo o seu procedimento. *b*) Bossuet reconhece que nem todos os bispos tinham sido convocados para o concilio de Constantinopla; por conseguinte, este não era absolutamente ecumenico, e só o veiu a ser em virtude da parte que nelle tomou o papa; em seguida, as sentenças de um concilio geral são irreformaveis só na medida em que o papa as approva, e é certo que nunca os papas trataram Honório como herege. O papa Agathão, que dirigiu o concilio, pelo contrário, o desculpa dessa accusação; nota somente a negligencia delle em abafar o erro. *c*) Afinal, ainda que Honorio tivesse sido justamente condemnado como herege, não se poderia, nem por isso mesmo, tirar desta condemnação um argumento contra a infallibilidade pontifical, porque, na sua carta, que era completamente privada, Honorio declara expressamente que não quer dar, sobre esta questão da unidade de vontade e operação em Jesus Christo, uma definição dogmatica: reserva positivamente esta solução, julgando-a, no emtanto, inopportuna. Por conseguinte, aqui não ha definição *ex cathedra;* apenas se poderia dizer que Honorio errou como doutor particular.

179. — 2.º *Objeções theológicas.* — 1.º «A escola theológica, dizem alguns, era muito dividida sobre a questão da infallibilidade pontifical; isto prova que esta infallibilidade estava longe de ser evidente.»

R. — Já dissemos que não era definida antes do concílio do Vaticano; portanto, bem que certa, podia ser discutida. Mas si exceptuarmos a *escola gallicana,* póde-se dizer que toda a theologia, com santo Thomaz na sua

frente, professava a crença nessa infallibilidade. Eis o que ensina Suarez, «em quem, diz Bossuet, se resume toda a Escola»: «E' uma verdade catholica que o pontifice romano, definindo *ex cathedra*, não póde errar... Assim o ensinam todos os doutores, e julgo que esta verdade é de fé certa.» (*De Fide*, Disp. v, sect.VIII.)

2.º «Mas, hão de dizer, a infabillidade vae de encontro ás *liberdades da Igreja gallicana*, liberdades caras ao clero francez, erigidas en principios por Bossuet e pela assembléa de 1682, e defendidas energicamente, até no seio do ultimo concilio.»

R. — As pretensas *liberdades* da Igreja gallicana não foram mais que *servidões da Igreja* em relação ao poder dos reis. Estes não deixaram de se valer de certas decisões irregulares dos concílios de Constança e Basiléa, para rebaixar, em seu proveito, a autoridade da santa sé. E' assim que a *Pragmatica sancção* de Bourges, creação de Carlos VII (1437), admittia a superioridade do concilio sobre o papa, e tirava ao summo Pontifice quasi toda a intervenção em França nos negocios ecclesiasticos, entregues ao rei e aos parlamentos. Esses principios foram sempre reprovados pelo papa, como attentatorios á autoridade espiritual. A *pragmatica* foi abolida no 5.º concilio de Latrão (1516), pela *Concordata* celebrada entre Leão X e Francisco I. Mas o espirito della ficou, propagando-se pelos parlamentares Pithou (1539-1596) e Dupuy 1582-1651).

Luiz XIV, nos seus debates com Innocencio XI, a respeito da *Regalia*, não deixou de se valer das *liberdades gallicanas*, e Bossuet, talvez para agradar ao monarcha, talvez tambem para evitar um scisma total, redigiu e fez votar pela assembléa de 1682 os *quatro famosos artigos* que constituem a *Declaração do clero de França*. Notemos, primeiro, que esta assembléa não era um concilio e delle não tinha nenhum dos caracteres; só

contava 34 prelados sobre 135 sédes episcopaes que havia então na França, e 35 sacerdotes delegados do clero. Examinemos agora esses *quatro artigos.*

O primeiro estipula que os reis e os soberanos não são submettidos a poder algum ecclesiástico na ordem temporal, e não pódem ser depostos nem directa, nem indirectamente. O segundo é uma adhesão aos decretos — aliás não approvados — do concilio de Constança na IVª e Vª sessão, a respeito da superioridade do concilio sobre o papa. O terceiro quer que o poder apostolico seja regulado pelos santos cânones, o que aqui significa *pelas usanças da Igreja de França.* O quarto, afinal, pretende que o julgamento do papa é irreformavel só quando é ratificado pelo consentimento da Igreja; o que vem a ser, na realidade, a negação da infallibilidade do papa.

Mas a *Declaração* de 1682 foi condemnada por Innocêncio XI, que a declara *improvada, abrogada* e *annullada;* por Alexandre VIII, que a declarou igualmente *de pleno direito nulla, invalida, illusoria;* por Pio VI que, na bulla *Auctorem fidei,* a qualifica de *temeraria, escandalosa, injuriosa para a santa sé.* Mais tarde, Luiz XIV a revogou por um decreto, e o proprio Bossuet, depois de a ter defendido por muito tempo e com vigor, acabou por abandonal-a dizendo: *Abeat quo libuerit declaratio!* Isso não impediu, é verdade, o governo imperial de Napoleão I de tentar fazel-a reviver nos *Artigos orgânicos,* pretensão renovada depois durante o segundo imperio. Mas isso tudo não constitue uma autoridade theologica.

Póde-se affirmar, pelo contrario, que theologica e conciliarmente a *Declaração* de 1682 não tem valor nenhum. A assembléa não era um concilio e era desprovida de autoridade. Além disso, foi condemnada,

fóra de França, por todas as escolas theologicas, assim como pela santa sé.

Comtudo, o *gallicanismo* achava ainda alguns partidarios entre os bispos francezes que se filiaram á opposição, no concilio do Vaticano, quando se tratou de proclamar o dogma da infallibilidade. Todavia, em presença de tantas luzes originadas da discussão, não se atreveram mais a atacar o fundo da doutrina; valeram-se do argumento da *inopportunidade* de uma definição dogmatica. Isso não impediu o concilio de seguir avante, e, pelo voto de 532 bispos, contra dois só que votaram *non placet*, a infallibilidade pontifical foi proclamada dogma de fé. Todos os opponentes se apressaram em dar a sua adhesão á definição conciliar.

E' assim que o gallicanismo, que fôra uma opinião livre emquanto a Igreja não se pronunciára, que se tornára uma opinião *temeraria* e *erronea* por effeito das condemnações pontificaes, seria hoje, depois do concilio do Vaticano, uma verdadeira *heresia*.

180. — 3.º *Objecções philosóphicas.* — A razão humana vem, por sua vez, oppôr as suas difficuldade ao dogma da infallibilidade pontifical.

1.º «O papa é um homem, dizem certos, e como póde ser infallivel? Póde ser um máu papa, e como admittir então que a verdade infinita permaneça nos seus labios?»

R. — Como já dissemos muitas vezes, não é em todas as cousas que o papa é infallivel; goza da infallibilidade só em determinadas circumstancias e condições; além disso, a infallibilidade não é a impeccabilidade. Sem duvida, mesmo restringida ás verdades dogmaticas e morais, a infallibilidade é um privilégio considerável, diriamos até um poder temivel si fosse o resultado da natureza, da razão e da força do homem. Por isso, o catholico não diz que o papa é infallivel de uma infallibilidade *humana*, mas sim, de uma infallibilidade

divina. Este privilegio, é Deus que o concede e é tambem Deus que o guarda e preserva de qualquer êrro e abuso. Assim, conforme a declaração feita por Pio IX perante o concilio, no dia mesmo da definição, «a autoridade do summo Pontifice é grande; porém, não destroe, mas edifica; não opprime, mas sustenta, e, muitas vezes, defende o direito dos bispos.» (*Allocução de* 18 *de julho.*) Accrescentemos que não é mais difficil á acção de Deus preservar do erro a um homem só do que a 600. Ora, o concilio, que se compõe de homens falliveis individualmente, é infallivel collectivamente só por força da assistencia do Espirito Santo. E é tambem o Espirito Santo que conserva o papa na verdade. Se o privilégio da infallibilidade parece consideravel, não o é mais que o de absolver os peccados e consagrar o corpo e o sangue de Jesus Christo. Ora, a ordinação sacerdotal dá ao ultimo dos sacerdotes esses admiraveis poderes; será mais surprehendente que a eleição divina de um summo Pontifice lhe confira a infallibilidade do ensino?

2.º «Mas, accrescentam ainda outros, em nome da razão humana, para que *duas infallibilidades,* pois que a Igreja é já infallivel? E si essas duas infallibilidades, a do concilio e a do papa, viessem um dia a contradizer-se?»

R. — Não há *duas infallibilidades,* uma attribuída ao concilio, outra ao papa; mas só dois modos de conceber o exercicio da infallibilidade na Igreja. Ora, depois da infallibilidade do concilio, a infallibilidade do papa é ainda util, ás vezes necessaria, porque a infallibilidade collectiva não se póde exercer sinão com certa difficuldade. Não é sempre facil reunir um concilio geral; comtudo, a cada instante a Igreja póde se achar em frente de um erro, e, até que fosse possivel reunir o concilio, esse erro teria tempo de prevalecer e alastrar-se. Ha, pois, conveniencia soberana, para não dizer neces-

sidade moral e religiosa, de ter uma infallibilidade sempre em exercicio e sempre prompta a manifestar-se. Não só o governo da Igreja não soffre com isso, mas aproveita. E, por outro lado, esta infallibilidade não diminue em nada a autoridade dos bispos, porque precisam da presença do papa ou do assenso do summo pontifice para participar da infallibilidade que vae da cabeça aos membros e não dos membros á cabeça; recebem-na, por conseguinte, e não a concedem. Emfim, a hypóthese de *duas infallibilidades que se contradizem*, é completamente chimérica. Com effeito, o privilégio de ser infallível provem de um mesmo princípio sobrenatural que é o Espírito Santo; e se manifesta sôbre os mesmos pontos, isto é, sôbre a verdade que é uma. E', portanto, absurdo suppôr um desaccordo possivel entre um concilio geral e um papa, sobre uma questão de dogma ou de moral, pois que é o mesmo Espirito Santo que assiste a um e a outro.

3.º Afinal, a razão humana invoca pretextos *contra a opportunidade* da definição dogmatica: «Mas a definição da infallibilidade não ha de ter consequencias lastimosas, não vae causar a defecção do certo numero de cathólicos, sublevar as susceptibilidades dos governos e dos principes, etc.?»

R. — Eram esses os receios dos *inopportunistas:* mas o concilio foi juiz desta questão de opportunidade, e se, na quasi unanimidade dos bispos presentes, o dogma foi proclamado, é que estas consequencias deploraveis haviam de se achar muito compensadas pelas vantagens que deviam resultar da definição. Com effeito, entre os catholicos serios não podia haver, e, na realidade, não houve defecção. Si a definição da infallibilidade serviu de pretexto á seita dos *velhos catholicos* e á revolta de alguns transviados, não fez mais que separar o joio do trigo, e hoje se vê que a Igreja romana, por causa deste dogma, não soffreu prejuizo algum apreciavel.

Quanto ás susceptibilidades inquietas dos governos, faltam-lhes absolutamente motivos e bases. A proclamação do dogma da infallibilidade pontifical não altera em nada as relações da Igreja com os Estados catholicos: como a Igreja se mantem no dominio do dogma e da moral, este novo artigo não póde prejudicar a politica. Só a Religião se acha interessada nisto, e si a autoridade do soberano Pontífice é, depois desta definição, mais respeitavel e mais respeitada, os governos serão os primeiros a beneficiar de um respeito e de uma submissão que, mais dia menos dia, se extenderão tanto á autoridade temporal como á autoridade espiritual. Esperemos, com a Igreja, que esta definição, longe de prejudicar o progresso dos individuos e dos povos, marcará a época de uma volta seria á prosperidade pelo respeito de qualquer autoridade e qualquer lei.

Um homem eminente da nossa época, o autor da *Reforma social*, o senhor Le Play, presentiu maravilhosamente a efficacia desse grande remedio. Comprehendeu que a Igreja, fortalecendo a autoridade do seu chefe, trabalhava de modo eminente em prol do tempo presente: «Meu caro amigo, dizia elle, a um opponente da definição, não tens razão, sustentas uma causa ruim. A infallibilidade é a mais alta expressão do principio de autoridade. E' um dever para nós, ainda no ponto de vista social, acceitarmos e apoiarmos essa proclamação(1).»

---

(1) *Etude sur Le Play*, pelo padre Baunard, p. 437.

CONCLUSÃO

181. — A *infallibilidade* do papa, tal é o remate desta obra manifestamente divina que acabamos de estudar, e se chama a *Igreja catholica.* A sua origem, a sua constituição, os seus caracteres, tudo revela o desígnio concebido por Jesus Christo e realizado por sua omnipotente sabedoria, a favor da humanidade que veiu instruir e salvar. A Igreja com a sua jerarchia, a sua autoridade sobre as almas, a sua infallibilidade no ensino, com o seu chefe supremo, investido da dupla corôa da soberania no governo espiritual e da infallibilidade no ensino doutrinal: eis o ideal descripto pelos prophetas, a obra por excellência de Jesus Christo, o princípio da civilização e da santidade no passado, a fonte da resurreição no tempo presente e toda a esperança dos seculos futuros.

Melhor do que qualquer outro povo, a França deveria saber disto. Mas eis que o inimigo de todo o bem se atira contra a Igreja. «E' o momento, diremos com o sabio auctor do *Christianisme et les temps présents,* é o momento de amar a Igreja, de estudar as suas forças divinas, a sua omnipotencia de cura e saneamento... A Igreja tem recursos infinitos. Curará a pobre doente sem mesmo esta o desejar, até contra a vontade da paciente; ou se esta se obstinasse em querer morrer, resuscital-a-ia. Tornariamos a presencear a bella scena descripta por Chateaubriand, no fim das invasões bárbaras: «Quando cessou o estrondo causado pela queda do colosso romano, percebeu-se então uma cruz, e, ao pé dessa cruz, um mundo novo. Alguns sacerdotes, com o Evangelho na mão, sentados sobre ruinas, resuscitavam a sociedade no meio dos tumulos, como Jesus Christo restituiu a vida aos filhos dos que acreditaram nelle (1).»

---

(1) Bougaud, *Prefacio* do tomo IV, *l'Eglise.*

APPENDICE A

ESTUDO SOBRE O RACIONALISMO E OS ERROS MODERNOS DELLE ORIUNDOS

I. Preambulo. — Divisão deste estudo.

182. — Muitas vezes, no decurso dos tratados que compõem este volume, encontramos o *racionalismo*, entre os adversarios com que tivemos que luctar, o *racionalismo* com as suas objecções e suas negações. Sempre que o deparamos, desacreditamos as suas doutrinas e respondemos ás suas objecções e duvidas.

Mas, é preciso convir que o racionalismo é o maior erro dos tempos modernos; é o inimigo declarado do Christianismo. Com effeito, a Religião christã tem por base o sobrenatural: o racionalismo, pelo contrario, é a glorificação da razão humana com prejuizo da Revelação e da fé. Em 1864, Pio IX, na encyclica *Quanta cura,* e no *Syllabus* (Prop. I-XIV), denunciára ao mundo este grave erro, fonte de tantas negações. O concilio do Vaticano (1870) delle se occupou muito, fulminou como hereticas as theorias racionalistas, e assignalou, como perigo principal da nossa época, «essa doutrina que, atacando a Religião christã por todos os meios, porque esta é uma instituição sobrenatural, tenta, com grande ardor, estabelecer o reino do que se chama a razão pura e a natureza, depois de ter arrancado Christo Nosso Senhor da alma humana, da vida e dos costumes dos povos. Mas, accrescenta o concilio, a Religião christã sendo assim abandonada e rejeitada, Deus e seu Christo negados, o espirito de um grande numero cahiu no abysmo do pantheismo, do materialismo, do atheismo, a tal ponto que, negando a mesma natureza racional e toda a regra do direito e da justiça, se esforçam por destruir as bases da sociedade humana.» (*Const.* DEI FILIUS.)

Eis o mal, e não se deve acreditar que só os inimigos do Christianismo se acham tocados delle. Até no seio da Igreja catholica se manifestam tendencias racionalistas; nella, ás vezes, as verdades se obliteram e se enfraquecem insensivelmente, de modo que a natureza e a graça, a sciencia humana e a fé divina estando confundidas, corre perigo a integridade da fé revelada.

E', pois, entrar no pensamento da Igreja combater o racionalismo. Mas, para isso, importa primeiro conhecer-lhe a origem, a historia, o estado actual. Esta *exposição geral do racionalismo* contemporaneo será o objecto do nosso primeiro artigo; em seguida, num segundo artigo, daremos uma *refutação breve* do racionalismo.

ARTIGO I

Exposição geral do Racionalismo contemporaneo.

I. Origem ou causas interiores do racionalismo. — II. Sua historia. — III. Theoria geral do Racionalismo contemporaneo.

183. — I. O êrro racionalista não é novo; póde-se dizer que é tão antigo como o homem. Com effeito, tres causas o explicam naturalmente.

1.º O *orgulho* e a independencia do espirito humano, que, a despeito da sua fraqueza, experimenta, desde a queda original, um instincto de revolta contra toda e qualquer autoridade, e principalmente contra a autoridade de Deus, e tem repugnancia em admittir outras luzes e outros ensinos que não sejam os da razão individual.

2.º As *paixões do coração*, porque, admittir na Religião uma regra de crença, é tambem admittir uma regra de moral e de procedimento. Os dogmas acarretam deveres, e os deveres sendo incommodos, o homem é naturalmente disposto a livrar-se das crenças que os impõem.

3.º Outra causa do racionalismo, é a *ignorancia da Religião christã*. Não a conhecendo sinão de modo superficial, ignorando as bases sobre as quaes descansa esta Religião divinamente revelada; por outro lado, não ouvindo sinão ataques aos quaes não se sabe responder por falta de instrucção religiosa, julga-se o Christianismo inimigo da razão e do progresso, e acaba-se por adoptar o racionalismo. Eis o que francamente reconheceram e confessaram homens de bôa fé, que um estudo mais acurado da Religião christã fez voltar á luz. Citemos entre outros José Droz, membro da Academia franceza, que conta a sua historia no livro: *Aveux d'un philosophe chrétien;* Agostinho Thierry, que começava uma revisão dos seus erros quando foi surprehendido pela morte, etc. Eis a gênese interior e philosóphica do racionalismo e eis agora a sua origem historica.

184. — II. As duas primeiras causas que assignalamos para o racionalismo, fazendo parte da natureza mesma do homem, os seus effeitos se patentearam forçosamente em todas as épocas da historia. E acham-se, effectivamente entre todos os povos e em todos os degráus da civilização, signaes de tracionalismo nas religiões e nos ensinos philosophicos de todos os sabios.

Devemos censurar esses esforços do espirito humano, desprovido de qualquer outro soccôrro e tentando rehaver por si mesmo os restos da verdade, da moral e da religião, dispersos e quasi aniquilados? De nenhum modo. Notemos, todavia, que esses esforços foram impotentes por toda a parte a reconstituir um codigo de crenças e deveres. Nisso, Platão, Sócrates, Aristóteles, Zenão, Cícero, Séneca gastaram em vão o seu tempo e os seus trabalhos.

Quando appareceu o Christianismo, o mundo, que tinha sêde de verdade, achou tão admiraveis esses novos ensinos e tão poderosos os motivos de credibilidade que

os acompanhavam, que acceitou essa Revelação como uma luz e uma regra de vida. O espirito humano, formado pelo Christianismo, durante muito tempo não cogitou em se revoltar contra elle; mas, com o auxilio do orgulho e das paixões, as tendencias racionalistas reappareceram. Emquanto os Padres da Igreja, convertidos da philosophia pagã ao Christianismo, empregavam no serviço da verdade a sua sciencia e a sua razão, e trabalhavam para demonstrar a harmonia da philosophia e da fé, os primeiros hereges atacavam successivamente cada um dos dogmas e mysterios revelados. Então, discutia-se: mas nem por isso se deixava de admittir a Revelação, assim como a autoridade da Igreja que della é depositaria.

No seculo XVI, Luthero, ao fundar o protestantismo, deu livre carreira ao racionalismo. Bem que asylando na sua reforma todas as heresias precedentes, Luthero conservava a Revelação e o sobrenatural; não rejeitou sinão a autoridade da Igreja e a tradição. A Escriptura sagrada ficava a unica *regra de fé*, e o principio do *livre exame* deixava a interpretação dos textos á razão individual.

Viu-se então na Europa, sob a inspiração dessa razão humana, o mais extranho cháos intellectual e religioso que se possa conceber. No meio e acima dessas vozes discordantes, originou-se uma seita que era o ultimo producto do protestantismo. Chamou-se o *socinianismo*, do nome dos dois *Socin*, que foram os seus principaes autores. Esta seita considerava ainda a Escriptura sagrada como revelada por Deus; mas ensinava: 1.º que a razão humana a deve interpretar; e 2.º que Deus ahi não revelou sinão verdades de razão, isto é, que o homem nella póde entender tudo. A consequencia era que tudo quanto está acima da razão, deve ser tomado

num sentido metaphorico. Era mais um passo dado para o racionalismo moderno.

No seculo XVIII, nasceu o *deismo:* era a negação de qualquer religião positiva, o transtorno completo do sobrenatural e do Christianismo, o reino da razão pura. Então, o racionalismo tomou corpo, tornou-se um systema, e se deu como adversario declarado da Religião. Este movimento teve inicio na Inglaterra e os seus principaes inspiradores foram os philosophos Hobbes, Tyndall, Bolynbrocke. Na França e na Europa, Voltaire e Jean-Jacques Rousseau foram os propagadores dessas idéias novas. Tinham começado pela emancipação do pensamento, continuaram pela emancipação dos costumes e acabaram natural e forçosamente, pelo cataclysmo social da Revolução.

Viu-se então que não havia salvação sinão na volta ás crenças religiosas: o Christianismo reabriu os seus templos e reencetou os seus divinos ensinos. Comtudo, sobreviveu o racionalismo, variando as suas formas, multiplicando as suas evoluções, desde o *pantheismo* allemão, até o *eclectismo* francez; desde o *materialismo* grosseiro até o *socialismo,* a sua consequência natural. No fundo, é sempre o mesmo principio e o mesmo erro: uma negação tendo por resultado a desordem.

185. — III. *Theoria geral do racionalismo contemporâneo* — Os racionalistas actuaes têm isto de commum que não querem admittir sinão o que a razão póde descobrir ou comprehender: rejeitam pois o sobrenatural tanto nos factos como na doutrina.

Em primeiro lugar, para disfarçar a malignidade das suas negações ou das suas exigencias, pretenderam que o seu methodo era o dos mais illustres doutores da Igreja e, em particular, de santo Agostinho e de Bossuet.

Todavia, entre o methodo desses homens eminentes e o dos racionalistas modernos, medeia um abysmo. Com

effeito, santo Agostinho e Bossuet applicaram as luzes de sua razão ao estudo dos dogmas e dos mysterios da fé; mas era para penetrar o sentido e a formula delles, para mostrar os seus motivos de credibilidade, e não com a pretensão de comprehender o fundo dos dogmas e principalmente dos mysterios. Concluiram que a expressão do mysterio era da ordem natural e comprehensivel, e que, penetrando o seu verdadeiro sentido, podia-se mostrar a analogia sublime, a concordancia admiravel das verdades reveladas com as exigencias da razão. Ora, tal não é o methodo do racionalismo. Com effeito, para elle, não é o mysterio que é incomprehensivel, emquanto as palavras que o exprimem são perfeitamente intelligiveis: é o dogma, pelo contrário, que não passaria de uma verdade da ordem natural, emquanto a sua expressão seria puramente *mythica*.

Dahi, esta conclusão: «Qualquer religião é essencialmente composta de *mythos* e *symbolos*.» E' o parecer de Cousin, e, segundo este philosopho que synthetiza o racionalismo contemporaneo, eis como as cousas teriam acontecido: os fundadores de religiões, dotados de uma intelligencia elevada, e muito superiores aos homens do seu tempo, descobriram verdades cuja profundeza seus contemporaneos não eram capazes de penetrar. Para tornar essas verdades, tanto quanto podiam, accessiveis ao genero humano, envolveram-nas numa linguagem myteriosa, cheia de metaphoras e de imagens: este envoltorio é o *mytho* ou *symbolo*.

Chama-se *mytho* quando trata de factos contingentes; *symbolo*, quando se refere a verdades necessarias.

Desses principios imaginarios, os racionalistas concluem que o dever da philosophia é elevar suavemente a verdade religiosa do clarão do *symbolo* á grande luz da *razão pura;* em outros termos, todos os dogmas e todos os factos sobrenaturaes devem ser rebaixados ás verdades

simplesmente philosophicas e aos factos da ordem puramente natural.

Eis a theoria geral do racionalismo contemporaneo: quanto á applicação desse principio, ella é por demais vasta para que possamos aqui entrar em pormenores; contentar-nos-emos em refutar mais longe alguns dos dados racionalistas, que não tivemos occasião de encontrar no decurso dos nossos estudos e dos quaes a importancia e a falsidade nos parecem exigir uma attenção mais especial.

ARTIGO II

Refutação summária do Racionalismo.

Idéa geral e meios de refutação.

186. — Não emprehenderemos aquí uma discussão completa do racionalismo: á medida que os seus principaes erros se apresentaram em nosso caminho, já os assignalamos nos estudos do nosso quarto volume sobre os *mysterios christãos e a concordancia das sciencias e da fé*. Aliás, o racionalismo é, primeiro que tudo, uma negação: não tem corpo de doutrina; segundo as circumstancias, varia o seu systema de ataque e acha tantos subterfugios quantas differenças ou escapatorias póde apanhar o espirito humano. Assim, como tentar uma refutação completa e absoluta?

Pio IX, no *Syllabus,* formulou 14 proposições tiradas dos racionalistas modernos, absolutos ou moderados, e as condemnou por um acto da sua infallivel e suprema autoridade (1). Por sua vez o concilio do *Vaticano* depois de ter denunciado o racionalismo, fulminou com seus

(1) Os leitores que quizerem profundar essas questões, farão bem de consultar esse documento pontifical e os commentarios que delle foram feitos. Pódem igualmente ler as *Actas do concilio do Vaticano*, a constituição *Dei filius*, e os cânones que rematam este ensino doutrinal.

anáthemas 18 proposições que se originam mais ou menos directamente dos seus principios, exaltam exaggeradamente o poder da razão humana, atacam ou negam a Revelação e o milagre, falsificam ou desnaturam os ensinos da fé e contradizem as verdadeiras relações entre a razão e a fé.

Sem particularizar estes erros que nos levariam muito longe, responderemos ás pretensões do racionalismo: 1.º provando a *falsidade do principio* donde se originou esta theoria; 2.º refutando algumas *doutrinas geraes* que resumem o racionalismo contemporaneo; 3.º assignalando as inevitaveis e graves *consequencias* deste erro, no ponto de vista philosophico, moral e social.

§ I. — Falsidade do principio racionalista que não passa do Pantheismo.

I. Theoria do pantheismo allemão. — II. Sua refutação summaria. — III. Sua condemnação formal pelo Concilio do Vaticano.

187. — I. O princípio fundamental do racionalismo não é sinão o *pantheismo*. Dá-se esse nome a um erro tanto philosophico como religioso, que consiste em confundir Deus e o mundo, e dizer que o universo forma um só todo que é Deus. O berço deste erro acha-se na India. Mas a Persia e o Egypto, tendo igualmente perdido a lembrança da creação do mundo *ex nihilo*, isto é, do nada, consideraram o mundo como uma emanação exterior, uma especie de extensão e prolongação de Deus. Na Grecia, Xenophontes, chefe da escola de Eléa; em Roma, os Estoicos, disciputos de Zenão, acceitaram esta doutrina insensata, que faz do mundo como que o corpo e o invólucro de Deus, e do homem, uma porção da divindade participante dos seus attributos e, por conseguinte, de toda a sua sciencia.

Numa época mais recente, *Baruch Spinosa,* judeu de Amsterdam (1632-1677), quiz reerguer o pantheismo arruinado e desacreditado, escorando a sua demonstração com formulas scientificas que se reduzem a dizer que a substancia é unica e não póde ser concebida fóra de Deus. Este pantheismo *substancial* era muito grosseiro e não conseguiu formar escola. Comtudo, deu nascimento ao pantheismo *idealista* dos Allemães, o qual conta entre os seus principaes representantes *Fichte, Schelling* e *Hegel.*

Fichte (1762-1814) pretende que o ser pensante, a que chama o *eu* puro, é a unica realidade, e todo o mais não passa de uma concepção que, pelo pensamento, se torna o *não-eu* ou o mundo.

Schelling (1775-1854) tem uma theoria absolutamente opposta á precedente. Segundo elle, Deus é o *universal absoluto,* o unico sêr real, manifestando-se por transformações passageiras, e como que por apparições, sob a dupla forma do sujeito e do objecto, o real e o ideal, o mundo corporal e a intelligencia. Mas, num e noutro caso, a realidade pertence á substancia unica e absoluta, e Deus será completo só quando o mundo e a intelligencia attingirem a manifestação mais perfeita.

Hegel (1770-1831), cujo systema teve mais influencia, partiu de outro principio para chegar ao mesmo fim. Segundo elle, o primeiro principio não é mais o ser absoluto e real, mas o *ideal,* que não é nada, mas póde vir a ser tudo. Este *tornar-se* ou *vir a ser* (τo *fieri*) é a fonte de tudo: de Deus, da natureza, da humanidade, da intelligencia e da materia. Este principio, como ideal, *é;* como não real, *não é.* Dahi o nome de *identidade dos contrarios* dado ao systema de Hegel. O ideal, feito uma realidade, progride, se desenvolve e constróe pouco a pouco o universo; comtudo, essa realidade chega á

consciencia de si propria só no homem, ou antes, na *humanidade.*

188. — II. Não consagraremos muito espaço á refutação deste pantheismo allemão, que nunca conseguiu deitar raizes nas escolas francezas, nem tão pouco nas escolas latinas por demais serias e logicas para admittirem semelhantes abtracções e taes absurdos. Limitar-nos-emos, pois, ás seguintes observações:

1.º O pantheismo, em geral, repugna á *experiencia* e á *razão;* repugna á experiencia, porque percebo muito bem que sou distincto dos objectos exteriores, que sou um ser pessoal e não uma parte de Deus, livre e não submettido a leis fataes; repugna á razão, porque este systema é uma extranha confusão do infinito e do finito, do necessario e do contingente, do perfeito e do imperfeito. Ora, é isso um transtorno da razão, e, por conseguinte, essa theoria é inadmissivel.

2.º O pantheismo identifica e confunde as substancias, a idéia e o objecto, a ordem lógica e a ordem real, o nada e o ser. O seu ponto de partida é uma pura hypothese, uma idéa abstracta do absoluto, sem levar em conta a experiencia e o senso intimo. Ora, esta hypothese é falsa: sentimos que temos uma sciencia dos objectos, e que, portanto, delles somos distinctos. Repugna absolutamente admittir que o principio logico de toda a existencia é o *ente-nada,* isto é, o que é e não é.

3.º O pantheismo, falso no seu principio, absurdo na sua expressão, é ridiculo e revoltante nas suas *consequencias.* Com effeito, este Deus que augmenta, que vem a ser o que não era, será realmente um Deus? O pantheismo, por um lado, aniquila Deus e conduz ao atheismo. Por outro lado, priva o homem da sua personalidade e da sua liberdade: não somos mais que modificações varia-

veis de um ser unico, portanto, incapazes de merecimento e sem nenhuma responsabilidade, não mais homens, porém, modos de ser; por conseguinte, para que servem as leis, os tribunais, os castigos e as recompensas? E' a ruina de toda a moral e de toda a sociedade. Por isso, as doutrinas pantheistas só puderam seduzir cabeças occas ou nebulosas. Repudiadas pelo bom senso latino, estão abandonadas em principio pelo racionalismo dos outros paizes. E, comtudo, para acreditar que a nossa razão é igual á razão divina, para pretender que ella póde saber e comprehender tudo quanto Deus sabe e entende, não é preciso, em realidade, seguir a theoria pantheista que nos faz iguaes a Deus?

189. — III. E', pois, com razão que o concílio do Vaticano derrubou a utopia pantheista por esta affirmação solenne: «Deus é uma substancia espiritual, unica, absolutamente simples e immutavel, realmente e por essencia distincta do mundo. Este unico verdadeiro Deus, não para augmentar a sua felicidade e adquirir perfeição, mas para manifestal-a, creou de nada, desde o principio do mundo, a creatura espiritual e a creatura corporal.» (Cap. *De Deo creatore.*) E é o pantheismo que elle fulmina com os seus anathemas nos decretos seguintes: «Si alguem disser que não ha mais que uma só e mesma substancia de Deus e de todas as cousas..., que as cousas finitas, quer corporaes, quer espirituaes, ou, pelo menos, as espirituaes são emanadas da substancia divina; ou que a divina essencia, pela manifestação ou pela evolução de si mesma vem a ser todas as cousas; ou, emfim, que Deus é o ser universal e indefinido que, ao determinar-se a si mesmo, constitue a universalidade das cousas em gêneros, espécies, indivíduos: que seja anáthema!» (*Ib. cân.*, III e IV.)

§ II. — Doutrinas erroneas do Racionalismo.

I. Inconsequencia e illogismo dos racionalistas francezes. — II. Refutação directa de algumas das suas theorias: 1.º O homem começou pelo estado selvagem. — 2.º O progresso continuo da humanidade. — 3.º As religiões reveladas não puderam produzir-se sinão nas épocas de ignorancia. — 4.º Todos os dogmas e factos se explicam pelo mytho e pela lenda. — 5.º A philosophia deve tomar a lugar da Religião.

190. — I. Bem que repudiando o falso princípio do pantheismo, os racionalistas francezes conservaram delle todas as consequências em extremo favoráveis a todas as independencias e a todas as liberdades que são os idolos da nossa época. Proclamaram-nas, pois, sem deixar por isso de pretender desconhecer a fonte donde provinham. Este illogismo colloca a doutrina delles numa posição desfavoravel. Com effeito, a seu systema falta a base. Porque recusar admittir a Revelação divina quando se admitte a personalidade de Deus? Porque negar os mysterios e os milagres, quando se acredita num Deus distincto do mundo, creador e pae do genero humano? Este Deus, infinitamente intelligente, deve conhecer verdades superiores ás que conhece nossa fraca razão; este Deus, infinitamente sabio e bom, fica juiz de as dar a conhecer ao homem si o achar conveniente; este ser omnipotente não teria, aliás, em seu poder, o meio de revelar ao mundo as verdades que conhece? Já se vê, não é possivel a um homem serio que crê num Deus pessoal, rejeitar a Revelação christã e ser racionalista, sem cahir logicamente no *atheismo* que nega a Deus ou no *pantheismo* que assimila o homem a Deus.

Esta posição illogica dos racionalistas francezes é, aliás, tão bem conhecida delles que nunca se atreveram a tratar *ex-professo* os principios das suas doutrinas. No livro intitulado *Religião natural,* o qual é talvez a expressão mais completa do racionalismo contemporaneo na

França, não só não ha nenhuma discussão desse genero, mas o autor, Julio Simon, parece, todas as vezes que a palavra «Revelação christã» lhe chega ao bico da penna, deixar acreditar que considera essa Revelação como verdadeiramente divina. Declara que abandona esta questão aos theologos. Todo o seu racionalismo consiste em mostrar que a razão não é impotente para formular um corpo de doutrina e de moral. Theoricamente é isto possivel; porém, de facto, nunca se viu. Além disso, Julio Simon esquece que toda a ostentação da sua religião natural é um emprestimo tomado da Religião christã. A seu edificio todo, falta a base, e a logica quizéra que este autor se fizesse catholico, desde que repudia o pantheismo allemão.

191. — II. Não podendo, pois, seguir o racionalismo sôbre o terreno dos principios, visto que não tem nenhum, recolheremos somente as principaes affirmações que constituem como o fundo do systema. Enuncial-as-emos sob a forma de *proposições*, de que nos será facil demonstrar a falsidade.

1.ª Proposição: «O genero humano começou pelo estado selvagem».

R. — Este primeiro ponto é de uma necessidade tão absoluta na hypothese racionalista, que, ao ser destruido ou somente abalado, todo o conjuncto das suas doutrinas havia de ruir no mesmo instante. Por isso, não ha nenhum ponto historico que o racionalismo mantenha com mais energia; porém, não ha talvez erro mais facil de derrubar do que este.

E' verdade que, entre certos poetas, como Horacio, Juvenal e até Boileau; em certas tradições pouco claras, dá-se o genero humano como tendo começado quasi pelo estado de animalidade. A especie humana teria sido, segundo estas tradições e estes poetas, por muitos annos, errante sobre a terra, sem familia, sem sociedade,

sem moradas, sem leis, sem nenhuma apparencia de desenvolvimento natural e moral; Jean-Jacques Rousseau cahiu neste erro e considerou como historia as phantasias imaginarias dos poetas.

Mas, seriamente, em que provas se baseiam semelhantes asserções? O que ha de verdadeiro nas tradições ou imaginações poeticas que acabamos de lembrar, é que, depois da queda do homem e da dispersão de Babel, certas tribus, pouco a pouco afastadas do centro da civilização primitiva, transviadas no meio das florestas do velho mundo ou isoladas nos rochedos incultos da Grecia ou da Italia, acabaram, como vemos ainda certos selvagens da America, por perder até a lembrança da civilização. Ora, esse estado selvagem, que, aliás, esteve longe de ser completo, não é o estado primitivo do homem; é, pelo contrario, um estado de degradação e de queda. E' uma decadencia que foi sempre crescendo até que os principios constitutivos da humanidade e das sociedades, conservados por alguns membros privilegiados da familia humana, ou então renovados por uma intervenção sobrenatural de Deus, reerguessem as sociedades e trouxessem alguma cousa da justiça e da civilização originaes. Não é aqui uma theoria levantada contra outra theoria. Emquanto a opinião racionalista não fornece provas, estabelecemos nós a verdade, baseando-a juntamente sobre a *historia* e sobre a *philosophia*.

1.° Que ensina a *historia?* — Entre todos os livros que falam da origem do genero humano, não ha nenhum, — como provamos, — que mereça tanto conceito como o *Pentateuco* de Moysés. Ora, todo o mundo sabe que, segundo este livro, o homem nasceu num estado perfeito de desenvolvimento intellectual e moral, em plena civilização, e, por conseguinte, nos antípodas do estado selvagem. Depois da Biblia, poderiamos examinar as

verdadeiras tradições de todos os povos: todas, sem excepção, mesmo as da Grecia e da Italia, testemunham unanimemente que, no berço da humanidade, não somente o homem não era nem barbaro nem selvagem, mas, pelo contrário, gozava de um estado de civilização, de ventura e de paz que mereceu o nome de *idade aurea.* Ovidio descreveu magnificamente aquelles tempos felizes:

Aurea prima sata est ætas, qua, vindice nullo
Sponte sua, sine lege, fidem rectumque colebat...

Ora, sabe-se que Ovidio não tinha outro fim, nas suas *Metamorphoses,* sinão conservar pelos encantos da poesia as mais antigas tradições da Grecia e de Roma. Virgilio fala com o mesmo enthusiasmo da época feliz do velho Saturno na Italia.

As tradições dos Escandinavos e dos Finlandezes, na Europa, as dos Hindús na Asia, dos Mexicanos e dos Peruvianos na America, concordam todas neste ponto. A origem da humanidade é a idade aurea, o tempo em que o homem gozava da vista e da conversação de Deus, em que não havia nem dôr, nem doença neste mundo; em summa, era o tempo da intelligencia mais clara e da felicidade mais perfeita. O racionalismo tem, pois, contra si este testemunho tão unanime e tão surprehendente: a historia de todos os povos.

2.º A *philosophia* não é menos precisa, nem menos enérgica nas suas provas. Há, na mais simples anályse do coração humano, uma demonstração accessível a qualquer intelligencia, e á qual nenhum homem, por pouco que esteja de bôa fé, poderá nunca subtrahir-se. O sentimento da nossa ignorancia, das nossas fraquezas, das nossas inclinações para o mal, attesta, de modo irrefutavel, que não pudemos sahir em semelhantes condições das mãos de um Deus justo e bom. Os proprios philosophos pagãos o proclamaram: somos por demais

miseraveis para que Deus nos tenha feito taes. Por outro lado, as aspirações tão fortes do nosso coração, o movimento perpetuo que o leva, mesmo quando está mergulhado no abysmo do vicio, para um ideal de bondade e de perfeição que não são deste mundo, provam admiravelmente que fomos creados para um melhor destino e nos achamos num estado de queda e de castigo; em resumo, uma decadencia fatal nos separou da justiça primitiva e do estado de felicidade e de paz que della era a consequencia:

Deus cahido, o homem lembra-se dos céus,

disse Lamartine. Esse verso, por si só, encerra mais verdades que todo o racionalismo. Resume o pensamento de todos os philosophos serios: que o estado selvagem ou de degradação foi a consequencia de uma culpa e não o estado primitivo da humanidade.

Eis o que a philosophia christã, sem tomar em conta o testemunho divino, oppõe ás affirmações inteiramente gratuitas do racionalismo que não se baseia sinão sobre esta petição de principios: «Concebe-se que a humanidade pudesse ter inicio pelo estado selvagem: portanto, realmente começou por semelhante estado.» Esta conclusão lisonjeia o orgulho natural do homem que queria attribuir-se todos os progressos; e é assaz natural que certos espiritos se tenham deixado embahir por ella: mas é desprovida de provas, e devemos esperar que o racionalismo ache outros argumentos para a sua defeza.

192. — II.ª PROPOSIÇÃO: «A humanidade prosegue num caminhar ascendente: a sua lei é o progresso continuo.»

R. — Nada mais falto de provas que esta nova affirmação. Está em perfeita opposição com a historia, e havemos de proclamar que si ha épocas de verdadeiros progressos para o genero humano, são devidas, não a uma lei geral de ascensão, mas antes á intervenção de

Deus, quer influa pessoal e directamente, quer faça intervir as causas segundas e accessorias que a sua providencia dirige.

1.º A *historia* testemunha que o progresso da humanidade não é continuo, sem interrupção. Para os tempos que precedem o diluvio, a Biblia nos offerece disso uma prova irrecusavel. Durante dois mil annos, o homem esteve longe de progredir moralmente; a cegueira do espirito e o endurecimento do coração chegaram a tal ponto que Deus se arrependeu, de algum modo, de ter creado o homem.

Depois do diluvio, o castigo dá os seus fructos; os filhos de Noé conservaram durante algum tempo os principios da moral que faz progredir as nações. Comtudo , ainda não tinham decorrido tres seculos que a idolatria e, com ella, a corrupção, reappareceram sôbre a terra, de modo que Deus teve que escolher um povo para conservar neste mundo o deposito da verdade e a honra da virtude.

Emquanto Abrahão e a sua descendencia conservavam as tradições puras e sãs, o Egypto chafurdava na mais grosseira superstição e numa decadência moral ainda mais lamentavel.

O povo judaico, depois de Moysés, teve as suas alternativas de grandeza e decahimento: o mesmo se deu no mundo pagão, sob as realezas assyrias, medas e persas. Os Gregos tiveram o apogeu da sua civilização, seguido de perto por uma decadencia quasi completa, no ponto de vista intellectual, moral, politico e artistico. Os Romanos cujas crenças e cujos costumes eram, no principio, bastante simples e puros, tiveram tambem o seu progresso; a Italia teve o seu seculo de Augusto como a Grecia tivéra o seu seculo de Pericles. Comtudo, Montesquieu escreveu o livro: *Grandeza e decadencia dos Romanos.* E' preciso ler, nos historiadores e philosophos

do tempo, o que viera a ser a sociedade romana na época da vida de Christo. Ora, toda a humanidade pagã achava-se nesse ponto, e é natural perguntar-se aonde havia de chegar o mundo seguindo essa pretensa via de progresso, e si elle não caminhava directamente para o estado selvagem mais absoluto e mais completo.

Desde a origem do Christianismo e a despeito dos meios de civilização e de progresso que elle trouxe á terra, os povos nem sempre seguiram uma marcha ascendente. Todas as nações da Europa tiveram periodos felizes e brilhantes seguidos de outros periodos de miseria e decadencia, tanto nas idéas e costumes, como nas sciencias, nas artes e no exito das armas. E' preciso, pois, reconhecer que não há para os povos, nem para os individuos, nem tão pouco para a humanidade em geral, lei de progresso continuo.

2.º A *acção divina* da Providencia, tal foi, em todas as épocas, a verdadeira causa de todo o progresso e de todo o resurgimento. Com effeito, quaes foram as épocas de regeneração moral e civilizadora do mundo? Nos tempos antigos, a época do diluvio, a da vocação de Abrahão, a do estabelecimento do povo judaico na Palestina, sob Moysés. Nos tempos mais chegados a nós, o apparecimento do Christianismo marca o principio de uma nova era de progresso e de civilização. Sobre as ruinas do império romano, as sociedades da idade média se constituem; comtudo, terão ellas tambem alternativas de grandeza e decadencia. Ás vezes, o espirito humano está em progresso nas lettras, sciencias, artes e na industria; porém, ao mesmo tempo, a moral e a virtude estão em decadencia assustadora. O progresso geral, universal e simultaneo da humanidade não se vê em parte alguma.

Assim, na historia judaica, nenhuma regeneração se produziu sinão pela influencia da acção providencial: provam-no o diluvio, a vocação de Abrahão e do povo

judaico, a promulgação da lei sobre o Sinai, a pregação do Evangelho. Desde a origem do Christianismo, o intermediario do verdadeiro progresso é a Igreja. Conforme os seus ensinos e a sua influencia venham a preponderar ou a desfallecer no seio das sociedades, ha grandeza ou decadencia. E' o que aconteceu nas épocas de Carlos Magno, de Luiz IX rei de França, da Reforma no seculo XVI, da Revolução no século XVIII. Não são os maravilhosos progressos do espírito humano nas descobertas scientíficas dos seculos XIX e XX que hão de alterar a lei providencial; não trouxeram, pelo contrario, uma profunda decadencia moral? A resurreição, si ella deve produzir-se, realizar-se-á não pelos progressos da sciencia e da philosophia, mas sim, pela acção de Deus, e provocada por esse ardor de fé, essa vivacidade de sentimentos religiosos donde sahirá a regeneração moral e social da humanidade.

Assim, a historia imparcial deve reconhecer que não ha marcha necessariamente ascendente da humanidade, nem lei de progreso continuo: ha tão somente a acção providencial de Deus sobre o genero humano. Deste modo, ao segundo ponto fundamental do racionalismo falta a base tanto como ao primeiro. Eis porque o concilio do Vaticano condemna a theoria racionalista: «Si alguem disser que o homem póde e deve chegar por si mesmo á posse de toda a verdade e de todo o bem por um progresso contínuo, que seja anáthema!» (*De Revel.*, cân. III.)

193. — IIIª PROPOSIÇÃO: «As religiões reveladas não se puderam produzir sinão nas épocas de ignorancia, quando o homem, ainda no estado primitivo, via por toda a parte mysterio e milagre.»

R. — Nada mais imaginário e falso. Quais são, com effeito, as épocas em que appareceram as duas grandes revelações sobre as quaes se baseia o Christianismo, isto é, a revelação *mosaica* e a revelação *christã?* Foi precisa-

mente no apogeu da civilização egypcia que Moysés communicou a sua lei ao povo de Israel; e era a um povo educado no meio desta civilização, affeito desde 400annos á sciencia do Egypto, que o legislador transmittia a sua revelação. Certamente os Hebreus não constituiam um povo de crianças, de imaginação e sensibilidade enthusiastas, como o pretende o racionalismo.

E, tratando-se da revelação evangelica, não parece que Deus tenha escolhido de proposito a época de Nosso Senhor para tirar ao racionalismo o seu miseravel subterfugio? Era em pleno seculo de Augusto, época do desabrochar mais completo das artes, das sciencias, das lettras e da philosophia, em summa, da civilização natural mais perfeita que tenha existido antes dos seculos christãos. Havia já 400 annos que os sabios Sócrates, Platão, Aristóteles allumiavam o mundo com essas luzes da razão que ainda nos surprehendem. Não ha duvida, é preciso ser audacioso para dizer que as intelligencias de Cícero, de Virgílio, Tácito, etc., e dos espiritos formados pelas suas lições, eram intelligencias infantis e que o seculo que os viu nascer, era um seculo de crianças! Aliás, os racionalistas não param em tecer louvores, não arrefecem no seu enthusiasmo, quando se trata de exaltar os magníficos productos da razão humana naquelles tempos; aqui acontece como sempre: a iniquidade mente a si propria. Cahe em manifesta contradicção.

Accrescentemos que o espirito humano não muda: sempre e por toda a parte, é pretencioso e não acredita facilmente no *mysterio*, fóra o caso de ter razões plausíveis para nelle acreditar; sempre e por toda a parte, é desconfiado e incredulo e não admitte facilmente o *milagre* a não ser que tenha testemunhos evidentes que o obriguem a adherir a elle. Portanto, se os homens contemporaneos de Moysés e de Jesus Christo acceitaram myste-

rios e acreditaram em milagres, isso honra a sua razão, que se curvou perante a evidencia, porém, não sem julgar e examinar. Por conseguinte, não se póde dizer, por um lado, que a humanidade se achava então no seu estado primitivo, nem, por outro lado, que a propria constituição do espirito humano o levava a vêr por toda a parte mysterio e milagre. Assim cahe esta nova asserção do racionalismo.

194. — IVª PROPOSIÇÃO: "Nas religiões reveladas, dogmas e factos, tudo se explica por idéas humanas e por leis da natureza: é a imaginação ou a credulidade que transforma as verdades em mysterios e os factos em milagres.»

R. — Esta asserção é a theoria de Cousin sobre os mythos e os symbolos. Applicam-na os racionalistas a interpretar naturalmente todos os mysterios e todos os milagres. E' assim que, para elles, a Trindade não é outra cousa sinão o finito, o infinito e a relação do finito com o infinito; os milagres da Biblia não são mais do que lendas, hyperboles, factos ordinarios, porém, effectuados em virtude de leis então desconhecidas.

Não havemos de voltar ás questões de segunda ordem por nós já mencionadas e refutadas no percurso dos nossos estudos sobre os *milagres* da revelação mosaica e sôbre os do Evangelho. Será sufficiente responder aquí, de modo geral, que este systema de interpretação racionalista, applicado ás verdades, é o transtorno mais completo das idéias e da linguagem; ao ser admittido, seria preciso concluir que a linguagem é dada ao homem, não só para dissimular, mas ainda para desnaturar o seu pensamento; não ficaria cousa alguma sob a forma escripta ou falada e ninguem podia ter esperança de se fazer entender. Applicado aos factos, esse systema é a destruição absoluta de toda a certeza dos sentidos e de toda a certeza historica.

A melhor refutação se acha nestes dois factos: applicando ao mesmo Dupuis a sua propria theoria sobre os mythos, um autor engraçado demonstrava em 1815 *que Napoleão I nunca existira.* O allemão Strauss, na sua *Vida de Jesus*, emittiu principios racionalistas de critica historica que o levaram a esta conclusão: «Jesus Christo não passa de uma idéa.» Rebatendo todos os argumentos do racionalista allemão, e valendo-se dos mesmos principios, o padre de Valroger, por um argumento *ad hominem*, estabeleceu igualmente que o proprio Strauss não é mais do que uma idéa (*Etudes sur le Racionalisme contemporain.*) Eis ahi até onde se póde chegar com a theoria dos mythos e dos symbolos!

195. — Vª PROPOSIÇÃO: «A crença numa religião revelada não se encontrou nunca numa intelligencia desenvolvida, e como, em breve, graças á philosophia, todos os homens chegarão ao estado adulto, as religiões, e em particular o Christianismo, — tornando-se obsoletas, — desappareceram para ceder o lugar ao reino da razão.»

R. — A primeira parte desta affirmação é tambem admiravelmente desmentida pela *historia.* Os maiores gênios e as mais fortes intelligências sempre souberam alliar perfeitamente a razão e a fé. Homens como são Justino, Orígenes, Tertulliano, santo Agostinho, são Jerônymo, são João Chrysóstomo, poderão ser tratados de ignorantes porque foram crentes? Santo Thomaz de Aquino, Descartes, Bossuet, Fénelon, Leibnitz abjuraram a razão porque acreditaram nos mysterios do Christianismo e nos milagres do Evangelho?

E agora, quem se atreveria a dizer que a razão dos Lacordaire, Wiseman, Donoso Cortez, Leão XIII, Dupanloup, Berryer, Pasteur, etc., não esteve ao nivel da razão dos nossos modernos racionalistas?

A segunda parte da proposição não póde ser actualmente desmentida pela historia, pois que vem no *tempo futuro*; comtudo, podemos valer-nos de uma forte e poderosa inducção, — ainda mesmo que não tivessemos a promessa divina, — para concluir que a prophecia racionalista nunca ha de vêr a sua realização. Os acontecimentos do passado nos autorizam a dizer, com plena certeza moral, que o Christianismo, o qual, com os seus mysterios e os seus milagres, enterrou já muitos erros, ha de sepultar ainda muitos outros. Desde muito terá desapparecido no pó o racionalismo tedesco ou francez e a Igreja christã e crente estará ainda de pé, dominando o mundo para o instruir e salvar.

§ III. — Consequencias do Racionalismo.

I. Do Racionalismo sahiu o *positivismo* contemporaneo. Ora, este positivismo tem por consequencia: 1.º o *nihilismo* quanto á crença, porque supprime Deus, a alma, a vida futura; 2.º o *nihilismo* relativamente á moral, porque a *moral independente* é uma chimera; 3.º o *socialismo*, como resultado final e pratico. — II. Theorias e factos; refutação.

196. — I. Para acabar de refutar o racionalismo e todas suas theorias orgulhosas, só nos resta indicar rapidamente as suas *consequencias* já realizadas ou podendo realizar-se em breve. Na apparencia, o racionalismo nega só as verdades reveladas, os mysterios, os milagres, em resumo o sobrenatural; porém, na realidade, chega á negação de toda a verdade religiosa e mesmo philosophica. Não deu, ultimamente, origem ao que se chama o *positivismo?* Inaugurado no seculo passado por Comte, acceito e propagado em nome da razão e da sciencia por Littré, Taine, Renan, Sainte-Beuve, About, Vacherot, etc., o positivismo (conseguiu introduzir-se no Brasil, mas já está em decadencia) annuncia-se como o termo mais elevado do progresso intellectual e social, como o dogma

definitivo do futuro. Ora, sob este nome de doutrinas positivistas, o atheismo e o materialismo mais grosseiro apresentam á juventude os seus mais vergonhosos ensinos.

Com effeito, o racionalismo que começou por recusar acreditar nos mysterios e nos milagres porque não os entendia, chegou bem depressa a rejeitar todo o sobre-natural, porque não o via; e sua pretensão de não querer admittir sinão o que podia verificar, devia rapidamente fazel-o cahir no positivismo. Tres causas principaes chamavam esta consequencia: 1.° O *scepticismo metaphysico* posto em voga pela critica de Kant; sua influencia se revelava na maior parte dos systemas philosophicos dos ultimos tempos; 2.° o emprego demais exclusivo do *methodo experimental:* o progresso das sciencias physicas e naturaes, fructo da investigação, persuadiu com demasiada facilidade aos homens do nosso seculo, que não havia verdade absoluta sinão nas sciencias positivas; 3.° as *tendencias materiaes,* ou, si quizerem, o espirito positivo da sociedade contemporanea; dominado pelo cuidado dos interesses materiaes, não querendo olhar para os horizontes do infinito, concedendo valor real só ao mundo dos sentidos, o homem do nosso tempo é por demais disposto a desterrar para o mundo das chimeras ou do desconhecido, tudo quanto excede o nivel da materia. Ora, estas tres causas reunidas trouxeram o positivismo.

197. — Mas, até onde chega o positivismo? 1.° ao *nihilismo* relativamente á *crença;* 2.° ao *nihilismo* quanto á *moral;* e 3.°, como resultado pratico, ao *socialismo.* Será facil proval-o, e, pelas suas consequencias, poderemos julgar o positivismo e seu pae, o racionalismo.

1.° Antes de mais nada, *relativamente á crença,* dizemos que o positivismo leva ao nada: é a negação absoluta de toda a verdade religiosa e mesmo philosophica, isto é, o *nihilismo.* Não póde ser de outro modo, porque o principio fundamental do positivismo é que não ha cousa

real e accessivel ao conhecimento sinão o relativo, o limitado, o finito; que o *absoluto,* o perfeito, o infinito, não é mais do que uma idéa ou uma abstracção, e, por conseguinte, não será para a sciencia mais do que uma hypothese ficticia, uma pura chimera. A este respeito ouçamos Littré: «O espirito positivo fechou successivamente todas as sahidas ao espirito theologico e metaphysico, patenteando successivamente a condição de existência de todos os phenomenos accessiveis e a impossibilidade de esperar por cousa alguma além (1).»

Dêste modo, Deus primeiro é posto fóra da sciência: «A philosophia positivista não nega e não affirma nada a respeito das causas primeiras ou finaes. Nada sabemos relativamente á causa do universo e dos habitantes que nelle vivem (2).»

«Deus, providencia, immortalidade e outras tantas *palavras bôas e antiquadas,* disse Renan, talvez um pouco obtusas e pesadas, mas que a philosophia interpretará em *sentidos cada vez mais refinados.*» Para este philosopho, «Deus é immanente não só no conjuncto do universo, mas em cada um dos seres que o compõem (3).» E' o pantheismo de Hegel, si não quizermos ater-nos a esta outra definição de Renan: «Deus é, para a humanidade, o resumo transcendente das suas necessidades suprasensíveis, a *categoria do ideal,* isto é, a forma sob a qual concebemos o ideal (4).» Neste caso, é puro atheismo e Littré accentua esta opinião: «A *humanidade,* diz elle, é a unica providencia que trabalha por nós.»

A respeito da alma humana, temos a mesma negação. Segundo Comte, o conjuncto das existencias «é constituido pela materia e pelas forças immanentes á materia. Além desses dois termos, a sciencia positiva não conhece

(1) *Conservation, révolution, positivisme,* p. 61.
(2) Littré. *Paroles de philosophie positive,* p. 34.
(3) *Revue des Deux-Mondes,* 15 de outubro de 1863.
(4) *Liberté de penser,* t. VI, p. 348.

mais nada (1).» Para Taine, «a alma não passa do conjuncto das funcções do cerebro e da medula espinal... O pensamento é inherente á substancia cerebral.» Na opinião de Littré, a união da alma e do corpo é uma doutrina contra a qual protestam as sciencias physicas, e conclue que não ha immortalidade. «Esta crença, que podia ser verdadeira, não se achou tal, a sciencia não tendo conseguido verificar um facto qualquer de vida depois da morte... Os mortos não têm mais que uma existencia ideal em nossa lembrança (2).»

Tínhamos razão, pois, em dizer que o positivismo é a negação de toda a crença religiosa? Mas destróe igualmente toda a crença philosophica, e não pára perante asserções como estas: «Tudo quanto não está na natureza, não é nada, e em nada póde ser avaliado, sinão como uma simples idéia (3).» — «A metaphysica de Platão, Descartes, Malebranche, Bossuet, Fénelon, Clarke só póde illudir espiritos noviços. E' admiravel como historia, não se lhe póde dar crédito como sciência (4).» — «Há um principio que se apoderou com força do espirito moderno e que devemos a Hegel. Quero falar do principio em virtude do qual uma asserção não é mais verdadeira do que a asserção contraria. Admittimos mesmo a *identidade dos contrários* (5).»

Como admirar-se de que, com semelhantes princípios, o positivismo chegue a todas as negações, depois das de Deus e da alma: negação da liberdade humana, pois que esta se reduz á actividade cerebral; negação da moral, pois que as inclinações não são mais do que modos desta mesma actividade; negação da vida futura, pois que os mortos não têm mais do que uma existencia ideal.

(1) *Cours de Philosophie positive*, lição 45ª.
(2) *Conservation*, p. 123.
(3) Havet, *Revue des Deux-Mondes.*
(4) Renan, *Ibid.*, 15 de janeiro de 1860.
(5) Scherer, *Hegel et l'hégélianisme.*

Nas mesmas condições, o positivismo conduz, com os seus principios, ao espirito de scepticismo e de negação. Elle não poude verificar experimentalmente a origem das cousas, do movimento, dos seres e da vida; portanto, a *Astronomia*, a *Biologia*, a *Anthropologia* são explicadas á maneira positivista (1): é o materialismo que prevalece e conduz ao nihilismo relativamente á crença.

198. — 2.º O positivismo chega igualmente ao nihilismo *quanto á moral*. Sem duvida, envergonhar-se-ia de proclamar a suppressão de todo o dever; por isso, procura salvar as apparencias, falando de uma moral que chama *moral independente*. Na sua linguagem, quer isso dizer que dora avante a moral não depende mais de Deus, não passa de um ser ideal; não depende de religião alguma, pois que a suppressão de Deus tem por consequencia o desapparecimento de todo o culto; não depende nem da autoridade dos homens, porque em virtude de que direito um homem poderia impôr leis e uma moral aos seus semelhantes? Onde, portanto, se ha de achar o principio e a regra desta moral independente? Na honra, no sentimento da propria dignidade, dizem alguns; no amor do *dever pelo dever*, pretendem outros; certos falam mesmo ainda da *consciencia*, como sendo uma regra sufficiente de moral.

Mas, sinceramente, que póde e ha de ser uma moral independente? E' evidente que lhe faltam a clareza e a precisão, não possue *autoridade*, e particularmente nunca terá *efficacia*.

Uma moral independente não póde ser *clara* e *precisa*. Onde se hão de encontrar dois homens que, inspirando-se das suas proprias luzes, julguem e apreciem do mesmo modo o bem e o mal no detalhe da vida, especialmente quando os interesses e as paixões têm que vêr nisso?

(1) Em nosso quarto volume, tomando cada uma destas palavras como título, refutamos os *dados positivistas* da escola moderna pág. 221, 234 e 276.

Desde que o mundo existe, nunca os philosophos e os sábios chegaram a fomular um código de moral uniforme e universal: e, pretender-se-ia que cada um arranjasse uma moral para si!

Uma moral independente de Deus e da Religião, que o positivismo supprime, será totalmente desprovida de *autoridade*. Será uma theoria, mas não uma lei, pois que não ha ninguem para ordenar o dever e fiscalizar a sua execução. A honra e a dignidade humana não subsistem muito tempo em presença da lucta, muitas vezes difficil, contra o mal, principalmente quando se póde fugir dos olhares dos homens e quando se presuppõe que a queda ficará secreta. De que serve falar em consciencia? Na ausencia de Deus, a consciencia é muda; não profere mais oraculos; familiariza-se depressa com o crime e, em breve, não conhece mais o remorso.

Afinal, que *efficacia* poderia ter uma moral independente? Onde estará a sancção para o bem como para o mal? Si não houver mais nem Deus nem senhor, nem céu nem inferno, nem vida futura nem immortalidade, nada mais além da vida presente, de que servirá a virtude? E para que dar-se ao trabalho de resistir ás inclinações das paixões ruins?

O positivismo já nos deu os seus fructos, quanto á moral. Como havia de ser de outro modo? O livre arbitrio, outra fonte de moralidade, não é para Littré, «sinão uma personificação da actividade cerebral;» para Taine, «o vicio e a virtude são productos como o acido chlorhydrico.» Renan considera tudo aquillo como relativo: «O homem, diz elle, faz a santidade do que acredita, como a belleza do que ama.» Não serão taes principios a destruição de toda a moral individual e social? Será preciso com isso ficar admirado dos escandalos e crimes que se multiplicam em nossos dias com proporções assustadoras? E' o termo a que deve fatalmente chegar a moral inde-

pendente, porque o positivismo é a immoralidade erigida em principio.

199. — 3.º A última consequência que se origina necessariamente das doutrinas racionalistas e positivistas postas em pratica, é o *socialismo,* consequencia nem sempre reconhecida, mas muito logica e, ao mesmo tempo, a mais terrivel para as sociedades humanas.

O socialismo, com effeito, é a doutrina da soberania da razão e do positivismo applicada ao governo do mundo. Si, por uma parte, a razão fôr independente, e si, por outra parte, tudo se limitar ao mundo real, si só esta razão fôr rainha, si puder dispensar Deus e crear uma moral, é claro que ella só deve possuir o mando, e que não póde haver, nas posições sociaes, outras desigualdades sinão as resultantes das qualidades e da força individual. Dahi o *Socialismo.* Sob este nome generico, é preciso abranger todos os systemas que pretendem reconstituir novamente a Sociedade, exigem uma nova classificação social, ainda que por isso fosse necessaria a suppressão de todas as distincções, de todas as jerarchias, de todas as propriedades.

Com receio que alguem nos accuse de tirar do racionalismo consequencias chimericas e duvidosas, citemos textos. Segundo Taine, «ha uma moral para cada seculo e para cada raça, e o modelo varia segundo as circumstancias que o suscitam.» Ora, eis que Littré se encarrega de nos dizer qual devia ser a moral do seculo XIX: «Outra educação, outra vida moral, outra sociedade estão nascendo. A revolução não é uma pura e simples insurreição do espirito contra as incompatibilidades theologicas; tem como remate necessario uma geração radical, que, mudando as condições mentaes, ha de transformar ao mesmo tempo todas as condições materiaes. Uma crença que ganhou os espiritos cultos de uma sociedade, tem certeza, mais dia menos dia, de alcançar a multidão.» E accres-

centa: «Não ha idéa efficaz e nova sinão a que pretende substituir a velha doutrina theologica por uma doutrina social. Mas quem, agora, promette uma doutrina, sinão o *socialismo?*» E esse homem de certa notoriedade conclue audazmente: «Acabar a revolução occidental é o objecto do socialismo, e só elle póde dar cabo desta tarefa (1).»

A ultima palavra, pois, do livre pensamento e da livre moral, isto é, do racionalismo e do positivismo, é, portanto, a reforma social segundo a interpretação que acabamos de ouvir; é o *socialismo.*

200. — II. Aliás, por toda a parte e particularmente na França (2), passa-se facil e logicamente da theoria para a pratica. As doutrinas racionalistas pregadas durante meio seculo já produziram os seus fructos. Não temos que fazer aqui a historia do socialismo: basta lembrar a passagem logica das theorias utopistas para os factos lastimaveis que já fizeram perigar o equilibrio da nossa sociedade.

Jean-Jacques Rousseau, no seu *Contrat social,* semeou as primeiras idéias de igualdade social O conde Henrique de Saint-Simon, fallecido em 1825, as colligiu em codigo, e as suas doutrinas propagadas por Enfantin e Bazard, tendiam somente a recolher as heranças e os bens vacantes para os consagrar ao allivio da miseria e ao restabelecimento da igualdade das condições.

Fourier, fallecido em 1837, propoz a destruição da familia substituida pelo *phalansterio,* reunião de 1600 individuos trabalhando juntos, não para si, mas em proveito da associação.

Eis agora os *communistas:* estes recusam ao individuo o direito de propriedade que attribuem á sociedade inteira. O grande propagador dêste systema é Estêvão

(1) Estas citações são tiradas dos artigos destes autores na *Revue des Deux-Mondes*, e das obras delles.

(2) Tantos, sinão mais adeptos tem o socialismo na Allemanha.

Cabet, nascido na França em 1788, doutor em direito, revolucionario em 1830, ardente agitador em 1848, fallecido no Missuri em 1856. Num livro intitulado *Voyage em Icarie,* vulgarizou a sua theoria que consistiria em transformar a terra em uma paraiso isento de miserias. Proudhon (1809-1864) deu ao communismo uma forma mais brutal: para elle, «*a propricdade é o roubo,*» e, portanto, cada um tem direito sobre a propriedade alheia.

Os partidarios da *organização do trabalho* acharam alguma cousa menos violenta: o seu systema é mais especioso e deve a sua origem a Luiz Blanc, nascido em 1811, membro do governo provisorio em 1848, fallecido em 1882. Para elle, o Estado é o grande proprietario. Para remediar ao vicio da sociedade actual e á miseria do pobre, o Estado deverá instituir fabricas nacionaes onde tudo se faz em commum, com salarios iguaes, porém, sufficientes para prover ás necessidades de cada um.

Taes foram as theorias e as tentativas praticas do *Socialismo* durante a primeira parte do seculo XIX. No fim do mesmo seculo e no principio do XX°, surgiram novas idéas, preparando outros transtornos.

Achamo-nos em presença de um *Socialismo de Estado* que entregaria aos governos õ direito de conduzir a evolução social, attribuir-lhes-ia todos os monopolios, e, em particular, o cuidado de dar uma solução á questão operaria, uma organização ao trabalho, uma pensão á velhice.

Para essas novas formas do *Socialismo,* foi creado um nome novo: o *Collectivismo.* Esta palavra apparece pela primeira vez no *Diccionario* de Littré. (Supplemento de 1877.) Applica-se a qualquer doutrina tendo por fim a socialização: da terra (collectivismo agrario), dos instrumentos de trabalho (collectivismo industrial), em outros termos a toda a doutrina excluindo a apropriação

individual dos meios de producção e admittindo só a possessão individual dos productos como remuneração do trabalho.

O collectivismo é particularmente a obra dos Judeus allemães: Lassalle, Karl Max, Schâffle, e dos seus emulos de outra escola: Bebel e Liebknecht. Com variantes de principios e de applicações, tem ou teve por representantes na França, Lafargue, Julio Guesde, Gabriel Deville, J. Jaurès, G. Renard, Rouanet, Millerand, etc.

201. — Não vamos combater separadamente cada um desses doutrinarios. Ser-nos-á sufficiente lembrarmos, em opposição a qualquer doutrina socialista, alguns grandes principios de razão e bom senso, absolutamente justificados pela experiencia.

1.° Ainda que a igualdade das condições fosse restabelecida como poude ter existido na origem das cousas, não subsistiria por muito tempo. Neste mundo, as aptidões, os talentos, o procedimento estão manifestamente em condições desiguaes; neste caso, o trabalho de uns e a inactividade dos outros hão de produzir necessariamente uma desigualdade muito rapida na nova situação. Não se vê, cada dia, que os filhos da mesma familia, depois de uma partilha igual, se acham em condições totalmente differentes? Uns prosperam, outros ficam arruinados, quer por causa da sua conducta, quer pelo facto das circumstancias. Será então preciso recomeçar indefinidamente uma partilha que daria sempre em resultado a mesma desigualdade?

2.° A propriedade é cousa muito legitima quando é obtida por meios honestos e reconhecidos pela consciencia e pelas leis. Esse direito remonta á origem da humanidade; é proclamado por todas as legislações e o preceito do Decalogo: «Não furtar,» é apenas a sancção de um principio universalmente admittido. Os direitos do rico sobre os seus bens legitimamente adquiridos são,

pois, incontestaveis, e si tem deveres para com os pobres, delles ha de dar conta a Deus; porém, o pobre não tem o direito de furtar o que o rico tem obrigação de lhe dar.

3.º A Religião christã que, desde a sua origem, pregou o desapêgo dos bens terrenos e a caridade, não tende a destruir a desigualdade das condições humanas, mas só a diminuil-a. Os primeiros discipulos traziam os seus bens aos pés dos Apostolos, para pôr em commum com os seus irmãos menos privilegiados, mas isso era feito livremente e nunca a Igreja lhes impoz semelhante donativo como uma obrigação. E' falso pois que o communismo tire a sua origem do Christianismo. Tudo quanto faz o Evangelho, é mandar ao rico dar esmola segundo as suas posses; em seguida, ao pobre prescreve o trabalho, a paciencia e a resignação, e, para mostrar que a felicidade não está no gozo e na riqueza, diz a todos: «Bemaventurados aquelles que são pobres, pelo espirito ou pelo coração.»

4.º Emfim, a experiencia deu uma idéa do que viriam a ser as sociedades humanas, si o socialismo viesse a prevalecer. Houve varias tentativas para realizar as utopias e os devaneios de Saint-Simon, de Fourier, de Cabet e de Luiz Blanc. Mas adveiu o que devia necessariamente acontecer. A empreza falhou por causa da má vontade de alguns e pelas reivindicações dos outros: em todo o caso, teria sido a ruina publica em curto prazo.

Pelo que diz respeito ás tentativas feitas pelo socialismo contemporaneo, a experiencia demonstrou que todos os seus esforços ficam impotentes, completamente estereis. Os congressos dos modernos reformadores revelam, todos os dias, as suas divisões, as suas contestações, os seus dissentimentos. De accordo sobre o principio da expropriação dos meios de producção, não chegam a se entender sobre as medidas a escolher e acabam por anathemas e scissões.

As paredes que se multiplicam e attingiram, em França, o total de 1026 para o anno de 1904, segundo a estatística dada pelo ministério do Commércio, não trouxeram sinão ruinas, desordens e batalhas. A *fabrica de vidros de Alby*, fundada sobre o principio collectivista, longe de conhecer a prosperidade, deixa prever uma quebra próxima. Falta muito, pois, que o socialismo tenha contribuido, até agora, ao bem da humanidade, e é mais do que provavel que um Estado collectivista chegaria bem cedo ao despotismo e á anarchia.

Em todo o caso, as idéas socialistas provocaram os movimentos insurrecionarios de 1848, a Communa de Paris em 1871, e tentativas mais recentes de homicidio e saque. Os homens perspicazes se assustam, na hora presente, do abysmo a que pódem levar essas theorias e procuram conjurar o perigo. Mas si o racionalismo continuar no fundo das intelligencias, por uma logica irresistivel, segundo o voto de Littré, «o socialismo ha de ser a religião das classes desherdadas,» e vêr-se-á por experiencia o que valem as doutrinas que o produziram.

Um escriptor de 1849 previa esse desfecho. Numa tragi-comedia, que teve então algum exito, esse autor applicava successivamente á França as diversas doutrinas socialistas. O primeiro quadro representava a victoria dos insurrectos em junho de 1848; o segundo a applicação do direito ao trabalho; o terceiro do direito á assistencia publica, e deste modo se chegava ao ultimo espectaculo, collocado pelo autor no primeiro anno do seculo XX.

Depois de 50 annos de socialismo, Paris era uma ruina immensa, a herva já crescia por cima dos edificios destruidos, e, no meio deste espectaculo de desolação, um só homem ficava, andando em busca de um pouco de comida, não encontrando, porém, sinão um misero a quem matava para lhe arrancar o ultimo pedaço de pão

que houvesse na França: Proudhon matára o ultimo Francez.

Sem duvida essa pintura é exaggerada, assim como o devia ser para mais impressionar os espiritos; comtudo, não deixa de ser verdade que tal poderia ser, cedo ou tarde, o fim do socialismo e, por conseguinte, do racionalismo, si o nosso seculo désse livre curso á essas theorias extranhas e subversivas.

E' com razão pois que o papa Leão XIII escreveu: «Comprehende-se que a theoria socialista da propriedade collectiva deve ser absolutamente repudiada como prejudicial áquelles mesmos a quem se pretende soccorrer, e contraria aos direitos naturaes dos individuos, como desnaturando as funcções do Estado e perturbando a tranquillidade publica.» (*Encyclica, De Cond. opific.*, 1891).

APPENDICE B

OS GRANDES HOMENS DO CHRISTIANISMO

Idéa geral. — Divisão.

202. — Em seguida a todas provas accumuladas a favor da divindade da Religião christã, não é inutil, nem fóra de proposito mostrar que esta Religião possue ainda a mais alta e a mais incontestavel autoridade: a da sciencia e do genio no decorrer de todos os seculos, desde a sua origem até a época contemporanea.

E' um erro ou um preconceito manifesto julgar que o monopolio das sciencias e dos talentos pertence á incredulidade moderna.

E' justamente o contrario, pois o Christianismo sempre contou e conta actualmente nas suas fileiras as summidades do saber e da virtude. Ao lado de alguns philosophos e sabios, incredulos ou scepticos, a Igreja póde mostrar, com legitimo orgulho, illustrações que são, ao mesmo tempo, o numero e a qualidade; e, além disso, o testemunho dellas tem o grande mérito de ser sustentado pelo desinteresse mais real, como pela honestidade mais incontestavel.

Eis uma demonstração que desejariamos fazer rapidamente. Ora, achamo-nos aqui em frente de um triplice preconceito ou de uma triplice negação. Varios disseram que os primeiros christãos eram todos das ultimas classes da sociedade; pretenderam que os Doutores e os Padres da Igreja não tinham nem peso, nem autoridade a favor da Religião; especialmente affirmaram que nos tempos modernos o Christianismo tinha contra si a *sciencia* e a *razão*.

A essas tres affimações completamente erroneas, vamos oppôr, em outros tantos artigos, testemunhos contrarios e averiguados.

ARTIGO I

Christãos dos primeiros seculos.

I. Primeiros convertidos em Jerusalém. — II. Conquistas dos Apostolos. — III. O patriciado romano.

203. — I. Sim, é certo, Jesus Christo escolheu os seus primeiros discipulos entre os ignorantes e os pobres; o que constitue uma prova ainda mais evidente da divindade da Religião christã; sim, é tambem fóra de duvida, estes mesmos Apostolos iniciaram a propagação do Evangelho nas classes populares; com isso não faziam mais do que seguir as ordens e os exemplos de Jesus Christo.

Mas quer isso dizer que o Christianismo, no seu principio, entre os seus adeptos, não contou nenhum homem instruido? Não conhecemos todas as celebridades dos primeiros tempos e não podemos citar todos os nomes conhecidos. Mas si abrirmos o Evangelho e o livro dos *Actos*, ahi achamos discipulos que não eram gente qualquer: *Nicodemo,* um dos chefes da sua nação, *Zacheu,* homem rico e chefe dos publicanos, *José de Arimathéa,* nobre decurião, *Lazaro,* pessôa consideravel, cuja notoriedade, não menos que a das suas irmãs *Martha* e *Maria Magdalena,* deu tanto resplendor ao milagre da sua resurreição.

204. — II. Logo depois da morte de Nosso Senhor, contam-se entre os discipulos ardentes de Christo, *Paulo,* o convertido de Damasco, phariseu distincto que se torna o mais erudito e o mais profundo dos Apostolos. Por sua vez, elle percorreu o mundo, convertendo ao Evangelho, em Saphos, *Sergio Paulo,* proconsul romano; em Athenas, *Dyonisio,* membro do Areopago; em Epheso, *Apollo,* homem eloquente. No mesmo tempo, o apostolo Philippe, no caminho de Gaza, baptiza o poderoso intendente da rainha da Ethiopia, e são Pedro converte, em Cesaréa,

o centurião *Cornelio,* destinado a exercer, mesmo em Roma, um apostolado fecundo.

Era um homem vulgar são *Lucas,* artista, poeta, medico, evangelista e historiador dos *Actos dos Apostolos?* Eram ignorantes, estes homens apostolicos: são *Clemente,* segundo papa, santo *Ignacio de Antiochia,* são *Polycarpo* de Smyrna, santo *Ireneu* de Lyão, cujos escriptos nos restam, como os monumentos de uma sciencia á qual poderiam utilmente recorrer os nossos orgulhosos seculos XIX e XX?

205. — III. Desde o anno 42 da era christã, no reinado do imperador Claudio, são Pedro, depois de ter fundado e governado pessoalmente durante sete annos a florescente Igreja de Antiochia, viera a Roma que a Providencia destinava a ser a capital do mundo catholico. Logo, no quarteirão do Tibre, especialmente procurado pelos Judeus, Jesus Christo contava subditos e a Igreja, um nucleo de fieis de valor. O principe dos Apostolos fixára sua residencia no meio delles, na região que, mais tarde, havia de ser o Vaticano. Alguns mezes depois, a sua influencia victoriosa passava do Transtevere á parte habitada pela mais alta aristocracia romana. A familia judaica de Aquila e Priscilla o relacionou com *Pudens,* senador romano ligado com a familia famosa dos *Cornelios,* illustrada por Scipião o Africano. O senador convertido offereceu o seu palacio para ser, em Roma, a primeira igreja christã.

No anno 57, são Paulo se achára exposto, em Jerusalém, a todo o furor dos Judeus que o queriam matar; porém, foi arrancado das mãos delles pelos proconsules que Roma mantinha na Judéa.

Cidadão romano, Paulo appellára para Cesar, e, a seu pedido, foi mandado á capital do mundo para ser submettido a julgamento. O Apostolo é carregado de cadeias; porém, a sua palavra não fica acorrentada.

Preso quasi livre, secunda o apostolado de são Pedro; entra em relação com illustres familias, das quaes já encontrára e convertera membros influentes. Naquella famosa audiência do pretório a que compareceu um dia, perante tudo quanto Roma contava de mais illustre, prestou esplendidamente conta da fé christã e na cidade produziu sensação universal. Burrho, prefeito do pretório, e Séneca o philosopho, consul naquelle anno 57, assistiam á audiencia cujo resultado foi a soltura do Apostolo. São Paulo não converteu á fé esses dois personagens; comtudo, deixou nas almas delles os principios de uma philosophia inspirada no Christianismo.

Mas a verdade ia produzindo os seus fructos. Ao cabo de alguns annos, o patriciado romano fornecia á sociedade dos christãos a flôr da velha nobreza, e a fé contava discipulos nessas grandes familias de que a historia nos cita os nomes: a *gens Pomponia, a gens Cecilia*, a *gens Emilia*, a *gens Sergia*, e muitas outras. Penetrava na familia dos *Flavios* destinada ao imperio. A mesma côrte imperial se enche de christãos; a casa de Nero e de Domiciano contou alguns. O senado franqueou á nova religião o seu inaccessivel recinto, e as mais altas magistraturas, — muitas vezes em segredo, — foram exercidas por christãos.

Bem se vê, não é somente entre a gente miuda e na classe média que o Evangelho teve discípulos: contou muitos em todas as fileiras da aristocracia romana (1).

---

(1) O sabio livro de D. Guéranger, *Sainte Cécile et la société romaine*, e as preciosas descobertas feitas nas Catacumbas e postas á luz pelo senhor de Rossi, não deixam nenhuma duvida sobre este ponto. Aconselhamos, pois, a leitura dos interessantes pormenores fornecidos pelo illustre benedictino.

ARTIGO II

Doutores e Padres da Igreja.

I. Doutores e escriptores dos primeiros séculos. — II. Gênios christãos do IV.º século. — III. A idade média.

206. — I. Em pleno século de Luiz XIV, Fénelon, nos seus *Dialogos sobre a eloquencia*, não receava dizer desses Padres da Igreja: «Eram espiritos muito elevados, grandes almas, cheias de sentimentos heroicos, pessôas que tinham uma experiencia maravilhosa dos espiritos e dos costumes, homens de grande autoridade.» Ao correr da penna e sem cuidado algum na escolha, citemos entre muitos:

No princípio do II.º seculos: são *Justino*, philósopho platonico, convertido á fé catholica, da qual se torna o apologista, acabando pelo martyrio; *Tertulliano*, nascido pagão, espirito fecundo, versado na jurisprudencia e celebre por seus escriptos apologeticos; no fim do mesmo seculo e no principio do III.º, *Clemente de Alexandria*, gloria dessa celebre escola em que se succederam tantos mestres cheios de saber e virtude; *Orígenes*, que, aos 18 annos era uma das principaes luzes daquella cidade famosa e attrahia a si os sabios do mundo; *Eusebio*, o pae da historia ecclesiastica, a quem devemos tantos e tão bellos fragmentos de historiadores desapparecidos; *Arnobio*, apologista e historiador, mestre de *Lactancio* que foi chamado o *Cícero christão; Minucio Felix*, que brilhou em Roma pela eloquencia, etc.

207. — II. Com o IV.º século, vemos apparecer uma pléiade de sabios e Doutores, dos quaes basta citar os nomes, pois ainda possuimos os escriptos delles: são *Cypriano* de Carthago, são *Cyrillo* de Alexandria, são *Basilio* de Cesaréa, santo *Athanasio*, são *Gregorio Nazianzeno*, são *João Chysóstomo*, são *Jerônymo*, cuja erudição não tem igual, santo *Ambrosio*, santo *Agostinho*,

um dos maiores genios que tenham illustrado a humanidade; santo *Hilario* de Poitiers, são *Gregorio Mogno,* etc.

208. — III. Os séculos seguintes foram menos fecundos: isso provem das difficuldades com que luctava a Igreja na idade de ferro. Mas, com os fundadores das ordens monasticas, são *Bento,* são *Vicente de Lérins, Cassiodoro,* etc.; mais tarde com *Alcuino, Eginhardo, Raban-Mauro, João Scot, Hincmar, Flodoardo, Gregório de Tours,* etc.; vemos apparecer a sciência unida á fe. Depois disso, será preciso lembrar os theologos da idade media, *Alberto Magno,* santo *Thomaz de Aquino,* são *Boaventura,* santo *Anselmo* e os demais mestres do pensamento (1)?... Basta dizermos que a *Patrologia latina* conta, na edição Migne, 217 volumes in-quarto, desde os Apostolos até Innocencio III em 1216; e a *Patrologia grega,* no mesmo intervallo, 109 volumes do mesmo formato. — Lendo esses volumes e comparando-os com alguns livros sahidos da penna dos philosophos Celso, Porphyrio, Juliano o Apostata, Hierocles, partilha-se logo o parecer de La Harpe que dizia: «Falta muito para que estes homens possam igualar a dialectica de um Tertulliano, a sciencia de um Orígenes ou os talentos de um Agostinho e de um Chrysóstomo.» — «Que prazer, dizia la Bruyère, de amar a Religião e de a vêr acreditada, defendida, explicada por tão bellos genios e por tão solidos espiritos!» (*Caracteres, cap.* XVI.).

ARTIGO III

Homens illustres dos tres ultimos seculos.

1.º Philosophos; 2.º magistrados e jurisconsultos; 3.º historiadores; 4.º oradores; 5.º poetas; 6.º sabios — Considerações importantes.

209. — Não nos é possível citar aquí todos os homens célebres que, durante este periodo, fizeram ao

(1) Os grandes genios da Renascença são, na sua quasi totalidade, do dominio do catholicismo.

Christianismo a homenagem da sua fé e da sua fidelidade. Não podemos mencionar sinão os mais illustres, segundo a sua especialidade e na ordem chronologica.

1.º *Em philosophia: Erasmo* (1467-1536), humanista celebre e pensador profundamente apegado á fé apezar de contemporaneo da Reforma; *Descartes* (1596-1650), pae da philosophia moderna, christão convicto; no seculo XVII, *Francisco Bacon,* ao mesmo tempo philosopho, physico e naturalista (1560-1625); *Pascal,* pensador por excellencia, philosopho e geometra (1623-1662); *Antonio Arnauld* (1612-1694), illustre solitario de Port-Royal; *Malebranche,* um dos nossos maiores escriptores (1638-1715), e *Leibnitz,* nascido em Leipzig (1646-1716), ambos metaphysicos de grande autoridade; *la Bruyère* (1639-1696), celebre moralista de quem é preciso ler o capitulo *Dos espiritos fortes.* — No seculo XVIII, *Locke* (1632-1704) e *Clarke* (1675-1729), philosophos inglezes, theologos e publicistas, etc.

2.º *Entre os magistrados e jurisconsultos:* No seculo XVI, *Thomás More* (1480-1535) illustrava a Inglaterra por sua sciência e sua fé; a França glorificava-se do chanceller de *l'Hôpital* (1506-1573) e de *Dumoulin* (1500-1566), ambos tão grandes christãos como bons jurisconsultos. — O seculo XVII nos dá *d'Aguesseau* (1668-1716), *Lamoignon* (1617-1677), *Domat* (1625-1695), emquanto *Grocio* (1583-1646), illustrava a Hollanda por sua erudição e publicava o seu tratado da *Verdade da Religião.*

3.º *Na história,* basta, para a glória do Christianismo, citar, no seculo XVII, *Mabillon* (1632-1707), celebre benedictino nascido em Saint-Pierremont; *Natal Alexandre* (1639-1724), sábio dominicano; o padre *de Tillemont* 1637-1698); *Rollin* (1661-1741); no século XVIII, *Fleury* (1640-1723), tão versado na história como na jusisprudencia; *D. Calmet,* historiador e commentador, benedictino

de Saint-Maur (1672-1757); o apologista *Bergier* (1718-1790); o padre *Nonnotte* (1711-1793) e o padre *Guénée*, cuja erudição e sciencia tantas vezes embaraçaram Voltaire nos seus ataques (1717-1793), etc.

4.º *Na eloquência do púlpito:* Só por alto, lembraremos alguns nomes para sempre illustres: *Bossuet* (1627-1704), genio incomparavel; *Bourdaloue* (1632-1704); *Fléchier* (1632-1710); *Fénelon* (1651-1715), *Massillon* (1663-1742). Não se dirá que nelles o espirito não igualou a eloquencia e a fé; e bastariam esses homens para a illustração do seculo XVII.

5.º *A poesia* é nobremente representada nos seculos XVI e XVII por christãos convictos cujas obras attestam a fé profunda: *Malherbe* (1555-1628), *Corneille* (1606-1684), *Boileau* (1636-1711), *Racine* (1639-1699), *João Baptista Rousseau* (1671-1741), etc.

6.º Emfim, não se deve acreditar que a sciencia, nos seculos XVI, XVII e XVIII, foi hostil á Religião christã. Não ha dúvida que se pódem contar como sábios e christãos *Rogerio Bacon,* o célebre dominicano inglez, fundador da sciencia experimental no seculo XIII (1212-1294); *Copérnico* (1473-1543), pae da cosmographia moderna; *Galileu* (1564-1642), que, sem duvida, misturou erros theologicos ao seu systema, mas via Deus por toda a parte no universo e ficou o filho submisso da Igreja.

Kepler (1571-1630) fez dissertações theológicas que o honram tanto como as suas descobertas astronomicas; *Boyle,* physico e chimico irlandez (1620-1691), ensinava o Christianismo ao mesmo tempo que a sciencia; *Newton* (1642-1727) personifica a sciência respeitosa para com Deus e a fé; *João Bernoulli* (1667-1748) pertencia á Igreja; *Réaumur* (1683-1757) era crente; *Euler* (1707-1783) abraçou todas as sciências mathemáticas na sua universalidade, e as suas *Cartas* testemunham suas antipathias para os atheus e os deistas; *Linneu* (1707-1778)

era um naturalista tão piedoso quão sábio; *Lavoisier*, chimico (1743-1794), foi um christão muito edificante.

Nunca haviamos de acabar si quizessemos completar esta lista que nos conduz até o principio do *século* XIX.

Façamos aqui algumas observações. Em primeiro lugar, póde-se dizer que, até a seita incredula do fim do século XVIII, philosophia, história, litteratura, jurisprudencia, poesia, sciencia, artes, tudo é christão. A lista que demos, além de muito incompleta, se refere particularmente á França, porque só quizemos dar alguns nomes dos que nos occorriam á memória; mas tantos e tão famosos sabios podiamos achar em todas as nações christãs (das nações não christãs, poucos são os que merecem o nome de sabios, tanto mais que cahiram nos erros mais evidentes e grosseiros). Não demos nomes de architectos, pintores, esculptores, etc., visto que quasi todos, pelo menos os mais talentosos, se tornaram particularmente célebres em trabalhos religiosos que denotavam os sentimentos que lhes iam na alma. Provam-no as obras primas da idade media, da Renascença (embora esta cahisse muito no gosto pagão) e dos seculos seguintes. Si algumas almas, porém, arrebatadas pelas paixões, se transviam para longe do Christianismo e dos seus deveres, voltam á prática da Religião antes da morte: tais foram *Montaigne* (1533-1592), *La Fontaine* (1621-1695), *Montesquieu* (1689-1755), *Buffon* (1707-1788), *La Harpe* (1739-1803). Tudo leva a crer que o proprio Voltaire teria abjurado a sua impiedade si seus falsos amigos o tivessem deixado livre na última doença; *Jean-Jacques Rousseau* (1712-1778) tem accentos de fé e religião tão profunda que, de extractos delle, se poude publicar um volume com o titulo de *J.-J. Rouseau apologista do Christianismo*.

Que nomes illustres de philosophos e sabios pódem os ímpios oppôr á precedente lista dos crentes. Depois de lembrar os famosos autores da *Encyclopedia, Voltaire* (1694-1778), *d'Alembert* (1717-1783), *Condillac* (1715-178,0), *Helvetius* (1715-1771), *Diderot* (1713-1784), *d'Holbach* (1723-1789), *Raynal* (1713-1794), *Marmontel* (1723-1799), accrescentando-lhes *Volney* (1757-1820), *Boulanger* (1722-1759), e alguns outros ainda menos conhecidos, fica bem depressa esgotada a lista dos incredulos. Francamente e de bôa fé, de que lado estão o numero, a autoridade, o saber, a dignidade e a virtude?

Para que se pudessem oppôr os *incrédulos* aos *crentes*, seria preciso citar: 1.º incredulos verdadeiramente dotados de um talento superior; 2.º incrédulos perfeitamente convictos do seu systema; 3.º incredulos que tivessem feito um estudo serio da Religião; 4.º incredulos que tivessem levado uma vida honrada. Si lhes faltar algum desses caracteres, podemos recusal-os. Certamente não havemos de negar a Voltaire e aos seus adeptos, o espirito que se lhes reconhece; mas, póde-se dizer que, pelo conjuncto do saber, elles sejam homens superiores?... Eram convictos ou antes obedeciam á ordem dada por seu chefe?... Tinham feito um estudo acurado da Religião, a não ser para atacal-a?... Afinal, qual foi a sua conducta?... Si não conheceram o Christianismo ou levaram uma vida condemnada pelo Evangelho, qual é o valor dos seus ataques e da sua incredulidade?... Por todos esses motivos, concluamos que, no passado, o Christianismo teve a seu favor todas as autoridades da sciencia, da historia, da philosophia e particularmente da virtude, e que, neste ponto de vista, algumas negações não pódem diminuir a sua gloria(1).

---

(1) Vêr em Frayssinous, *Conférences*, t. II, *Des beaux esprits incrédules.*

ARTIGO IV

A sciencia no seculo XIX.

I. Celebridades desapparecidas: 1.º philosophos; 2.º sabios; 3.º celebridades diversas. — II. Contemporaneos.

210. — Pelo que diz respeito á época contemporânea, não é facil pronunciar-se no ponto de vista da *crença* ou da *incredulidade*. Facilmente os nossos adversarios nos lançam em rosto «que a razão, a philosophia e a sciencia, graças aos progressos e ás descobertas modernas se tornaram hostis ao Christianismo, o qual vae ficando uma cousa antiquada.»

Eis ahi certamente uma affirmação perfeitamente gratuita, e, para derrubá-la, basta-nos lançar um olhar sobre o seculo XIX, assim como fizemos para os seculos precedentes; veremos, pelo contrario, que o Christianismo possue representantes em todas as fileiras da sciencia mais auctorizada.

1.º *Na literatura e na philosophia.* O seculo XIX viu baixar ao tumulo *Chateaubriand* (1768-1848), orador, historiador, cujas convicções e cuja fé se revelam sufficientemente no *Genio do Christianismo;* os dois irmãos *José* e *Xavier de Maistre* e *de Bonald* (1754-1840), philosophos, litteratos, publicistas, eruditos, cujas obras passarão á posteridade; *Royer-Collard* (1763-1845) e *Maine de Biran* (1770-1824) que, pelo estudo e pela reflexão, voltaram á pratica da religião; *Silvio Pellico* (1788-1844), poeta e literato italiano, que a fé sustentou na prova e na adversidade, e outros muitos de que se gloriam os paizes de lingua ingleza, allemã, hespanhola, italiana, portugueza, etc.

2.º *Nas sciencias*, a fé christã reivindica os dois *Herschell* (1738-1822 e 1792-1871), astronomos celebres, dos quaes o primeiro dizia: «Chegou o momento em que

a sciencia e a religião, irmãs eternas, hão de se dar a mão;» o padre *Haüy* (1743-1822), creador da cristallographia; os dois *Jussieu, Bernardo e Antonio Lourenço; Volta* (1745-1827), physico celebre que escrevia no fim da vida: «Duvidei muito, procurei; agora vejo a Deus por toda a parte;» *Cuvier* (1769-1832), que tão bem verificou o accordo da sciencia geologica com os ensinos da fé; *Deluc* (1727-1817), geologo e physico, cujas conclusões são as da Bibia; *Ampère* (1775-1836), physico tambem chamado patriarcha das mathematicas, christão como Kepler e Newton; *Cauchy* (1789-1857), mathemático e geometra; *Biot* (1789-1857), physico e chimico; *de Blainville* (1777-1850), naturalista; *Brongniart* (1769-1832), mineralogista e geologo; *Binet* (1786-1856), astronomo e mathematico; *Elias de Baumont,* sabio geologo (1798-1874); *Flourens* (1794-1867) physiologista; *Gratiolet* (1815-1865), sabio naturalista; *Marcello de Serres* (1782-1862), tão versado na sciencia da cosmogonia; *De Quatrefages,* não menos distincto na anthropologia (1810-1892); *Dumas* (1800-1884) e *Pasteur* (1822-1895), que occupavam os primeiros lugares entre os sabios chimicos da nossa época; *Faye* (1814-1902), uma das notoriedades em astronomia; o padre *Secchi* (1818-1878), celebre astronomo italiano; o padre *Moigno* (1804-1885), fundador e redactor do sabio jornal *Les Mondes,* etc. Eis certamente nomes que honraram a sciencia e não menos a Religião, mostrando na sua pessôa a união admirável da razão e da fé.

3.º Em outra ordem de merito, citemos ainda celebridades catholicas, ha pouco desapparecidas, em que a alliança do saber e da fé não foi menos resplandecente. O anno de 1868 viu morrer *Berryer* (1790-1868), o principe da eloquencia contemporanea, grande jurista e grande christão; *Rossini* (1792-1868), compositor musico, inspirado pela fé. Em 1869, a França perdeu

Troplong, nascido em 1795, celebre jurisconsulto, antigo presidente do Senado, que declarava que «depois de ter muito lido, muito procurado, muito trabalhado, não achava mais do que uma cousa verdadeira, o Catecismo,» e *Lamartine* (1790-1869), poeta ao qual a Religião forneceu as suas mais bellas inspirações. No anno de 1870, baixou ao tumulo *Montalembert* (1810-1870), orador, historiador, tão convicto, tão crente; fôra precedido no tumulo por um christão não menos ardente, não menos erudito, *Frederico Ozanam* (1813-1853), e pelo illustre *Lacordaire* (1802-1861), de que basta lembrar o nome para resuscitar todos os enthusiasmos da fé religiosa.

A sciencia physiologica e medica era dignamente representada por *Dupuytren* (1777-1835), *Nélaton* (1807-1873), *Claudio Bernard* (1813-1878), todos mortos na fé catholica.

211. — II. A raça dêstes sábios christãos não se extinguiu: continua hoje nos homens que se constituem os defensores da fé; chamam-se *de Lapparent,* sabio geologo, membro do Instituto; *Alberto Gaudry,* professor de paleontologia no Musêum; *de Nadaillac* e *Maisonneuve,* anthropologistas de fama; *Branly,* sabio physico do Instituto catholico de Paris a cujas invenções Marconi é devedor da descoberta da telegraphia sem fio, etc. (1). Por certo, eis nomes que provam que a fé mais viva se póde alliar, mesmo em nossos dias, com a sciencia mais alta e mais atrevida! E' o que proclamavam, na Inglaterra, no anno de 1864, mais de 200 sabios que assignaram uma declaração exprimindo a convicção que não póde haver contradicções entre as revelações da natureza e as da Sagrada Escriptura, isto é, entre a sciencia e a fé.

(1) Basta percorrer as listas dos membros dos *Congressos scientificos* inernacionaes dos Catholicos (Paris, 1887 e 1891; Bruxellas, 1894; Friburgo, 1897), para verificar que a sciencia não é desprovida de representantes christãos.

Adolpho Thiers (1797-1877), historiador, homem de Estado e primeiro presidente da terceira Republica franceza, dizia: «O *materialismo* é uma tolice e ao mesmo tempo um perigo... Quanto a mim, sou *espiritualista apaixonado,* e se tivesse mais tempo e fôrças, quereria confundir o materialismo em nome da sciência e do bom senso (1).»

O trabalho que Thiers não poude emprehender, foi pelo menos esboçado por um modesto autor. Durante 37 annos de estudo e de ensino das sciencias, confrontou diariamente, diz elle, os dados da *Sciencia* e da ***Fé,*** e reconheceu, com evidencia, que, limitando-se ás certezas de uma e outra, é facil o accordo entre os seus ensinos, e que projectam luzes resplandecentes uma sobre a outra. E, em apoio da sua affirmação, traz no seu opusculo (2), os testemunhos dos mais dignos representantes da sciencia, dando successivamente a palavra aos *astronomos, mathematicos* e *observadores,* aos *principes da physica e da chimica,* aos *maiores naturalistas do seculo* XIX; cortejo soberbo em honra da Igreja e da fé catholica.

A' vista deste rapido esboço, embora nos occupemos quasi que exclusivamente de um paiz, e ainda só dando por alto os nomes das celebridades christãs e catholicas, concluamos que é absolutamente falsa a insinuação que procura fazer acreditar que a sciencia moderna matou a fé, e o Christianismo não se acha mais nos sabios da nossa época.

Sem duvida, formou-se uma corrente hostil contra a Religião; mas é o caso de repetir com justiça e verdade o que dissemos na conclusão do precedente artigo. Por acaso, serão os verdadeiros sabios que contradizem as nossas crenças? Nossos adversarios terão realmente a

---

(1) *Prosateurs du XIXe siècle,* por Tissot e Collas, p. 857.

(2) Guillemet, *Témoignages spiritualistes* des plus grands savants du *XIXe* siècle. Edição Hatier, 1904.

convicção dos seus systemas?... Terão a seu favor o numero e particularmente o prestigio de uma vida honesta e de um procedimento irreprehensivel? Eis outras tantas questões que precisariam ser resolvidas antes de se falar seriamente do antagonismo da sciencia contemporanea contra a antiga Religião (1).

Afinal, o christão que permanece crente e fiel acha-se com tantos e tão illustres companheiros que tem sobejos motivos para se orgulhar da sua fé. Rarissimas vezes presenceia defecções nas fileiras dos crentes instruidos; póde-se até asseverar que é um facto quasi inaudito; muitas vezes, pelo contrario, é consolado por voltas sinceras á fé da parte dos que se diziam incredulos, ou combatiam a verdade christã. Disso são testemunhas *Littré* (1801-1881), convertido da ultima hora; *Julio Simon* (1814-1896), o celebre philosopho a quem Deus concedeu a graça de reconhecer e abraçar a fé revelada, no termo da sua longa carreira.

Num bello livro intitulado *Espérance* (2.ª edição, Poussielgue, Paris), *Monsenhor Baunard*, o sabio reitor das faculdades catholicas de Lille, descreve o movimento de volta para as idéas religiosas que actualmente se nota por toda a parte. Este livro, feito em grande parte com citações de autores contemporaneos, colloca em evidencia o vacuo feito nas almas pela ausencia da fé e a necessidade, experimentada pelos *intellectuais*, de um fundo de crença e de moral religiosas. «Dahi, até na literatura heteredoxa, appellos inesperados para Deus, a fé, o Evangelho, o Christianismo a propria Igreja catholica.»

---

(1) Uma demonstração muito completa da these geral que acabamos de estabelecer foi emprehendida e continuada na publicação da interessante collecção *Science et Religion* da qual muitos numeros são traduzidos em portuguez, e conta hoje para mais de 1.000 opusculos com titulos diversos. Livraria Bloud et Cie., Paris.

Lembremos, com o mesmo auctor, a peroração de um eloquente discurso do conde de Mun (fallecido em 1914): «Realiza-se um trabalho profundo nas novas gerações. Ha jovens lançados na incredulidade pelos tempos calamitosos que atravessamos; e eis que elles mesmos parecem despertar e sacudir com nojo o manto de um materialismo grosseiro. Uma perturbação mysteriosa os impelle á procura de um desconhecido superior para o qual aspiram as suas almas. Do seio dos seus estudos scientificos e positivos surge, segundo a expressão de um dos seus mestres, «a nostalgia do divino;» têm sêde de fé e de esperança e estão atormentados pela necessidade de uma acção baseada sobre crenças... Juventude catholica, levantai-vos e ide ao encontro destas almas inquietas, não para guerreal-as, mas para persuadil-as, não como inimigos, mas sim na qualidade de mensageiros da verdade (1)...»

Permaneçamos sobre a impressão deixada por esta nota já realizada da *Espérance*. No verdade póde-se augurar bem do futuro quando se vê a mocidade das grandes escolas da Capital, depois de ficar subjugada pelo ascendente do grande philosopho christão *Ollé-Laprune* (1839-1898), encher-se de admiração e confiança para homens de talento e convicção como *Melchior de Vogüé, F. Brunetière, Francisco Coppée, J. Lemaître, Paulo Bourget, René Bazin,* todos membros da Academia franceza.

Possam todas as intelligencias rectas e generosas, — grande é o numero dellas — abrir como elles os olhos á luz e não resistir aos impulsos da graça!

Em resumo, a sciencia é para alguns a fonte das objecções, e para os outros a fonte da luz. Os seus fructos dependem da direcção que a consciencia lhe dá,

(1) Monsenhor Baunard, *Espérance*, p. 220.

e ter-se-ia resolvido o problema da pretensa incredulidade scientifica contemporanea, si fosse possivel evidenciar a profunda ignorancia religiosa que reina em tantos espiritos reputados sabios, ou a perversidade moral que lhes rói coração e transvia a intelligência.

INDICE DAS MATERIAS

CURSO DE RELIGIÃO

TERCEIRA PARTE

DA RELIGIÃO EM GERAL

OU PRINCIPIOS DE RELIGIÃO NATURAL

Pagina

DA REVELAÇÃO

DIVINDADE

DA

REVELAÇÃO MOSAICA OU JUDAICA

DIVINDADE

DA

REVELAÇÃO CHRISTÃ

DA IGREJA

APPENDICE A

APPENDICE B

NA MESMA COLLECÇÃO:

CATECISMOS, BROCHURAS PARA RETIROS

Maria ensinada á mocidade; catecismo desenvolvido sôbre Nossa Senhora; fala da suas promessas, da sua vida, devoção e culto.

O Sagrado Coração ensinado á mocidade; catecismo sôbre o amoroso Coração de Jesus.

O Mínimo de Catecismo, para a Primeira Communhão precoce.

O Anjo Intructor da Primeira Communhão. — E' uma brochura illustrada, para os que se preparam a receber Nosso Senhor pela primeira vez; contém uma série de instrucções, exemplos, conselhos práticos e vem precedida do Decreto de Pio X sôbre a communhão precoce das crianças.

Os Novíssimos; — brochura illustrada; fala das verdades eternas: a morte, o juizo particular e universal, o inferno e céu; combate a leviandade do espírito e frivolidade do coração.

Preciso evitar o inferno. — Outra brochura que dá excellentes pensamentos sôbre o ponto importantíssimo de salvar a alma e evitar a desgraça irremediável de perdê-la para sempre.

Reflexões sôbre a eternidade. — Trata de mostrar a duração illimitada da eternidade por meio de engenhosas comparações e tira a conclusão que devemos arranjar uma eternidade bôa e evitar, custe o que custar, de perder a alma por toda a eternidade.

Arsenal de Convicções cathólicas. — E' um opúsculo do saudoso Padre Desurmont; de modo conciso, apresenta a maior parte dos artigos da fé cathólica, sobretudo os que são mais práticos para guiar nossa vida diaria.

A Meditação facilitada, ou Catecismo da oração mental, pelo P. Achilles Desurmont. — São páginas de doutrina segura, cheias de clareza e de simplicidade, que encantam as almas ávidas de amar a Deus. E' difficil expôr de modo mais claro e ameno o méthodo de meditar com fructo sôbre qualquer assumpto.

Méthodo para conversar com Deus. — E' uma nova edição de um opúsculo muito estimado do P.e Boutault, que se poderia intitular: *Collóquios íntimos com Deus*. Guia e facilita a oração mental; apresenta numerosos conselhos práticos a êste respeito.

Culto aos Santíssimos Nomes de Jesus, Maria, José. — São poucas páginas com o fim de despertar o amor desta trindade terrestre: Jesus, Maria e José, e suscitar frequentes e amorosas invocações a estes bemditos nomes.

MEZES DE DEVOÇÃO

Mez de Maria, *por C. Laurent*, 232 páginas; serve para escolas, catecismos, igrejas, famílias; para cada dia, apresenta uma leitura, um exemplo e uma oração.

Maio nos Collégios e nas Escolas, 175 páginas; é feito especialmente para a mocidade escolar; os exemplos; as leituras e as práticas de cada dia são de jovens santos e destinam-se á juventude.

A' Gruta de Massabielle, *com a Virgem de Lourdes durante o mez de Maio;* 203 páginas; é toda a história de Lourdes, narrada de modo captivante, durante os 31 dias do mez de Nossa Senhora.

Mez do Sagrado Coração de Jesus. — 32 páginas. Curtas leituras para cada dia do mez de Junho.

Mez de São José, *por Masson;* illustrado, 44 páginas; uma leitura e um exemplo edificante para cada dia do mez de março.

Para outros livros, pedir o catálogo. — 2.ª — XI—35.